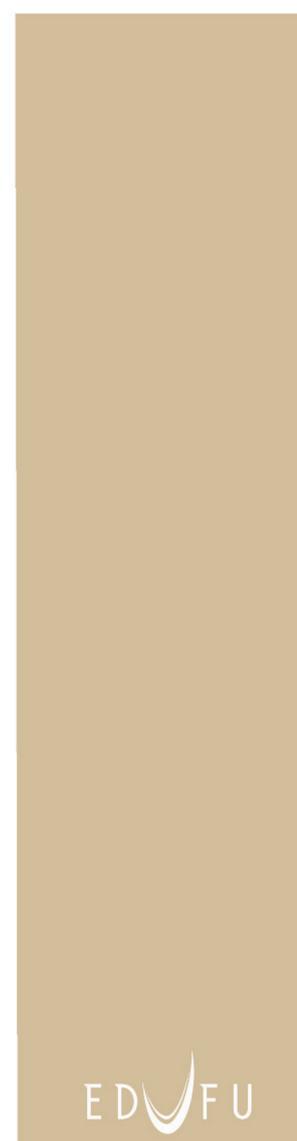




# Revista **GTLeX**





# Revista **GTLeX**

## **Número atemático**

Volume 6, número 1  
Julho/Dezembro 2020

GTLeX | Uberlândia | v.6 n.1 | jul./dez. 2020 | p. 1-339 | ISSN 2447-9551

# Expediente

## Universidade Federal de Uberlândia

*Reitor*

Prof. Valder Steffen Jr.

*Vice-Reitor*

Prof. Orlando Cesar Mantese

*Diretor da EDUFU*

Prof. Guilherme Fromm

*Diretor do Instituto de Letras e Linguística*

Prof. Ariel Novodvorski

EDUFU – Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia  
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1S - Térreo - *Campus* Santa Mônica - CEP:  
38.408-144 - Uberlândia - MG  
[www.edufu.ufu.br](http://www.edufu.ufu.br)

**Editoração: Guilherme Fromm**  
**Diagramação: Guilherme Fromm**  
**Revisão: respectivos autores**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Revista GTLex. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística, 2015- V. 1 -  Semestral. Modo de acesso: <a href="http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex">http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex</a> ISSN: 2447-9551  1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos. 3. Lexicologia - Periódicos. 4. Terminologia - Periódicos. 5. Onomástica- Periódicos. I. Fromm, Guilherme. II. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística.  CDU: 801(05)
---

*Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista, ao Instituto de Letras e Linguística, ao Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (ANPOLL) ou à Edufu.*

## *Revista GTLex*

### **Diretor**

Guilherme Fromm (UFU)

### **Conselho Editorial**

Celina Márcia de Souza Abbade, UNEB

Elizabeth Aparecida Marques, UFMS

Enilde Leite Faulstich, UnB

Maria da Graça Krieger, UNISINOS

Maria José Bocorny Finatto, UFRGS

Márcio Sales Santiago, UFRN

### **Comissão Científica**

Adriana Zavaglia (USP), Adriane Orenha-Ottaiano (UNESP), Angela Maria Tenório Zucchi (USP), Anna Maria Becker Maciel (UFRGS), Aparecida Negri Isquero (UFMS), Carmen Maria Faggion (UCS), Celina Márcia de Souza Abbade, (UNEB), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Claudia Zavaglia (UNESP/SJ Rio Preto), Claudio Cezar Henriques (UERJ), Eduardo Tadeu Roque Amaral (UFMG), Enilde Leite Faulstich (UnB), Ieda Maria Alves (USP), Karylleila Santos Andrade (UFT), Lêda Pires Corrêa (UFS), Lidia Almeida Barros (UNESP/ SJ Rio Preto), Marcia Sipavicius Seide (UNIOESTE), Maria Cândida Trindade Costa Seabra (UFMG), Maria Cristina Parreira da Silva (UNESP), Nelly Medeiros de Carvalho (PUC/PE), Maria Helena de Paula (UFG), Mariângela de Araújo (USP), Paola Giustina Baccin (USP), Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS), Rosemary Castañeda Zanette (UNIOESTE), Sabrina Pereira de Abreu (UFRGS), Vitalina Maria Frosi (UCS), Vitória Regina Spanghero (UFMS), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU).

### **Participaram dessa edição como pareceristas *ad hoc***

Ana Claudia Castiglioni (UFT)

Bruno Gonçalves Carneiro (UFT)

Liliane Lemos Santana Barreiros (UEFS)

## Sumário

Expediente .....	3
Sumário .....	5
Apresentação .....	6
Caminhos da Toponímia no Brasil e as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick - Alexandre Melo de Sousa (UFAC), Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (UEMS) .....	6
Revisão de Literatura .....	20
Estudos toponímicos na região de colonização italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul - Kleber Eckert (IFRS) 20	
Estudo do léxico toponímico: uma revisão integrativa da base teórica - Ailton Soares Lopes (UEMASUL), Lilian Castelo Branco de Lima (UFPA), Maria Célia Dias de Castro (UFG) .....	39
Tradução .....	66
Imaginario y representación en la formación del léxico colonial de Tocantins - Karylleila Santos Andrade (UFT) 66	
Artigos 83	
Projeto ATOEPE: gênese e estágio atual dos estudos sobre a toponímia pernambucana - Edmilson José de Sá (UFPB) .....	83
À sombra do juazeiro: considerações sobre a fitotoponímia da Bahia - Clese Mary Prudente Correia (UFBA), Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB).....	103
Breve estudo sobre a ocorrência de <i>Buriti</i> e de suas variantes como designativos toponomásticos na mesorregião Central Mineira - Patrícia de Cássia Gomes Pimentel (UFMG).....	118
Aspectos psicológicos da nomeação de lugares - Marcia Sipavicius Seide (UNIOESTE).....	129
Os hagiônimos como motivação de nomes de lugares: o que revelam os dados da toponímia paranaense - Anna Carolina C. dos Santos Ananias (UEL), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS).....	147
Os Sertões de Araraquara: análise de registros de propriedades rurais à luz da Toponímia - Jorge Leite (UNESP), Odair Luiz Nadin (UNESP).....	167
Gentílicos e topônimos portugueses: algumas questões - Esperança Cardeira (Univ. de Lisboa), Alina Villalva (Univ. de Lisboa).....	192
Entre caminhos e nomes: história e memória na toponímia urbana de Pedro Leopoldo (MG) - Letícia Rodrigues Guimarães Mendes (UFMG) .....	214
Contribuições aos estudos toponímicos da Libras através da análise de sinais que designam cidades brasileiras - Ítalo Rullian Webster Urbanski (UFPR), Daiane Ferreira (UFSC), André Nogueira Xavier (UFPR) .....	234
Leal e benemérita pérola do Recôncavo Baiano: influências históricas e culturais na toponímia de Santo Amaro da Purificação - Tainá da Silva Santos (UNILAB), Eduardo Ferreira dos Santos (UNILAB).....	268
O topônimo Matipó: história e memória social em Minas Gerais - Simone Dornelas de Carvalho (UFMG), Maryelle Joelma Cordeiro (UFMG) .....	291
Cultura e ambiente: hagiotopônimos na hidronímia da mesorregião norte maranhense - Edson Lemos Pereira (UFMG), Conceição de Maria de Araujo Ramos (UFMA), Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (UFMG) .....	324

**Apresentação****Caminhos da Toponímia no Brasil e as contribuições de Maria  
Vicentina de Paula do Amaral Dick****Toponymy Paths in Brazil and the contributions of Maria Vicentina de Paula do  
Amaral Dick***Alexandre Melo de SOUSA\***Ana Paula Tribesse Patrício DARGEL\*\**

A história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais (DICK, 1990, p. 19).

O trecho escolhido para a epígrafe desta apresentação é o parágrafo introdutório da obra *A motivação toponímica e a realidade brasileira*, escrita por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. Para nós, não se tratam apenas de palavras objetivando introduzir uma publicação de referência acadêmica, mas sim que apontam como Dick abre caminhos para uma nova visão do fazer toponímico enquanto ciência. O olhar cuidadoso da pesquisadora para o objeto de estudo – o nome de lugar – projeta nele uma amplitude que alcança muito além da esfera linguística: atravessa-a se inter-relaciona com áreas do saber histórico, geográfico, antropocultural, psicológico, pedagógico, humano, juntando-os, interligando-os, para constituir o que, até os dias atuais, reconhecemos como Toponímia.

Nosso objetivo, aqui, é traçar um panorama dos estudos toponímicos no Brasil, destacando as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick para o desenvolvimento das pesquisas na referida área linguística. Iniciaremos tratando brevemente sobre os estudos que antecederam Dick, para, em seguida, descrevermos a proposta da

---

\* Doutor em Linguística pela UFC, professor da UFAC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2510-1786>. [alexlinguista@gmail.com](mailto:alexlinguista@gmail.com)

\*\* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP, professora da UEMS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2197-5259>. [tribesse@yahoo.com.br](mailto:tribesse@yahoo.com.br)

toponimista e, por fim, mostrarmos os diferentes caminhos que a toponímia tem apresentado na ciência linguística brasileira.

### Os antecessores

Os estudos toponímicos no Brasil iniciaram com o trabalho de Theodoro Sampaio (1901) – *O Tupi na Geografia Nacional* – por meio do qual, numa abordagem histórico-etimológica, o pesquisador revela que os topônimos tupis refletem características do ambiente nomeado.

Agenor Lopes de Oliveira (1957), por sua vez, publicou a obra *Toponímia Carioca* – volume 3 da Coleção Cidade do Rio de Janeiro – na qual, nas palavras do autor “estuda linguisticamente a história, a origem e os significados de topônimos indígenas próprios das coisas, dos lugares e do falar comum de nossa gente” (OLIVEIRA, 1957, p. 9).

Armando Levy Cardoso (1961), em *Toponímia Brasileira*, tratou da influência das línguas aruaque e caribe na toponímia amazonense. Trata-se de uma rica contribuição para os estudos toponímicos por evidenciar de que modo a análise do topônimo revela aspectos de ordem histórico-geográficos, como a compreensão de movimentos migratórios e questões etnolinguísticas, numa relação entre língua, povo e espaço geográfico.

Carlos Drumond (1965), por sua vez, na tese de livre docência *Contribuições do Bororó à toponímia brasileira*, apresenta a herança do povo bororo, da Região Centro-Oeste, para a toponímia brasileira, e aponta a falta de sistematização metodológica para os estudos toponímicos no Brasil.

Em 1967, Octaviano de Mello escreveu a obra *Topônimos amazonenses – nomes das cidades amazonenses, sua origem e significação*, com o objetivo de “prestar sua pequena cooperação ao Amazonas, dando notícias da origem e significação dos nomes que designam as suas cidades” (MELLO, 1967, p. 22).

Carlos Drumond foi orientador de Maria Vicentina Dick em seu doutoramento, em 1980, na Universidade de São Paulo (USP). A tese, intitulada *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxionômicos*, foi publicada em 1990 com o título: *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. Foi Carlos Drumond quem prefaciou a obra e assim fez referência ao trabalho de Dick:

[...] Os estudos de Toponímia Geral e, em particular, de Toponímia Brasileira foram sobejamente enriquecidos com esta obra.

A autora revela profunda visão de campo abordado, vasta leitura de obras subsidiárias e específicas à necessária elaboração de um trabalho científico desta natureza, além de um perfeito entendimento dos aspectos teóricos atinentes à Toponímia. Os seus “Princípios teóricos e modelos taxionômicos” aplicados aos nomes de lugares são de primordial importância, pela inexistência de qualquer trabalho semelhante, no Brasil.

De fato, o estudo de Dick constitui um divisor de águas para as pesquisas sobre os nomes próprios de lugares no Brasil e tem sido base para a maioria das investigações na área (ISQUERDO, 2012). Sobre suas principais contribuições, trataremos a seguir.

### **Dick e o novo olhar para o objeto da Toponímia**

Como dissemos anteriormente, Drumond já reconhecia algumas lacunas dos pesquisadores quanto ao objeto e aos objetivos da Toponímia, especialmente por “aqueles que procuram definir e conceituar a Toponímia apenas por um de seus ângulos de visão, o mais estreito e simplista de todos” (DICK, 1990, p. 20) que é o estudo etimológico da palavra, geralmente, de origem indígena. Dick (1990), apoiada em Drumond, destaca que o estudo do topônimo (o nome do lugar, propriamente dito) deve ser desenvolvido levando em consideração suas transformações ao longo do tempo (evolução fonética e morfológica, por exemplo), seu desaparecimento ou variação, sua relação com os processos migratórios, com os acontecimentos históricos e sociais do lugar, com as crenças e visões de mundo do povo. Como a própria Dick (1990, p. 21-22) descreve:

[...] os topônimos se apresentam [...] como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal.

O objeto de estudo da toponímia é caracterizado e ramificado para a ideia do “iconicamente simbólico”, em suas diversificadas feições, interligado com outros campos do saber e, de modo especial, com o viés cultural que alicerça qualquer fato linguístico em análise.

A fixação das bases lexicais para definir lugares [...] dispensa, muitas vezes, a necessidade de se situar o objeto em um plano efetivo de representação, em

que o designado corresponde, no plano do parecer, ao que significa, no nível do ser. É o simbolismo das formas lingüísticas que transforma nomes em lugares existenciais [...] A configuração de um local só acontece a partir do nome, o antecedente sendo o não-lugar, o não simbólico, o inativo (DICK, 2001, p. 79).

O simbólico se constrói pelo que é cultura e, assim, língua e cultura estão inter-relacionadas e conjugadas na construção do próprio significado do topônimo. Extrapolar o entendimento do signo toponímico foi primordial para a feição desenhada para as pesquisas toponímicas futuras. Seabra e Isquerdo (2018, p. 993) explicam que:

Superando a mera função da nomenclatura, os nomes de pessoas e lugares são produtos de um sistema de denominação que reflete o modo de vida de uma determinada cultura e como isso representa seus valores. Embora possam nos parecer familiares, porque os conhecemos e usamos rotineiramente, quando paramos para contemplar a natureza dos nomes próprios de pessoas e lugares, quase sempre percebemos que estes resultam de significados incompreensíveis que são estranhos para nós, mesmo quando eles se referem a pessoas e lugares conhecidos<sup>1</sup>.

O topônimo é um elemento lexical e, como tal, reflete a realidade do grupo que o gera, usa e o modifica. Afinal, o indivíduo e a sociedade “dividem entre si, no cotidiano de suas relações intersociais, os diversos saberes que comandam e coordenam a percepção do mundo de cada um desses actantes” (DICK, 2010, p. 178), em tempo e espaço determinados.

Desse modo, a Toponímia passa a ser pensada como um complexo línguo-cultural, ou seja, “uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Linguística, a Antropologia, a Psicologia Social e, até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador” (DICK, 1992, p. 2). Contudo, é preciso ressaltar que:

O valor pragmático do topônimo não se subsume apenas na intencionalidade momentânea ou casual do denominador; é superior a ela, com implicações exteriorizadas, gerando uma tensão dialética entre objetivos, finalidades, escolhas e resultados práticos. (DICK, 2006, p. 100).

---

<sup>1</sup> Onomastic studies harken back to our past, to our origins, and thus always awaken curiosity, not only of scholars, but also of people in general. Surpassing the mere function of nomenclature, the names of people and places are products of a system of denomination that reflect the way of life of a given culture and how this represents their values. Although they may appear to us as familiar, because we know them and routinely make use of them, when we stop to contemplate the nature of the proper names of people and places, we almost always realize that these stem from incomprehensible meanings that are strange to us, even when they refer known people and places (SEABRA; ISQUERDO, 2018, p. 993).

A proposta teórico-metodológica de Dick, além de dar novos delineamentos ao objeto central da toponímia, apresenta um modelo taxionômico que considera a interpretação linguística de seus formantes e constitui um importante instrumento para a aferição “objetiva das causas motivadoras dos acidentes geográficos” (DICK, 1990, p. 24). O modelo de análise de Dick (1980, 1990, 1992, 1996, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2004, 2006) tem sido adotado por pesquisadores em diversas regiões do Brasil, na elaboração de estudos toponímicos, especialmente na elaboração dos Atlas toponímicos.

### Os Projetos de Atlas toponímicos no Brasil

Os estudos empreendidos por Maria Vicentina de Paula do Amaral foram se ampliando e a pesquisadora passou a desenvolver o *Projeto Atlas Toponímico do Brasil* (ATB) sediado na Universidade de São Paulo (USP), com o objetivo de fazer o registro e o levantamento

[...] dos vocábulos da língua ou dos padrões dialetais ou falares brasílicos reconhecidos e incorporados à toponímia brasileira, mas as situações geográficas ou ambientais, históricas e sociológicas que conformam as regiões administrativas, [...] porque podem explicar até com detalhes, as escolhas feitas pelos denominadores (DICK, 1998, p.2).

Decorrente desse projeto maior, a mesma pesquisadora operacionalizou o *Atlas Toponímico de São Paulo* (Projeto ATESP), na mesma instituição de ensino superior.

Os estudos foram avançando e as divulgações em eventos científicos levaram outros pesquisadores a elaborarem projetos de Atlas toponímicos pelo Brasil, com objetivos claros de investigar a escolha dos nomes dos espaços geográficos (físicos e humanos), além de analisá-los linguisticamente, verificar suas variantes e heranças brasílicas incorporadas, as influências culturais e da própria paisagem nos designativos geoespaciais e, numa visão mais ampla, traçar o perfil toponímico das diferentes regiões do País.

Atualmente, podemos citar: o Projeto Atlas Toponímico do Paraná (ATEPAR), coordenado por Maria Antonieta Carbonari de Almeida, sediado na Universidade Estadual de Londrina (UEL)<sup>2</sup>o *Projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul* (ATEMS),

---

<sup>2</sup> O ATEPAR (finalizado em 2004) foi o primeiro projeto regional após o ATESP.

coordenado por Aparecida Negri Isquerdo, sediado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); o *Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais* (ATEMIG), coordenado por Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o *Projeto Atlas Toponímico do Tocantins* (ATT) e o *Projeto Atlas Toponímico de Origem Indígena do Tocantins* (ATITO), ambos coordenados por Karylleila dos Santos Andrade, sediados na Universidade Federal do Tocantins (UFT); o *Projeto Atlas Toponímico do Estado do Maranhão* (ATEMA), coordenado por Maria Célia Dias de Castro, sediado na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); o *Projeto Atlas Toponímico da Bahia* (ATOBAH), coordenado por Celina Márcia de Souza Abbade, sediado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e o *Projeto Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira* (ATAOB), coordenado por Alexandre Melo de Sousa, sediado na Universidade Federal do Acre (UFAC) – este último, dedicado aos nomes de lugares em línguas orais e línguas de sinais do estado do Acre –, entre outros.

Todos os Atlas citados seguem, como dissemos, as propostas metodológicas de Dick (1990, 1992) para a análise estrutural e semântico-motivacional do topônimo, relacionando-o aos contornos de ordem geoambiental, antropocultural, socioeconômico que revestem o nome de lugar, a partir do nomeador (o indivíduo e o grupo social).

Em relação a inserções e aplicações das orientações metodológicas de Dick, apontamos Dargel (2003) com uma primeira proposta de cartografia dos topônimos de Mato Grosso do Sul a partir dos pressupostos de Dick (1998) apresentados por intermédio de 74 mapas que, dentre outras propostas posteriores, serviu de base para a cartografia da toponímia do estado de Mato Grosso do Sul do Projeto ATEMS com modelos de mapas publicados em 2020.

Alicerçadas nos princípios teóricos e metodológicos de Dick, principalmente nas publicações de 1990, 1992, 1997 e 1998, Dargel e Isquerdo (2020) publicam o texto *ATEMS: parâmetros metodológicos* no qual apresentam os principais fundamentos metodológicos concebidos por Dick que têm orientado o Projeto ATEMS desde 2002 e, a partir desse panorama, sugerem, de acordo com a necessidade de análise dos topônimos sul-mato-grossenses, algumas inserções ao modelo de Dick quanto à classificação semântica (ampliação de taxes) e à estrutura e à formação morfológica dos designativos do Mato Grosso do Sul.

Ainda na mesma coletânea e no Âmbito do Projeto ATEMS, Isquerdo e Dargel (2020), focalizam o aspecto semântico dos topônimos, mesclando as obras de Dick de 1990 e 1992

(também há a publicação de 1990) sobre as taxionomias toponímicas com a de 1997 em que Dick apresenta um estudo referente à toponímia de São Paulo, inserindo e sugerindo um novo modelo de análise para a Toponímia Urbana ao apontar a teoria dos referenciais toponímicos. Nesse sentido, Isquerdo e Dargel (2020) ampliam a teoria dos referenciais toponímicos de forma a ser possível classificar os nomes de todos os municípios sul-mato-grossenses quanto aos referenciais toponímicos e, no mesmo texto, conceituam taxionomias toponímicas, causas denominativas e referenciais toponímicos, diferenciando um nível de outro por meio de exemplos.

No ano de 2021, Isquerdo e Dargel retomam a discussão teórica dos pressupostos de Dick e apresentam um estudo com tendências da Toponímia Urbana, tomando como base o *corpus* do Projeto ATEMS, com especial atenção à conceituação, bem como elementos dele formadores, e à discussão do sintagma toponímico, concebido por Dick em 1992.

Partindo dessas contribuições para as pesquisas toponímicas, contemporaneamente, outros olhares para o objeto foram sendo delineadas, como trataremos a seguir.

### **Tendências atuais dos estudos toponímicos**

As contribuições de Dick transpuseram os limites das Universidade e dos laboratórios de pesquisa: chegaram às salas de aula e abarcaram línguas de modalidade visual-espacial.

Sousa (2007) utilizou a proposta metodológica de Dick (1990, 1992) e elaborou uma sequência de atividades para serem aplicadas em salas de aula do Ensino Básico. A unidade didática favorece que o próprio aluno, numa aula sobre o léxico e a cultura, seja o pesquisador e perceba as influências físicas do espaço e antropoculturais do povo na nomeação dos espaços.

Nunes (2015) analisou o livro didático na perspectiva das orientações toponímicas; Nunes e Andrade (2015) discutiram a questão da toponímia e a interdisciplinaridade no ensino; Sousa e Gouveia (2017) apresentaram propostas para o tratamento da toponímia no Ensino Médio, na perspectiva da memória.

Silva (2018) desenvolveu um projeto de intervenção no Ensino Básico explorando a toponímia nas aulas de língua portuguesa com alunos de uma escola pública de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul; Santos (2019) desenvolveu intervenção pedagógica a alunos do 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do Acre, envolvendo professores de Língua

Portuguesa, História e Geografia, com o intuito de resgatar, a partir dos nomes de bairros, a relação entre léxico e cultura.

Andrade e Reis (2019) construíram propostas de oficinas pedagógicas no âmbito da toponímia para o ensino básico; e Santos *et al* (2014) e Santos *et al* (2019), na perspectiva da aplicação no ensino básico, têm trabalhado na criação de software toponímico para a prática interdisciplinar.

Somando-se às aplicações da toponímia ao ensino, as contribuições de Dick foram além das línguas orais e passaram a compor as pesquisas toponímicas em línguas de sinais no Brasil. A pesquisa pioneira foi a de Souza-Junior (2012) que, na Universidade de Brasília, desenvolveu um estudo sobre as nomeações dos espaços geográficos urbanos por indivíduos surdos, usuários da Língua Brasileira de Sinais (2012). O pesquisador se pautou na proposta de Dick (1990, 1992) e estudou a estrutura do sinal toponímico e dos aspectos motivacionais que influenciaram os surdos no ato da nomeação.

Utilizando a perspectiva analítica de Dick (1990, 1992), mas adaptando-a às especificidades das línguas de modalidade visual-espacial, Sousa (2018, 2019a, 2021) apresenta pesquisa com os topônimos em Libras do estado do Acre, analisando os sinais toponímicos na perspectiva estrutural (fonomorfológica), motivacional e icônico-referencial na produção dos sinais que nomeiam os espaços rurais e urbanos do estado.

Sousa e Quadros (2019) apresentam proposta de ficha lexicográfico-toponímica para a catalogação dos dados toponímicos em línguas de sinais. Dessa forma, partem da ficha proposta por Dick (2004) e incluem dados de natureza visual, de modo a contemplar a estrutura da Libras. Sousa (2019a) apresenta um software pedagógico para o trabalho com a toponímia por estudantes surdos. O produto valoriza as especificidades da cultura e da identidade do Povo Surdo.

Vale citar, ainda, os trabalhos de Ferreira (2019) e Jesus (2019) que partiram das contribuições de Dick (1990, 1992) para estudarem os topônimos em Libras de Feira de Santana (BA). Ferreira (2019) fez a análise dos topônimos do centro comercial de Feira de Santana, e Jesus (2019) analisou os sinais toponímicos dos bairros do mesmo município baiano.

Como se vê, as contribuições de Dick, desde sua tese defendida em 1980, e publicada em 1990, ainda ecoam nas pesquisas de base toponímicas no Brasil. O nome de Maria Vicentina

do Amaral Dick, como dissemos no início deste texto, é um divisor de águas para os estudos do léxico toponímico no país.

### **Estudos toponímicos no Brasil: uma homenagem à Maria Vicentina do Amaral Dick — o que traz este número temático**

Este número temático sobre os estudos toponímicos no Brasil apresenta artigos de revisão de literatura, tradução e artigos científicos. A seguir, faremos breves apresentações de cada um deles.

No primeiro artigo, *Estudo toponímico na região de colonização italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul*, Kleber Eckert apresenta, numa perspectiva comparativa, as pesquisas toponímicas realizadas sobre a região de colonização italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul em nível de pós-graduação de 2010 a 2018. Além disso, nessa linha, o pesquisador analisa os nomes de ruas, bairros, localidades, escolas e cidades pertencentes à região e verifica a relação entre os topônimos e as marcas culturais decorrentes da imigração italiana.

Ailton Soares Lopes, Lílian Castelo Branco de Lima e Maria Célia Dias de Castro, em *Estudo do léxico toponímico: uma revisão integrativa de base teórica*, analisam a base teórica apresentada em trabalhos relacionados à Toponímia, em geral, e à Toponímia e ensino. O objetivo, segundo os autores, é “investigar quais teóricos são abordados e com que finalidade é feita essa abordagem”. Para tanto, a partir dos descritores: “toponímia”, “léxico”, “ensino” e “cidade”, pesquisaram e selecionaram no Google Acadêmico e no Portal de Periódicos Capes 10 artigos científicos publicados no intervalo entre 2009 e 2019.

No terceiro artigo, *Imaginario y representación en la formación del léxico colonial de Tocantins*, Karylleila Santos Andrade trata sobre a formação da toponímia colonial do estado de Goiás. No texto, a autora relata que uma parte do estado de Goiás foi desmembrada para formar o estado de Tocantins e que, dessa forma, a formação da toponímia da região foi favorecida pelos intercâmbios linguístico-culturais estabelecidos entre povos indígenas falantes de língua de tronco tupi, os colonos paulistas e os jesuítas, no período das expedições de *entradas* e *bandeiras*.

Em *Projeto ATOEPE: gênese e estágio atual dos estudos sobre a toponímia pernambucana*, Edmilson José de Sá apresenta os resultados preliminares do projeto Atlas toponímico do

Estado de Pernambuco - ATOEPE, cujo processo de cartografiação inclui identificação, descrição e análise dos nomes dos cento e oitenta e cinco (185) municípios de Pernambuco.

No quinto artigo, *À sombra do Juazeiro: considerações sobre a fitotoponímia da Bahia*, Clese Mary Prudente Correia e Celina Márcia de Souza Abbade analisam os topônimos *Angical, Buritirama, Camaçari, Cansanção, Ibirapitanga, Juazeiro, Mucugê, Pau Brasil, Quixabeira, Umburanas* e *Xique-Xique* – nomes de municípios do estado da Bahia – enfatizando a tendência de se nomearem os lugares motivados pela vegetação do lugar. Nesse trabalho, as autoras mostram que “ao se deslocar do sistema lexical e assumir caráter denominativo, um signo comum e arbitrário de língua conecta-se de forma permanente ao lugar representado”.

Patrícia de Cássia Gomes Pimentel, em *Breve estudo sobre a ocorrência de Buriti e de suas variantes como designativos toponomásticos na mesorregião Central Mineira*, estuda a ocorrência do termo *Buriti* e de suas variantes na toponímia da mesorregião Central Mineira, do estado de Minas Gerais. A pesquisadora adota os procedimentos metodológicos do Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais - para a análise dos 78 topônimos selecionados

No sétimo artigo, *Aspectos psicológicos da nomeação de lugares*, Márcia Sipavicius Seide identifica e descreve aspectos psicológicos envolvidos no processo de nomeação dos lugares. Para tanto, a pesquisadora parte das reflexões de Dick (1992) e se aprofunda, com base nas pesquisas da Psicologia Motivacional, para mostrar que “fenômenos toponímicos e psicológicos se inter-relacionam no processo denominativo de alguns topônimos.

Em *Os hagiotopônimos como motivação de nomes de lugares: o que revelam os dados da toponímia paranaense*, Anna Carolina Chierotti dos Santos Ananias e Aparecida Negri esquerdo analisam 7.654 topônimos paranaenses de natureza religiosa da toponímia do estado do Paraná, tomando por base resultados da pesquisa de Ananias (2018). O trabalho visa a “discutir os caminhos teóricos metodológicos adotados para a pesquisa da qual resulta este trabalho; apontar as principais tendências toponímicas evidenciadas entre os hagiotopônimos e indicar fatores histórico-geográficos que podem ter influenciado a opção por nomes religiosos para nomear acidentes físicos e humanos do Estado do Paraná”.

No nono artigo, *Os Sertões de Araraquara: análise de registros de propriedades rurais à luz da Toponímia*, Jorge Augusto Leite e Odair Luiz Nadin analisam e descrevem, de acordo com o aporte teórico de Dick (1990), dez cartas de sesmarias do Registro de Propriedades Rurais de

Araraquara/SP entre 1855 e 1858. O propósito é descrever o processo de aquisição das propriedades rurais no período Colonial, observando, para tanto, possíveis mudanças nos nomes de tais propriedades.

Esperança Cardeira e Alina Villalva, em *Gentílicos e topônimos portugueses: algumas questões*, analisam e descrevem, numa perspectiva crítica, o léxico demandado da relação entre gentílico e topônimo com intuito de encontrar padrões dominantes e fatores de variação entre o português brasileiro e o português de Portugal.

No décimo primeiro artigo, *Entre caminhos e nomes: história e memória na toponímia urbana de Pedro Leopoldo (MG)*, Letícia Rodrigues Guimarães Mendes apresenta um estudo toponímico sobre os nomes dos logradouros da cidade de Pedro Leopoldo em Minas Gerais com foco na relação léxico-ambiente-cultura.

No décimo segundo artigo, *Contribuições aos estudos toponímicos da Libras através da análise de sinais que designam cidades brasileiras*, Ítalo Rullian Webster Urbanski, Daiane Ferreira e André Nogueira Xavier analisam 888 topônimos da Libras que nomeiam cidades de 14 estados brasileiros e regiões administrativas do DF. O estudo aponta uma forte influência do português nos sinais toponímicos, especialmente a partir de quatro processos: a) calque (tradução literal ou aproximada), b) inicialização, c) combinação de letra(s) do alfabeto manual da libras que remetem à(s) letra(s) inicial(is) do topônimo escrito em português com outros parâmetros fonológicos da libras e d) soletração manual.

Tainá da Silva Santos e Eduardo Ferreira dos Santos, em *Leal e benemérita pérola do Recôncavo Baiano: influências históricas e culturais na toponímia de Santo Amaro da Purificação*, apresentam descrição e análise dos nomes oficiais e populares da cidade de Santo Amaro da Purificação. Os dados mostraram que a criação de topônimos é influenciada por processos históricos, políticos e sociais, e que, mesmo com a influência formal da oficialidade dos nomes, ocorre a ressignificação deles por parte população.

No artigo *O topônimo Matipó: história e memória social*, Simone Dornelas de Carvalho e Maryelle Joelma Cordeiro analisam o nome próprio Matipó relacionando a toponímia, a história e a memória social. O objetivo, segundo as autoras, é elucidar “uma provável significação, diferente daquela que é comumente difundida por órgãos governamentais e por seus habitantes”.

Edson Lemos Pereira, Maria Cândida Trindade Costa de Seabra e Conceição Ramos, no artigo *Cultura e ambiente: hagiotopônimos na hidronímia da Mesorregião Norte Maranhense*, analisam os hagiotopônimos que nomeiam hidrônimos da Mesorregião Norte Maranhense. Os quarenta (40) hagiotopônimos analisados foram selecionados de um banco que envolve sessenta (60) municípios maranhenses. Os resultados, de acordo com os autores, “apontam a religiosidade como um fator significativo no processo de nomeação no âmbito da hidronímia maranhense”.

Esperamos que este número temático, em homenagem à Maria Vicentina do Amaral Dick, consiga mostrar a amplitude das contribuições da pesquisadora para a área da Toponímia e inspire outros estudiosos a desvelarem o que os topônimos têm a nos dizer.

### Referências bibliográficas

ANDRADE, K. dos S.; PEREIRA, C. M. R. B.; RIBEIRO, E. Atlas Toponímico do Tocantins – ATT: prática interdisciplinar para o estudo dos lugares a partir de software. *In*: ISQUERDO, A. N.; DAL CORNO, G. O. M. (org). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2014, 129-148.

ANDRADE, K. dos S.; NASCIMENTO, R. V.; BASTIANI, C.; NUNES, V. R. Toponymical software for educational purposes. **Revista Philologus**, v. 25, p. 387-398, 2019. Disponível em: <http://filologia.org.br/rph/ANO25/74/26.pdf>. Acesso em: 19 abril 2021.

CARDOSO, A. L. **Toponímia brasílica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

DARGEL, A. P. T. P. **Entre Buritis e Veredas**: o desvendar da toponímia do Bolsão Sul-mato-grossense. 2003. 264 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas/MS, 2003.

DARGEL, A. P. T. P.; ISQUERDO, A. N. Projeto ATEMS: parâmetros metodológicos. *In*: ISQUERDO, A. N. (org.). **Toponímia**: tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul. Série Toponímia, v. 2. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2020, p. 20-65.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e antroponímia do Brasil**: coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1992.

DICK, M. V. de P. do A. Atlas toponímico: um estudo de caso. **Acta Semiotica et Lingvistica**. SBPL. São Paulo: Plêiade, v. 6, p. 27-44, 1996.

DICK, M. V. de P. do A. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. **Revista Philologus**. Rio de Janeiro, v. 10, p. 61-69, 1998.

DICK, M. V. de P. do A. **A dinâmica dos nomes na Cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: ANNABLUME, 1999.

- DICK, M. V. de P. do A. O nome próprio: significado e referência. **Estudos Linguísticos** XXIX. Assis: UNESP, p. 246-250, 2000.
- DICK, M. V. de P. do A. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. *In*: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (org.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2001. p. 79-90.
- DICK, M. V. de P. do A. Aspectos de etnolingüística – a toponímia carioca e paulistana – contrastes e confrontos. **Revista USP**, São Paulo, n. 56, p. 180-191, 2002. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i56p180-191>
- DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In*: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004, 121-131.
- DICK, M. V. de P. do A. Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). *In*: SEABRA, M. C. T. C. (org.) **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006. p. 91-117.
- DICK, M. V. de P. do A. Etnia e etnicidade. Um novo modo de nomear. Projeto ATESP/ATB. *In*: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2010, 177-197.
- DRUMOND, C. **Contribuições do bororo à toponímia brasílica**. São Paulo: USP/IEB, 1965.
- FERREIRA, D. B. dos S. **Estudo toponímico do centro comercial de Feira de Santana-BA**: línguas orais e Libras. 186f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- ISQUERDO, A. N. La recherche toponymique au Brésil: une perspective historiographique. *In*: POUPER, A. La B.; XATARA, C. **Cahiers de lexicologie**: dynamique de la recherche en lexicologie, lexicographie et terminologie au Brésil. Paris: Classiques Garnier, 2012. p. 15-35.
- ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P. A toponímia urbana: um estudo de caso. *In*: ISQUERDO, A. N.; ABBADE, C. M. de S. (orgs) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Vol. IX, Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2020. p. 82-103.
- ISQUERDO, A. N.; DARGEL, A. P. T. P. A macrotoponímia dos municípios sul-mato-grossenses: mecanismos de classificação semântica. *In*: ISQUERDO, A. N. (org.). **Toponímia**: tendências toponímicas no estado de Mato Grosso do Sul. Série Toponímia, v. 2. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2020. p. 228-272.
- JESUS, C. M. A. de. **Estudo toponímico dos bairros de Feira de Santana-BA**: línguas orais e Libras. 169f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- MELLO, O. **Topônimos amazonenses** – nomes das cidades amazonenses, sua origem e significado. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1967.
- NUNES, V. R.; ANDRADE, K. dos S. Toponímia na perspectiva da teoria da interdisciplinaridade: breves considerações no contexto do ensino. **Cadernos do CNLF**, Vol. XIX. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2015.

NUNES, V. R. **Toponímia e ensino**: estudo dos logradouros de origem indígena no livro didático de Geografia. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação: ensino de língua e literatura-PPGL, Universidade Federal de Tocantins, campus de Araguaina, 2015. 114p.

OLIVEIRA, A. L. de. **Toponímia carioca**. Rio de Janeiro [Distrito Federal]: Secretaria de Educação e Cultura, 1957.

REIS, A. I. A.; ANDRADE, K. dos S. Propostas de oficinas pedagógicas para o ensino médio: os topônimos inseridos na prática escolar. In: SOUSA, A. M. de; GARCIA, R.; Santos, T. C. dos (org.). **Perspectivas para o ensino de línguas 3**. 1ed. São Carlos - São Paulo: Pedro & João Editores, 2019. p. 75-84. 2.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. Salvador: Câmara Municipal, 1901.

SANTOS, M. M. dos. **Toponímia e interdisciplinaridade**: uma proposta para o estudo do léxico para turmas do 6º ano do ensino fundamental (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Letras - Prof. Letras – da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2019, 101p.

SEABRA, M. C. T. C.; ISQUERDO, A. N. Onomastics in Different Perspectives: Research Results. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte. v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

SILVIA, S. C. B. da. **Toponímia e ensino**: um estudo dos logradouros de Mundo Novo, MS. (Dissertação de Mestrado). Mestrado Profissional em Letras- Prof. Letras da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013,150p.

SOUSA, A. M. de. Toponímia e ensino: propostas para a aplicação no nível básico. **Anais da II Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: CIFEFiL, 2007. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/iijnlflp/textos/Topon%C3%ADmia\\_e\\_ensino\\_propostas\\_ALEXANDRE.pdf](http://www.filologia.org.br/iijnlflp/textos/Topon%C3%ADmia_e_ensino_propostas_ALEXANDRE.pdf) Acesso em: 20 abril 2021.

SOUSA, A. M. de. Metodologia para a pesquisa toponímica em Língua Brasileira de Sinais. In: SOUSA, A. M.; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. (org.). **Perspectivas para o ensino de línguas**. v. 2. Rio Branco: NEPAN Editora, 2018. p. 08-37.

SOUSA, A. M. de. **Toponímia em Libras**. Relatório (Pós-Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis, 2019a.

SOUSA, A. M. de. **Software Toponímia em Libras**. Rio Branco: UFAC/UFSC, 2019b. Disponível em: [www.toponimialibras.com](http://www.toponimialibras.com) Acesso em: 25 abril 2021. DOI <https://doi.org/10.22478/ufpb.2446-7006.44v25n4.56703>

SOUSA, A. M. de. Toponímia em Libras dos bairros de Rio Branco: análise da estrutura dos sinais toponímicos e dos aspectos motivacionais. In: ISQUERDO, A. N. (org.). **Toponímia Urbana**. Estudos. Campo Grande: Ed. UFMS, 2021. (no prelo).

SOUSA, A. M. de; GOUVEIA, A. P. T. Toponímia e memória: uma proposta de atividade para as aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio. **Revista A Cor das Letras**. Feira de Santana, v. 18, n. 3, p. 241-253, 2017. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1965/pdf> Acesso em: 20 abril 2021. DOI <https://doi.org/10.13102/cl.v18i3.1965>

SOUSA, A. M. de; QUADROS, R. M. de. Proposta de ficha lexicográfico-toponímica digital para o estudo da toponímia em línguas de sinais. **Revista Guavira Letras**. V. 15, n. 30., p. 126-140, 2019. Disponível em: <http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/854/618>. Acesso em: 22 março 2020.

**Revisão de Literatura****Estudos toponímicos na região de colonização italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul****Toponymic studies at the Italian colonization region in the Northeast of Rio Grande do Sul***Kleber ECKERT\**

---

**RESUMO:** Este artigo tem como tema os estudos toponímicos da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul – RCI, e o principal objetivo é apresentar, numa perspectiva comparativa, todas as pesquisas já realizadas sobre a região em nível de pós-graduação de 2010 a 2018. Entre os topônimos abordados estão nomes de ruas, bairros, localidades, escolas e cidades pertencentes à RCI. Em síntese, o que mais se destaca a partir da análise empreendida, é a relação entre os topônimos e as marcas culturais da imigração italiana, que foi o principal grupo étnico-linguístico a colonizar os atuais 58 municípios da RCI.

**PALAVRAS-CHAVE:** Toponímia. RCI. Imigração italiana.

---

**ABSTRACT:** This paper has as its subject toponymic studies from the Italian Colonization Region in the Northeast of Rio Grande do Sul – ICR. The main purpose is to present, in a comparative approach, all the research already done about the region in postgraduate levels from 2010 to 2018. Among the toponyms included in this paper are the names of streets, neighborhoods, locality, schools, and cities belonging to ICR. In synthesis, the highlight from the undertaken analysis is the relation between the toponyms and the cultural marks from Italian immigration, which is the main ethnical-linguistic group to colonize the current 58 counties in ICR of the article, abstract of the article.

**KEYWORDS:** Toponymy. ICR. Italian Immigration.

---

---

\* Doutor em Letras pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS – Campus Bento Gonçalves. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6436-1193>. [klebereckert@hotmail.com](mailto:klebereckert@hotmail.com)

## 1 Introdução

O tema do presente texto é, em sentido amplo, o estudo da toponímia na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>, doravante RCI, e o principal objetivo é sistematizar, numa perspectiva comparativa, todos os estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul. Objetiva-se, ainda, verificar em que medida a presença do elemento étnico italiano se manifesta nos nomes dados aos lugares da região, isto é, como se dá a relação entre elementos culturais decorrentes da cultura da imigração italiana e os topônimos regionais.

Trata-se, neste caso, não de um artigo derivado de um projeto de pesquisa, e que objetiva divulgar resultados advindos desse projeto, mas de um texto que quer colocar à disposição da comunidade acadêmica uma síntese do conhecimento que foi produzido numa determinada área, qual seja, os estudos toponímicos da RCI. O artigo inspirou-se metodologicamente em Seide (2016), que afirma que esse modelo de artigo não é muito utilizado na área dos Estudos Linguísticos, mas o é em outras áreas do conhecimento. Para a pesquisadora, esse tipo de publicação “é valorizada como um meio rápido de acesso à informação científica sobre um determinado tópico” (SEIDE, 2016, p. 1145).

Ressalta-se que os estudos toponímicos realizados na Universidade de Caxias do Sul foram introduzidos e coordenados pela professora Dra. Vitalina Maria Frosi que, a partir de 2007, passou a desenvolver um grande projeto chamado TOPRCI – Toponímia da Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul. A ideia inicial era dividir esse projeto em projetos menores, cujos desdobramentos seriam: “Toponímia da Antiga Colônia I – TOPACI, Toponímia da Antiga Colônia II –

---

<sup>1</sup> Localizada na região nordeste do Rio Grande do Sul, sua ocupação deu-se a partir de 1875, com a vinda dos primeiros imigrantes italianos e compreende, hoje, 58 municípios. Geralmente, o território ocupado por esses municípios é chamado pela sigla RCI “pela maioria dos estudiosos da história sociolinguística local” (FROSI; MIORANZA, 2009, p. 08).

TOPACII, Toponímia da Nova Colônia – TOPNOC e Toponímia da Novíssima Colônia – TOPNIC” (MISTURINI, 2014, p. 30). A partir desses projetos, diferentes estudos foram desenvolvidos, todos tendo a RCI como denominador comum.

Não é o objetivo aqui analisar o quanto de cada projeto foi desenvolvido ou o percurso tomado pela pesquisa na área da toponímia na referida universidade, mas mostrar para os interessados os temas que foram explorados em nível de pós-graduação por mestrandos e doutorandos, entre os anos de 2010 e 2018, especificamente sobre a RCI. Nesse sentido, a seguir, serão descritos os temas e os principais resultados alcançados em teses e dissertações. Em síntese, há estudos sobre os nomes das vias públicas de diversos municípios, classificados como estudos hodonímicos, como os de Sartori, (2010), Silva (2011), Cioato (2012) e Bertolletti (2016). Há pesquisas sobre os nomes de bairros, como as de Cioato (2012), Baretta (2012) e Misturini (2014). Há também pesquisas sobre os nomes de linhas e comunidades, conforme Cioato (2012); sobre os nomes de escolas, vistos em Dal Pizzol (2014) e os nomes dos 58 municípios que compõem a RCI, estudo desenvolvido por Misturini (2018).

Todas as pesquisas basearam-se teórica e metodologicamente na precursora dos estudos toponímicos brasileiros, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, mas também se ampararam em outros teóricos, tais como o francês Albert Dauzat e o português José Leite de Vasconcelos. Destaca-se, ainda, a forte presença de pesquisadores italianos, pela relação próxima da coordenadora dos projetos de toponímia com diferentes universidades italianas e pela própria relação histórico-linguística da RCI com a sua pátria-mãe.

## **2 Estudos toponímicos na RCI**

Em Sartori (2010) podemos perceber a escolha da hodonímia, que é um dos microcosmos da toponímia, para fazer seus estudos. A autora analisa 18 hodônimos

da área central de Caxias do Sul, e sua pesquisa teve como principal objetivo “investigar os motivos que foram determinantes na escolha de nomes não italianos para designar o grupo de ruas centrais de Caxias do Sul e identificar as implicações sociais, políticas e econômicas que eles escondem” (SARTORI, 2010, p. 09). Em outras palavras, explicar por que das 18 ruas mais antigas de Caxias do Sul, apenas uma recebeu nome italiano, numa época em que a população do município era praticamente composta apenas por imigrantes italianos e seus descendentes.

A autora destaca que seu estudo parte dos pressupostos teórico-metodológicos de Dauzat (1926) e principalmente de Dick (1990), a partir de quem utiliza as taxionomias toponímicas, mas opta por não organizar fichas lexicográfico-toponímicas. Para constituir o *corpus* de pesquisa, foram utilizados documentos históricos, como processos, leis, decretos e atos da administração oficial. De posse do *corpus*, os hodônimos foram analisados etimologicamente, classificados semanticamente e descritos em pequenos textos explicativos.

Como resultados, os 18 hodônimos foram classificados em três categorias: 12 antropo-hodônimos, 4 axio-hodônimos e 2 historio-hodônimos, cujos nomes se referem, “em sua maioria, a heróis de guerras, seja a do Paraguai, seja a Revolução Farroupilha ou Federalista, e principalmente integrantes do Partido Republicano Rio Grandense (PRR)” (SARTORI, 2010, p. 52). Ademais, a ausência de nomes italianos na nomeação das ruas revela que esse grupo étnico não gozava de prestígio ou poder político, ou seja, “o ato de nomear quase sempre implica em uma relação de poder” (SARTORI, 2010, p. 53).

A autora conclui que os vultos da pátria, seja ela brasileira ou gaúcha, viraram meros referentes de localização, pois eles, mesmo sendo homenageados na denominação das ruas, não fazem parte da atmosfera que os circunda. Em relação à italianidade, Sartori (2010, p. 74) conclui que “os italianos foram forçados a se acostumar com a nova terra brasileira e, além de não ter expressão política, também

não se veriam representados ao longo dos caminhos que utilizassem, se estivessem em passagem pelas ruas centrais de Caxias do Sul”, ou seja, a negação de um nome revela, novamente, uma relação de poder.

Outra pesquisa que tem como tema os hodônimos de Caxias do Sul foi desenvolvida por Silva (2011), que analisou as denominações dos logradouros na perspectiva da identidade étnico-cultural, com destaque para as motivações que levaram a trocas de nomes no decurso da história. Com esse tema, entre os objetivos principais estão a descrição dos episódios das trocas de nomes; a explicação da identidade na denominação dos logradouros; o apontamento de indícios de retorno às origens étnicas italianas nas denominações dos espaços públicos. Entre os autores que deram sustentação teórica à pesquisa, a autora utilizou as taxionomias toponímicas de Dick (1990), mas optou por não utilizar as fichas lexicográfico-toponímicas em função da abordagem escolhida.

Para alcançar os objetivos propostos, a autora valeu-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, e, para tanto, além dos textos teórico-analíticos sobre a toponímia e a hodonímia, utilizou outras fontes, citadas a seguir: fontes primárias manuscritas do Arquivo Histórico Municipal, dos Arquivos da Câmara de Vereadores e do Livro de Actas da Intendência. A autora também utilizou fontes secundárias, como jornais e revistas que circularam em Caxias do Sul no século XX (SILVA, 2011, p. 82).

Entre as primeiras conclusões a que a pesquisadora chegou foi que, no início do desenvolvimento de Caxias do Sul, houve uma espécie de descompasso entre os hodônimos e o contexto cultural e a vontade do povo: “a imensa maioria da população era composta por imigrantes italianos e, apesar disso, os nomes que designaram as primeiras vias e praças não se relacionavam com o povo que colonizara tal espaço” (SILVA, 2011, p. 72). Depois, na época do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial, os ítalo-descendentes viram sua identidade em conflito, vendo-se obrigados a escolher

um lado: a pátria de origem ou a pátria que os acolhera. Novamente, a ideia de escolher um dos lados também se manifesta na escolha dos nomes das ruas: “A escolha dos hodônimos, nessa época, serviu de indício de demonstração de um grupo étnico ou de outro. Denominar passa a ser motivo de disputa política, baseada e refletida na identidade étnica em questão” (SILVA, 2011, p. 73).

Um terceiro aspecto tem a ver com o período pós-guerra, quando a Itália consegue se reconstruir, passa a se desenvolver e torna-se um país de primeiro mundo. Nesse momento, o sentimento de pertencimento ao grupo étnico italiano, mesmo pensando numa Itália mítica, vai se tornando algo importante para os ítalo-brasileiros. Nesse contexto, a valorização desse grupo étnico processa-se também nos hodônimos caxienses, pois, conforme a autora “É a partir da década de 60 do século passado [...] que ocorre uma explosão de denominações de ruas, praças e avenidas utilizando nomes de origem italiana” (SILVA, 2011, p. 73). Por fim, a pesquisadora afirma que após 1975, ano que marca o centenário da imigração italiana na RCI, “dar um nome de origem italiana a um logradouro é garantir status social, uma vez que, por meio do nome, atribui-se a ele tudo aquilo de positivo que ser um descendente de um país europeu significa” (SILVA, 2011, p. 74).

Cioato (2012), além das ruas, estuda os bairros, linhas<sup>2</sup> e comunidades do município de São Marcos, e chega ao total de 299 topônimos analisados. O objetivo principal do estudo foi fazer um levantamento toponímico completo dos espaços citados acima, a fim de relacionar a motivação toponímica à realidade social e cultural dos habitantes de São Marcos. Para proceder à análise de todos os topônimos identificados, a autora também utilizou as taxionomias propostas por Dick (1992),

---

<sup>2</sup> Também chamados de travessões, as linhas eram demarcações feitas à época da distribuição das terras aos imigrantes italianos e, a partir delas, os lotes coloniais eram numerados. Frosi e Mioranza (2009, p. 50) ressaltam que essas demarcações “eram feitas, em geral, sobre mapas, não respeitando acidentes geográficos, a não ser os de maior relevo, como o Rio das Antas e afluentes.” A partir dessas linhas formaram-se as primeiras comunidades, com destaque para a construção das capelas destinadas à prática religiosa.

embora não tenha organizado a sua análise a partir de fichas lexicográfico-toponímicas.

Entre os 299 topônimos estudados, estão os nomes de 10 linhas, 16 comunidades, 9 bairros e 264 ruas. Os nomes foram levantados em mapas oficiais da prefeitura municipal, e a busca pelas motivações toponímicas foi baseada em leis e processos de denominação da Câmara de Vereadores, em textos históricos sobre o município e em entrevistas. A autora justifica a importância da análise dos nomes das linhas e comunidades, embora estejam em número bem inferior ao das ruas, por serem extensões territoriais maiores e amplamente conhecidas pela população de São Marcos, o que nem sempre acontece com os nomes das ruas (CIOATO, 2012).

Como principais resultados, a autora destaca o predomínio de topônimos de natureza antropocultural (92%) em detrimento dos de natureza física (8%), e justifica que trata-se de “uma tendência geral da toponímia urbana, pois aí há aglomerações de pessoas que buscam motivação nos fatos relacionados à cultura [...], buscando, geralmente, homenagear pessoas com significativo valor sócio-histórico para a região” (CIOATO, 2012, p. 46). Nesse sentido, percebe-se um elevado percentual de antropotopônimos nas linhas, bairros e ruas do município, cujos números ficam em 60%, 56% e 75%, respectivamente. Conforme a autora, mais de 90% das pessoas homenageadas foram moradores da região, o que acaba por criar uma identidade regional.

Outro aspecto a se destacar é a presença de marcas de italianidade nos topônimos de São Marcos, uma vez que esse foi o principal grupo étnico a colonizar o território do atual município. Uma dessas marcas está nos sobrenomes italianos dos antropotopônimos, que chegam a 86% do total e são uma homenagem aos “imigrantes italianos e seus descendentes que viveram e trabalharam no município” (CIOATO, 2012, p. 75). E, finalmente, uma segunda marca identifica-se nos nomes das comunidades, classificadas, em sua maioria (88%) como hagiotopônimos. Assim, se

percebe o mesmo fenômeno já mencionado em outros estudos da RCI sobre a importância da fé católica do imigrante italiano, que se reflete também na toponímia. Para a autora “a forte influência religiosa na escolha dos nomes das comunidades demonstra a devoção aos santos dos primeiros moradores que as nomearam” (CIOATO, 2012, p. 51).

Outra autora que se dedicou a estudar as denominações dos espaços públicos de uma cidade foi Bertoletti (2016), que analisou 45 diferentes topônimos do município de Cotiporã. O objetivo geral do estudo foi investigar e analisar interdisciplinarmente os nomes da cidade de Cotiporã, com destaque para os nomes das ruas, a fim de compreender a relações desses topônimos com a história da localidade. A autora também utilizou as taxionomias propostas por Dick (1990) e adaptou as fichas lexicográfico-toponímicas a partir do modelo de Dick (2004) para fazer os registros etimológicos, lexicais, históricos, enciclopédicos, entre outros.

Para fazer o levantamento completo dos dados a serem analisados, a autora buscou documentos que contivessem a história da localidade na prefeitura, na câmara de vereadores e na paróquia da cidade-mãe, ou seja, no município Veranópolis. Após, amparou-se em documentos e atos oficiais da prefeitura de Cotiporã, principalmente naqueles de atos denominativos de nomes de ruas, e também entrevistou um ex-prefeito que acompanhou a evolução do município.

Entre os resultados, destaca-se um elevado número de taxes de natureza antropocultural (mais de 90%), em detrimento das de natureza física, o que revela que a atividade humana é fator importante para a nomeação dos espaços de Cotiporã. Em relação aos nomes de ruas, 56% podem ser classificados como antroponímicos e, destes, quase um quarto fazem referência a nomes de imigrantes italianos ou de seus descendentes que foram moradores da localidade. Conforme a autora, isso se explica “não só pelo fato de a cidade ter sido formada, principalmente, por italianos e seus descendentes, como também pelo desejo de homenagear pessoas que prestaram

relevantes serviços à comunidade, promovendo seu desenvolvimento” (BERTOLETTI, 2016, p. 115).

Como o principal grupo étnico a ocupar os espaços de Cotiporã foram os imigrantes italianos e seus descendentes, notam-se as marcas dessa italianidade também na toponímia: 69% dos topônimos têm relação com a italianidade. Por outro lado, a presença dos santos de devoção, tão presentes na cultura do imigrante italiano e de seus descendentes, não transparece nos topônimos de Cotiporã, onde não se identificou nenhuma referência a santos e santas do hagiológico romano, embora a pesquisadora tenha levantado três ruas que foram homenageadas com os nomes de padres que atuaram na localidade.

O estudo de Baretta (2012) enfocou os nomes dos 26 bairros e dos 4 distritos do município de Farroupilha, procurando a motivação toponímica dos mesmos, além de uma análise dos nomes que foram preservados ao longo do tempo e também aqueles que foram alterados. Conforme o autor, a pesquisa objetivou, principalmente, a investigação de aspectos históricos, socioculturais e políticos que estavam envolvidos na determinação dos topônimos. Para fazer os registros, o autor se baseou nas taxionomias propostas por Dick (1990) e optou pela ficha lexicográfico-toponímica (DICK, 2004), já utilizada e adaptada para inúmeros outros estudos da toponímia.

A partir dos dados levantados no mapa oficial do município e com base na análise morfológica, etimológica, enciclopédica e histórica dos 30 topônimos, o autor chegou a 13 taxionomias, com destaque para os hagiotopônimos, que ocupam 27% do total. Segundo o autor, os nomes de santos escolhidos para nomear os bairros “são nomes de santos dos quais os imigrantes eram e os descendentes ainda são devotos” e essa presença maciça de hagiotopônimos revela “um dos traços culturais mais marcantes dos habitantes do local e de seus antepassados, a sua fé católica” (BARETTA, 2012, p. 57).

Numa outra perspectiva de análise dos nomes dos bairros, o autor chegou à conclusão de que 50% deles têm a ver com o tema da etnia italiana, que foi o principal grupo étnico a ocupar o município de Farroupilha. Além disso, o estudo revelou que muitas das propostas oficiais de mudança de nomes não foram aceitas pela comunidade, com destaque, novamente, para os hagiotopônimos e para aqueles relacionados ao tema da italianidade. Em síntese, a presença do grupo étnico italiano, responsável pela colonização do município, deixou as principais marcas nos nomes dos bairros e distritos de Farroupilha.

Outro estudo a focar nomes de bairros pode ser visto em Misturini (2014), que estudou os topônimos em Bento Gonçalves, analisados a partir de fatores linguísticos, históricos e culturais. O objetivo principal da pesquisa foi a investigação dos nomes dos bairros, relacionando as motivações toponímicas com a história e a cultura do município, a fim de refletir sobre os princípios norteadores das escolhas dos topônimos. Assim como no estudo anterior sobre os nomes dos bairros, este trabalho levou em conta as taxionomias de Dick (1990) e também a utilização da ficha lexicográfico-toponímica (DICK, 2004), para fazer os registros concernentes ao topônimo analisado.

Para chegar ao *corpus* de análise, o autor se baseou em quatro leis municipais de Bento Gonçalves, que criaram o 46 bairros existentes no município. Para alcançar os objetivos, além da consulta a documentos oficiais da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves, o autor efetuou a revisão bibliográfica sobre a toponímia do município, bem como realizou entrevistas com moradores dos bairros estudados para que se esclarecessem denominações sobre as quais pairava alguma dúvida.

Em sua análise, Misturini (2014) destaca a presença elevada de hagiotopônimos e de hierotopônimos, cujo percentual chega a 35% do total dos nomes dos bairros. Nesse sentido, o autor relaciona a história de colonização de Bento Gonçalves por

imigrantes italianos e a profissão da fé católica: “o grande número de bairros com motivação religiosa [...] pode ser explicado pelo fato de os imigrantes italianos sempre terem demonstrado grande apego à religião” (MISTURINI, 2014, p. 98).

Um segundo aspecto da presença de elementos culturais fortemente influenciados pelo elemento étnico italiano é a atividade econômica relacionada à plantação da uva e à indústria do vinho, que se reflete nos nomes de 13% dos bairros de Bento Gonçalves, ainda que se classifiquem em diferentes categorias taxionômicas. Finalmente, há ainda a identificação de 7% dos topônimos que se relacionam explicitamente à presença do elemento italiano em Bento Gonçalves, seja por menção aos próprios imigrantes ou a vocábulos em língua italiana.

Ainda no município de Bento Gonçalves, Dal Pizzol (2014) se debruça sobre os nomes das 47 escolas públicas e privadas, de Ensino Fundamental e Médio, e apresenta como objetivo investigar a origem linguística e a importância histórica e cultural dessas denominações. A autora objetiva ainda verificar de que forma fatores linguísticos, históricos, culturais, identitários, regionais e ideológicos de determinada sociedade podem influenciar na escolha dos nomes das escolas. A classificação dos nomes está baseada nas taxionomias propostas por Dick (1990) e também é utilizada a ficha lexicográfico-toponímica adaptada de Dick (2004) para fazer os registros etimológicos, lexicais, morfológicos, históricos e enciclopédicos.

Para organizar o *corpus* a ser analisado, a pesquisadora, além de visitas constantes à Secretaria Municipal de Educação, à Coordenadoria Regional de Educação e às próprias escolas, baseou-se em fontes documentais, tais como leis, decretos, atos e atas de designação e denominação. Para ampliar os dados sobre os nomes das escolas, também ocorreu pesquisa em outras fontes documentais, como livros e páginas web (DAL PIZZOL, 2014, p. 47).

Em relação às taxionomias, a pesquisadora identificou 46 taxes de natureza antropocultural e apenas uma de natureza física, o que pode revelar que as instituições

de ensino, que são de natureza eminentemente cultural, também são nomeadas pela presença da atividade humana. Entre os padrões motivadores dos nomes, a maioria das escolas recebeu nomes próprios de pessoa, sejam eles classificados como antropotopônimos (13) ou axiotopônimos (20), que “que acabam por conservar parte da história nacional, regional e local da comunidade” (DAL PIZZOL, 2014, p. 129). Esses vultos históricos pertencem à história nacional, estadual mas também local, com destaque para o expressivo número de denominações escolares que fazem alusão a professores que atuaram em Bento Gonçalves.

Houve também destaque para as escolas cujos nomes decorrem de motivação religiosa, que é uma das marcas de identidade regional, como os hagiotopônimos (5) e os hierotopônimos (4), o que é atribuído pela autora a duas razões: a) a devoção religiosa, fortemente presente numa comunidade predominantemente católica; b) a “instituição religiosa responsável pela fundação dos estabelecimentos, preservando valores religiosos católicos das congregações que se instalaram na cidade” (DAL PIZZOL, 2014, p. 114). Ao analisar a evolução denominativa ao longo do tempo, a autora percebeu esta mudança: dos anos 1930 a 1950, a tendência era homenagear vultos históricos nacionais e estaduais; dos anos 1950 a 1970, houve um equilíbrio entre esses vultos e vultos locais; a partir dos anos 1980, passou a haver um predomínio em nomear as escolas com nomes de pessoas nascidas ou que viveram no município de Bento Gonçalves.

Por fim, a pesquisadora percebeu diferenças entre a nomeação de escolas públicas e privadas: aquelas homenageiam vultos históricos nacionais, estaduais ou locais; enquanto estas “preservam em suas denominações os valores religiosos da entidade confessional que as fundou ou remetem ao grupo que as apoiou nos sentidos financeiro e/ou educacional” (DAL PIZZOL, 2014, p. 130). Além das ideologias relacionadas de culto ao nacional ou de devoção religiosa, a autora constata que a valorização do trabalho é fator recorrente na escolha dos nomes das escolas bento-

gonçalvenses: “O reconhecimento daqueles que se destacaram pela sua ocupação ou que se dedicaram a trabalhar na construção e no crescimento da cidade resultou nas denominações motivadas por profissões, principalmente, de professores” (DAL PIZZOL, 2014, p. 130).

Misturini (2018) aborda como tema de sua pesquisa os nomes dos 58 municípios pertencentes à RCI, envolvendo fatores linguísticos, históricos e culturais. Para o pesquisador, o trabalho poderá contribuir com um futuro Atlas Toponímico do Rio Grande do Sul, estado que ainda não tem um projeto dessa magnitude em curso. O objetivo principal do trabalho é “investigar, por meio da leitura dos topônimos, a significação, a motivação e a classificação dos nomes dos municípios da RCI, relacionando-os principalmente com a história e a cultura regional e/ou nacional” (MISTURINI, 2018, p. 21).

O *corpus* de análise foi composto, como já citado, pelos 58 municípios da RCI, num levantamento realizado por Frosi e Mioranza (2009, 2013) e por Misturini (2016). O autor utilizou as taxionomias propostas por Dick (1992) e adaptou a ficha lexicográfico-toponímica de Dick (2004) para fazer o seu estudo. Quanto à ordem da análise, não foi usada a ordem alfabética dos 58 topônimos, e sim uma ordem histórica, de acordo com o ano de criação de cada município, composta pela seguinte divisão: Primeira República ou República Velha (1889-1930); A Segunda e a Terceira Repúblicas ou a Era Vargas (1930-1945); A Quarta República ou a República Populista (1945-1964); A Quinta República ou a Ditadura Militar (1964-1985); A Sexta República ou Nova República (a partir de 1985).

Para a busca das informações acerca dos topônimos, o autor valeu-se de diferentes publicações sobre o histórico da RCI. Além disso, realizou consultas a dados oficiais no IBGE, acessou os sites das prefeituras municipais, analisou leis e decretos e utilizou consultas a dicionários etimológicos. Em relação às taxionomias, Misturini (2018) percebe que o maior número pertence aos historiotopônimos, num total de 14

ocorrências. O autor observa que, apesar de serem municípios localizados na RCI, há pouca relação desses topônimos com a história da imigração italiana: os nomes homenageiam a Revolução Farroupilha, ex-governadores do Rio Grande do Sul, personalidades políticas do Estado, entre outros (MISTURINI, 2018, p. 250-1).

A segunda categoria mais presente é a dos antropotopônimos (7) e, novamente, há pouca relação com a cultura da imigração italiana, já que a maioria dos nomes não tem relação com a italianidade. Os cronotopônimos também aparecem em número de 7 e, neste caso, a maioria evoca localidades italianas de onde provieram os imigrantes. O autor ainda destaca a presença de hagiotopônimos, pois a religião católica é uma marca cultural significativa para os imigrantes italianos e seus descendentes. Em resumo, 47 topônimos são classificados como de natureza antropocultural, nos quais “aspectos relacionados à italianidade aparecem com certa expressão” e apenas 11 de natureza física, nos quais “não há nenhuma que tenha sofrido influência da cultura de imigração” (MISTURINI, 2018, p. 255).

Por fim, Misturini considera baixo o número de topônimos com resquícios de influência da imigração italiana (apenas 29,3%), mas observa que, se fossem analisados os nomes anteriores das localidades, esse percentual aumentaria para 53,4%, o que mostra “a força que a política exerceu sobre a toponímia – seja por meio do silenciamento imposto durante a Era Vargas ou então nas mudanças feitas a fim de atender a anseios governamentais” (MISTURINI, 2018, p. 262-3). O pesquisador reitera a importância de estudos como este sobre a RCI, a fim de, no futuro, contribuir com a elaboração de um Atlas Toponímico Estadual.

### **3 Considerações finais**

Em primeiro lugar, avalia-se que o objetivo principal do presente texto tenha sido atingido, uma vez que foi possível fazer uma análise sistemática de todos os estudos de toponímia realizados sobre a RCI no Programa de Pós-Graduação em

Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul. Com base nesses estudos, chegou-se a algumas conclusões que discutem a relação entre os nomes dos lugares na RCI e o principal grupo étnico que a ocupou: os imigrantes italianos e seus descendentes. Dessa forma, estas considerações finais dividem-se em três grandes aspectos relacionadas à italianidade: a presença de sobrenomes italianos nos antropotopônimos; as marcas da fé católica nos hagiotopônimos; e outros temas relacionados à cultura da imigração italiana.

Na área dos antropotopônimos, há duas visões discrepantes acerca dos sobrenomes com os quais se nomeiam lugares na RCI. A primeira é uma ausência quase total de sobrenomes italianos nas ruas centrais de Caxias do Sul, as quais foram nomeadas numa época em que os habitantes da cidade eram praticamente todos imigrantes ou descendentes de italianos, em oposição a vultos históricos nacionais e estaduais (SARTORI, 2010). O mesmo ocorre com os nomes dos municípios da RCI, ou seja, os antropotopônimos presentes guardam pouca relação com a italianidade (MISTURINI, 2018).

A segunda visão traz o oposto, pois na segunda metade do século XX ocorre uma espécie de escalada dos sobrenomes italianos na nomeação de ruas de Caxias do Sul, numa época em que a italianidade se relaciona aos imigrantes que construíram a história da cidade, mas também à questão de identidade: ter origem num país que se reconstruiu no pós-guerra e que se alçou ao primeiro mundo (SILVA, 2011). Em São Marcos e Cotiporã verifica-se uma tendência semelhante, embora traçada numa perspectiva diferente: há um grande número de antroponímicos com sobrenomes italianos, com o intuito de valorizar a cultura regional através dos nomes dos líderes e precursores das respectivas localidades.

Outro tema caro para o imigrante italiano é a religiosidade, professada pela religião católica e, de acordo com Frosi (2015, p. 106), “a vida devia ser pautada conforme os ditames da Igreja Católica”. Essa visão reflete-se, em diferentes análises,

nos nomes dos lugares estudados na RCI, seja como hagiotopônimos, seja como hierotopônimos. Nas comunidades de São Marcos, os nomes relacionados à questão religiosa chegam a quase 90% (CIOATO, 2012); nos bairros de Farroupilha, são 27% (BARETTA, 2012) e nos bairros de Bento Gonçalves chegam a 35% (MISTURINI, 2014). No caso dos nomes das escolas de Bento Gonçalves, Dal Pizzol (2014) identificou duas vertentes que têm a ver com questões religiosas: o nome atribuído em função do santo de devoção e atribuído em função da instituição religiosa responsável pela escola.

Além desses casos, Bertolotti (2016) curiosamente não identifica nenhum hagiotopônimo no município de Cotiporã, mesmo que ele tenha sido colonizado primordialmente por imigrantes italianos, o que se caracteriza como uma visão discrepante do restante da RCI estudada. Nos nomes dos municípios que compõem a RCI, Misturini (2018) identifica alguns hagiotopônimos, o que converge para a visão do imigrante italiano, mas ressalta que esse grupo não é de longe a principal taxionomia encontrada.

Além dos antropotopônimos e dos hagiotopônimos, identificaram-se outras marcas da cultura na imigração italiana nos nomes estudados na RCI. No caso dos bairros de Bento Gonçalves, Misturini (2014) identifica diversos nomes relacionados à indústria da uva e do vinho, além de vocábulos provindos diretamente da língua italiana. No caso das escolas de Bento Gonçalves, há vários nomes diretamente vinculados a vultos históricos locais, sobretudo professores, com destaque para a dedicação ao trabalho, que é também uma marca muito forte do elemento étnico italiano (DAL PIZZOL, 2014).

Na análise dos nomes dos bairros de Farroupilha, Baretta (2012) identificou mais da metade dos topônimos relacionados a algum elemento ligado à italianidade, o que revela a força desse grupo étnico na nomeação dos lugares daquele município. Já nos nomes dos municípios da RCI, Misturini (2018) destaca alguns cronotopônimos, que evocam localidades com o mesmo nome da Itália; mas, em geral, nessa região são

poucos os topônimos com referências explícitas à italianidade e, se as havia antigamente, foram sofrendo um processo de apagamento pelas relações de poder ao longo do tempo.

Por fim, nesta breve análise dos trabalhos de pesquisa realizados sobre a toponímia da RCI, percebeu-se uma riqueza de elementos linguísticos, históricos e culturais envolvidos na nomeação dos lugares, escondidos, muitas vezes, nas camadas do tempo. A partir desses estudos, evidencia-se, de igual maneira, um amplo campo de pesquisa que ainda está para ser desenvolvido na toponímia da RCI, seja na análise dos nomes de bairros, comunidades de interior e ruas que compõem os 58 municípios da região.

Descortinam-se, portanto, possibilidades de análise dos nomes das ruas e dos bairros de mais de cinquenta cidades da RCI; e, em relação a outros nomes, como os de comunidades do interior dos municípios, percebe-se igualmente um espaço de pesquisa a ser desenvolvido, pois os estudos realizados até o momento são representativos de apenas algumas poucas localidades. Assim talvez se chegará à análise dos nomes de todos os topônimos da RCI para que possa haver a constituição de um atlas toponímico completo da região.

### Referências Bibliográficas

BARETTA, R. C. **Estudo toponímico dos bairros e distritos de Farroupilha - RS**. 2012. 73 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

BERTOLETTI, F. E. V. **A crônica de um povo: a toponímia na cidade de Cotiporã**. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

CIOATO, F. B. **Os nomes do município de São Marcos: linhas, comunidades, bairros e ruas**. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

DAL PIZZOL, E. V. **Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural**. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, M. V. de P. do A. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Arquivo do Estado, 1992.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In*: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (org.). **As ciências do léxico**. 1 ed. v. II. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2004.

FROSI, V. M.; MIORANZA, C. **Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira**. 2 ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.

FROSI, V. M.; MIORANZA, C. **Dialetos italianos: um perfil linguístico dos ítalo-brasileiros no nordeste do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2013.

FROSI, V. M. **Provérbios italianos: pérolas na educação informal dos ítalo-brasileiros**. Caxias do Sul: Educs, 2015.

MISTURINI, B. **A toponímia em Bento Gonçalves: um estudo interdisciplinar sobre os bairros da cidade**. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

MISTURINI, B. Influências da imigração italiana na toponímia Bento-Gonçalvensense. *In*: FROSI, V. M.; MISTURINI, B. (org.). **Imigração italiana: estudos e pesquisas**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 225-240.

MISTURINI, B. **A formação de uma região: leituras das marcas de colonização italiana nos topônimos do Nordeste do Rio Grande do Sul**. 2018. 287 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Letras – Associação Ampla UCS/UniRitter) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

SARTORI, T. O. **Ruas de minha cidade**: um estudo hodonímico. 2010. 82 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

SEIDE, M. S. Métodos de pesquisa em Antroponomástica. **Domínios de Lingu@gem**, v. 10, n. 3, p. 1146-1171, 2016. DOI <https://doi.org/10.14393/DL23-v10n3a2016-19>

SILVA, M. D. P. **A razão de nomear**: o papel da identidade étnica na denominação dos logradouros de Caxias do Sul. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

Artigo recebido em: 02.07.2020

Artigo aprovado em: 27.07.2020

## Estudo do léxico toponímico: uma revisão integrativa da base teórica

### Study of the toponymic lexis: an integrative review of the theoretical basis

*Ailton Soares LOPES\**

*Lilian Castelo Branco de LIMA\*\**

*Maria Célia Dias de CASTRO\*\*\**

---

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo analisar a base teórica discutida em trabalhos relacionados ao tema geral Toponímia, bem como de trabalhos voltados para o Ensino. Busca-se investigar quais teóricos são abordados e com que finalidade é feita essa abordagem. Para o processo de seleção, foram utilizadas as bases eletrônicas de dados do Google Acadêmico e o Portal de Periódicos Capes, adotando-se os seguintes descritores: “toponímia”, “léxico”, “ensino” e “cidade”. Sendo que, a partir da busca, selecionou-se para a análise uma amostra com dez artigos científicos publicados no período de 2009 a 2019. Verificou-se que muitos aspectos em torno dessa temática precisam ser mais explorados, a citar como exemplos as bases teóricas de toponimistas brasileiros que fundamentam as pesquisas, assim como as áreas pesquisadas, acentuando a necessidade de mais estudos nessa área. Sendo referência presente na elaboração de todos os trabalhos analisados, dedicou-se,

---

**ABSTRACT:** This work aims to analyze the theoretical basis discussed in works related to the general theme Toponymy, as well as works focused on Teaching. It seeks to investigate which theorists are approached and for what purpose this approach is made. For the selection process, the electronic databases of Google Scholar and the Portal of Journal Capes were used, adopting the following descriptors: “toponymy”, “lexicon”, “education” and “city”. Since, from the search, a sample was selected for analysis with ten scientific articles published from 2009 to 2019. It was found that many aspects around this theme need to be further explored, citing as examples the theoretical bases of Brazilian toponymists who base the research, as well as the researched areas, emphasizing the need for further studies in this field. Being a reference present in the elaboration of all the analyzed works, a brief space was also dedicated in this analysis to talk about the

---

---

\* Mestrando do curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8996-5540>. [ailton.lopes@uemasul.edu.br](mailto:ailton.lopes@uemasul.edu.br)

\*\* Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3405-6526>. [professoraliliancastelo@gmail.com](mailto:professoraliliancastelo@gmail.com)

\*\*\* Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Goiás. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3346-5990>. [celialeitecastro@hotmail.com](mailto:celialeitecastro@hotmail.com)

---

ainda, um breve espaço nesta análise para falar das contribuições da linguista Maria Vicentina do Amaral Dick para o desenvolvimento de pesquisas toponímicas.

contributions of linguist Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick for the development of toponymic research.

**PALAVRAS-CHAVE:** Léxico. Toponímia. Ensino. Revisão integrativa.

**KEYWORDS:** Lexicon. Toponymy. Teaching. Integrative review.

---

## 1 Introdução

Aparentemente, a inquietação por conhecer o universo no qual se está inserido sempre foi uma preocupação do homem em toda a sua história, assim como a necessidade de identificar todos os espaços a sua volta: ruas, praças, bairros, cidades, rios, serras e uma série de outros acidentes físicos e humanos. Esse processo de identificação e interação entre o homem e o mundo ocorre pelas inter-relações estabelecidas de forma sógnica, via linguagem. Com as palavras ou unidades lexicais se designam os seres ou uma classe de seres de natureza física e de natureza humana e essas denominações estiveram e continuam associadas às influências de várias forças, entre elas as sociais, históricas, culturais e religiosas.

Apesar de manterem-se por tempo indeterminado, uma vez que são unidades lexicais estabelecidas na língua, nem sempre os aspectos motivacionais dos nomes são de conhecimento daqueles que sucederam à época dessas denominações. É nesse ponto que reside a importância dos estudos da área da Onomástica, a ciência que trata da etimologia, transformação e classificação dos nomes próprios. Nesse cenário de estudos, o presente trabalho limita-se a um de seus campos: a Toponímia, responsável pelo estudo dos nomes próprios atribuídos a lugares. E busca responder à seguinte questão norteadora: o que as pesquisas científicas, com base nessa temática, têm apresentado em termo de teorias e contribuições concernentes àquilo a que ela se propõe como ciência da linguagem em interface com o ensino de Língua Portuguesa na educação básica?

Com base nesse questionamento, desenvolveu-se uma revisão integrativa, cujo objetivo principal é analisar as bases teóricas apresentadas em pesquisas específicas, desenvolvidas no período de 2009 a 2019, divulgadas em plataformas digitais. Algumas, com discussões abrangentes voltadas para a investigação das motivações de signos toponímicos de lugares específicos, a citar os trabalhos de Ananias e Zamariano (2014), Tavares (2015), Silva e Moraes (2015) e Carvalhinhos (2009); outras, com abordagens teóricas mais sucintas direcionadas à aplicação do estudo toponímico na educação básica, a citar Silva e Araújo (2016), Reis e Andrade (2019), Sousa e Gouveia (2017), Andrade (2012), Sousa (2013) e Carvalho (2012).

Além de fazer o levantamento dos autores pesquisados nos trabalhos selecionados, pretende-se ainda verificar com que finalidade (contribuição teórica) cada um foi citado a fim de identificar pontos de intersecção e/ou divergência quanto às teorias discutidas. Nos trabalhos relacionados à temática Toponímia e Ensino, busca-se também observar as propostas de atividades direcionadas ao ensino básico, bem como a questão da interdisciplinaridade em seu desenvolvimento e aplicação.

## **2 Relevância das pesquisas toponímicas**

A língua, assim como qualquer outro elemento de prática social, tem despertado interesse de estudiosos de diversas áreas ao longo do tempo. Por estar relacionada a aspectos histórico-culturais, configura-se como um importante instrumento para a compreensão identitária de um povo. De acordo com Câmara Jr. (1977, p. 16), ela é “antes de tudo, no seu esquema, uma representação do universo cultural em que o homem se acha, e, como representa esse universo, as suas manifestações criam a comunicação entre os homens que vivem num mesmo ambiente cultural e estrutural”. Por conta disso, pesquisas linguísticas tendem a revelar bem mais do que a história da própria língua, pois a necessidade de compreender o seu

processo de construção lexical, bem como os seus aspectos determinantes e suas transformações, ao longo do tempo, é inerente a esse tipo de análise.

Indiscutivelmente, o homem precisa conhecer a sua história para compreender o seu tempo. O conhecimento de sua história implica o conhecimento do lugar no qual está inserido. E essa aquisição pode se dar por várias vias; uma delas é através do estudo do léxico, razão pela qual os resultados de pesquisas nessa área podem constituir uma importante fonte documental de preservação da memória de um povo.

No que se refere ao estudo dos nomes geográficos (topônimos), essa é uma competência da Toponímia (ou Toponomástica), disciplina responsável por essa atividade, definida por Dick (1990, p. 36) da seguinte maneira:

A Toponímia é uma das disciplinas que integram a ciência Linguística por investigar o léxico toponímico considerando-o expressão linguístico-social que reflete aspectos culturais de um núcleo humano existente ou preexistente; propõe o resgate da atitude do homem diante do meio, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares.

Em seu percurso histórico, as pesquisas toponímicas tiveram início na França em 1878. Desde então, “vêm se constituindo em um caminho possível para o conhecimento dos mais variados aspectos culturais das comunidades linguísticas que ocupam ou ocuparam uma determinada localidade” (ANANIAS; ZAMARIANO, 2014 p. 143). No Brasil, os primeiros estudos toponímicos datam a partir de 1900 com pesquisas restritas ao léxico indígena tupi.

Desde o princípio, esses estudos buscaram perceber no signo toponímico a sua origem e os fatores motivacionais que influenciaram o seu designador na escolha do designativo. Na análise qualitativa dos dados obtidos, foi-se percebendo um padrão na natureza de criação desses signos, de maneira que pudessem ser inventariados de acordo com sua natureza física ou antropocultural dentro de classificações taxionômicas. Entre essas análises, a mais conhecida, no Brasil, é a proposta por Dick,

que organiza os sintagmas toponímicos em 27 categorias, sob ressalva de possíveis subdivisões.

É importante destacar que os estudos toponímicos, além de toda a contribuição social já evidenciada, estabelecem uma forte relação com outras áreas do saber, de modo que sua natureza interdisciplinar possibilita a investigação de aspectos que não estão limitados ao significado etimológico dos signos toponímicos. Em especial, dentro do contexto escolar, Reis e Andrade (2019, p.76) afirmam que o estudo dos topônimos pode servir para a ampliação das perspectivas de análise interdisciplinar da temática “podendo ser atrelado a aspectos de natureza linguística, etimológica, sócio-histórica, geográfica, cultural, identitária, por exemplo.” Portanto, o estudo do léxico toponímico pode funcionar como uma importante ferramenta de ensino de Língua Portuguesa e outras áreas afins, como Geografia, História e Sociologia, por agregar conhecimento ao aluno sobre o universo que o rodeia situando-o como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que atuará na função de pesquisador e elaborador de trabalhos documentais. Além disso, contribui para a anulação da produção de um conhecimento parcial ou fragmentado, na medida em que atravessa as fronteiras para a interdisciplinaridade.

### **3 Caminhos metodológicos**

Para o desenvolvimento desta análise, foram selecionados trabalhos científicos relacionados ao tema “Estudo do léxico toponímico”, entre os meses de outubro/2019 e fevereiro/2020, seguindo os critérios de inclusão e exclusão de acordo com as seguintes etapas metodológicas: 1. Formulação da questão norteadora; 2. Seleção do material de estudo com base em descritores para pesquisa; 3. Coleta dos dados; 4. Análise crítica de cada material, de acordo com o foco de análise; 5. Discussão e interpretação dos dados coletados e 6. Apresentação da Revisão Integrativa.

O gênero escolhido para a estruturação do trabalho favorece a sistematização das discussões do tema proposto e delimita o seu campo de observação de acordo com o que se pretende pesquisar, visto que “a revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente” (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014, p. 9).

No processo de seleção dos trabalhos, foram consultadas as bases eletrônicas de dados Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Capes, a partir da combinação dos descritores “Toponímia” + “Ensino”, “Léxico” + “Toponímico” e “Toponímia” + “Cidade”.

Os critérios de inclusão foram: a) trabalhos publicados em Língua Portuguesa e disponíveis eletronicamente; b) artigos publicados no período de 2009 a 2019; c) presença do termo de busca “Toponímia” ou “Toponímico” no título ou resumo do trabalho; d) estar de acordo com um ou mais objetivos propostos na análise, ou seja, discutir estudos toponímicos de localidades específicas ou proposta de estudo da toponímia no ensino básico. E, como critérios de exclusão: a) trabalhos publicados em versão resumida b) trabalhos científicos que não fossem do gênero artigo, como dissertações e teses.

No primeiro momento, utilizou-se a internet para consultar a base de dados eletrônicos do Portal de Periódicos da Capes, a partir dos descritores supracitados. Como resultado, foram filtrados 91 trabalhos científicos (84 artigos, 4 livros e 3 resenhas), dos quais foram selecionados dois artigos publicados em 2014 e 2015 associados aos termos “Léxico” + “Toponímico”. Os demais trabalhos foram extraídos da plataforma Google Acadêmico. Quando lançados os descritores previstos, obteve-se um total de 4.330 trabalhos dos mais variados tipos dos quais foram selecionados: seis artigos relacionados aos descritores “Toponímia” + “Ensino”, e dois com base no descritor “Toponímia”, apenas.

Concluído o processo de seleção, foi realizada a leitura dos artigos para a análise da base teórica para, posteriormente, fazer-se a apresentação dos resultados. Para fins de análise, foram elaboradas duas etapas: a primeira (Quadro 1), com a síntese dos artigos com abordagem do estudo do léxico toponímico, publicados no período de 2009 a 2019; e a segunda (Quadro 2), com a identificação dos artigos (representados pela letra A seguida do número de referência de acordo com a ordem expressa no quadro 1, dos autores, na ordem de menção em cada artigo analisado, bem como dos anos de referência das obras citadas e interpretação da contribuição dada por cada autor no referencial teórico que os constitui.

A seguir, apresenta-se a sistematização de dados acompanhada da discussão dos resultados.

#### 4 Resultados e discussão

Durante o processo de pesquisa e seleção de autores e teorias para a elaboração de trabalhos científicos, é de suma importância que estes atendam aos objetivos que se deseja alcançar. Nesse sentido, para a presente discussão acerca da base teórica explorada nos artigos selecionados, foram observadas as seguintes perspectivas: tipo de abordagem, especificidade do tema e incidência das citações. A seguir apresentam-se os quadros para melhor visualização dos dados que serão discutidos posteriormente. Em cada coluna estão apresentadas, respectivamente, as seguintes informações: Código do artigo (representado por CA), se aborda o tema ensino, título, descrição do estudo, base de dados e ano.

Quadro 1 – Síntese dos artigos elencados sobre estudo do léxico toponímico.

CA	ABORDA ENSINO?	TÍTULO	AUTOR(ES)	DESCRIÇÃO DO ESTUDO	BASE DE DADOS	ANO
A1	Não	Estudo toponímico do Caminho do Peabiru: contribuição	ANANIAS, Anna Carolina Chieroti dos Santos;	Investiga os topônimos referentes à trilha principal do Caminho do	Periódicos CAPES	2014

		ao resgate da história do Paraná	ZAMARIAN O, Márcia.	Peabiru. Expõe a motivação de cada topônimo apresentado.		
<b>A2</b>	Não	A toponímia das localidades rurais do município de Dourados-MS	TAVARES, Marilze	Apresenta um estudo panorâmico da toponímia rural do município de Dourados-MS e investiga em que proporção as particularidades ambientais influenciam o sistema de nomeação dos acidentes geográficos.	Periódicos CAPES	2015
<b>A3</b>	Sim	Estudo Toponímico na sala de aula: Atividade interdisciplinar contextualizada	SILVA, Antonia Sandra Lopes da; ARAÚJO, Maria do Socorro Melo	Discorre acerca da importância dos estudos toponímicos para a comunidade escolar, demonstrando sua contribuição ao ensino do léxico e à interdisciplinaridade no ensino fundamental.	Google Acadêmico	2016
<b>A4</b>	Sim	Propostas de oficinas pedagógicas para o ensino médio: os topônimos inseridos na prática escolar.	REIS, Anna Inez Alexandre; ANDRADE, Karylleila dos S.	Propõe oficinas pedagógicas para trabalhar com o estudo dos nomes de lugares no EM através dos nomes de escolas, de ruas e os topônimos presentes em obras literárias de cunho regional e/ou nacional.	Google Acadêmico	2019
<b>A5</b>	Sim	Toponímia e memória: uma proposta de	SOUSA, Alexandre Melo de; GOUVEIA,	Apresenta uma proposta de atividade para as aulas de língua portuguesa do	Google Acadêmico	2017

		atividade para as aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio.	Ana Paula Teixeira.	Ensino Médio que dialogam com a Toponímia e com a perspectiva da memória oral.		
<b>A6</b>	Sim	Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na Interdisciplinaridade.	ANDRADE, Karylleila dos S.	A proposta do trabalho é compreender o estudo da toponímia numa perspectiva interdisciplinar, considerando a abordagem da metáfora de rede.	Google Acadêmico	2012
<b>A7</b>	Sim	Para a aplicação da toponímia na escola.	SOUSA, Alexandre Melo de.	O trabalho discute aspectos relacionados ao estudo toponímico (definição e campo de atuação da toponímia); e discorre acerca da relação entre toponímia e ensino. Além disso, apresenta uma proposta de aplicação da toponímia no ensino básico.	Google Acadêmico	2013
<b>A8</b>	Não	A nomeação dos topônimos: memória e história em confronto entre o passado e presente.	SILVA, Teresinha de Jesus Baldez e; MORAES, Pedro Henrique Viana de.	Propõe uma análise do processo de construção dos topônimos paralelos que são desprezados pela administração pública dos órgãos governamentais e discute a relação dos topônimos designativos de lugares com seus usuários.	Google Acadêmico	2015
<b>A9</b>	Sim	Língua e identidade cultural: O	CARVALHO, Ana Paula	A proposta do trabalho é resgatar e conhecer a	Google Acadêmico	2012

		estudo da toponímia local na escola.	Mendes Alves de.	história e a memória local através de um estudo da motivação dos nomes das escolas do município de Barra Longa/MG.		
<b>A10</b>	Indiretamente	Interface onomástica/literatura: A toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra Memórias da Rua do Ouvidor, de Joaquim Manuel de Macedo.	CARVALHI NHOS, Patrícia de Jesus.	Faz uma relação entre a descrição literária, utilizando a toponímia como elemento de configuração de um espaço ficcional e o universo real de discurso e traça alguns parâmetros e reflexões a fim de subsidiar outras tantas análises onomásticas dentro de obras ficcionais ou, pelo menos, as de cunho narrativo.	Google Acadêmico	2009

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Quadro 2 – Revisão Integrativa da base teórica presente nos trabalhos selecionados.

<b>ARTIGO</b>	<b>AUTORES CITADOS</b>	<b>ANO</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA</b>
<b>A1</b>	DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral.	1990a, 1990b, 1999 e 2006.	a) Discorre sobre a importância da Toponímia no estudo de um léxico regional. b) Trata do conceito tradicional de Toponímia. c) Apresenta a Toponímia como um imenso complexo línguo-cultural. d) Fala sobre a origem da Toponímia como disciplina autônoma. e) Discorre sobre a abrangência do estudo toponímico. f) Apresenta a definição para o termo Toponímia. g) A autora, pioneira nos estudos toponímicos no Brasil, é citada para falar da necessidade de adaptação na análise dos topônimos de acordo com a realidade brasileira.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo.	1998, 2001, 1989	a) Discorre sobre o uso de palavras para designar os referentes extralinguísticos. b) Trata da questão da nomeação das entidades da realidade a partir da palavra. c) Discorre sobre a representação cultural de uma sociedade através de seu sistema lexical. d) Fala sobre as influências externas na criação do léxico pelo fato deste sintetizar aspectos da vida, dos valores e das crenças de uma comunidade social.
SAPIR, Edward.	1969	a) Trata da função do léxico como elemento propagador do complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que abarcam a atenção da comunidade e b) dos fatores físicos e sociais no ato de nomeação de um lugar.
ELIA, Silvio.	2003	Analisa a contribuição da língua Tupinambá na composição do léxico da Língua Portuguesa, mais especificamente quanto aos aspectos toponímicos.
RENAN, Ernest.	1950	Discorre sobre a necessidade do homem de nomear o mundo a sua volta e sobre as motivações que determinaram a escolha das palavras para essa finalidade.
BÍBLIA: tradução ecumênica.	1994	Mostra que a origem da linguagem é fundamentada também em princípios religiosos.
ALVES, Ieda Maria.	2002	Discorre sobre o direito de criatividade léxica por considerar a língua como patrimônio de toda uma comunidade linguística.
OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri.	2001	Aponta que é no nível lexical da língua que transparecem os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade.
BORBA, Francisco da Silva.	1972	Discorre sobre a função social da língua.
ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria da Graça.	2004	A importância do léxico e o resgate cultural através de seu estudo.
TERRADO PABLO, Javier.	1999	É citado para falar dos diferentes métodos empregados no estudo toponímico, dependendo da região em que é feito. Nesta obra, existe uma valorização da pesquisa oral.
AGUILERA, Vanderci de Andrade	2005	Aguilera é citada com o propósito de expor a sua visão de representação do Estado do Paraná para, em seguida, realizar o estudo toponímico pretendido.
LIMA-GUIMARÃES, Solange Terezinha de.	2000	Discorre sobre a relação do ser humano com o meio em que vive e a sua forma de representar suas experiências através de símbolos.

	MANHÃES, Manuela Chagas; ARRUDA Sérgio.	2004	Discorre sobre as objetivações dos processos de significados.
	FERREIRA, João Carlos Vicente.	2006	É citado para falar sobre a primeira notícia que se tem do litoral paranaense.
	BASTOS, Pedro Ivo de Assis; SILVA, Francisco de Assis.	1986	Discorre sobre a imposição de elementos culturais portugueses, durante o processo de colonização brasileira.
	MENDES, Ademar de Souza.	2005	Discorre sobre as consequências históricas do contato entre portugueses e índios, durante o processo de colonização.
	MELO, Gladstone Chaves de.	1981	Discorre sobre a difusão do léxico tupi pelo interior do país, durante o processo de colonização.
	RAMOS, Jânia Martins; VENÂNCIO, Renato Pinto.	2002	Fala sobre os sintagmas toponímicos indígenas até a chegada dos portugueses ao Brasil.
	MORA FILHO, Pedro Sérgio; PEREIRA, Daniel Albuquerque.	2010	Descrevem o trajeto que compreende o Caminho de Peabiru.
	MARTINS, Romário.	1953	Assinala sobre os prováveis objetivos dos índios ao criarem o trajeto que compreende o Caminho de Peabiru.
	FERREIRA, João Carlos Vicente.	2006	É citado para tratar das origens e significados dos nomes dos municípios paranaenses.
<b>A2</b>	DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral.	1990, 1992, 1999	a) Informa sobre o modelo taxionômico utilizado para a classificação dos topônimos. b) A autora é citada para falar da relação que existe entre a nomenclatura onomástica e o acidente geográfico que o identifica. c) A pesquisadora cita Dick para explicar uma categoria específica de topônimo analisada (hierotopônimos). d) Cita-a ao explicar sobre a menor produtividade dos hagiotoipônimos femininos em relação aos masculinos – considerando que isso foi apontado pela autora sobre a Toponímia de São Paulo. e) A pesquisadora cita Dick para reforçar que as motivações religiosas no emprego de nomes de santos e de santas para nomear acidentes físicos e humanos (hagiotoipônimos) é comum em todo o país por se tratar de uma tradição ao longo do tempo. f) A segunda categoria mais produtiva explorada no corpus deste trabalho foi a dos animotoipônimos, cuja definição foi novamente embasada em Dick. g) Na falta de dados que expliquem as motivações nas criações de nomes relativamente disfóricos, a pesquisadora busca em Dick a ressalva de que nem sempre a Toponímia consegue explicar de modo objetivo a existência de determinado nome. h) Sobre as motivações nas criações

			de topônimos, a autora afirma que, quando não se pode recuperar os motivos exatos da nomeação, “o próprio desdobramento da tipologia em questão fala por si só, não sendo preciso acrescentar maiores dados”. i) Na categoria dos animotopônimos, Dick sugere verificar até que ponto as circunstâncias ambientais teriam influenciado na motivação, ou apenas se as condições subjetivas ou psíquicas do denominador estariam presentes nos nomes escolhidos para os acidentes físicos e humanos. j) A pesquisadora cita Dick para discorrer sobre a terceira categoria de topônimos mais recorrente da pesquisa (a dos fitotopônimos). k) A autora é citada com o propósito de classificar os topônimos incluídos na categoria fitotopônimos em “espécies individuais espontâneas” e “espécies individuais não espontâneas” e l) explicar as razões que levam à escolha de nomeações nessa categoria. m) Para explicar a categoria dos Antrotopônimos, a pesquisadora cita a afirmação de Dick de que Antroponímia e a Toponímia são duas áreas que se interseccionam. n) Ao discorrer sobre os hidrotopônimos, a pesquisadora explica sobre o fenômeno da toponimização que, segundo Dick, trata-se da transformação do nome genérico de um acidente geográfico em nome próprio, bem como o) dos vocábulos de origem hidrográfica.
	SALAZAR-QUIJADA, Adolfo.	1985	Ilustra a distinção entre termo ou elemento genérico e termo ou elemento específico.
	CUNHA, Antônio Geraldo da.	1986, 1998	Referência lexicográfica usada para consulta acerca da etimologia dos topônimos estudados.
	SAMPAIO, Teodoro.	1987	a) Referência lexicográfica usada para consulta acerca da etimologia dos topônimos estudados. b) Trata da predominância do tupi nas denominações geográficas na região sul de Mato Grosso do Sul.
	GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur.	1981	Referência lexicográfica usada para consulta acerca da etimologia dos nomes e sobrenomes.
	GUASCH, Antonio; ORTIZ, Diego.	2001	Referência lexicográfica usada para consulta acerca da etimologia dos topônimos estudados.
	ASSIS, Ceci Fernandes de.	2008	Referência lexicográfica usada para consulta acerca da etimologia dos topônimos estudados.
	BRASIL.	2010	Apresenta informações acerca da população de Dourados, município a que a pesquisa se refere.
	AGUILERA, Vanderci de Andrade; BERGANTINI, Vivian.	2002	a) Cita-a ao explicar sobre a menor produtividade dos hagiotoipônimos femininos em relação aos masculinos – considerando que isso foi também observado pelas autoras sobre a Toponímia do Paraná. b) As autoras destacam a preferência, em geral, na criação de

			topônimos, por nomes que denotem sentimentos positivos e agradáveis. Além disso, c) discutem o lugar da mulher nos nomes geográficos e concluem pela predominância da imagem masculina tanto nos antropotopônimos como nos hagiotopônimos.
	LIMA, Ivone Alves de.	1997	Trata-se de uma ressalva sobre a existência de uma proposta para a subdivisão dos hagiotopônimos em “autênticos” e “aparentes”.
	ISQUERDO, Aparecida Negri.	1996	Propõe, para a categoria do animotopônimos, uma subdivisão que se fundamenta no tipo de impressão que cada nome sugere: eufóricos e disfóricos.
	TAVARES, Marineide Cassuci.	2005	a) A pesquisadora faz referência às suas pesquisas em outro trabalho para discorrer sobre uma determinada tendência na atribuição de sintagmas toponímicos, b) sobre a prevalência de nomes masculinos em relação aos femininos na região pesquisada e c) sobre a superioridade proporcional dos topônimos de origem indígena em relação aos de origem portuguesa. d) Além disso, a autora e pesquisadora referencia-se para a observação de alguns dados coletados em outra pesquisa.
	ULLMANN, Stephen.	1964	O semanticista menciona a ideia de palavras “opacas” e palavras “transparentes” no processo de atribuição de nomes às coisas.
	ALINEI, Mario.	1993	Assim como Ullman (1994), Alinei menciona a ideia de palavras “opacas” e palavras “transparentes” no processo de atribuição de nomes às coisas.
	CAMPESTRINI, Hidelbrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz.	2002	São mencionados para falar da origem do nome da região pesquisada (Dourados).
	SCHNEIDER, Marlene.	2002	A partir dessa referência, conclui-se que as categorias de natureza física se sobressaem em relação às de natureza antropocultural.
	DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício.	2003	A partir dessa referência, conclui-se que as categorias de natureza física se sobressaem em relação às de natureza antropocultural.
	GONSALVES, Doraci da Luz.	2004	A partir dessa referência, conclui-se que as categorias de natureza física se sobressaem em relação às de natureza antropocultural.
<b>A3</b>	PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de.	2013	Forneceram base para o método de coleta de dados.
	ISQUERDO, Aparecida Negri	2008, 2010, 2012	a) Discorre sobre a necessidade do homem de nomear as coisas a sua volta como referências para se localizar no mundo e no espaço onde habita. No referido trabalho, o estudo toponímico é abordado em seu caráter interdisciplinar.

	DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral.	1992, 2012	a) Esclarece sobre a motivação na atividade de nomeação de lugares. b) Trata da qualidade de topônimo de um nome a partir da sua capacidade de representar o seu referente. c) A autora é citada para falar da origem do estudo da Toponímia como disciplina da onomástica. d) A autora é novamente citada para discorrer sobre a sistematização do estudo toponímico, e) bem como sobre os dois pontos de sua articulação: o espaço geográfico (função toponímica) e o memorial (memória toponímica). f) Dick discorre sobre a motivação toponímica contida na denominação do objeto nomeado. g) Apontada como sugestão de estudo da teoria toponímica no trabalho com alunos da educação básica.
	CARVALHINHO S, Patrícia de Jesus.	2003	Discorre sobre a possibilidade de resgate da história social de determinada região através do estudo da etimologia dos topônimos.
	SEIDE, Márcia Sipavicius.	2010	Trata do processo de atribuição de sentidos aos nomes de lugares.
	CARDOSO, Armando Levy.	1991	O autor é apresentado como introdutor dos estudos toponímicos no Brasil.
	ANDRADE, Karylleila dos Santos.	2011	a) A referida pesquisadora é citada com o propósito de se analisar a sua opinião acerca dos estudos toponímicos no Brasil, tidos como restritos ao meio acadêmico, b) também apontada como referência de proposta de estudo toponímico e c) teoria toponímica numa percepção interdisciplinar na educação básica.
	SOUSA, Alexandre Melo.	2007	No referido trabalho, o estudo toponímico é abordado em seu caráter interdisciplinar.
	SANTOS, Alessandra de Souza.	2014	No referido trabalho, o estudo toponímico é abordado em seu caráter interdisciplinar.
	DAL CORNO, Gisele Oliva Montovani; SANTOS, Elisa Jaques dos.	2010	No referido trabalho, o estudo toponímico é abordado em seu caráter interdisciplinar.
	ARAÚJO, Maria do Socorro Melo; CRUZ, Maria Odileiz Sousa.	2013	Indicação de trabalho que discorre sobre Toponímia Regional.
	ARAÚJO, Crediné Silva de Menezes.	2015	No referido trabalho, o estudo toponímico é abordado em seu caráter interdisciplinar.
	SILVA, Antonia Sandra Lopes; MORAES, Francisca Olávia Gomes de;	2014	Trabalho citado como exemplo de análise de dados sobre os topônimos dos bairros da zona Sul de Boa Vista.

	SILVA, Veralúcia Thomaz Cardoso; SILVA, Sivanilde Rodrigues da; SANTOS, Alessandra de Souza.		
	BRASIL.	1998	O referido documento orienta acerca do conhecimento e da valorização da “pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro.
<b>A4</b>	CABRERA, Genoveva Torres.	2002	Trata da distinção entre Toponímia (o conjunto de nomes de lugar) e Toponomástica (disciplina que os estuda).
	POCKLINGTON, Robert.	s/d	Trata também da distinção entre Toponímia (o conjunto de nomes de lugar) e Toponomástica (disciplina que os estuda).
	TRAPERO, Maximiliano.	1999	No referido trabalho, o autor é citado para discutir o conceito e a terminologia de Toponímia.
	SEABRA, M. C. T.	2006	a) No referido trabalho, a autora é citada para discutir o conceito e a terminologia de Toponímia e de sua distinção em relação à Toponomástica e b) trata da relação de inclusão da Toponomástica e Antroponomástica na Onomástica. c) Esclarece que a Toponomástica se articula às bases culturais para buscar o significado dos referentes e comprovar a verdade do nome.
	SEIDE, Marcia Sipavicius.	2013	a) No referido trabalho, a autora é citada para discutir o conceito e a terminologia de Toponímia e de sua distinção em relação à Toponomástica e b) discorre acerca das determinações sociais e históricas que motivam a designação dos topônimos.
	ANJOS, Marcelo Alessandro Limeira dos.	2012	Reforça a importância de conhecer o costume de um povo, sua mentalidade, para resgatar a memória social de determinado local.
	DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral.	1990, 1999	Destaca a importância do estudo toponímico considerando o topônimo como verdadeira fonte de conhecimento.
	BRASIL.	2017	Cita as competências apresentadas nesse documento.
	PAVIANI, Neires Maria Soldatelli; FONTANA, Niura Maria.	2009	Discorrem acerca da importância do trabalho com oficinas pedagógicas.
<b>A5</b>	BRASIL	2006	a) Destaca o papel da disciplina Língua Portuguesa. b) O referido documento orienta acerca da importância no tocante à valorização de atividades que conduzam o aluno a uma proximidade mais considerável das diversas linguagens do cotidiano. c) Além disso, descreve o caráter interdisciplinar desse campo de

			estudo e d) como tudo isso interfere positivamente na formação social do aluno.
	TRINDADE, Diamantino Fernandes.	2008	Trata do conceito de interdisciplinaridade.
	JAPIASSU, Hilton.	1976	Trata do conceito de interdisciplinaridade.
	DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral.	1990, 1986, 1987, 2004	a) Discorre acerca da atividade de nomeação das coisas, assim como b) do papel do homem nessa atividade em relação aos designativos geográficos. c) O pesquisador informa sobre o modelo taxionômico utilizado para a classificação dos topônimos e d) apresenta uma sistematização da classificação proposta por essa autora quanto às naturezas física e antropocultural dos topônimos. e) Dick descreve os aspectos que devem ser observados no estudo dos topônimos. f) Trata da classificação dos topônimos quanto à sua estrutura morfossintática e composição semântica. g) A autora é citada com a finalidade de acentuar que os designativos de lugar trazem, em sua gênese, aspectos da vida do homem.
	SOUSA, Alexandre Melo de.	2013	a) O autor fala da restrição dos estudos toponímicos ao meio acadêmico e b) propõe um modelo de atividade com o viés da Toponímia para o ensino básico.
	ISQUERDO, Aparecida Negri.	1996	Discorre acerca da subclassificação da categoria dos animotopônimos em eufóricos e disfóricos.
	LIMA, Ivone Alves.	1997	Na categoria dos hagiotopônimos, a autora propõe uma divisão que compreende os hagiotopônimos autênticos e aparentes.
	FRANCISQUINI, Ignez de Abreu.	1998	Descreve as suas contribuições quanto aos acronimotopônimos, estamatopônimos, grafematopônimos, hígietopônimos, necrotopônimos.
	FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda.	1998	Apresenta a definição do termo “Memória”.
	MEIHY, José Carlos Sebe Bom.	2000	Discorre acerca do conceito de “Memória”.
	JOUTARD, Philippe.	2000	Tece considerações acerca das diferentes concepções da escrita e da oralidade, dando destaque à memória oral.
	ROSSI, Paolo.	2010	Trata da memória em relação ao tempo.
	PORTELLI, Alessandro.	2010	a) É citado para referenciar o termo “diferenças culturais” na abordagem sobre o processo de ensino-aprendizagem e b) de sua presença em relação ao pesquisador e narrador numa possível atividade de entrevista.
	PASSERINI, Luisa.	2011	Por tratar da memória oral, é citada para discutir a relação Toponímia e Memória, tema abordado pelo pesquisador.

	PRODANOV, Cléber Cristiano; FREITAS, Ernani César de.	2013	Oferecem embasamento para a justificativa do pesquisador de fazer pesquisa de campo.
	NUNES, Verônica Ramalho; ANDRADE, Karylleila dos Santos.	2015	Fazem considerações sobre a Toponímia no contexto do ensino.
	MELO, Pedro Antônio Gomes de.	2015	Discute os nomes de lugares na obra lexicográfica de uso escolar.
<b>A6</b>	FREIRE, Paulo.	1996	a) Faz esclarecimento acerca do termo “curiosidade epistemológica” e b) da relação entre docente e discente.
	HOUAISS, A; VILLAR, Mauro de Salles.	2001	a) Apresentam as definições de “trama” e “urdume” para explicar a metáfora usada sobre tecer a aprendizagem, b) bem como dos termos “complexidade” e “complexo”.
	BRASIL.	1996, 2002	a) Discorre acerca do conceito de aprendizagem e b) interdisciplinaridade.
	LAKOFF, G.; JOHNSON, M.	1980	Trata dos processos metafóricos.
	AZEVEDO, J. G.	2002	a) Discorre acerca da metáfora de rede e b) da conexão entre as partes e o todo no processo de tessitura. Além disso, c) é citado para relacionar o estudo toponímico à perspectiva holográfica no sentido interdisciplinar, considerando a abordagem da metáfora de rede.
	ALVES, N.	2001	Discorre acerca da metáfora de rede.
	MORIN, E.	1990	a) Trata dos sentidos atribuídos à palavra complexidade, b) da concepção de paradigma e c) do saber/fazer interdisciplinar. d) Ressalta a necessidade de interdisciplinaridade entre as ciências humanas e as ciências naturais.
	ASSUMPTÃO, I.	2009	Trata do conceito de interdisciplinaridade.
	FAZENDA, I.	2001	Trata do conceito de interdisciplinaridade.
	JAPIASSU, H.	1976	Trata dos múltiplos conceitos e da diferenciação entre multi, pluri, inter e transdisciplinaridade.
	SANTOS, B. S.	1988	Discorre acerca do conceito de paradigma emergente.
	DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral.		Discorre acerca do vínculo da Toponímia com as outras ciências.
	ULLMANN, S.	1964	Afirma que o estudo dos nomes próprios ou onomástica pode esclarecer muitos aspectos da história política, econômica e social
<b>A7</b>	BIDERMAN, M. T. C.	1981	Discorre sobre os aspectos que constituem o acervo verbal de um idioma.
	LYONS, J.	1981	Explora o conceito de cultura.

	VALEA, X. M.	2003	a) É citada como referência no modelo de aplicação da onomástica ao ensino. b) Apresenta informações acerca de como deve ser a ficha do informante para o trabalho de campo.
	DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral.	1990, 1992, 1996, 2004, 2007	a) Apresenta a definição dada por Dick para o termo Toponímia. b) Trata dos dois pontos de sua articulação no estudo toponímico: o espaço geográfico (função toponímica) e o memorial (memória toponímica). c) De acordo com a toponimista o signo toponímico incorpora as características do espaço que nomeia. d) Seu modelo taxionômico utilizado para a classificação dos topônimos é citado como sugestão para parte da atividade a ser desenvolvida pelos alunos. e) Apresenta informações acerca de como deve ser a ficha lexicográfico-toponímica para o trabalho de campo.
	ROSTAINING, C.	1961	Discorre acerca do que propõe o estudo toponímico.
	SALAZAR-QUIJADA, A.	1985	Apresenta a definição do termo Toponímia.
	LEGRÁ, G. V.	2007	Discorre acerca dos aspectos físico geográficos e sócio-histórico-culturais inerentes ao estudo toponímico.
	BRASIL.	1998	O referido documento é mencionado porque propõe uma mudança de foco no ensino da língua materna, indo de encontro ao que diz respeito ao tratamento interdisciplinar no ensino da Língua Portuguesa.
	SOUSA, A. M.	2007	Descreve e exemplifica as taxas propostas por Dick.
	MARQUES, J. R.	1950	Marques apresenta de forma abrangente sua concepção de língua.
<b>A8</b>	NABAIS, Antonio J.C.	2008	Apresenta a definição do termo Toponímia.
	DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral.	1992, 1995, 2006, 2014	a) Busca descrever sobre as primeiras pesquisas toponímicas. b) Esclarece que a existência e aceitação dos topônimos dá-se desde a época da colonização sob influência dos termos indígenas no designativo de animais e vegetais. c) No caso da modificação dos topônimos, ao longo do tempo, Dick afirma que essas unidades vocabulares são interpretadas como “expressões fixas” da língua, aplicando-lhes o mesmo ordenamento dos eixos paradigmático e sintagmático das línguas. d) Discorre acerca da memória social já que, embora algumas denominações sejam transformadas por leis e decretos, algumas nomeações originais, oriundas de criações espontâneas que, como um foco de resistência, permanecem em uso e e) do quanto a conceituação teórica atribuída aos topônimos é uma fonte de conhecimento tão excelente quanto as melhores evidências documentais.
	VIEIRA, Zara Peixoto.	2000	Vieira apresenta uma concepção distinta e relevante acerca dos topônimos porque, segundo ela, eles

			manifestam a visão de mundo do denominador em sua relação com o referente e persistem, alguns, mesmo após a nomeação oficial.
	SAUSSURE, Ferdinand de.	2006	A consideração do signo linguístico como algo além da união de uma coisa e uma imagem é importante para os estudos toponímicos porque reflete e justifica a percepção que o signo toponímico reflete em sua denominação.
	DITIZIO, Ideli Raimundo.	2008	a) Cita Portugal para discorrer acerca das leis em relação à nomeação dos espaços afirmando que, nessa localidade, a escolha dos topônimos tem como pretensão que os topônimos estejam intimamente ligados aos valores culturais e sociais das populações portuguesas. b) Discorre acerca de um sistema de normalização da Toponímia muito bem elaborado e criterioso, tomando como exemplo Quebec no Canadá.
	IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Centro Histórico de São Luís.	2015	Discorre acerca da preservação das amplas referências toponímicas na capital ludovicence como herança do período colonial e imperial.
	VIEIRA FILHO, Domingos.	1971	Discorre sobre a origem de um caso específico de nomeação paralela (Rua das Flores que passou a se chamar Rua Alúcio de Azevedo), onde não se pode determinar ao certo a verdadeira motivação da primeira denominação.
<b>A9</b>	DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral.	2006	a) Apresenta a definição do termo Toponímia. b) Trata dos dois pontos de sua articulação no estudo toponímico: o espaço geográfico (função toponímica) e o memorial (memória toponímica). c) Classificação dos nomes das escolas de acordo com a natureza e a taxionomia proposta por Dick.
	BRASIL.	1998	O referido documento é mencionado porque propõe uma mudança de foco no ensino da língua materna, indo de encontro ao que diz respeito ao tratamento interdisciplinar no ensino da Língua Portuguesa.
	ALVES, A. P. M.	2008	Apresenta informações históricas sobre o início do povoamento de Minas Gerais.
	TRINDADE, Cônego Raimundo.	1962	Apresenta informações históricas sobre o início do povoamento de Minas Gerais.
	SEABRA, M.C.T.C.	2004	Investiga a motivação de 210 topônimos da primeira região povoada de Minas Gerais, a Região do Carmo, em que a cidade de Barra Longa se encontra inserida.
<b>A10</b>	GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J.	1983	Apresenta a definição do termo Toponímia.
	CARVALHINHO S, P. J.	2002	Faz referência a um de seus trabalhos para destacar que, embora as disciplinas onomásticas ofereçam subsídios

			para análises literárias, o aspecto literário não é foco de abordagem nesse trabalho.
	SUZUKI, Júlio César.	2006	Trata da distinção entre espaço e cenário na narrativa.
	MACEDO, J. Manuel de.	1952	O autor da obra literária analisada é frequentemente citado para que se discuta trechos dessa narrativa.
	DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral.	1990	O trabalho traz para a discussão a denominação “sociologia do cotidiano”, dada por Dick para referir-se aos topônimos.
	SERRÃO, Joaquim Veríssimo.	1965	O historiador descreve a história do Rio de Janeiro no século XVI, espaço e época em que é situada a narrativa analisada.
	Haddad	1954	O autor, citado, porém não referenciado, descreve a forma como Joaquim Manuel de Macedo une realidade e fantasia na obra analisada.
	GERSON, Brasil.	2000	Discorre acerca da história das ruas do Rio de Janeiro.

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Como informado anteriormente, o foco desta análise é a base temático-teórica que fundamenta os trabalhos que versam sobre Toponímia, dessa forma, após essa exposição dos trabalhos pesquisados, segue-se com a discussão dos dados, levando em consideração os critérios elencados no início desta seção.

#### a) Quanto ao tipo de abordagem

Dos dez trabalhos analisados, 6 (seis) abordam o tema Toponímia associado ao ensino na educação básica (A3, A4, A5, A6, A7 e A9), 1 (um) traz essa abordagem de forma indireta (A10), uma vez que o estudo proposto baseia-se na averiguação do tema em uma obra literária, e 3 (três) têm como foco de abordagem a identificação e classificação de topônimos de localidades específicas de acordo com as categorias taxionômicas (A1, A2 e A8).

#### b) Quanto à especificidade com o tema

Essa perspectiva auxilia na determinação do foco de discussão dado ao texto a partir da seleção do corpus teórico que possa fundamentá-lo. Nos trabalhos A1, A7, A8, A9 e A10 nota-se uma preocupação em apresentar a definição do termo Toponímia

na concepção de variados autores (Dick, Salazar Quijada, Nabais, Seabra, Seide, Greimas e Courtés, por exemplo). Como os trabalhos A1, A2 e A8 objetivavam identificar e classificar os topônimos de localidades específicas de acordo com as categorias taxionômicas, a maioria dos teóricos e das teorias apresentadas discorrem a respeito:

I – Dos conceitos dos termos relacionados ao tema Toponímia/Toponomástica;

II - Das motivações e categorização dos signos toponímicos;

III – Das especificidades (história e características geográficas) dos locais objetos de estudo.

### c) Quanto à incidência das citações

Embora a seleção do corpus teórico para a elaboração de um trabalho científico seja também determinada por critérios de acordo com a orientação teórico-metodológica, algumas referências são utilizadas por serem amplamente conhecidas, devido a seu aprofundamento em pesquisas da área. Nessa perspectiva, é apresentado, a seguir, um gráfico que busca ilustrar os principais autores explorados nos dez artigos analisados, quanto à incidência das citações:

Gráfico 1 – Os dez autores mais citados nos trabalhos analisados.



Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Como pode ser observado, há alguns autores referenciados que ganham destaque, entre eles, Dick que trata principalmente dos aspectos teórico-conceituais da Toponímia sendo citada cinquenta e uma vezes, Isquierdo, que discorre acerca do estudo lexical e de algumas subclassificações de topônimos, sendo mencionada seis vezes em quatro trabalhos. Biderman é citada em dois deles por cinco vezes com a discussão sobre a designação de referentes extralinguísticos, sistemas lexicais como forma de representação cultural e influências externas no processo de criação desses sistemas. Morin, que discorre sobre a interdisciplinaridade, bem como Sousa, Aguilera, Andrade, Seabra, e Tavares, que tratam de questões relacionadas aos estudos toponímicos como conceitos, taxes e motivações, são referenciados num total de quatro vezes; enquanto Seide, é mencionada três vezes discorrendo, entre outras coisas, sobre determinações sociais e históricas que motivam a designação dos topônimos. E por razões específicas do foco pretendido em cada trabalho, a maioria dos demais autores são citados em menor número.

## 5 Considerações finais

Na análise realizada no presente trabalho, dos diversos autores citados nos dez trabalhos analisados, Dick sobressai-se por ser citada 51 vezes, sendo referência na elaboração de todos eles. Acredita-se que essa quantidade de ocorrência decorre do fato de essa toponimista ser considerada pioneira nos estudos toponímicos brasileiros, ter uma ampla pesquisa na área com publicação de diversos trabalhos e, além disso, ser responsável pela categorização taxionômica de topônimos mais completa e mais conhecida no Brasil, o que justifica tamanho destaque em produções dessa temática.

A singularidade em seu trabalho reside em atravessar diversos domínios de produção nas vertentes da Toponímia e Antroponímia associadas a outras áreas de estudo com as quais mantêm estreita ligação (Linguística, Antropologia, Geografia, História, Sociologia, Cartografia, Literatura etc.). Desse modo, tem produzido

trabalhos científicos primorosos com um vasto conhecimento que atende trabalhos com diferentes perspectivas. A adequação dos estudos toponímicos à realidade brasileira através do aperfeiçoamento de trabalhos que já vinham sendo desenvolvidos na Europa e a observância da necessidade de criação de taxes que de fato classificassem o léxico toponímico brasileiro é uma das razões que fazem de Dick uma referência obrigatória nos estudos toponímicos desenvolvidos no Brasil. É evidente, em seus trabalhos, a percepção de pontos primordiais que podem ser extraídos a partir da análise toponomástica: a identidade linguística nacional, resgate de memórias históricas e culturais, comportamentos sociais em espaço e tempo, a possibilidade de diálogo entre diferentes campos disciplinares, entre outros. Com isso, Dick dá ao estudo do nome uma importância e consequente visibilidade que lhes são devidas. A sensibilidade e preocupação na observância desses pontos que são particulares de cada localidade pesquisada estão presentes em sua escrita com a composição de análises minuciosas que atendem à cientificidade que requerem trabalhos dessa natureza.

O presente artigo propunha-se a selecionar alguns trabalhos relacionados ao estudo do léxico toponímico. Decidiu-se ampliar a seleção a partir da inclusão de produções científicas que dissertam sobre o tema Toponímia e ensino. Para tal feito, definiram-se critérios de inclusão e de exclusão, dentre os quais o que se limitava a analisar apenas textos do gênero artigo e, com base neles e em combinações de descritores sobre a temática, realizou-se o processo seletivo com buscas em bases de dados eletrônicos, das quais foram escolhidas dez produções acadêmicas para a elaboração de uma Revisão Integrativa.

O objetivo principal foi analisar a base teórica dos dez trabalhos selecionados, verificando quais teóricos foram citados e com que finalidade foram referenciados. Como resultado, este foco de análise possibilitou o acesso a um grupo variado de autores que discorrem sobre a referida temática; possibilitou também entender a

finalidade de cada uma das citações e permitiu o exercício da interpretação e da observação de teorias que se complementam.

Embora todos esses artigos abordem o tema geral Toponímia, precisou-se definir a observação de diferentes focos de discussão, segundo os quais constatou-se que: nos trabalhos que tratam da análise interna de signos toponímicos (identificação e categorização), a base teórica é composta principalmente de autores que falam dos aspectos científicos, entre esses temas, sobre definições, história dessa ciência, principais autores, contribuições para o estudo linguístico; e autores que discorrem sobre aspectos extralinguísticos, específicos das localidades em que foi realizado o estudo toponímico: como história e cultura local e características geográficas.

Nos trabalhos que tratam do tema Toponímia associado ao ensino, o corpo teórico trata principalmente do que propõem as leis educacionais, da importância da interdisciplinaridade e seus conceitos, da sua relação com a memória e a cultura, além de propostas de atividades para a educação básica, de modo que as teorias acerca do tema Toponímia são pouco exploradas.

Em síntese, conclui-se que a presente revisão alcançou os objetivos propostos contribuindo significativamente para a elaboração de outras atividades, com base na temática aqui explorada. Ademais, ainda no processo de seleção foi constatada a necessidade de desenvolvimento de mais trabalhos, bem como de publicações, acerca desse tema.

### Referências Bibliográficas

ANANIAS, A. C. C. dos S.; ZAMARIANO, M. Estudo toponímico do Caminho do Peabiru: contribuição ao resgate da história do Paraná. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 10, n. 2, p. 141-164, 2014. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/21/showToc>. Acesso em: 14 fev. 2020.

ANDRADE, K. dos S. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na Interdisciplinaridade. **Domínios de Lingu@gem** - Revista Eletrônica de Linguística,

Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 205-225, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem>. Acesso em: 18 fev. 2020. DOI <https://doi.org/10.14393/DL12-v6n1a2012-11>

CÂMARA, J. M. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**: Linguística e Filologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A., 1977.

CARVALHO, A. P. M. A. de. Língua e identidade cultural: O estudo da toponímia local na escola. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, **Anais** [...] Uberlândia: EDUFU, 2012. Disponível em: [http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume\\_2\\_artigo\\_025.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/06/volume_2_artigo_025.pdf). Acesso em : 16 fev. 2020.

CARVALHINHOS, P. de J. Interface onomástica/literatura: A toponímia, o espaço e o resgate de memória na obra Memórias da Rua do Ouvidor, de Joaquim Manuel de Macedo. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 2008, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: UERJ, 2009, p. 83-99. Disponível em: [https://www.academia.edu/3149234/INTERFACE\\_ONOM%C3%81STICA\\_LITERATURA\\_A\\_TOPON%C3%8DMIA\\_O\\_ESPA%C3%87O\\_EO\\_RESGATE\\_DE\\_MEM%C3%93RIA\\_NA\\_OBRA\\_MEM%C3%93RIAS\\_DA\\_RUA\\_DO\\_OUVIDOR\\_DE\\_JOAQUIM\\_MANUEL\\_DE\\_MACEDO](https://www.academia.edu/3149234/INTERFACE_ONOM%C3%81STICA_LITERATURA_A_TOPON%C3%8DMIA_O_ESPA%C3%87O_EO_RESGATE_DE_MEM%C3%93RIA_NA_OBRA_MEM%C3%93RIAS_DA_RUA_DO_OUVIDOR_DE_JOAQUIM_MANUEL_DE_MACEDO) Onomastics literature interface Toponymy space and memory recovering at Mem%C3%B3rias da rua do Ouvidor Joaquim Manuel de Macedo. Acesso em: 26 out. 2019.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S. de; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**. v. 18.1, p. 9-11, jan-mar, 2014. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 21 fev. 2020. DOI <https://doi.org/10.5935/1415-2762.20140001>

REIS, A. I. A.; ANDRADE, K. dos S. Propostas de oficinas pedagógicas para o ensino médio: os topônimos inseridos na prática escolar. In: **Perspectivas para o ensino de línguas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. v. 3, 2019. p. 79-87. Disponível em: [http://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8013/ebook\\_perspectivas\\_volume\\_3final.pdf?sequence=1#page=79](http://www.repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8013/ebook_perspectivas_volume_3final.pdf?sequence=1#page=79). Acesso em: 11 fev. 2020.

SILVA, A. S. L. da; ARAÚJO, M. do S. M. Estudo Toponímico na sala de aula: Atividade interdisciplinar contextualizada. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, ano 22,

n. 66, set-dez, 2016. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/rph/ANO22/66supl/0068.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

SILVA, T. de J. B. e; MORAES, P. H. V. de. A nomeação dos topônimos: memória e história em confronto entre o passado e presente. **Littera Online**, v. 6, n. 10, 2015. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/3556>. Acesso em: 16 fev. 2020.

SOUSA, A. M. de. Para a aplicação da toponímia na escola. *In*: XVII CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: UERJ, 2013. p. 294-306. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/LinguaPortuguesa/toponimia\\_e\\_ensino\\_propostas.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/LinguaPortuguesa/toponimia_e_ensino_propostas.pdf). Acesso em: 16 fev. 2020.

SOUSA, A. M. de; GOUVEIA, A. P. T. Toponímia e memória: uma proposta de atividade para as aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio. **Revista A Cor das Letras**, Feira de Santana, v. 18, n. 3, p. 241-253, set.-dez. 2017. Disponível em: <http://www.efsperiodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/index>. Acesso em: 21 fev. 2020. DOI <https://doi.org/10.13102/cl.v18i3.1965>

TAVARES, M. A toponímia das localidades rurais do município de Dourados-MS. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 164-191, 2015. Disponível em <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/549>. Acesso em : 17 fev. 2020.

Artigo recebido em: 29.09.2020

Artigo aprovado em: 09.11.2020

## Tradução

Imaginário y representación en la formación del léxico colonial de Tocantins<sup>1</sup>

## Imaginário e representação na formação do léxico colonial do Tocantins

Karylleila Santos ANDRADE\*

**RESUMEN:** La lengua tupí es la responsable por la formación de la toponimia brasileña en los primeros siglos después del “descubrimiento” de Brasil. En Goiás, antigua Tierra de Goyases, el período de las *entradas* y de las *bandeiras*, expediciones conducidas especialmente por los colonos paulistas y las expediciones de los Jesuitas por los ríos Araguaia y Tocantins, favorecieron la formación de la toponimia en esa región. Es cierto que por donde pasaban los pueblos indígenas, que hablaban lenguas del tronco tupí, denominaban la realidad circundante a fin de demarcar los espacios del paisaje local (elementos físicos: ríos, arroyos, sierras etc. y elementos humanos y/o culturales (campamentos, pueblos, juzgados, etc.) con diversos intereses, entre ellos, la conquista de territorios. El presente artículo tiene como propuesta ofrecer lecturas sobre la formación de la toponimia colonial en la Provincia de

**ABSTRACT:** The tupi language is responsible for the formation of Brazilian Toponymy in the first centuries after the “finding” of Brazil. In Goiás, former *Land of Goyases*, the period of *entradas e bandeiras* expeditions, performed especially by São Paulo settlers, and the expeditions of Jesuits on the Araguaia and Tocantins rivers, promoted the toponymic formation in this region. The truth is that where indigenous people passed and spoke tupi languages, they named the surrounding reality in order to demarcate the areas of the local landscape (physical elements: rivers, streams, mountains etc. and human and/or cultural elements: camps, villages, parishes, etc.) with various interests, including the conquest of territories. This article proposes to offer readings about colonial toponymic formation in the Province of Goiás, bearing in mind the people of the region, particularly, by the Araguaia and Tocantins rivers. Moreover,

<sup>1</sup> Este texto é uma tradução do artigo já publicado na revista *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 19 n. 2 (2017), disponível no link <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/121997>. Acesso em: 29 set 2020. A tradução foi autorizada pelo editor da revista FLP.

\* Professora da UFT. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6920-9206>. [karylleila@gmail.com](mailto:karylleila@gmail.com)

Goiás teniendo en vista que el poblamiento de la región se dio, particularmente, por los ríos Araguaia y Tocantins. Además, tenemos la intención de presentar una posible lectura de esa formación a partir de datos documentales de la “existencia” del pueblo indígena denominado Tocantins. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron la investigación bibliográfica y documental (mapas y documentos de los siglos XVI, XVII y XVIII). Los autores Sampaio (1987), Flores (2009), Casal (1845), Ferreira (1960), Palacin, Garcia e Amado (1995) se toman como fuentes de la investigación bibliográfica.

**PALABRAS CLAVE:** Léxico. Toponimia. Ríos Araguaia y Tocantins. Tocantins Colonial.

we intend to present a possible reading of this formation stem from documentary data of the “existence” of indigenous people named Tocantins. Methodological procedures used were bibliographical and documental research (maps and documents from the XVI, XVII and XVIII centuries). Authors as Sampaio (1987), Flores (2009), Casal (1845), Ferreira (1960, 1977), Palacin, Garcia and Amado (1995) supported the bibliographical research.

**KEYWORDS:** Lexicon. Toponymy. Araguaia and Tocantins rivers. Colonial Tocantins.

## 1 Introducción

Las *entradas* y las *bandeiras* que cortaron los *sertões*<sup>2</sup> en los siglos XVI, XVII y XVIII dejaron registros en documentos y guiones referidos al topónimo Tocantins. Ferreira (1960, p. 259) cita a Bento Maciel Parente, capitán mayor de la Provincia de Pará, el día 20 de abril de 1625, con el pasaje de una “memoria” (énfasis del autor) que fue enviada al rey:

Demás, destas Capitánias se pueden demarcar otras, entre el Rio de las Amaçonas, y el Gran Pará, y por cima de la Província de los Tocantines, por ser el Rio muy navegable, y las tierras fertiles, que se entiende que daran trigo, y vino, y otras cosas de Espana, como se dan en el Nuevo Reino de Granada<sup>3</sup> que allí es vecino, y esta en la misma altura: también por aquí ay muchas

<sup>2</sup> Región del interior, de vegetación esparza y suelo arenoso y salitroso, sujeto a sequías periódicas, con población escasa y lejos de los centros urbanos, donde la ganadería se sobrepone a las actividades agrícolas.

<sup>3</sup> Ferreira (1960, p. 259) señala que Parente, como todos los demás en ese momento, creía que el Perú (Reino de Granada) tenía fronteras en la región de Tocantins, es decir, el río Paraupava. Y que había mucho oro en esa región.

minas, como en el Nuevo (Reino de Granada), y quizá mas ricas (FERREIRA, 1960, p. 259)

Ferreira (1960) resalta que Parente no deja claro que el río que cruza la región (Provincia de los Tocantins) tuviese esa misma denominación. Sin embargo, “entonces los exploradores en Pará probablemente ya llamaban al río Tocantins, por una nación indígena que vivía en la región” (p. 259). En cuanto a la “nación indígena” de mismo nombre, no hay documentos aún que comprueben su existencia. Lo que se puede decir es que el río Tocantins fue el nombre adoptado por franceses, jesuitas portugueses y mestizos del norte, aún en la colonia, para el río que desciende al norte y desemboca en el río Pará. Como muestra Flores (2009, p. 29), varios fueron los grupos que tenían denominaciones próximas al nombre Tocantins. “Esos pueblos eran los Tacamedus (habitaban las orillas del río Tocantins), los Tacandiras (los mismos que los Tocandiras), los Tacanhunas, los Tocanos y los Tucanos, y otros” (FLORES, 2009, p. 31). De hecho, lo que se percibe es una aproximación a la grafía, pero, como ya fue dicho antes, es una cuestión académica aún en abierto, una vez que hay diversas imprecisiones al respecto del nombre del río. Aún según Flores (2009, p. 31), “En los primeros itinerarios coloniales, o en los testamentos e inventarios de los bandeirantes de São Paulo, varias designaciones hacían referencia a la misma región donde se encuentra el río”. En tales documentos, la autora revela que el nombre Tocantins tenía una relación muy fuerte con la lengua hablada por diversos grupos indígenas de la época, los cuales habitaban la región a la margen del río. Es cierto que fueron ellos propios que guiaron y dieron diversas informaciones a los *bandeirantes* en sus andanzas por los *sertões*, como también a los misionarios venidos de la Amazonia.

Aun sobre una posible existencia de un pueblo llamado “Tocantins”, Vieira (1746), Tomo III de las Cartas, apunta: “Lo que se ha dicho sobre las Poquiguáras, también se entiende de las Catingas, y con mucho mayor razón, porque están más arriba de los Tocantins, no solo cerca de sus tierras, sino casi dentro de ellas” (p. 85-

86). Una interpretación posible de esa citación es que Vieira estuviese hablando de los pueblos "Poquiguaras"<sup>4</sup>, "Catingas" y de los dichos "Tocantins". Otro estudioso al referirse a la existencia de un grupo llamado Tocantins es Castro (1941, p.124): "Tocantins o Tucantins, 'nariz de tucán', nombre de una tribu que habitaba las orillas del río". Vieira (1735), Tomo I de las Cartas, aun hace referencia a la misión que le fue dada por el Capitán Mayor de recorrer el Río de Tocantins:

Decepcionado con esta Misión, o engañado por ella, me fui hacia Pará con los Curas que había detenido, y tratando de pasar al Rio das Almazonas, me ofreció el Capitán jefe de allí N. do N. otra Misión al Rio de los Tocantins, en la cual se decía que muchas aldeas indias eran inestables para que se bajara hasta allí (VIEIRA, 1735, p. 62) (subrayado nuestro).

El siguiente documento, localizado en el Archivo Ultramarino de Lisboa, con fecha de 21 de junio de 1647<sup>5</sup>, Provincia de Pará, indica la existencia de los probables "indios Tocantins". Se trata de un requerimiento dirigido al proveedor de la Hacienda Real del Pará.

REQUERIMIENTO del capitán jefe de Pará, Sebastião de Lucena de Azevedo, al rey [D. João IV], solicitando un traslado 1 de las órdenes y bandos del Gobernador del Estado de Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, sobre los asuntos de indios (tocantins), tupinambás, camutás y los esclavos del pirata Bandergoss) y del gobierno de la capitanía (AHU\_CU\_013, Cx. 1, D. 67) (subrayado nuestro).<sup>6</sup>

---

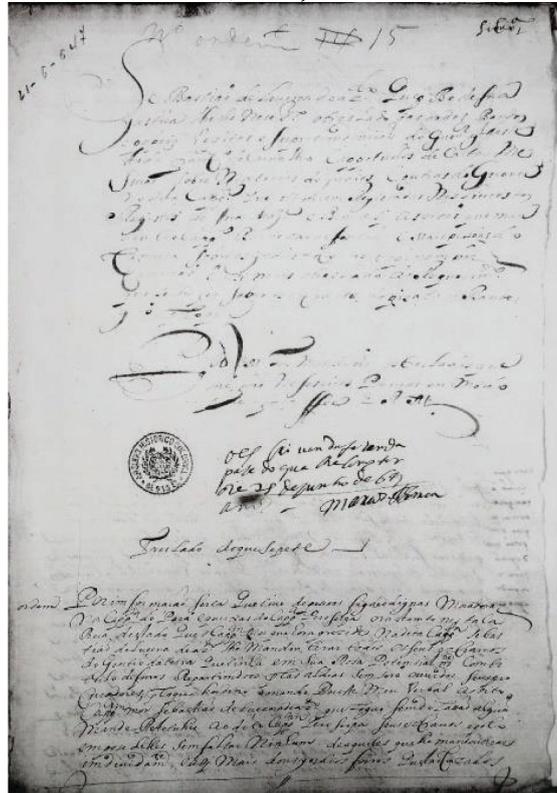
<sup>4</sup> Los Potiguara viven hoy en los estados de Paraíba y Ceará. Datos disponibles en el sitio <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/potiguara/934>>. Acceso en: 18 feb. 2015.

<sup>5</sup> Información de la AHU, disponible en: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc013/CU-Para.pdf>. Acceso en: 28 maio 2015.

<sup>6</sup> Traslado es una copia de un texto original, y, en términos más específicos, es una copia certificada por una autoridad pública, en este caso el escribano de la Proveduría del Tesoro, Brás da Silveira, en el que escribe: "Todo está concertado para el traslado de los mismos (es decir, el traslado de los documentos originales) por mí, escribano del Tesoro", por lo que no cobró emolumentos "Gratis".

A continuación, se presenta parte del documento (Figura 1) y, luego, su transcripción<sup>7</sup> conforme a la grafía de la época.

Figura 1 — Documento AHU (21 de junio de 1647 - Provincia de Pará).



Fuente: Imagen: Reproducción facsimilar del documento bajo la cuota AHU/Lisboa\_CU\_013, Cx. 1, D. 67.

Figura 2 — Transcripción del documento AHU (21 de junio de 1647 - Provincia de Pará).

<sup>7</sup> Transcripción adaptada a la ortografía actual: Sebastião de Lucena de Azevedo que por el bien de su justicia necesita el traslado de órdenes, bandos y papeles, visitas y superintendencias del gobernador general de este estado Francisco Coelho de Carvalho, capítulos de cartas misivas sobre asuntos de indios y otros del gobierno de esta capitania que estén registrados en los libros de los registros de Su Majestad, del mismo modo las órdenes que envió al capitán Baltasar de Fontes y a más personas de Camutá respecto a los indios tocantins, tupinambás y camutás y, del mismo modo, el traslado de la solicitud que se le hizo sobre los esclavos del pirata u Bandergoos [?], por lo que Pide a Vuestra Merced le mande dar los traslados que le sean necesarios por los caminos de modo que dé fe Y Recibirá Merced. El escribano del tesoro pase de lo que le conste hoy 25 de junio de 1647 años. Firma) Marcos Gonçalves Correa.

<p>Sebastião de Lucena de Azevedo que para bem de sua yustiça lhe he nesessario o treslado das ordens bandos e papeiz vezitas e supretendencias do guouernador geral deste estado Francisco Coelho de Carualho cappitulos de cartas messiuas sobre materias de yndios e outras do guouerno desta cappitania que esteuerem registadas nos liuros dos registos de Sua Magestade e bem asj as ordens que mandou ao cappitam Baltezar de Fontes e mais pessoas do Camuta sobre os <b>yndios tocantins</b> topinambaz e camutás e asi mais o treslado do requerimento que se lhe fez sobre os escrauos do pirata u Bandergoos [?] pelo que Pede a Vossa Merce lhe mande dar os treslados que lhe forem nesesarios por uias en modo que faça ffee E Recebera Merce O escriuam da fazenda pase do que lhe constar oje 25 de Junho de 647 anos.</p> <p>Ass) Marcos Gonsalues Correa</p> <p>Treslado do que se pede.</p>	<p>Silueira</p> <p>1</p>
---	--------------------------

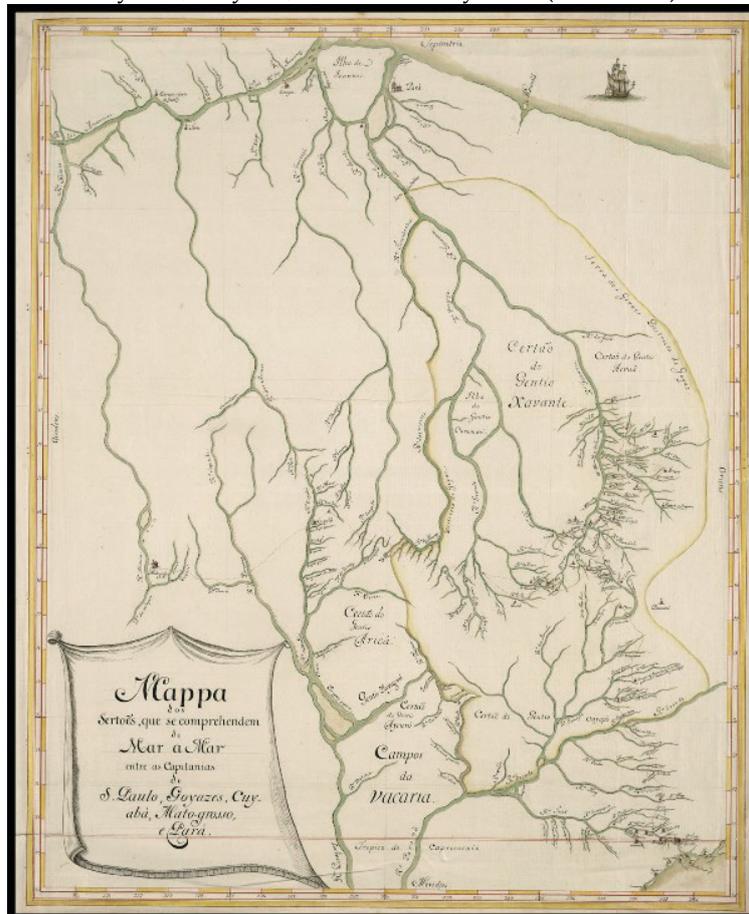
Fuente: Imagen: Transcripción del facsimilar del documento bajo la cuota AHU/Lisboa\_CU\_013, Cx. 1, D. 67 (adaptado).

La transcripción anterior sugiere hacer referencia a los dichos “índios tocantins” en el siguiente pasaje: “las órdenes que envió al Capitán Baltezar de Fontes y más personas de Camuta sobre los indios tocantins topinambaz y camutás” (énfasis agregado). De la lectura, se puede concluir que Sebastião Lucena de Azevedo solicita al proveedor de la Hacienda Real que mande trasladar todas las órdenes y documentos (registrados en los libros de la secretaría del gobierno del estado) que el gobernador Francisco dispuso sobre los indios tocantins, tupinambás y camutás, y además el traslado del requerimiento sobre los esclavos del pirata, para que, con esos traslados, requiera al rey y así obtenga justicia. El proveedor de la Hacienda Marcos Gonçalves despacha o decide el 25 de junio que el escribano de la hacienda Brás da Silveira pase los dichos traslados. Basado en la transcripción del texto, el documento demuestra la existencia de los indios tocantins en aquella región. Sin embargo, en el conjunto de las provisiones de que se compone el traslado, tan sólo hay referencias al río Tocantins y a los indios naturales que en él habitan.

## 2 La toponimia en Goiás en el siglos XVIII y XIX

De la familia tupí-guaraní, Tronco Macro-Tupí los portugueses aprendieron la lengua, adquirieron hábitos y costumbres, recorrieron sus senderos, pero, sobre todo, asimilaron la noción de unidad del país ya habitado y conocido por los indígenas. La influencia del tupí en São Paulo fue constante durante la época de las *bandeiras*, cuya región ya era marcada por el mestizaje. Hasta mediados del siglo XVIII, la lengua general era más usada que el portugués. No hay duda de que la “lengua” de las *bandeiras* marca la toponimia identificada por los *bandeirantes*, incluso en aquellos en que se encontraban grupos indígenas no tupí.

**Mapa 1** — Mapa de los Sertões que se extienden de mar a mar entre las capitánías de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso y Pará (1766-1775).



Fuente: Biblioteca Nacional - Disponible en: [www.bn.br / bndigital](http://www.bn.br/bndigital). Accedido el: 2 nov. 2018.

Según Sampaio (1987), “Las bandeiras sólo hablaban el tupí. Y si, por doquier que ingresaran, extendían los dominios de Portugal, no propagaban su lenguaje, que,

sólo más tarde, se introdujo con el progreso de la administración, con el comercio y las mejoras” (p. 71). El hecho es que, por todo el *sertão*, el tupí predominó en la formación de la Toponimia brasileña. Recibían nombres de origen tupí los lugares, elementos principalmente de procedencia de la naturaleza circundante, aunque no hubiese rasgos de cualquier pueblo tupí. La conservación ocurriría a partir del “descubrimiento” cuyo proceso de consolidación se haría efectivo con el tiempo o, incluso, con el registro en documentos de la época. “Y así es que, en la Meseta Central, donde dominan pueblos de otras razas, las denominaciones de los valles, ríos y montañas e incluso poblaciones son en su mayoría de la lengua general” (SAMPAIO, 1987, p. 71). Es lo que podemos identificar actualmente en la toponimia del estado de Tocantins, en los nombres de los municipios: Tupirama, Tupiratins, Tocantínea, Tocantinópolis, Gurupi, Cariri, Dueré, Itaguatins, Itacajá, Goiatins, Araguaína, Araguatins, Araguaçu, Arapoema, y otros.

No prevalecieron solamente nombres de origen indígena en la formación de la antigua Provincia de Goiás, hoy, región que ocupa el estado de Tocantins. La mirada atenta de los *sertanistas*<sup>8</sup>, exploradores de la naturaleza y ávidos por encontrar metales preciosos, bautizaba los lugares con nombres que vertían sus propias impresiones de la realidad física circundante (el litotopónimo Arraial<sup>9</sup> da Barra, el dimensiotopónimo: Arraial Meia-Ponte y el geomorfotopónimo: Arraial da Chapada), demarcaban especificidades de habitantes o de personas importantes políticamente para la comunidad (el sociotopónimo: Arraial Ferreiro y el antropotopónimo: Arraial Cavalcante) o, incluso, se servían de simbologías del catolicismo europeo (los hagiopónimos: Arraial de Santana y Arraial de Santa Luzia).

Brandão (1978, p.26) relata que la *bandeira* de Bartolomeu Bueno da Silva (el hijo), durante el viaje a las tierras de goyazes en búsqueda de oro, encontró

---

<sup>8</sup> Persona que explora o conoce bien los *sertões*.

<sup>9</sup> Pequeña población.

un río que llamaron Perdición por estar completamente perdidos allí. Este río entraba en otro brazo similar al primero, que llamaron los Aráes: más adelante descubrieron un tercer brazo, donde había una gran abundancia de oro, por lo que lo llamaron río Rico". [...] después de su segundo viaje, 1726, "Bartolomeu Bueno, muy satisfecho, inmediatamente trató de levantar un establecimiento al lado de un río, que más tarde llamaron Río Vermelho, porque el agua siempre es del color de Barro, a causa de los trabajos mineros (BRANDÃO, 1978, p.26-27) (subrayado nuestro).

A respecto del topónimo Vila Boa de Goiás<sup>10</sup>, Souza (1978, p. 85) describe que

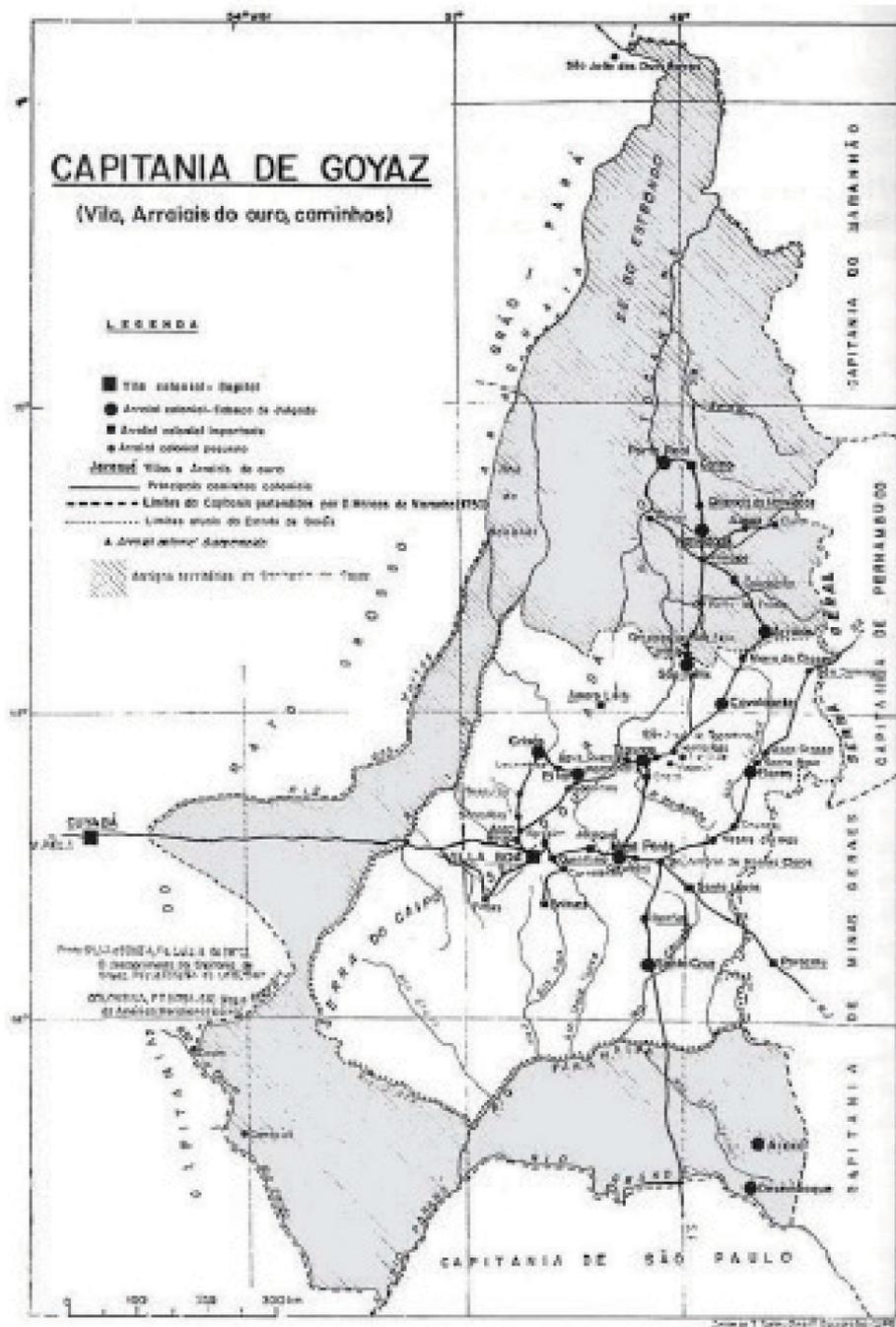
El Sr. Don Luiz Mascarenhas sucedió en el gobierno de S. Paulo, y [...] se dirigió a Goiás con gran comitiva de oficiales militares el 25 de julio de 1739; demarcó el lugar de la villa que vino a crear, a la que llamó Vila Boa de Goiás, en atención a Bueno, su descubridor y al gentío de Goyaz [...] (SOUZA, 1978, p. 85) (subrayado nuestro).

Casal (1845, p. 276) observa que la nación indígena que culminó en el nombre de la provincia de Goyaz, no era la única que vivía en la región: "al norte de ella vivía el Gentío Crixá, del cual los conquistadores nombrarán el río (Río Crixá), que cruzaba su territorio" (énfasis agregado). Del nombre *Rio Vermelho*, el viajero Pohl hace observaciones sobre su origen: "El Rio Vermelho, que toma su nombre del color de sus aguas rojas" (POHL, 1976, p. 140) (subrayado nuestro).

---

<sup>10</sup> *Notas toponímicas*: Según Ferreira (1960, p.319), el nombre Goiás aparece, por primera vez, con la *bandeira* de Domingos Rodrigues (1596-1600). El *sertanista* apresó a indios de la nación Goiás en el *sertão* del río Paraupava. Señala que esos indios son ciertamente los mismos indios reportados en la descripción del viaje de Pedro Teixeira por el Amazonas, en 1637. En cuanto al topónimo dado a la Capitanía de Goiás, concluye que no fue gracias a la historia de Anhanguera, quien afirma haber encontrado indios de esa nación en 1726, como lo afirma la tradición de Sousa en 1812. La región se conocía anteriormente como "sertão dos Goiás", que después se substituyó por "minas dos Goiás". Y de ahí, surgió el nombre de la Capitanía de los Goiás.

Mapa 2 – Capitanía de Goyaz (Villas, Arraiais do ouro, Caminhos).



Fuente: TEIXEIRA NETO, A. In: PALACIN, L.; GARCIA, L.; AMADO, J. (1995, p. 44).

Otro documento, titulado *Noticia geral da Capitania de Goiás em 1783* (apud PALACIN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 47), trae una descripción detallada de Vila Boa como capital de la Capitanía de Goiás: ubicación, edificios, cuartel, compañía y monumentos. Según los autores, es la más antigua descripción preservada de los

campamentos goianos: “escrito en cumplimiento de la orden real de 1782, ordenando a los concejales de los ayuntamientos del reino que apunten, en orden cronológico, los hechos más notables que sucedan” (PALACIN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 39). El documento contiene descripciones de iglesias, capillas, cuarteles, y otros, con fecha del año 1783. A continuación, se presenta una breve descripción de informaciones concernientes a datos toponímicos, referentes a los *arraiais* de la época, que se encuentran en el documento:

“[...] El primer arraial, llamado Barra, por entrar en este lugar el río Bugres en el Vermelho, está a cinco leguas de distancia de esta Vila [Boa], tiene una capilla de Nossa Senhora do Rosário, filial del pueblo. [...]”

“[...] Anta, llamado así porque la primera cosa más notable que sucedió allí, antes de que su oro fuera patente, fue matar a un tapir allí. [...]”

“[...] Arraial de Crixás se llama así porque los gentíos de este nombre viven allí. [...]”

“[...] Arraial de Pilar, anteriormente Papuam, porque esa tierra estaba cubierta por esta hierba, o pasto, cuando se descubrió. [...]”

“[...] Arraial de Água Quente, así llamado porque a un lado tiene una cachimba, en una situación que horroriza la investigación de sus cuevas. El lago en el medio es muy profundo y, a tientas, se piensa que es muy irregular, ya que se percibe que tiene altibajos. Esta agua sale caliente y se forma un gran arroyo desde el lago. Toda esta agua es salobre y huele mal. [...]”

“[...] Arraial de Traíras se llama así porque en su gran arroyo se han encontrado muchos peces de este nombre. [...]”

“[...] Arraial de São José do Tocantins, se cree que se llama así porque está cerca del río Tocantins, a pesar de que está a diez leguas de él. Es una parroquia de San José, con una hermandad y Capilla del Senhor dos Passos, privilegiada por el Papa Clemente XIII. [...]”

“[...] Arraial de São Félix, anteriormente llamado Carlos Marinho, quien fue el descubridor en el año 1736. [...]”

“[...] Arraial de Cavalcante, muchos quieren que se haga llamar T. Cavalcante, quien era dueño de una hacienda allí. [...]”

“[...] Arraial de Arraias, llamado así porque en su arroyo que forma una barra en el río Paranã abundaba esta variedad de peces. [...]”

“[...] Arraial Meia Ponte, llamado así por estar en un arroyo de este nombre, establecido por las primeras personas que vinieron a este continente. [...]”

“[...] Arraial Ferreiro, llamado así porque, después de que sus primeros colonos lo dejaron por sus intereses, se quedó allí un herrero con su tienda [...]”

“[...] Arraial de Santa Luzia. Los devotos de la Santa lo llamaban así, [...]” (Noticias generales de la Capitanía de Goiás en 1783, Río de Janeiro: Biblioteca Nacional, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Códice 16.3.2. apud PALACIN; GARCIA; AMADO, 1995, p. 39).

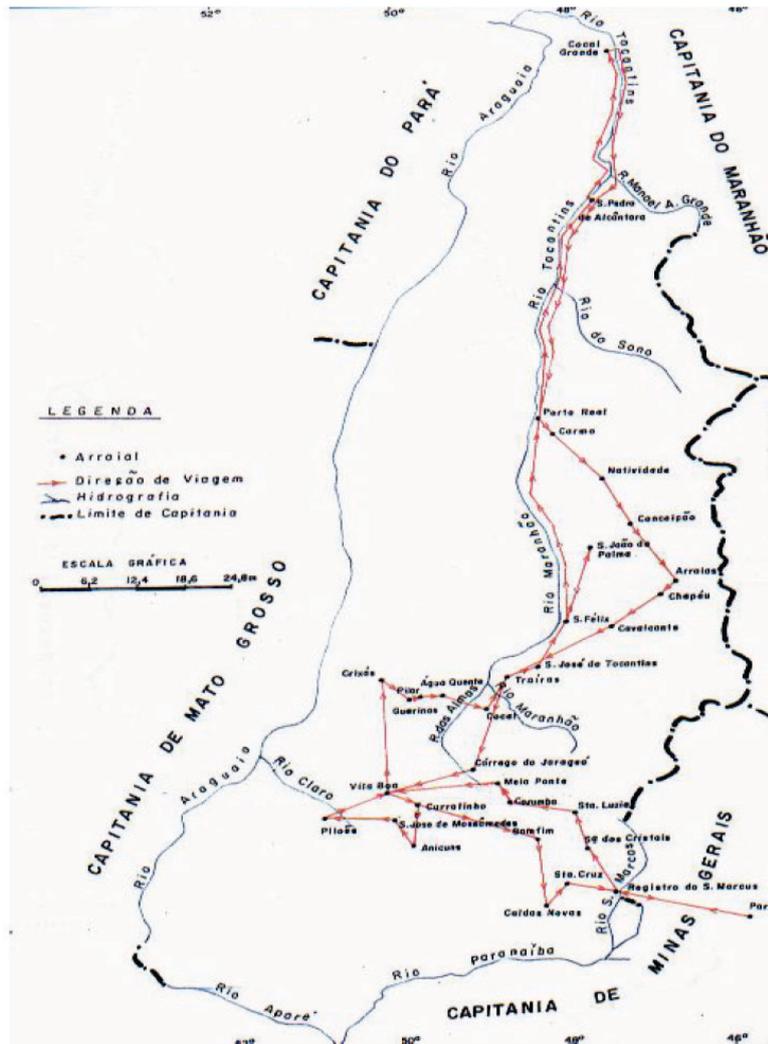
El viajero alemán Johann Emmanuel Pohl, que recorrió la Provincia de Goiás en la primera mitad del siglo XIX, también teje algunos comentarios respecto a aldeas y villas por él visitadas:

Julgado de Traíras - “Traíras toma su nombre del río y de los peces que en él se pescan. Este pez, una especie de bagre (*Silurus*), pesa de 6 a 8 kilos, tiene pocas espinas y es muy sabroso” (POHL, 1976, p.193).

Arraial de Cavalcante - “El Arraial de Cavalcante toma su nombre de los indios que una vez habitaron esta región, hoy totalmente extintos” [...] (POHL, 1976, p. 280).

Arraial de Arraias - “El pequeño Arraial de Arraias, que toma su nombre del Rio Arraias, está rodeado de sierras y construido en una colina” (POHL, 1976, p. 277).

Mapa 3 – Itinerario de Pohl para la Capitanía de Goyaz.



Fuente: CORREA *apud* CHAUL; RIBEIRO (2001, p. 117).

Del topónimo Santa Luzia, citado por Palacin, Garcia y Amado (1995, p.39) en el documento *Noticia Geral da Capitania de Goiás de 1783*, Casal (1845) reitera la motivación de orden religioso: “El mediocre y próspero pueblo de Santa Luzia, al que dio nombre la patrona de la matriz, que lo adorna [...]” (p. 293) (subrayado nuestro).

Otro campamento citado por Saint-Hilaire fue Ouro Fino. Dice que “el pueblo, que nunca tuvo importancia, debe su origen al oro que una vez fue extraído de Rio Vermelho, y su nombre a la buena calidad de ese oro” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.48) (subrayado nuestro). Casal (1845, p.279) corrobora la misma versión, con la diferencia de que la grafía es alterada para Oiro-Fino.

Acerca de la Aldeia de São José de Mossâmedes, Saint-Hilaire (1975, p. 62) cuenta que el nombre es dado en homenaje al capitán-general José de Almeida, Barão de Mossâmedes. Pohl (1976, p.152), en 1821, recorrió el pueblo y describió la situación de decadencia en que se encontraba. En la descripción, identificamos referencias toponímicas:

La Aldeia de São José de Mossâmedes, lleva el nombre de su fundador, el gobernador general Barão de Mossâmedes, fue erigida en 1755, con un gasto de 67:346\$066. En el año 1780 se construyó la iglesia. La aldea estaba destinada a alojar a las tribus Acroás, Javaés y Carajás, que habían sido traídas allí desde Duro (POHL, 1976, p.152) (subrayado nuestro).

George Gardner (1975), otro viajero que recorrió la Provincia de Goiás, menciona informaciones concernientes al nombre Arraial da Chapada: “[...] fui a Arraial da Chapada varias veces, a unas dos leguas al Noroeste; tiene aproximadamente la mitad del tamaño de Natividade y se encuentra en tierras bajas y planas, que se llaman mesetas y de ahí el nombre [...]” (GADNER, 1975, p. 160) (énfasis agregado).

### 3 Consideraciones Finales

El período de la entrada de *bandeiras*, conducidas sobre todo por los colonos paulistas y las expediciones de jesuitas por los ríos Araguaia y Tocantins fueron un hito en la formación de la toponimia de Goiás. Por donde andaban, los *sertanistas* denominaban los lugares a partir de elementos físicos (ríos, riachuelos, riberas, sierras, montes etc.) y elementos humanos y culturales (campamentos, pueblos, juzgados, etc.) marcando el paisaje local a fin de fundamentar la producción de una cartografía que les favoreciese alcanzar sus objetivos: apresamiento de indios y, más tarde, la búsqueda por minerales preciosos. Más allá de esa finalidad utilitaria, sentían que realmente se apoderaban de las tierras y de todo lo que había en ellas. En ese proceso de dar nombres se valían los colonos tanto de la lengua general y sus signos como de la representación católica ibérica.

Es recurrente el hecho de que cuando los europeos llegaron a la costa brasileña, al inicio del siglo XVI, ya había diversos grupos indígenas con los cuales mantuvieron sus encuentros y enfrentamientos, entre ellos: Tamoio, Tupinambá, Tupiniquim, Tabajara, Goitacaz, Goianaz, Carijó y otros. Fueron ellos los traductores de las primeras informaciones a los colonizadores al respecto de la naturaleza, de otros pueblos, como también de la toponimia local indígena, aunque esa no haya sido aceptada en el primer momento. La tierra “descubierta” era, para el invasor, un gran vacío onomástico a ser rellenado, y lo sagrado fue la primera opción dada a las órdenes de la Corona y de la hegemónica Iglesia Católica.

Este vacío onomástico inicial pronto da paso a una toponimia detallada que combina la lengua indígena y los nombres de los santos de preferencia ibérica. Es esta mezcla el resultado de una fuerte presencia en el proceso de colonización, marcada por la frontera de las poblaciones ibéricas y los pueblos indígenas en situaciones de conflicto y conformación, lo que resultó en un mapa toponímico con las características de la cultura brasileña. En cierto momento, prevaleció el nombre dado por la tradición cultural indígena; en otro, la ibérica, en el ejercicio constante de establecer las bases civilizadoras ibéricas en este lado del Atlántico. Cuanto más tierra adentro y fronterizas las regiones, mayores son los conflictos y las conformaciones que movieron los procesos de territorialización y las consecuentes construcciones toponímicas, como es el caso de Goiás, actualmente Tocantins.

## Referencias

**Arquivo Histórico Ultramarino**, CU\_013, Cx. 1, D. 67. Disponível em: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc013/CU-Para.pdf>. Acesso en: 28 maio 2015.

BRANDÃO, A. J. da C. (1845). **Almanach da Província de Goyaz**: para o ano de 1886. Goiânia: UFG; 1978.

CASAL, M. A. de. **Corographia brasílica**. 2. ed. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1845.

CASTRO, E. **Ensaio da geografia linguística**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1941.

CÓDICE COSTA MATOSO. **Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo Ouvidor-geral do Ouro preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 e vários papeis**. 2 vol. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

CORRÊA, M. M. da S. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850). *In: Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. p 75-121.

FERREIRA, M. R. **O Mistério do ouro dos martírios**. São Paulo: Gráfica Biblos, 1960.

FLORES, K. M. **Caminhos que andam**. O rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do Brasil. Goiânia: PUC, 2009.

GARDNER, G. **Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Tradução Milton Amado. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1975.

PALACIN, L.; GARCIA, L. F.; AMADO, J. **História de Goiás em documentos**. I Colônia. Goiânia: UFG, 1995.

POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil**. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem à província de Goiás**. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1975.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5. ed. Corrigida e aumentada. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

SOUZA, L. A. da S. **Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goyaz**. Goiânia: Ed. Oriente. p. 126-127, 1978.

VIEIRA, A. **Cartas do Padre Antonio Vieira Da Companhia de Jesus**. Tomo Terceiro Dedicado ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Thomas de Almeida Cardeal da Santa Igreja de Roma, Patriarcha I. de Lisboa, &c. Pelo Padre Francisco Antonio Monteiro, Bacharel formado na faculdade dos Sagrados Canones. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, M. DCC. XLVI, 1746.

VIEIRA, A. **Cartas do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesus**. V. 1. ed. Lisboa: Oficina da Congregação do Oratorio, 1735 Recuperado de: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01950810>.

Artigo recebido em: 01.10.2020

Artigo aprovado em: 30.11.2020

**Artigos****Projeto ATOEPE: gênese e estágio atual dos estudos sobre a toponímia pernambucana****ATOEPE Project: first steps and current stage of studies on Pernambuco toponym***Edmilson José de SÁ\**

**RESUMO:** Os estudos sobre Toponímia no Estado de Pernambuco são escassos, a despeito de poucas dissertações e trabalhos monográficos isolados. Por esse motivo, aliado à literatura específica e inspirado em pesquisas já concluídas, este artigo visa à apresentação de um projeto para documentação e cartografia dos topônimos pernambucanos, de modo a identificar, descrever e analisar as peculiaridades dos nomes dos municípios. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos encontrados em Dick (1989; 1994), que defende um modelo de classificação toponímica composto por taxes de natureza física e antropocultural, foram construídas até o momento 10 cartogramas que organizaram os topônimos com a mesma motivação. Percebeu-se, ao fim da análise, que a maioria dos nomes dos municípios se enquadra no grupo dos fitotopônimos, ou seja, aludem à dimensão de nomes referentes a vegetais.

**ABSTRACT:** Studies on Toponymy in the State of Pernambuco are scarce, despite few dissertations and isolated monographic works. For this reason, combined with specific literature and inspired by research already completed, this article aims to present a project for documentation and cartography of the toponyms of Pernambuco, in order to identify, describe and analyze the peculiarities of the town names. Based on the theoretical-methodological assumptions found in Dick (1989; 1994), who defends a toponymic classification model composed of physical and antropocultural taxes, ten cartograms that organized toponyms with the same motivation have been built so far. It was noticed, by the end of the analysis, that most of the towns names belongs to the group of phytotoponyms, that is to say, they allude to the dimension of names referring to plants.

**PALAVRAS-CHAVE:** Léxico. Toponímia. Pernambuco. Cartografia

**KEYWORDS:** Lexicon. Toponymy. Pernambuco. Cartography.

---

\* Doutor de Letras (UFPB); Pós-doutor em Letras (UFPB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1615-881X>. [edjm70@gmail.com](mailto:edjm70@gmail.com)

## 1 Introdução

No complexo mundo da palavra, de que fazem parte as vicissitudes históricas e idiosincrasias permitidas pela língua, os estudos que envolvem a lexicologia estão cada vez mais em evidência. Por isso, considerando que Pernambuco ainda engatinha estudos que envolvem a descrição linguística, limitando-se, em sua grande maioria, a análises sobre o falar da capital do estado, a ideia de explorar as interferências migratórias e o contato linguístico entre moradores desde o início de sua história nos nomes dos municípios vem em boa hora. Assim, o caráter topodinâmico a que Thun (1996) se refere se enquadra nas dimensões da colonização europeia e das influências anglo-indígenas que contribuíram sobremaneira para a formação do povo pernambucano, o que *per se* condiciona o pesquisador a se inserir na pesquisa dialetológica.

Com esse propósito, a ideia de construir o primeiro atlas toponímico do Estado de Pernambuco adveio da intenção de organizar cartograficamente as homenagens dos colonizadores e fundadores dos municípios em classificações que amalgamam a simbologia antropocultural e também cristalizam ideologias que se constituem de percepções baseadas em questões das ciências da natureza.

Inspirado no *Atlas Hodonímico de Tupanatinga - PE*, construído por França (2010), então trabalho pioneiro no grupo das descrições toponímicas do Estado, este artigo visa à apresentação de um projeto maior, envolvendo os nomes de todos os municípios, cartografando-os e analisando-os à luz dos pressupostos metodológicos da Geolinguística e da Toponímia.

Para estruturar o artigo, *in limine* será apresentado um panorama sobre léxico, onomasiologia e toponímia, tentando criar uma ponte que envolva a tríade responsável por explorar sentidos dos nomes dos municípios. Em seguida, uma seção se encarrega de mostrar aspectos históricos de Pernambuco, enleando-os na própria história do país, por se tratar de um dos Estados mais antigos.

Na iminência de construir *a posteriori* o primeiro atlas toponímico de Pernambuco, serão descritos os estudos já realizados acerca da toponímia pernambucana até chegar aos pressupostos metodológicos inerentes ao atlas proposto. Em seguida, será feita uma análise preliminar com base nos cartogramas-base que inseriram os municípios em grupos de taxionomias de modo a favorecer a reflexão sobre os vieses linguístico e enciclopédico responsáveis pela estrutura e formação do topônimo, antes de serem emitidas as considerações finais.

## 2 Léxico, onomasiologia e toponímia

A partir da referência de Barbosa (1993, p. 158), que vê a língua, a sociedade e a cultura como “termos indissociáveis, já que interagem continuamente e constituem, na verdade, um único processo complexo”, entende-se como contextos socioculturais podem ser responsáveis pela heterogeneidade linguística, muitas vezes difícil de ser entendida.

Além disso, questões ideológicas, valores éticos, morais e culturais podem se manifestar na fala espontânea através do léxico presente na memória do falante. Assim, para Dubois *et al.* (2007), o léxico na linguística designa:

[...] o conjunto das unidades que formam a língua de uma comunidade, de uma atividade humana, de um locutor, e de tantos sujeitos partícipes. Por essa razão, o léxico entra em diversos sistemas de oposição, conforme o modo pelo qual é considerado o conceito.

Essas questões, então, quase sempre deixam transparecer as tradições de que cada comunidade participa, o que se justifica pelas intensas relações étnicas existentes há muito tempo.

Biderman (2001) defende que dentre os níveis da língua, o léxico é um dos mais afetados por influências externas, tendo em vista que, como o tesouro vocabular de uma língua, ele perpetua a herança cultural de uma sociedade por meio dos signos

verbais, sintetizando aspectos da vida, dos valores e das crenças de uma comunidade social.

No dizer de Aragão (2013, p. 98), é através do léxico que se reflete ‘toda a visão de mundo, a ideologia, os sistemas de valores e as práticas socioculturais das comunidades humanas’. Logo, ao usá-lo, o falante permite expressar suas ideias, as de sua geração, as da comunidade a que pertence, enfim ele a usa a língua como retrato de seu tempo, atuando, inclusive como agente modificador e imprimindo marcas geradas pelas novas situações com que se depara. Nesse sentido, concorda-se com Câmara Jr. (1985) quando afirma que a língua é, pois, um instrumento distinto da manifestação da cultura de um povo, enquanto conjunto das invenções humanas.

Nada obstante, é através da interação humana que surgem as relações sociais, como ponto de partida para reunir e integrar pessoas e grupos. São, portanto, em situações comuns do dia a dia que se formam as interconexões responsáveis pela aproximação de práticas comunicativas e a concepção social da realidade. Essas situações podem contribuir para que objetos, animais, plantas ou conceito sejam denominados num só território linguístico ou em vários, ligando-se, assim, à Onomasiologia, ocupando-se do valor semântico da língua e inserindo nela aspectos ideológicos, psicológicos e culturais. Nesse sentido, Biderman (2001, p. 179) afirma que:

[...] apesar de o léxico ser patrimônio da comunidade lingüística, na prática, são os usuários da língua - os falantes - aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua [...] alterando as áreas de significação das palavras [...] o indivíduo gera a Semântica da sua língua.

Acatando a ideia de que a onomasiologia auxilia no estudo da língua, da cultura, das crenças, das moradias e dos costumes de um povo, enquadra-se, nesse grupo, o estudo dos nomes dos lugares, como reza a Toponímia, que ‘se insere num

imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam' (DICK, 1994, p. 20). Nesse sentido, Dick (2003, p. 181) ainda completa:

[...] o estudo da toponímia representa mais do que a busca etimológica da origem dos nomes inscritos em um determinado código lingüístico, principalmente quando procuramos parâmetros para uma abordagem contrastiva e, assim, caracterizar as atividades de uma região e situá-las no tempo.

Para interpretar semanticamente os nomes dos lugares, pesquisadores de várias partes do mundo desenvolveram modelos taxionômicos no intuito de auxiliar o estudioso a compreender como os ambientes físico e social são refletidos na língua através dos topônimos. Dauzat (1926), por exemplo, discute a influência da Geografia física e humana em topônimos franceses, enquanto Vasconcellos (1931) preferiu considerar os topônimos portugueses em seções que as classificam conforme os nomes dos lugares catalogados por línguas, os modos de formação toponímica e categorias que se baseiam nas causas que os ocasionaram, como a flora, a fauna, a natureza do solo, a história e a religião. Fernandes (1941), por sua vez, propôs uma análise sob a égide da Onomatologia, na qual, segundo o autor, o estudo dos nomes dos lugares, terras e regiões se agrega a estudos de antropônimos, já que muitos topônimos de várias partes do mundo se constituem de nomes de pessoas.

Convém mencionar ainda a classificação de Backheuser (1952) que analisou os topônimos brasileiros por meio das categorias gramaticais (substantivo comum e abstrato, adjetivos) e estilísticas (antonomásia, pleonismo, metáfora). Dois anos depois, Stewart (1954) estabeleceu mecanismos de nomeação onomástica a que se referem os nomes descritivos, possessivos, incidentes, comemorativos, eufemísticos, fabricados, modificados, errôneos e de etimologias folclóricas. Enquanto Salajar-Quijada (1985) propôs uma categorização de topônimos considerando as questões morfológicas, de extensão, de localização, de aplicação e motivação, Dick (1989) elaborou um modelo de análise dos topônimos por meio de taxionomias que os

cataloga em dimensões relacionadas tanto ao ambiente físico quanto a aspectos sócio-histórico-culturais que envolvem o homem com apenas dezenove taxes, aprimorando, assim, a proposta de Stewart (1954), mas ampliando-o em 1992 para vinte e sete, dentre as quais onze englobam a dimensão física e dezesseis se inserem na perspectiva antropocultural.

Para a categorização dos topônimos pernambucanos, pretende-se usar o modelo de taxionomia encontrado em Dick (1992, p. 39-40), atualizado por Isquierdo (1996) e Francisquini (1998), com subclassificações e acréscimos de taxes. Com isso, os estudos toponímicos têm a finalidade de buscar origens de nomes de lugares, resgatando a história, quer cultural, geográfica ou social, registrando a preservação da memória de um povo ou região, o que possibilita às gerações futuras o conhecimento sobre a própria história.

### **3 Pernambuco: a história de um povo**

A história do Estado de Pernambuco se confunde com a história do Brasil, haja vista o fato de os historiadores iniciarem os ensaios da história pernambucana a partir da chegada e da conquista portuguesa, preterindo o passado indígena e favorecendo a colonização europeia, como se observa em Andrade (2004).

Contudo, isso passou a ser refutado pelos auspícios da subsistência das marcas indígenas que, a despeito de elas serem dominadas, ainda resistem na vida e na cultura do Estado. Essas tradições passaram, inclusive, a ser recuperadas por meio da demarcação das terras de suas propriedades, valendo-se da Constituição de 1988. Para esses indígenas, essas terras foram açambarcadas pelos brancos desde o século XVI, quando houve os primeiros contatos dos índios com europeus.

A história menciona o período de 1491 e 1500, quando franceses, espanhóis e portugueses ultrapassam os oceanos em busca de terras ainda não exploradas. Pereira da Costa (1985), por exemplo, cita franceses e bretões que, naquela época, negociavam

com os indígenas das terras situadas nas proximidades da Foz do Rio São Francisco. Do lado da outra extremidade, o litoral pernambucano passou a ser cobiçado pelos europeus, principalmente os portugueses e franceses, por causa da madeira de boa qualidade que encontraram, o que fez com os lusos as nomeassem de *Capitanias Hereditárias* e, no caso da Capitania de Pernambuco, Carvalho (1999, p. 10) menciona que:

[...] a Capitania de Pernambuco foi doada por Duarte Coelho, um homem rico e experiente que já havia andado por terras portuguesas na África e na Índia. Chegou ao Brasil em 1535, estabelecendo-se, inicialmente, na região de Igarassu, onde fundou uma vila com esse nome.

Como os índios resistiram na entrega de suas terras aos portugueses e a tentativa de os escravizarem não ter dado certo, a mão-de-obra em Portugal ficou a cargo dos escravos negros, também resistentes aos maus tratos a que eram submetidos e acabam fugindo.

As fugas desses índios os levavam a quilombos de difícil acesso, como o *Quilombo dos Palmares*, localizado na Serra da Barriga, entre Alagoas e Pernambuco, que escondeu mais de 20.000 escravos fugidos e seus descendentes no final do século XVI, até Zumbi, o então líder desses quilombo, ser preso numa expedição e morto em 1694.

Foi no mesmo período em que Portugal e suas colônias estavam sob o domínio espanhol que os holandeses aliados aos lusos entraram, então, em conflito e levou os ricos comerciantes da Holanda a organizarem invasões às terras brasileiras, já colonizadas por Portugal e a grande produção açucareira dos pernambucanos fez que esses povos oriundos dos países baixos fossem bem-sucedidos em 1630, a começar pela conquista de Olinda e Recife, adentrando ao interior, até a chegada de Maurício de Nassau, para governar o Brasil. A esse respeito, Freire (1975, p. 12) menciona:

Dada a prosperidade alcançada por Pernambuco com a produção de açúcar, era natural que essa parte do Brasil atraísse como atraina, no século XVII, a cobiça de uma Holanda então rival de Portugal e da Espanha. Por trinta anos, Pernambuco esteve sob o domínio holandês e durante oito, governou-o o Conde, que fez dessa parte do Brasil uma das terras americanas mais beneficiadas.

Os brasileiros, contudo, voltaram-se para os holandeses quinze anos depois, expulsaram-nos e o país passou a pertencer a Portugal, despertando, com isso, a ira de muitos dos já nativos, revoltando-os e os inspirando em grandes revoltas, entre elas a Revolução Pernambucana em 1817.

Vale salientar que, antes dessa revolução, D. João VI, já em terras brasileiras com sua Família Real, dividiu a Província de Pernambuco pela Comarca do Sertão de Pernambuco, chamando-a mais adiante de Comarca do São Francisco e pela Comarca de Alagoas, pois as comarcas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, já haviam sido desmembradas, restando apenas Alagoas como pertencente a Pernambuco.

Cavalcanti (2009) menciona que a Comarca de Alagoas passou a ser província em 1824, por represália à Revolução Pernambucana, alterando a cartografia do Nordeste. Além disso, durante a Confederação do Equador, o Imperador D. Pedro I anexou a Comarca do São Francisco à província de Minas Gerais e à Bahia sob a liderança de Frei Caneca, permanecendo assim até a República e se mantendo até os dias atuais.

#### **4 A toponímia em Pernambuco: estudos prévios e planejados**

Partindo da ideia preconizada por Borba (1984, p. 07) de que a língua "traduz toda uma cultura, traduz todo um universo peculiar com suas implicações psicológicas e filosóficas que é preciso alcançar para enriquecimento da experiência", a proposta de compreender a motivação para a toponímia pernambucana parece bastante oportuna. Assim, convém expor um estado da arte sobre os estudos já consolidados sobre os nomes dos municípios do estado 'onde o mar se arreventa'. Em seguida, será

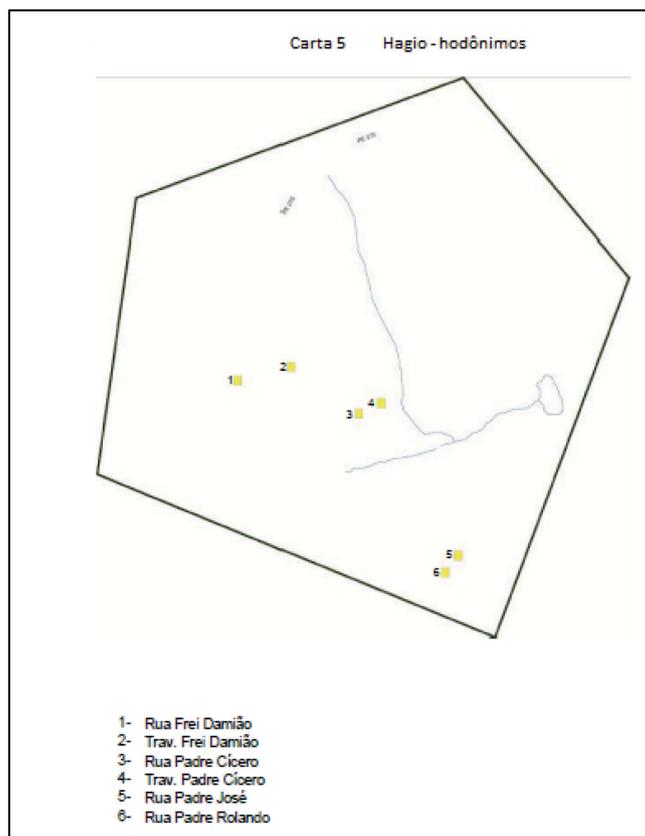
apresentada uma análise preliminar acerca dos nomes dos municípios pernambucanos, adentrando numa proposta para construção do projeto do *Atlas Toponímico do Estado de Pernambuco (ATOEPE)*.

#### 4.1 Os estudos de Toponímia em Pernambuco

Embora obras lexicográficas registrem grande parte dos itens lexicais que se agrupam na formação dos topônimos, unindo-se a produções que apresentam a história dos nomes de pessoas e de como elas inspiraram os nomes dos municípios, constam-se poucos trabalhos que discutam essa perspectiva no que concerne ao Estado de Pernambuco.

Já que o desejo de Nascentes (1958) de que o Brasil precisava ter seu atlas só se consolidou quase sessenta depois, não sem antes deixar claras as dificuldades de pesquisa, oferecendo como alternativa a construção de trabalhos menores, a situação com a Toponímia de Pernambuco parece não ter sido diferente. Por isso, acreditou-se que a alternativa inicial seria estruturar um trabalho de toponímia urbana como sugerido em Marcato (2009, p. 174) ao tratar da onomástica italiana, em que ela menciona o estudo dos nomes das vias, estradas, ruas, avenidas, caracterizando-os como *hodonímia*. Coube, então, a França (2010) o pioneirismo nos estudos nessa perspectiva, ao cartografar os hodônimos do município de Tupanatinga. O exemplo da figura 1 apresenta um dos cartogramas:

Figura 1 – Carta 5 com hagio-hodônimos de Tupanatinga.



Fonte: França (2010).

Ainda sobre a hodonímia, Serafim (2011) organizou 12 cartogramas acerca dos nomes das ruas de Arcoverde, enquanto Silva (2012) fez o mesmo trabalho com as ruas de Buíque e Ramos (2019) se encarregou do estudo sobre as ruas de Ibimirim e, nesses trabalhos, ficou comprovado que grande parte desses nomes foi inspirada em antigos moradores, constituindo, assim, antroponímios.

Fonseca (2015) auxiliou nas motivações para a construção dos nomes ao publicar o livro *Pernambucânia*, no qual ele apresenta a origem e o significado dos nomes das cidades de Pernambuco, acrescentando histórias de tradição oral e apresentando minuciosos dados geográficos e históricos, baseados em fontes científicas e registros orais.

Lima (2011) fez um minucioso estudo sobre os nomes dos estados nordestinos e, ao tratar do topônimo *Pernambuco*, cita Sampaio (1987, p. 298), que afirma:

Paranã-mbuca, o furo ou entrada do lagamar; alusão à brecha natural do recife por onde o lagamar se comunica com o mar. O nome paranambuca era comum na costa do Norte, no trecho dela tomado pelos recifes, e o sentido que os índios lhe davam era o de furo, entrada, passagem natural aberta na muralha do recife. No tupi do Norte, no nheengatu, paranã-mbuca que quer dizer - jorro do mar -, alusão à embocadura por onde ele se escapa. Mui acertadamente escreve a propósito o autor do Castrioto Lusitan~. frei Rafael de Jesus, ao tratar do Porto de Recife " ... uma abertura à qual os naturais chamam Pernambuco, que, em sua língua, é o mesmo que pedra furada ou buraco que fez o mar de que se forma a garganta da barra ... " O vocábulo paranã= pará-nã, traduz-se semelhante ao mar; é lagamar formado na junção dos rios Capiberibe e Beberibe; é o furo, a aberta, a quebrada.

Silva (2014) realizou trabalho sobre a *Toponímia afro-indígena do Vale do Ipojuca* a fim de identificar a motivação para criação de topônimos de possível origem indígena e africana no decorrer do Vale do Rio Ipojuca, ao qual pertencem os municípios de Ipojuca, Escada, Chã Grande, Gravatá, Bezerros, Caruaru, São Caetano, Tacaimbó, Belo Jardim, Sanharó, Pesqueira e Arcoverde. Segundo o autor, foram encontrados 70% de topônimos indígenas de origem tupi, enquanto os demais se enquadraram em topônimos africanos e de etimologia desconhecida, sendo, *in totum*, 52% de fitotopônimos e 33% de zootopônimos.

Souza e Cavalcanti (2017) cartografaram os topônimos do Ipanema pernambucano, registrando nomes dos municípios, bairros, sítios, fazendas e arruados, dialogando com Sartori (2010, p. 32) quando, em seu trabalho no sul do país, caracterizou a hodonímia como um microcosmo da toponímia, já que ela abrange “o conjunto dos nomes das ruas e praças e de todas as áreas de circulação de um centro urbano”.

#### **4.2 O projeto ATOEPE: pesquisa e planejamento cartográfico**

A ideia de um projeto da toponímia estadual sob a égide da Geolinguística surgiu há algum tempo quando foram catalogados os 185 topônimos e, aguçados pela

curiosidade em compreender a motivação para a escolha dos nomes dos municípios, Silva *et al.* (2019) acataram o desafio de completar a investigação sobre etimologia, as impressões censitárias e as histórias de tradição oral, favorecendo a classificação taxinômica de Pernambuco iniciada anos antes.

Após concluir a classificação das taxionomias dos municípios orientando-se na literatura da área, os pesquisadores fizeram uma separação e organizaram os topônimos em 10 cartogramas-base.

Para a construção do *Atlas Toponímico do Estado de Pernambuco (ATOEPE)*, foram planejados alguns subprojetos de menor domínio, envolvendo as mesorregiões do *Sertão Pernambucano*, do *São Francisco Pernambucano*, do *Agreste Pernambucano*, da *Mata Pernambucana* e da *Mesorregião Metropolitana do Recife*, cuja coleta de dados está em fase inicial de investigação.

De cada mesorregião serão catalogados os municípios para que sejam averiguados os nomes dos bairros, vilas, distritos, rios, portos, ilhas e serras, para que seja, assim, organizado o banco de dados do *ATOEPE*.

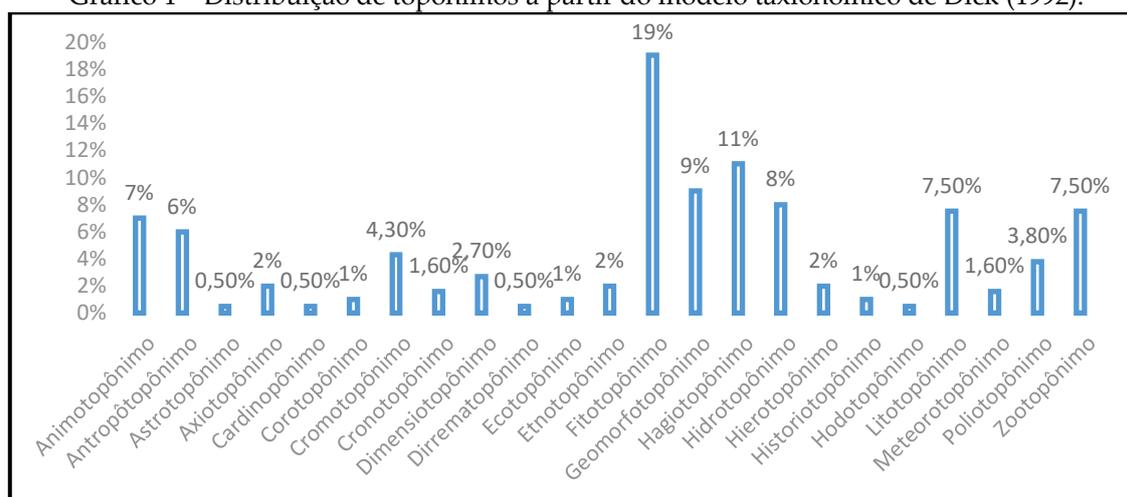
Após a organização desses dados, serão atualizadas as notas linguísticas e enciclopédicas das motivações para os topônimos de modo a favorecer a reclassificação nas taxionomias propostas por Dick (1989), Isquierdo (1996) e Francisquini (1998). Nesse sentido, serão organizadas fichas lexicográfico-toponímicas que contenham a localização, o topônimo, o acidente geográfico, o tipo de acidente, a classificação do topônimo, a etimologia e a entrada do topônimo, conforme sugerido no Projeto ATB (*Atlas Toponímico do Brasil*) e em outros projetos de atlas toponímicos estaduais.

A cartografia será organizada no programa de georreferenciamento e edição de dados georreferenciados *QGIS 2.8* (versão *Wien 2015/2016*), empregado para construção de mapas vetoriais.

## 5 Análise preliminar dos topônimos de Pernambuco

Com base no trabalho organizado por Silva *et al.* (2019), é possível refletir sobre a toponímia pernambucana, a partir dos cartogramas que os pesquisadores organizaram, separando os topônimos conforme o modelo taxionômico de Dick (1992) e atualizações posteriores, de modo que a análise se pautará nas taxas que registraram mais topônimos. No gráfico 1, é possível vislumbrar os percentuais da distribuição dos municípios nessas taxas.

Gráfico 1 – Distribuição de topônimos a partir do modelo taxionômico de Dick (1992).



Fonte: elaboração do autor.

Pelo gráfico, percebe-se que os percentuais maiores couberam aos *fitotopônimos*, que caracterizam 36 (trinta e seis) dos municípios pernambucanos, caracterizando uma influência significativa da nomenclatura vegetal, perfazendo 19% do total.

Dos *fitotopônimos*, pode-se citar o município de *Agrestina*. Em Houaiss *et al.* (2009), consta *agrestino*, que se origina de *agreste*, do latim *agrēstis* – do campo. A essa taxa, pertencem *Angelim*, do tâmil (língua falada na Índia e no Ceilão) *añjili* – árvore leguminosa; *Catende*, conforme encontrado em Lopes (2012, p 83), há duas versões quanto ao significado do nome *catende* – corruptela de *katendi*, do quicongo *caa tendi*, embora alguns etimólogos acreditem na etimologia indígena, *caa* – mato, *tendi* – baboso.

Fonseca (2015, p. 54) menciona a etimologia tupi para *Gravatá*, no sentido de planta espinhosa e para *Itaíba*, no sentido de planta de pedra. A origem indígena prevalece na etimologia de *Ouricuri*, com sentido de fruto do urucuriiba, uma palmeira típica da região. *Timbaúba*, por sua vez, segundo encontrado em Houaiss et al. et al. (*op. cit.*), vem do tupi *timbo'üwa* - árvore da espuma.

Foram identificados, ainda, 21 *hagiotopônimos*, o que evidencia a influência cultural, com relação às crenças e tradições religiosas, totalizando 11% dos municípios pernambucanos.

Destacam-se com *hagiotopônimos* o município de *Nazaré da Mata*, que, segundo encontrado em Fonseca (*op. cit.*, p. 81), se refere à capela construída sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré e o município de *Terezinha*, que se origina da homenagem à santa padroeira da cidade, Santa Teresinha, devoção de Abílio Alves de Miranda, um dos fundadores.

O topônimo *Trindade* veio em substituição ao nome Espírito Santo, uma vez que o Divino Espírito Santo se constitui de uma das três pessoas da Santíssima Trindade. Em Ferreira (2010, p. 791) consta a etimologia oriunda do latim *trinitas* com o sentido de 'reunião de três' e traz como conceito o dogma cristão que proclama a união de três pessoas distintas, Pai, Filho e Espírito Santo, formando um só Deus. Já com relação ao topônimo *Glória do Goitá*, o IBGE menciona que a partir de 1760, com a construção de uma pequena casa de oração, a localidade passou a atrair muitos visitantes. Em pouco tempo, o núcleo transformou-se em povoado, denominando-se Glória do Goitá, nome da santa escolhida para a casa de orações e Padroeira da Cidade. A mesma plataforma informa que o termo Goitá advém do tupi *gua-ita*, que significa pedra da baixa.

Transparecendo a influência das formações geográficas, 9% dos municípios podem ser caracterizados como Geomorfotopônimos, sendo registrados 11 itens com essa taxa. *Altinho*, por exemplo, se constitui do nome de uma fazenda localizada num planalto de 600m. *Araripina* se refere à proximidade com a chapada do Araripe. *Chã*

*Grande* se refere à localização do município num planalto. O termo, segundo encontrado em Houaiss *et al.* (2009), origina do latim *planus*, com igual sentido. Já o topônimo *Poção*, cuja etimologia advém do latim *putèus* – buraco, fossa, poço de mina, surgiu por iniciativa de padres que habitavam em uma fazenda onde havia um grande poço com águas muito limpas, como afirma Fonseca (2015, p. 91).

A capital do Estado, Recife, do árabe *arrasíf*, tem sentido de caminho pavimentado, parede de apoio, dique, muralha, cais, como encontrado em Marcena (2011, p. 818), que cita o topônimo como sendo uma formação rochosa, composta de arenito e coral, geralmente próxima à praia e que nos primórdios da colonização serviu de ancoradouro natural para as primeiras embarcações portuguesas atracarem no Porto da Nova Lusitânia.

## 6 Conclusão

O estudo toponímico de um estado da extensão de Pernambuco, não é tarefa fácil, considerando os seus quase 100.000 km<sup>2</sup> e 185 municípios. Isso significa que dados mais pormenorizados sobre outros topônimos relacionados a espaços mais específicos, contemplando fazendas, serras, sítios, rios, ruas e avenidas ainda demandará algum tempo.

Por ora, ao serem catalogados os nomes dos municípios, foi possível coletar alguns registros de ordem linguística e histórica, não eximindo as informações de tradição oral, como reza a metodologia de estudos de Toponímia, amalgamando as informações enciclopédicas às classificações taxionômicas.

A história de Pernambuco aponta dois grupos indígenas como habitantes do litoral no século XVI, os tabajaras e os caetés, que disputavam território, segundo descrito por Benjamin (2011, p. 12). Logo, a convivência com o colonizador e com o africano escravizado e seus descendentes gerou culturas híbridas que culminaram nos nomes das comidas, da flora e da fauna e até no nome de alguns objetos comuns. Em

se tratando dos nomes dos lugares, a predominância de *fitotopônimos*, tanto de origem latina, como *Cedro*, quanto de origem indígena como *Capoeiras* e de outras ascendências linguística se manifesta pela extensão dos domínios morfoclimáticos, a cuja maioria pertence a caatinga ou depressão sertaneja, de acordo com Jatobá (2009, p. 24-25) e tem suas paisagens nomeadas a partir do povoamento com grande heterolexidade.

A análise permitiu catalogar os nomes dos municípios em outras taxionomias<sup>1</sup>, que se distribuíram estatisticamente, quais sejam: vinte *hagiotopônimos*, o que evidencia a influência das crenças e tradições religiosas; dezessete *geomorfotopônimos*, transparecendo a influência das formações geográficas; quinze *hidrotopônimos*, inspirados nos acidentes hidrográficos; catorze *litotopônimos*, representado minerais e a constituição do solo; treze *animotopônimos*, caracterizando a vida psíquica e cultura espiritual; onze *antropotopônimos* relacionados a nomes próprios; dez *zootopônimos* fazendo referência à fauna, oito *cromotopônimos*, representando as escalas cromáticas e sete *poliotopônimos*, que classificam os lugares nomeados pela alusão à vila, aldeia, cidade, povoação e arraial.

Percebeu-se, então, que o pernambucano se vale da dimensão antropocultural para nomear os locais onde mora, vislumbrando as crenças e as leituras sensoriais e históricas, que se amalgamaram com o repertório linguístico, por isso se concorda com Antunes (2010, p. 215), quando afirma que o homem não é apenas usuário da língua, mas “detém a prerrogativa de poder criar, de poder intervir na composição de seu léxico”.

## Referências

ANDRADE, M. C. de O. **Pernambuco**: cinco séculos de colonização. João Pessoa, PB: Grafset, 2004.

---

<sup>1</sup> Houve outras taxionomias em que se classificam, no máximo, quatro topônimos e casos a que pertence apenas um topônimo. Porém, para que o trabalho não se tornasse exaustivo, optou-se por mencionar apenas a existência de taxionomias pertencentes a mais de quatro topônimos e deixar as demais para trabalhos posteriores.

- ANTUNES, I. O léxico como componente fundamental da língua: implicações pedagógicas. In: COELHO, F. A.; SILVA, J. E. do N. **Ensino de língua portuguesa: Teorias e práticas** Rio de Janeiro: Editora, 2010.
- ARAGÃO, M. do S. S. de. As relações língua, sociedade e cultura na linguagem popular do Ceará. **Revista de Letras**, v. 01, p. 96-102, 2013.
- BACKHEUSER, E. Toponímia: suas regras, sua evolução. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro, v. IX-X, n. 25, 1952, p. 163-195.
- BARBOSA, M. A. O léxico e a produção da cultura: elementos semânticos. I Encontro de Estudos Linguísticos de Assis. **Anais**. Assis; UNESP, 1993
- BENJAMIN, R. **Cultura pernambucana**. São Paulo: Grafset, 2011.
- BIDERMAN, M T. C. Fundamentos da Lexicologia. In: **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 99 – 155.
- BORBA, F. da S. **Introdução aos estudos lingüísticos**. São Paulo: Cultrix, 1984.
- CÂMARA Jr., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985
- CARVALHO, S. **Paisagens e história de Pernambuco**. São Paulo: Editora Habra, 1999.
- CAVALCANTI, C. B. **Os pioneirismos de Pernambuco**. Recife: Edições Bagaço, 2009.
- DAUZAT, A. **Les noms de lieux: origine et évolution**. Paris: Librairie Delagrave, 1926.
- DICK, M V. P. A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2ª ed. São Paulo: USP, 1989.
- DICK, M V. P. A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. 3ª ed. São Paulo: USP, 1992. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i56p180-191>
- DICK, M. V. P. A. Aspectos de Etnolingüística - A Toponímia carioca e paulistana - Contrastes e Confrontos. **Revista USP**, São Paulo, n. 56, p. 180-191, 2003.
- DICK, M.V. P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1994.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 2007.

FERNANDES, I. X. **Topónimos e gentílicos**. Porto: Educação Nacional, 1941.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio**. 5.<sup>a</sup> ed., Curitiba: Melhoramentos, 2010.

FONSECA, H: **Pernambucânia**: O que há nos nomes das nossas cidades. Recife: CEPE, 2015.

FRANÇA, A. M. de S. **Atlas hodonímico de Tupanatinga (ATHOTUP)**. Monografia de Especialização (Língua Portuguesa e suas literaturas). Centro de Ensino Superior de Arcoverde - CESA, Arcoverde, 2010.

FRANCISQUINI, I. de A. O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranaíba. **Dissertação de Mestrado**. Londrina: UEL, 1998.

FREIRE, G. A Importância da Cana de Açúcar na Formação Histórica de Pernambuco. *In*: FREIRE, G. *et al.* **Curso de história de Pernambuco**. Recife: Oficinas Gráficas do Colégio e Curso Radier, 1975.

HOUAISS, A. *et al.* **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISQUERDO, A. N. **O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

JATOBÁ, L. As condições geológicas. *In*: ANDRADE, M. C.de. **Geografia de Pernambuco**: ambiente e sociedade. São Paulo: Grafset, 2009.

LIMA, J. A. S. Topônimos dos estados nordestinos brasileiros. **Cadernos do CNLF**, Vol. XV, Nº 5, t. 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011.

LOPES, N. **Novo dicionário bantu do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MARCATO, C. **Nomi di persona, nomi di luogo**: introduzione all'onomastica italiana. Bologna: il Mulino, 2009.

MARCENA, A. **Dicionário da diversidade cultural pernambucana**. 2<sup>a</sup> edição. Recife: CEL, 2011.

NASCENTES, A. **Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, Vol. I, 1958.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais pernambucanos, 1834 -1850**. Recife: Fundarpe, 1985.

RAMOS, E. B. **A toponímia das ruas de Ibimirim-PE**. Monografia de Especialização (Língua Portuguesa e suas literaturas). Centro de Ensino Superior de Arcoverde - CESA, Arcoverde, 2019.

SALAZAR-QUIJADA, A. **La Toponímia en Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SARTORI, T. O. **Ruas de minha cidade: um estudo hodonímico**. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade). Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2010.

SERAFIM, P. da S. **Estudo toponímico de algumas ruas de Arcoverde (PE): taxionomias e cartogramas**. Monografia de Especialização (Ensino de Língua Portuguesa). Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2011.

SILVA, M. V. B. da. **Análise dos antropônimos nas ruas de Buíque (PE)**. Monografia de Especialização (Ensino de Língua Portuguesa). Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2012.

SILVA, S. C. da. **Toponímia Afro-Indígena do Vale do Ipojuca**. Dissertação de Mestrado (Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, V. M. da *et al.* **Cartografia dos Topônimos de Pernambuco**. Monografia de Especialização (Língua Portuguesa e suas literaturas). Centro de Ensino Superior de Arcoverde - CESA, Arcoverde, 2019.

SOUZA, E. R. R. de; CAVALCANTI, S. M. D. **Descrição cartográfico-analítica dos topônimos do Ipanema Pernambucano**. Monografia de Especialização (Língua Portuguesa e suas literaturas). Centro de Ensino Superior de Arcoverde - CESA, Arcoverde, 2017.

STEWART, G. R. **A classification of place names**. Names, Beckerley, v. II, n. 1, p. 1-13, mar. 1954. DOI <https://doi.org/10.1179/nam.1954.2.1.1>

THUN, H. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevidéanos em Rivera. *In*: RADTKE, E.; THUN, H. Neue Wege der romanischen Geolinguistik: **Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie** (Heidelberg/Mainz 21.-24.10.1991) Kiel: Westensee-Vel, 1996.

VASCONCELLOS, J. L. **Opúsculos**: Onomatologia, vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

Artigo recebido em: 02.07.2020

Artigo aprovado em: 24.09.2020

## À sombra do juazeiro: considerações sobre a fitotoponímia da Bahia<sup>1</sup>

### In the shadow of the juazeiro: considerations on Bahia phytotoponymy

Clese Mary Prudente CORREIA\*  
Celina Márcia de Souza ABBADE\*\*

**RESUMO:** Ilustra-se, neste estudo, a tendência, na toponímia brasileira, de considerar os recursos vegetais como a fonte de maior inspiração para a nomeação de acidentes humanos, tomando por base os designativos dos seguintes municípios do estado da Bahia: Angical, Buritirama, Camaçari, Cansanção, Ibirapitanga, Juazeiro, Mucugê, Pau Brasil, Quixabeira, Umburanas e Xique-Xique. A escolha desses topônimos relaciona-se ao fato de apresentarem uma forte relação entre a espécie vegetal e o bioma onde o município se insere. Para a análise do *corpus*, foram utilizados os pressupostos da taxionomia proposta por Dick (1990) para um trabalho toponímico, com o propósito de demonstrar que, ao se deslocar do sistema lexical e assumir caráter denominativo, um signo comum e arbitrário de língua conecta-se de forma permanente ao lugar representado.

**ABSTRACT:** This study illustrates the tendency, in Brazilian toponymy, to consider plant resources as the greatest inspiration source for naming human accidents, based on the names of the following municipalities in the state of Bahia: Angical, Buritirama, Camaçari, Cansanção, Ibirapitanga, Juazeiro, Mucugê, Pau Brasil, Quixabeira, Umburanas and Xique-Xique. The choice of these toponyms is related to the fact that they present a strong relationship between the plant species and the biome where the municipality is located. The taxonomy proposed by Dick (1990) for a toponymic work was used for the analysis of the corpus with the purpose of demonstrating that, when it moves from the lexical system and assumes a denominational character, a common and arbitrary sign of language is permanently connected to the place represented.

<sup>1</sup> Esse estudo é parte da pesquisa *Bahia de Todos os Cantos e Recantos: marcas identitárias e culturais na Toponímia da Bahia*, desenvolvida e concluída no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Língua e Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob a orientação da Profa. Dra. Celina Márcia de Souza Abbade, e insere-se no macro projeto ATOBAH – Atlas Toponímico da Bahia, em desenvolvimento no NEL – Núcleo de Estudos Lexicais.

\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC-UFBA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6718-6629>. [cleseprudente@gmail.com](mailto:cleseprudente@gmail.com)

\*\* Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade do Estado da Bahia – PPGEL/UNEB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6485-277X>. [celinabbade@gmail.com](mailto:celinabbade@gmail.com)

**PALAVRAS-CHAVE:** Onomástica. Toponímia. Fitotopônimos. Municípios baianos.

**KEYWORDS:** Onomastics. Toponymy. Phytotoponymy. Bahian municipalities.

---

## 1 O signo toponímico: entre a arbitrariedade e a motivação

À sombra do juazeiro, considerada a árvore-mãe do sertão, no ponto da passagem de cruzamento das duas velhas estradas: a fluvial, representada pelo Rio São Francisco, e os caminhos terrestres das bandeiras, surgiu, pelos fins do século XVII, um dos mais importantes núcleos urbanos do interior nordestino: a cidade baiana de Juazeiro. Com a nomeação do povoado, um primitivo aldeamento indígena transformado em missão religiosa, o nome comum da árvore protetora foi elevado à categoria de nome próprio e, com função toponímica, passou a identificar e representar o local nomeado.

Ainda que em termos de língua o signo escolhido seja um designativo vocabular comum e arbitrário<sup>2</sup>, por ser um signo onomástico, ao se deslocar do sistema lexical e assumir caráter denominativo, conectou-se de forma permanente ao lugar representado. E assim, como defende Dick (2007, p. 144), por um “processo metonímico de interpretação, o designativo toponímico que é, conceitualmente, um signo de língua, com forma expressiva e um conteúdo unívoco ou biunívoco”, incorporou as características do espaço que passou a nomear.

Entende-se assim, como Seabra (2006), que uma palavra, ao ser levada à função de nome próprio, tornando-se objeto de estudo da Onomástica, pressupõe a existência de um nomeador e um nomeado, ou seja, de representações externas à língua. Tal processo, característico tanto da Antroponímia, que estuda os designativos pessoais, quanto da Toponímia, que estuda os locativos, permite que o nome próprio seja

---

<sup>2</sup> A caracterização do signo linguístico como arbitrário foi feita por Saussure (1995 [1916], p. 119), por considerar a inexistência de uma relação preestabelecida entre o conceito e a imagem acústica, ou seja, entre o significado e o significante.

cristalizado, o que faz com que possa ser transmitido às gerações posteriores, às vezes, sem sofrer alterações.

Além de testemunhar a história de uma cultura, a Toponímia muitas vezes sobrevive a ela. Desse modo, é possível que o frondoso juazeiro, causa nominativa do acidente humano, não exista mais. Assim acontece com signos toponímicos, semanticamente motivados no ato de nomeação, que podem, com o tempo, perder essa referência e se tornarem termos opacos de significação arbitrária, sem relação reconhecida com o espaço agora designado. Quando, por exemplo, um local recebe o nome de uma espécie de planta muito comum na região que, pela ação de processos de exploração descontrolada, entra em extinção, a causa nominativa do signo deixa de ser reconhecida pela população local e perde o seu sentido original. Nesse caso, como defende Claval (2014), cabe à toponímia linguística reencontrá-lo.

Nessa perspectiva, reconhecendo a importância dos vegetais para o homem e para os animais, entende-se porque esses recursos representam a fonte de maior inspiração para a nomeação tanto de acidentes físicos como humanos, configurando-se como uma tendência nacional da toponímia brasileira, como afirmam Isquierdo e Tavares (2005), e motivada, em sua maioria, “pela abundância da espécie na localidade e/ou até mesmo pela presença significativa de alguma em particular que sirva de ponto de referência para a identificação da localidade” (ISQUERDO, 1997, p. 38).

Essa tendência foi comprovada em pesquisa desenvolvida com os topônimos de municípios baianos presentes na *Enciclopédia de Municípios Brasileiros*<sup>3</sup>. Identificou-se, no estudo realizado, uma predominância de fitotopônimos<sup>4</sup>, designativos relacionados aos recursos vegetais da região, o que evidencia a importância da

---

<sup>3</sup> Obra composta de 36 volumes, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período entre 1957 e 1968, contendo informações específicas de cada município brasileiro.

<sup>4</sup> Dos 98 topônimos de natureza física encontrados no *corpus* estudado, 24 foram classificados como fitotopônimos, seguidos de 23 hidrotopônimos, 20 geomorfotopônimos e 17 zootopônimos, entre os de maior incidência.

vegetação para os estudos que envolvem a paisagem física, como já reconhecia Humboldt em 1807:

Apesar de uma paisagem geográfica ser formada por um conjunto de fatores externos como o contorno das serras, o aspecto e a forma das plantas e dos animais, o azul do céu, as formas das nuvens, a visibilidade e a transparência do ar, não se pode negar que o fator determinante da paisagem é a cobertura vegetal (HUMBOLDT *apud* DICK, 1990).

Neste artigo, pretende-se ilustrar essa tendência da toponímia brasileira, relacionando nomes comuns de espécies vegetais nativas, algumas em processo de extinção, que, assumindo a função toponímica, passaram a identificar e representar os seguintes municípios do estado da Bahia: *Angical, Buritirama, Camaçari, Cansanção, Ibirapitanga, Juazeiro, Mucugê, Pau Brasil, Quixabeira, Umburanas e Xique-Xique*. A escolha desses topônimos para ilustrar essa análise relaciona-se ao fato deles apresentarem uma forte relação entre a espécie vegetal que representa a causa nominativa do topônimo e o bioma<sup>5</sup> onde o município se insere.

## 2 Aspectos fitogeográficos da Bahia: a Caatinga, o Cerrado e a Mata Atlântica

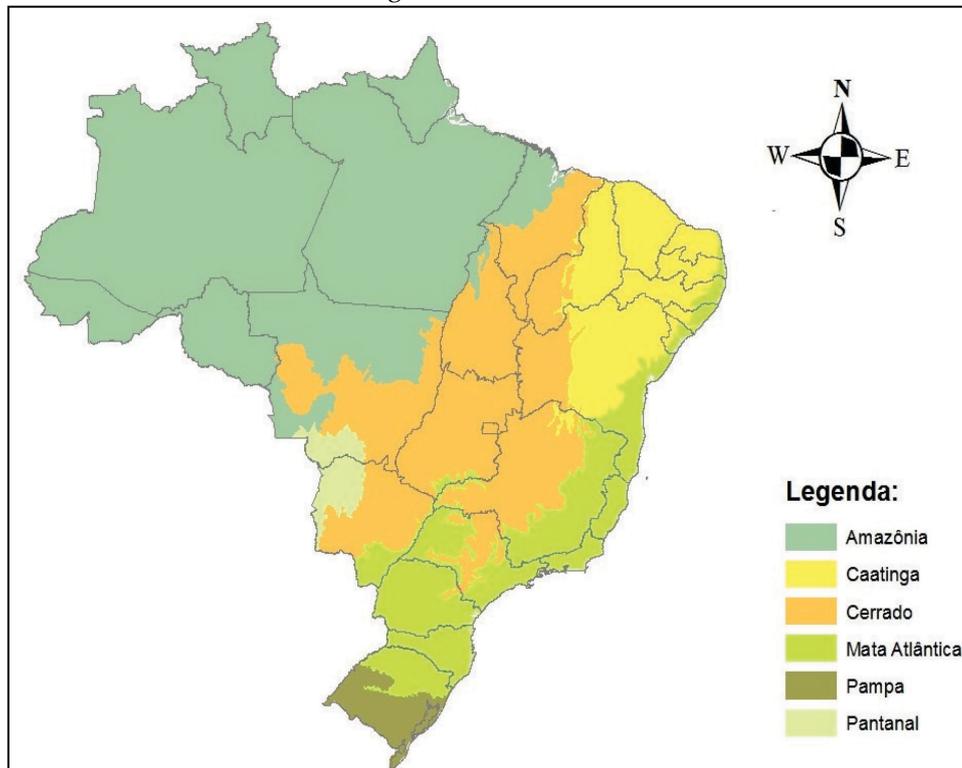
Fitogeograficamente, a Bahia possui três grandes formações vegetais: a caatinga, a floresta tropical úmida e o cerrado. Localizada em toda a região norte, na área da depressão do São Francisco e na serra do Espinhaço, a caatinga constitui-se a vegetação predominante no Estado (aproximadamente 64%), deixando para o cerrado apenas a parte ocidental (16%) e o sudeste para a floresta tropical úmida (18%)

---

<sup>5</sup> Embora apresentem sentidos diferentes, termos como bioma, domínio e ecossistema são utilizados em referência a uma área do espaço geográfico. Optou-se aqui, no entanto, pelo uso do termo bioma por se tomar como referência a classificação do espaço brasileiro feita pelo IBGE, que o entende como “um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria” (IBGE, 2004).

(ALCOFORADO, 2003). No mapa dos biomas brasileiros (IBGE, 2004) pode-se observar a distribuição desses tipos de vegetação no território baiano (Figura 1).

Figura 1 – Biomas brasileiros.



Fonte: IBGE, 2004.

### *O Bioma Cerrado*

Localizado no Planalto Central do Brasil, o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul. No seu espaço territorial encontram-se as nascentes das maiores bacias hidrográficas do continente: Bacia Platina, Bacia do São Francisco, Bacia Araguaia-Tocantins e Bacia Amazônica. O elevado potencial aquífero, que faz com que seja conhecido como “berço das águas”, favorece a rica biodiversidade do Cerrado.

Na diversidade paisagística desse bioma, destacam-se os domínios dos palmeirais, com suas mais variadas espécies, principalmente a espécie buriti (*Mauritia vinifera*), considerada pelo escritor Guimarães Rosa como o monumento do Cerrado. Exuberantes na paisagem, os palmeirais contribuíram para o processo de ocupação da região, sendo importantes, como afirmam Bastos e Ferreira (2010), para a formação da

identidade do homem do campo que, geralmente, dependia deles como fonte de alimentação e como matéria prima para a construção de seus abrigos.

Apesar do reconhecimento de sua importância biológica, depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana, iniciada com a entrada das Bandeiras ao centro do Brasil no séc. XVIII em busca de riquezas minerais. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (O BIOMA...), estima-se que 20% das espécies nativas e endêmicas já não ocorram em áreas protegidas e que pelo menos 137 espécies de animais que ocorrem no Cerrado estão ameaçadas de extinção.

### *O Bioma Caatinga*

Considerado como um bioma genuinamente brasileiro, a Caatinga apresenta um conjunto de vegetação exclusivamente nacional, envolvendo oito estados da Região Nordeste, além do norte de Minas Gerais, uma área marcada por clima semiárido e chuvas irregulares. Na Bahia, como afirma Evangelista (2011), a Caatinga ocupa 274 mil km<sup>2</sup>, abrangendo 258 municípios, sendo considerada uma das áreas mais ricas em espécies vegetais em comparação ao que se verifica ao norte do rio São Francisco.

Os extremos climáticos registrados no semiárido, não observados em outras regiões do Brasil, contribuem para estigmatizar o bioma como inóspito e com baixa diversidade biológica (LEAL *et al.*, 2003). No entanto, contrariando essa visão, a Caatinga apresenta uma surpreendente diversidade de ambientes naturais, traduzida em um mosaico de tipos de vegetação, predominantemente herbácea e rasteira (SILVA *et al.*, 2008). Essa vegetação sustenta a economia da região, especialmente voltada para a exploração de lenha e carvão vegetal para fins energéticos, que, juntamente com a prática das queimadas, é a principal responsável pela degradação ambiental generalizada do bioma.

É importante destacar também as consequências do processo histórico de povoamento e ocupação da região Nordeste no bioma Caatinga. Marcado pela substituição de espécies vegetais nativas por cultivos e pastagens com variedades exóticas, esse processo tem provocado uma alteração significativa nos ecossistemas do bioma e ameaçado de extinção espécies que não são encontradas em nenhuma outra região do planeta.

### *O Bioma Mata Atlântica*

Uma das regiões mais ricas do mundo em biodiversidade, o bioma Mata Atlântica envolve um conjunto de formações florestais e ecossistemas associados, como as restingas, manguezais e campos de altitude. Estendendo-se originalmente por aproximadamente 1.300.000 km<sup>2</sup> em 17 estados do território brasileiro, dos quais 14 são costeiros, a Mata Atlântica atualmente tem a sua vegetação nativa reduzida a cerca de 12,4% de sua cobertura original (MENEGASSI, 2020).

A redução da vegetação natural é consequência dos impactos sofridos por esse bioma, desde a chegada do colonizador europeu ao Brasil: interferência dos sucessivos ciclos de exploração econômica, como a extração de pau-brasil, a plantação da cana-de-açúcar e do café, e a busca do ouro, além das expansões urbana e agroindustrial desordenadas. No entanto, mesmo reduzida, a variedade de espécies vegetais desse bioma é reconhecidamente maior do que a de alguns continentes.

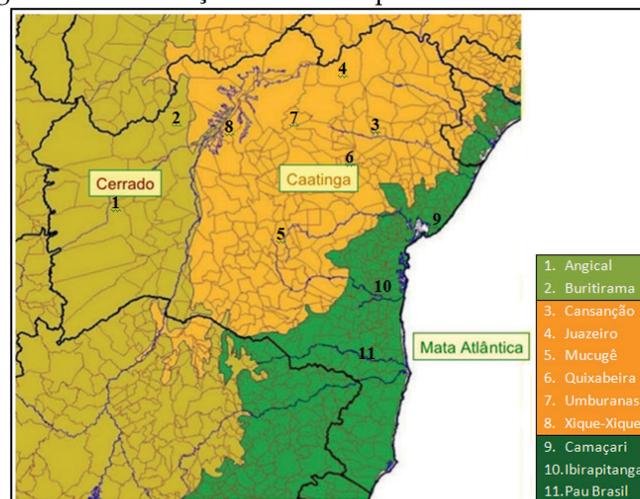
Considerada como um *hotspot* mundial, ou seja, uma das áreas mais ricas em biodiversidade e mais ameaçadas do planeta, o bioma Mata Atlântica abriga mais de 15 mil espécies de plantas, dentre elas o pau-brasil, considerada, pela lei n. 6607, de 7/12/78, a Árvore Nacional, por seu valor histórico e simbólico (RAMOS, 2011).

### 3 Fitotopônimos: a vegetação como causa nominativa

Tomando por base o modelo taxionômico (DICK, 1990) composto por vinte e sete taxas que refletem a diversidade da realidade brasileira, identifica-se como fitotopônimos os designativos de lugar que, classificados como de natureza física, refletem a visão do nomeador em relação à cobertura vegetal, um dos elementos do quadro natural de maior susceptibilidade à intervenção do homem. Concorda-se assim com Dick ao considerar que um topônimo tem mais valor para um estudo científico “quando a espécie por ele lembrada se encontrar em conjunção à área geográfica de sua ocorrência e, mais ainda, quando se tratar de um tipo florístico já extinto (DICK, 1990, p. 196).

Nessa perspectiva, expõe-se, neste artigo, o resultado do estudo desenvolvido com 11 fitotopônimos inseridos nos três biomas do território baiano, como exposto no mapa apresentado (Figura 2). Os topônimos selecionados derivam-se diretamente de nomes de espécies vegetais conhecidas, representadas em sintagmas toponímicos simples e compostos (Cansanção, Pau Brasil), tanto na forma singular (Juazeiro) quanto pluralizada (Umburanas). O *corpus* também envolve formas derivadas por sufixação (Quixabeira) e resultantes do processo de composição por aglutinação característico da língua tupi (Buritirama).

Figura 2 – Localização dos municípios dentro de cada bioma.



Fonte: TIMMERS, 2010. Adaptado pelas autoras.

A análise lexical-etimológica realizada é apresentada a seguir, considerando a localização no bioma no qual os municípios se encontram. Para fins de exposição, optou-se por listar os fitotopônimos em negrito, seguidos, após dois pontos, da definição e origem linguística do topônimo encontradas nas seguintes obras lexicográficas: CUNHA (2013), GREGÓRIO (1980), HOUAISS (2001), NAVARRO (2013), SAMPAIO (2014) e TIBIRIÇÁ (1985). Em sequência, apresentam-se dados consultados em endereços eletrônicos de órgãos oficiais, como o do Ministério do Meio Ambiente e o da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e em obras técnicas acerca dos biomas e dos recursos vegetais, tais como: ARAÚJO *et al.* (2015), BASTOS; FERREIRA (2010), CORTOPASSI-LAURINO (2009), DANTAS *et al.* (2014), RAMOS (2011), RÊGO; HOEFLICH (2001), SÁTIRO; ROQUE (2008), SILVA *et al.* (2004) e SILVA *et al.* (2003), que relacionam a espécie vegetal ao ambiente físico onde o município se insere.

#### CERRADO:

**Angical:** extenso aglomerado de angicos. Forma híbrida do tupi *anjyca* ‘espécie de acácia brasileira’, acrescido do sufixo português *al*. Árvore do gênero *Anadenanthera*, da família das leguminosas, o angico (*Anadenanthera peregrina*) é uma árvore nativa, principalmente, das matas de transição para o Cerrado, mas também está presente na Caatinga.

**Buritirama:** região de buritis. Do tupi *meriti* (*'yba*); *etama* ‘região de palmeiras’. A palmeira buriti (*Mauritia Vinifera* Mart.) habita terrenos alagáveis, sendo encontrada com muita frequência nas veredas, importante fitofisionomia do Cerrado. Considerada como monumento do Cerrado, é um indicativo infalível da existência de água na região.

#### CAATINGA:

**Cansanção:** arbusto urticante da família das euforbiáceas, de etimologia obscura. A família *Euphorbiaceae* é a segunda família mais representativa da Caatinga em número de espécies. A *Cnidocolus urens* é conhecida popularmente como cansanção, arre-

diabo, urtiga e urtiga-cansação. É uma planta invasora, principalmente de pastagens, beira de estradas e terrenos baldios.

**Juazeiro:** árvore da família das ramnáceas. Forma híbrida do tupi *yú-á* 'juá, fruto espinhoso', acrescido do sufixo português *eiro*, 'pé de juá'. O juazeiro (*Ziziphus joazeiro* Mart.) é uma planta típica do semiárido nordestino, onde está localizada a Caatinga, um bioma exclusivamente brasileiro. Apresenta raízes pivotantes que possibilitam a obtenção de água do subsolo, o que faz com que permaneça verde até em períodos de longas secas, fornecendo sombra aos viajantes.

**Mucugê:** Planta da família das apocináceas. Do tupi *mukuê*, plantas que fornecem látex adocicado; 'coisa de comer doce ou agradável'. O Mucugê (*Couma rígida* Mull. Arg.) ocorre nas matas ciliares da Caatinga em altitudes mais elevadas. Seus frutos são comercializados *in natura* na época de frutificação.

**Quixabeira:** árvore da família das sapotáceas, nativa do Brasil. Forma híbrida do tupi *kessaba* 'pouso, lugar de dormir', acrescido do sufixo português *eira*. A quixabeira (*Syderoxylon obtusifolium*), espécie ameaçada de extinção no ecossistema Caatinga, é também conhecida por rompe-gibão, certamente devido aos seus espinhos agressivos. Apresenta grande importância por suas propriedades medicinais e pelo uso na indústria madeireira.

**Umburanas:** planta da família das burseráceas, natural do sertão do Brasil. Do tupi *imbu* (*mbo*) 'dar água'; *rana* 'semelhante ao umbu', acrescido do morfema de número plural *s*. Em virtude do potencial terapêutico e madeireiro, que expõe as plantas nativas a um extrativismo intensivo ao longo de vários anos, a *Amburana cearensis*, também conhecida como amburana e imburana, corre risco de ser extinta, de acordo com levantamento feito pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN).

**Xique-Xique:** planta da família das cactáceas, nativa da caatinga. De origem onomatopaica tapuia, 'chocalho', o mesmo que ganzá. Em razão das incertezas climáticas e do fenômeno das secas periódicas no Nordeste do Brasil, o xiquexique (*Pilosocereus Gounellei*), graças a sua abundância e características fisiológicas de conservação e economia no uso da água, representa uma fonte de suprimento de água e uma alternativa alimentar para os rebanhos do semiárido.

#### MATA ATLÂNTICA:

**Camaçari:** planta da família das ternstremiáceas. Do tupi *kamasary* (*kama* 'seio', *esá* 'olho', *y* 'líquido') 'líquido do olho do seio', espécie de árvore combretácea que produz

líquido branco resinoso. Camassary (*Caraipa densifolia* Mart.), árvore nativa da Mata Atlântica, já quase extinta, é também conhecida como a “árvore que chora”, devido às gotículas que cobrem as folhas da vegetação no período da noite.

**Ibirapitanga:** pau-brasil. *Caesalpinia echinata* Lam. Do tupi *ybyrá* ‘pau’; *pytang* ‘rosado’, o ‘pau-brasil’. Nome como os nativos denominavam o pau-brasil, árvore nativa das partes mais secas da floresta pluvial atlântica, com maior abundância no sul da Bahia. Seu cerne, que varia de coloração castanho alaranjado ao vermelho escuro foi, desde o início da colonização portuguesa, alvo da primeira grande exploração econômica de recurso natural em território brasileiro.

**Pau Brasil:** árvore *Caesalpinia echinata* Lam. que habitava o litoral brasileiro e hoje bastante rara. *Pau*, do latim *pālus* ī ‘qualquer pedaço de madeira’; *Brasil*, de origem controversa, designação com que os portugueses nomeavam os indígenas do Brasil (e a sua língua). Originária da Mata Atlântica, a árvore pau-brasil, a ibirapitanga dos nativos, foi intensamente explorada durante o ciclo econômico do pau-brasil, o que resultou na devastação da floresta original e em sua quase extinção, sendo atualmente protegida pela Portaria n.37-N, de 3 de abril de 1992, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). É considerada, pela lei n.6607, de 7/12/78, a Árvore Nacional, por seu valor histórico e simbólico.

#### 4 Considerações finais

O homem sempre foi ligado à existência das árvores, símbolos da vida e do conhecimento<sup>6</sup>, e sempre explorou seus recursos, tanto como fonte de alimentação e tratamento dos males físicos quanto na construção de moradias para a sua proteção. E essa ligação se reflete no processo de nomeação de acidentes físicos e humanos, como este estudo procurou mostrar. Entende-se assim o número significativo de fitotopônimos identificados na toponímia da Bahia e a sua forte relação com o ambiente geográfico em que se inserem.

Trazer à lembrança o frondoso juazeiro que acolheu em sua sombra os cansados viajantes durante o processo de ocupação das terras da Bahia, normalmente precedido

---

<sup>6</sup> A representação da árvore como símbolo da vida e do conhecimento está presente em várias culturas e religiões. Na Bíblia, Deus colocou no centro do jardim do Éden duas árvores especiais: a “Árvore da Vida” e a “Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal”.

pela retirada da vegetação, comprova a importância da pesquisa toponímica para a reconstituição do passado e compreensão do presente, contribuindo assim para a preservação das espécies vegetais que influenciaram o processo nominativo do seu espaço e estão hoje ameaçadas de extinção.

### Referências Bibliográficas

ALCOFORADO, F. **Os Condicionantes do Desenvolvimento do Estado da Bahia**. 2003. Tese (Doutorado em Planificación Territorial y Desarrollo Regional) Universidade de Barcelona. Disponível em: [https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1944/6.TERRITORIO\\_SOCIEDADE\\_ESTADO\\_BAHIA.pdf?sequence=1](https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1944/6.TERRITORIO_SOCIEDADE_ESTADO_BAHIA.pdf?sequence=1). Acesso em: 25 maio 2019.

ARAÚJO, H. R.; CASTRO FILHO, E. S.; SANTANA NETO, J. A. Potencial das cactáceas como alternativa alimentar para ruminantes no semiárido. **Revista Eletrônica Nutritime**. v. 12, n. 06, nov/dez, 2015. ISSN: 1983-9006. Disponível em: [http://www.nutritime.com.br/arquivos\\_internos/artigos/344 - 4426-4434 - NRE 12-6 nov-dez 2015.pdf](http://www.nutritime.com.br/arquivos_internos/artigos/344 - 4426-4434 - NRE 12-6 nov-dez 2015.pdf). Acesso em: 25 maio 2019.

BASTOS, L. A.; FERREIRA, I. M. Composições fitofisionômicas do bioma Cerrado: estudo sobre o subsistema de Vereda. **Espaço em Revista**. vol. 12, nº 1, jan/jun., p. 97-108, 2010.

CLAVAL, P. **A Geografia cultural**. 4. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

CORTOPASSI-LAURINO. M. Ibirapitanga ou Pau-Brasil, árvore nacional do Brasil. **Mensagem Doce**. n. 100, mar. 2009. APACAME, Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.apacame.org.br/mensagemdoce/100/artigo11.htm>. Acesso em: 25 maio 2019.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DANTAS, F. C. P.; TAVARES, M. L. R.; TARGINO, M. S.; COSTA, A. P.; DANTAS, F. O. Ziziphus joazeiro Mart. - Rhamnaceae: características biogeoquímicas e importância no bioma Caatinga. **Revista Principia: Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**. Nº 25. João Pessoa, p. 51-57, dezembro 2014. Acesso em: 25 maio 2019. DOI <https://doi.org/10.18265/1517-03062015v2n25p51-57>

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Revista Trama**, v. 3, n. 5, p. 141-155, I semestre de 2007. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/trama/article/viewFile/965/828>. Acesso em: 25 maio 2019.

EMBRAPA. **Umburana ou cumaru**: Embrapa estuda técnica para conter ameaça de extinção. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1805946/umburana-ou-cumaru-embrapa-estuda-tecnica-para-conter-ameaca-de-extincao>. Acesso em: 25 maio 2019.

EVANGELISTA, A. S. R. **O desmatamento do Bioma Caatinga no Semiárido Baiano**: uma análise ecodinâmica. VIII Encontro Baiano de Geografia/X Semana de Geografia da UESB. Vitória da Conquista/BA, 2011.

GREGÓRIO, I. J. **Contribuição indígena ao Brasil**. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S.; FRANCO, F. M. M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.

IBGE. **Biomias brasileiros (mapa)**, 2004. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/os-biomias-e-suasflorestas?print=1&tmpl=component>. Acesso em: 25 maio 2019.

ISQUERDO, A. N. A toponímia como signo de representação de uma realidade. **Fronteiras** – Revista de História. Campo Grande – MS: Editora UFMS, p. 27-46, 1997.

ISQUERDO, A. N.; TAVARES, M. A presença indígena na fitotoponímia da região sul de Mato Grosso do Sul. **Signum** – Estudos da Linguagem. Londrina: Editora UEL, p. 127-147, 2005. DOI <https://doi.org/10.5433/2237-4876.2005v8n2p127>

LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. da. (ed.). **Ecologia e conservação da Caatinga**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003. 822 p.

MENEGASSI, D. Desmatamento na Mata Atlântica tem alta de 27,2% e mais de 14 mil hectares desflorestados. **O Eco**. 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/desmatamento-na-mata-atlantica-tem-alta-de-272-e-mais-de-14-mil-hectares-desflorestados/>. Acesso em: 05 out. 2020.

NAVARRO, E. A. **Dicionário de Tupi Antigo**. A língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

O BIOMA Cerrado. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>. Acesso em: 25 maio 2019.

RAMOS, A. L. **Conhecendo o pau-brasil: história e biologia**. São Paulo, Núcleo Viva Ciência, 2011. Disponível em: <http://terrabilisdidaticos.com.br/images/stories/revistanucleovivaciencia/conhecendoopaubrasil.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

RÊGO, G. M.; HOEFLICH, V. A. **Contribuição da pesquisa florestal para um ecossistema em extinção: Floresta Atlântica do Nordeste do Brasil**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2001. 80p. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/371146/contribuicao-da-pesquisa-florestal-para-um-ecossistema-em-extincao-floresta-atlantica-do-nordeste-do-brasil>. Acesso em: 25 maio 2019.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 2. ed. São Paulo: O Pensamento, 1914.

SÁTIRO, L. N.; ROQUE, N. A família Euphorbiaceae nas caatingas arenosas do médio rio São Francisco, BA, Brasil. **Acta bot. bras.** 22(1): 99-118. 2008. Acesso em: 25 maio 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-33062008000100013>

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995 [1016].

SEABRA, M. C. T. C. de. Referência e Onomástica. **Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)**. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_442.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf). Acesso em: 25 maio 2019.

SILVA, G. M. C.; MARTINS, P. L.; SILVA, H.; FREITAS, K. K. C. Estudo autoecológico de *Bumelia sertorium* (Quixabeira) – Espécie ameaçada de extinção no ecossistema Caatinga. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**. Volume 4, N. 1, 1º Semestre 2004. Disponível em: <http://joaootavio.com.br/bioterra/workspace/uploads/artigos/sertorium-51563480e5149.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M. Monica; FONSECA, T.; LINS, L. V. (org.) **Biodiversidade da caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. Disponível em: <http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/biodiversidade-da-caatinga-areas-e-acoes-prioritarias-para-a-conservacao-.pdf>. Acesso em: 25 junho 2020.

SILVA, S. **Árvores Nativas do Brasil**. v 1. São Paulo: Europa, 2013.

SOS MATA Atlântica. Fundação SOS Mata Atlântica. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/nossas-causas/mata-atlantica/>. Acesso em: 25 maio 2019.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi**. São Paulo: Traço Editora, 1985.

TIMMERS, J. F. **Cerrado baiano: Riqueza, ameaças, potencial**. 348<sup>a</sup> reunião ordinária CEPRAM. 25/11/2010. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/cafeicultura/cerrado-baiano-riqueza-ameaa-e-potencial-jean-f-timmers>. Acesso em: 25 maio 2019.

Artigo recebido em: 09.07.2020

Artigo aprovado em: 05.10.2020

## Breve estudo sobre a ocorrência de *Buriti* e de suas variantes como designativos toponomásticos na mesorregião Central Mineira

**A brief study on the occurrence of *Buriti* and its variants as toponomastic designations in the Mineira Central Region**

Patrícia de Cássia Gomes PIMENTEL\*

---

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é apresentar, de forma breve, um estudo onomástico-toponímico sobre a ocorrência do termo *Buriti* e de suas variantes em uma das doze mesorregiões do Estado de Minas Gerais: a Central Mineira. Para esta análise, orientamo-nos pelos pressupostos teórico-metodológicos da Toponímia propostos por Dauzat (1926) e por Dick (1990a; 1990b) e pelos procedimentos metodológicos adotados pelo Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – do qual inclusive provêm os nossos dados sincrônicos. Os dados toponímicos analisados possibilitaram-nos compreender melhor que a formação do espaço toponomástico está intimamente ligada não só ao contexto ambiental, mas também social de um povo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Toponímia. *Buriti*. Mesorregião Central Mineira. Minas Gerais.

---

**ABSTRACT:** The aim of this research is to present, in a brief way, an onomastic-toponymic study on the occurrence of the term *Buriti* and its variants in one of the twelve regions of the Minas Gerais state: the Central Mineira Region. For this analysis, we followed the references, theoretical and methodological, proposed by Dauzat (1926) and by Dick (1990a; 1990b) to the Toponymy, and methodological procedures adopted by the ATEMIG Project - Minas Gerais state toponymic Atlas - which our synchronous data come from. The toponymic data analyses showed that the formation of the toponomastic space is closely connected to the environmental and social contexts of a group.

**KEYWORDS:** Toponymy. *Buriti*. Mineira Central Region. Minas Gerais.

---

\* Mestre e doutoranda em Estudos Linguísticos pelo POSLIN-UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0105-1638>. [patriciacgp@ufmg.br](mailto:patriciacgp@ufmg.br).

## 1 Introdução

A Onomástica, área da linguística que se integra à Lexicologia (o estudo científico do léxico) e que possui como objeto de investigação o nome próprio, está tradicionalmente dividida em duas subáreas: a Antroponímia e a Toponímia.

No campo da Toponímia, é preciso destacar que os estudos não se restringem às análises da nomenclatura dos designativos geográficos, em sua bipartição física (rios, morros, etc.) ou antropocultural (povoados, cidades, etc.), mas funcionam como registro e forma de perpetuação “das tradições de um povo ou de registro de suas características mais evidentes” (DICK, 1990b, p. 119). Em outras palavras, para dar conhecimento às gerações futuras, a Toponímia reserva-se o direito de apreender o presente, a partir de aspectos da história social de um lugar, como formação étnica, processos migratórios, sistema de povoamento, bem como de suas características ambientais (vegetação, hidrografia, fauna...), fato este que coloca em destaque a sua função conservadora.

Em Minas Gerais, a Toponímia concentra grande riqueza de dados e amplas possibilidades de estudo, em razão da diversidade étnica e linguística que se fez presente nesta parte do território – indígenas, africanos e portugueses – e da diversidade de espécies vegetais e animais oriundas dos biomas que o integram – Cerrado, Mata Atlântica, Campos de Altitude ou Rupestres e Caatinga.

Em se tratando especificamente da mesorregião Central Mineira e da sua cobertura vegetal, a nomenclatura geográfica dessa parte do território mineiro registra inúmeras designações de árvores, arbustos, plantas, como denominativas de acidentes humanos e físicos, em especial com o termo *buriti*, característico do bioma Cerrado. Segundo Sampaio (1987, p. 209), o termo *buriti* é oriundo “do tupi “mbiriti, árvore que emite líquido; a palmeira. (*Mauritia Vinifera*, Mart.) Alt. Murity, Murity, Mority”.

Nesse sentido, seja na realidade conhecida e vivenciada “ou no chamado universo ambiental em que o homem se organiza, individual e comunitariamente, que

se encontram as influências (...) E é nessa mesma cadeia de possibilidades que os topônimos se estruturam em estratos de diversas naturezas” (DICK, 1990a, p. 61).

Isto significa que *Buriti* e suas variantes transformaram-se em fitotopônimos, segundo o modelo taxonômico de Dick (1990b) para a toponímia brasileira, a partir do mecanismo de nomeação que os elevaram de lexias comuns da língua à categoria de nomes próprios. Os fitotopônimos são assim: categorias extremamente produtivas como apontam as pesquisas realizadas nesta área, aparecendo quase sempre no topo em termos de número de ocorrência em estudos sobre a toponímia brasileira. Os projetos do Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (Projeto ATEMS) e do Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (Projeto ATEMIG), por exemplo, apontam essa categoria de topônimos como a mais produtiva (1º lugar de ocorrência), nas duas unidades da Federação cobertas por esses projetos.

A seguir, passamos ao breve estudo dos designativos de lugares, formados a partir da unidade lexical *buriti* e de suas variantes, na mesorregião Central Mineira.

## 2 Origem do corpus

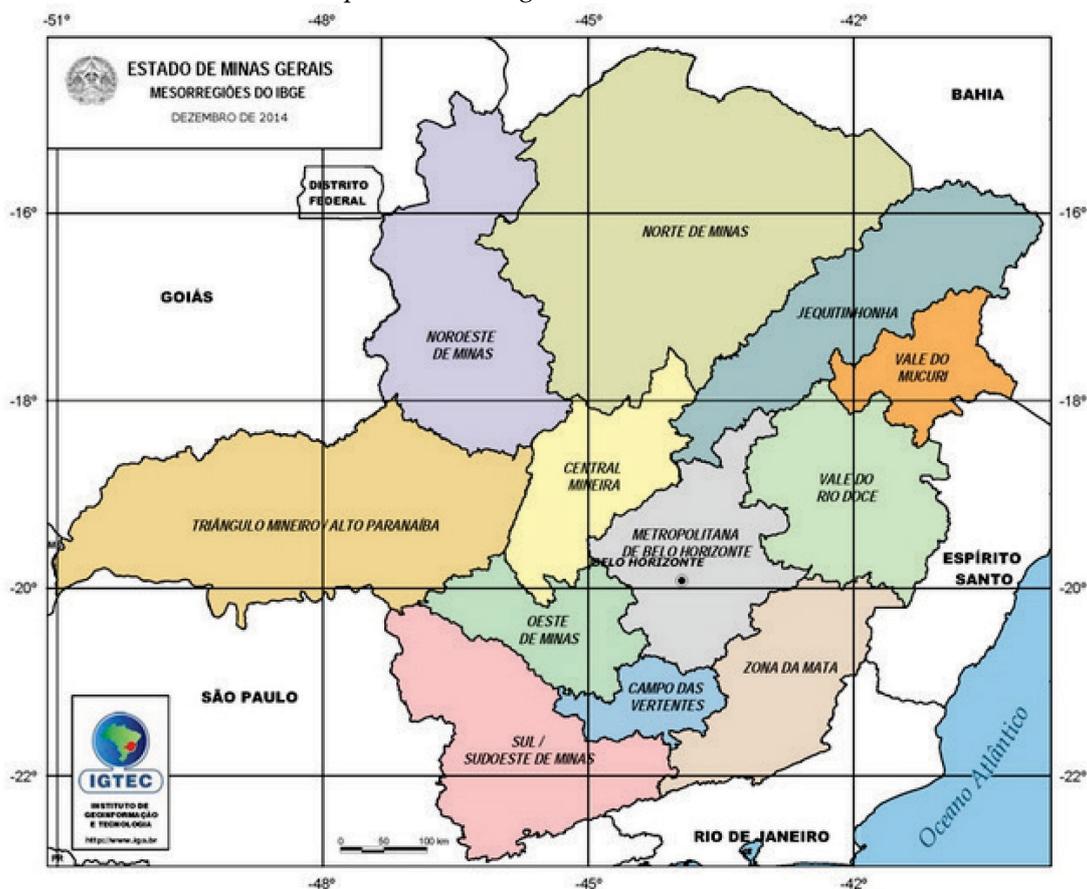
Todos os topônimos formados a partir do termo *buriti* referentes à mesorregião Central Mineira foram recolhidos do banco de dados sincrônico do Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – os quais foram compilados a partir de cartas topográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com escalas entre 1:50.000 e 1:250.000.

Seguindo orientações teóricas e metodológicas propostas por Dauzat (1926) e Dick (1990a; 1990b), esse Projeto em desenvolvimento na Faculdades de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) há quase 20 anos, sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, vem detalhando e revelando a realidade toponímica de todo o território mineiro, a partir do levantamento de todos

os nomes de lugares presentes nos 853 municípios, perfazendo até o presente momento 85.391 (oitenta e cinco mil trezentos e noventa e um) topônimos.

Essa coleta de dados foi feita seguindo divisão proposta pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a qual dividiu o estado de Minas Gerais em doze mesorregiões – Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata – conforme apresentação no mapa a seguir.

Mapa 1 – Mesorregiões de Minas Gerais.



Fonte: IBGE.

No entanto, é preciso esclarecer que, em 2017, o IBGE passou a adotar metodologia comum na divisão do território nacional brasileiro e, para tanto, revisou

as unidades mesorregionais e microrregionais, as quais receberam, respectivamente, os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas. Considerando que o banco de dados do Projeto ATEMIG está organizado segundo a divisão anterior, ou seja, em meso- e microrregiões, e que não há impactos para o desenvolvimento de trabalhos com caráter onomástico-toponímicos, seguiremos a orientação adotada no referido Projeto.

### 3 Características da mesorregião Central Mineira e do bioma Cerrado

A mesorregião Central Mineira é formada pela junção de trinta municípios, os quais se encontram divididos em três microrregiões – Três Marias, Curvelo e Bom Despacho. Cada uma dessas microrregiões é formada por uma quantidade ímpar de municípios conforme distribuição a seguir:

**Microrregião de Três Marias:** Abaeté, Biquinhas, Cedro do Abaeté, Morada Nova de Minas, Paineiras, Pompéu e Três Marias.

**Microrregião de Curvelo:** Augusto de Lima, Buenópolis, Corinto, Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Joaquim Felício, Monjolos, Morro da Garça, Presidente Juscelino e Santo Hipólito.

**Microrregião de Bom Despacho:** Araújos, Bom Despacho, Dores do Indaiá, Estrela do Indaiá, Japaraíba, Lagoa da Prata, Leandro Ferreira, Luz, Martinho Campos, Moema, Quartel Geral e Serra da Saudade.

Considerando os biomas brasileiros, podemos afirmar que essa região se encontra em uma área de cerrado, sendo que sua vegetação se compõe de gramíneas, arbustos e árvores. Além disso, abrange terras drenadas pelo rio São Francisco e por um de seus afluentes (o rio das Velhas), tendo ainda como características naturais o relevo de topografia suave. Além disso, essa região abriga importantes espécies da fauna, como tamanduá, tatu, jiboia, cascavel e o cachorro-do-mato.

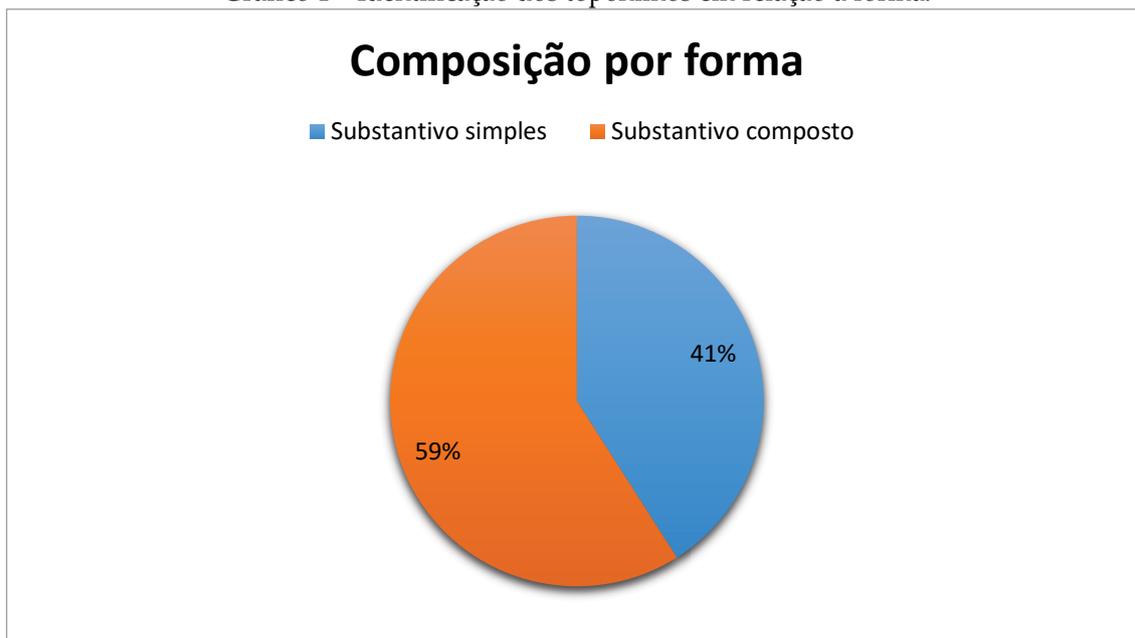
#### 4 *Buriti* e suas variantes – apresentação e análise de dados

Conforme já mencionado, a taxonomia dos fitotopônimos é extremamente produtiva em todo território mineiro e brasileiro, como apontam as pesquisas já realizadas por Seabra (2009) e Isquendo e Seabra (2010). Seguindo essa tendência geral, verificamos que o fitotopônimo *buriti* apresenta produtividade significativa na mesorregião Central Mineira, com 78 ocorrências, e figura nas três microrregiões, daí o propósito deste estudo centrar-se nesse recorte toponímico. Em termos numéricos, *buriti* só apresenta para essa mesorregião menos dados que *capão*, outro fitotopônimo extremamente recorrente.

No corpus pesquisado, o gênero masculino é dominante, ou seja, corresponde 100% dos dados. Em relação à forma dos topônimos, podemos dividi-los conforme a quantidade de radicais que apresentam em sua estrutura: simples (um radical) ou compostos (dois ou mais radicais). Temos que os topônimos simples, formados a partir do termo masculino *buriti*, representam 32 ocorrências ou 41% dos dados, enquanto os topônimos compostos ocorrem de maneira mais frequente, alcançando 59% ou 46 ocorrências. A seguir, listamos os dados analisados seguidos do seu número de ocorrência, o qual se encontra registrado entre parênteses.

- Substantivo simples – *buriti* (20); *buritizal* (2); *buritizinho* (9); *buritizinhos* (1).
- Substantivo composto – *buriti comprido* (3); *buriti curto* (2); *buriti da barra* (1); *buriti da boiada* (1); *buriti da cachoeira* (4); *buriti de Antônio Alves de Souza* (1); *buriti de Francisco Faria* (1); *buriti de João Nunes* (1); *buriti de Francisco Faria* (1); *buriti de Odileia F. de Souza* (1); *buriti do Amorim* (1); *buriti do atoleiro* (2); *buriti do carro* (1); *buriti do Cordovil* (2); *buriti do fundo* (1); *buriti do Jorge* (2); *buriti do meio* (3); *buriti do salto* (1); *buriti do Severino* (1); *buriti dos Almeidas* (2); *buriti dos Borges* (1); *buriti dos Coelhos* (1); *buriti dos Coutos* (2); *buriti dos monjolos* (2); *buriti dos Pereiras* (1); *buriti dos quilombos* (2); *buriti fundo* (1); *buriti grande* (1); *buriti mirim* (1); *buriti quebrado* (1); *buritizinho de José Albim* (1).

Gráfico 1 – Identificação dos topônimos em relação à forma.



Fonte: elaborado pela autora.

Como topônimos simples, os nomes masculinos se dividem em: 31 topônimos ou 39,7% das ocorrências na forma de [Ssing] e somente 1 topônimo na forma de [Spl] que corresponde a 1,3% das ocorrências. O restante dos nomes de lugares, ou seja, 46 dados, são topônimos compostos, o que equivale a 59% do total dos dados, e todos eles se encontram na forma de [Ssing].

Também analisamos a estrutura morfológica dos nomes compostos. Para tanto, baseamo-nos nos esquemas classificatórios de Seabra (2004), em que as unidades mínimas de significação foram apresentadas. Os 59% dos nomes compostos masculinos são constituídos das seguintes estruturas morfológicas:

[Ssing + {Prep + Asing + Ssing}] = 35% das ocorrências

[Ssing + {Prep. + Apl + Spl}] = 26% das ocorrências

[Ssing + AD]sing] = 19,6% das ocorrências

[Ssing + {Prep + Asing + ADV}] = 8,7% das ocorrências

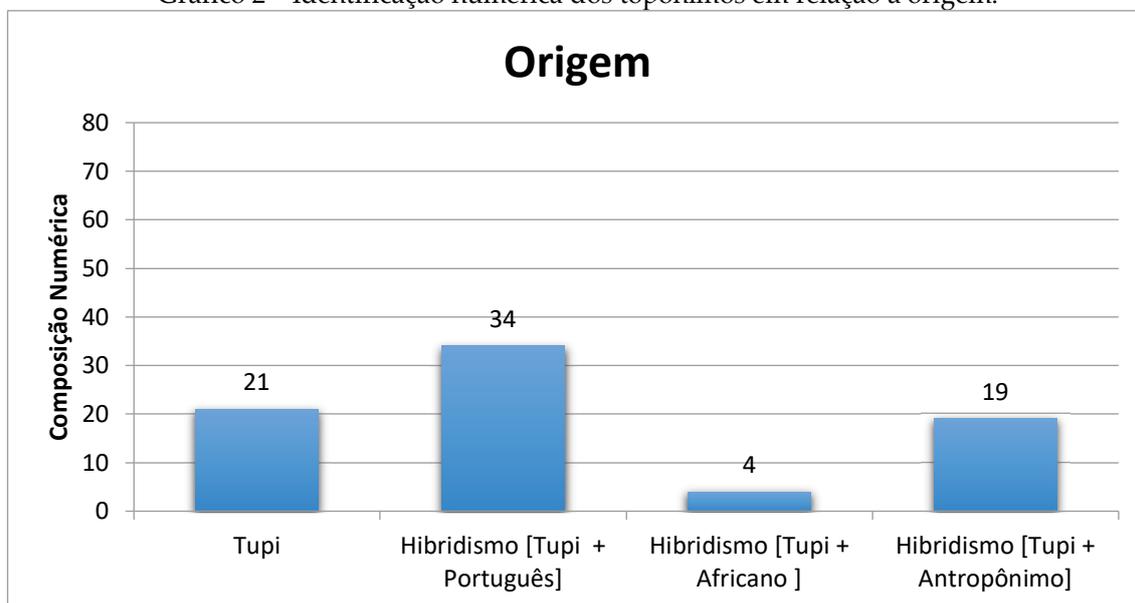
[Ssing (+ Prep + Ssing + Ssing)] = 4,3% das ocorrências

[Ssing + {Prep + Ssing + Ssing + Prep + Ssing}] = 4,3% das ocorrências

[Ssing + Suf + {Prep + Ssing + Ssing}] = 2,1% das ocorrências

**Abreviações utilizadas:** ADJsing – Adjetivo singular; ADV – Advérbio; Apl – Artigo plural; Asing – Artigo singular; Prep – Preposição; Spl – Substantivo plural; Ssing – Substantivo singular e Suf – sufixo.

Gráfico 2 – Identificação numérica dos topônimos em relação à origem.

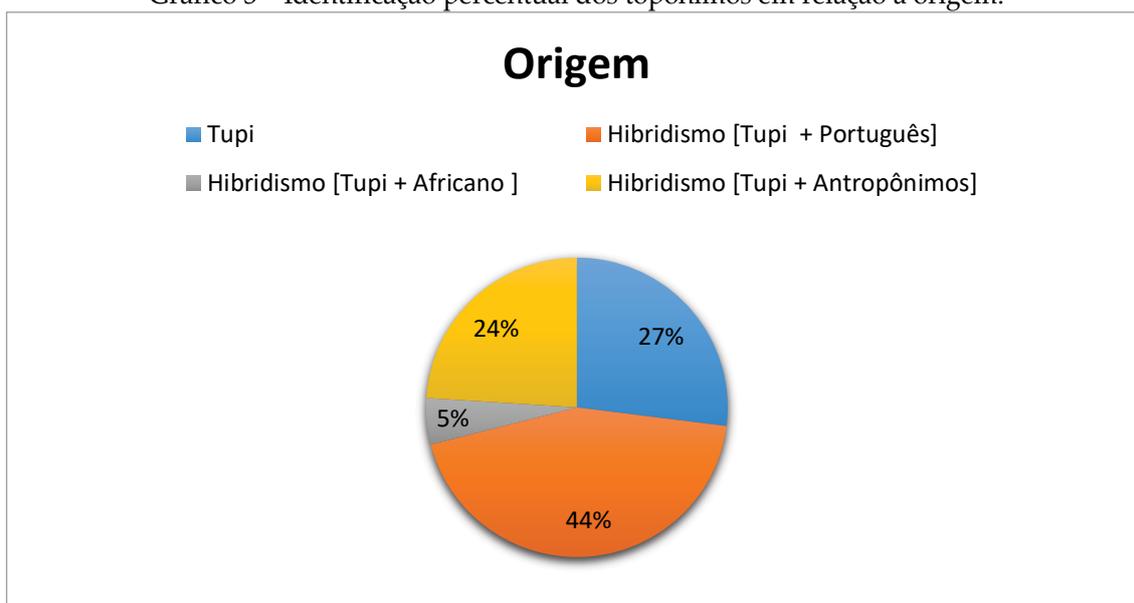


Fonte: elaborado pela autora.

No tocante à origem dos topônimos oriundos da lexia *buriti*, como se pode observar pelos gráficos 2 e 3 em que são mostrados os dados numéricos e percentuais dos topônimos analisados, a mesorregião Central Mineira apresenta, conforme já mencionado, 78 ocorrências no total, sendo que destas a maioria se verifica para o hibridismo Tupi + Português, com 34 dados ou 44%, seguida da origem Tupi, com 21 dados ou 27%. Ainda sobre os nomes de formação híbrida, a composição Tupi + Antropônimos<sup>1</sup> figura em terceiro lugar com 19 ocorrências, equivalendo a 24% do total dos topônimos pesquisados. Os topônimos formados por Tupi + Africano possuem o menor número de dados, ou seja, 4 ou 5% do número total de ocorrências.

<sup>1</sup> Não foram especificadas as origens dos topônimos híbridos formados por nomes de pessoas, os antropônimos, uma vez que este tópico não é objeto deste estudo.

Gráfico 3 – Identificação percentual dos topônimos em relação à origem.



Fonte: elaborado pela autora.

## 5 Considerações finais

Os 78 dados apresentados e analisados nos mostram que a forma alterada do termo *buriti* tem significativa importância para os estudos onomástico-toponímicos, em razão da sua alta frequência de ocorrência verificada tanto em Minas Gerais como em outras partes do território brasileiro.

Considerando o total de ocorrências, todas as formas se encontram sob gênero masculino, e 59% desses dados ou 46 nomes de lugares, formados a partir da base *buriti*, apresentam forma composta. Segundo Seabra (2004, p. 313), o recurso para formação de palavras conhecido como composição “(...) é o processo em que melhor se visualiza o espírito criador da língua, revelando formações que denotam um sentido agudo de observação e de expressividade”. Na maioria das vezes, compõe vocábulos transparentes, dispensando comentários.”, como observamos em *buriti grande*, *buriti mirim*, *buriti quebrado*.

Quanto à origem, verificamos uma forte influência das línguas portuguesa e tupi. Esses resultados nos remetem não só à história do estado em que se encontra a

região em estudo, mas também a história do país. O tupi, como se sabe, foi a língua mais falada da costa brasileira e se interiorizou

não só pelos próprios nativos como também pelo branco, que a assimilou e fez dela o seu veículo hábil de comunicação, no trato geral das relações quotidianas; - o europeu, e depois o mameluco, levou consigo, através das expedições exploradoras ou das bandeiras de conquista, o idioma brasílico e, conseqüentemente, os seus topônimos, a pontos extremos da terra americana, fora, mesmo, dos domínios de seus falantes naturais (...) (DICK, 1990b, p. 40).

Ainda sobre a distribuição das ocorrências dos topônimos formados pelo termo base tupi *buriti* e por suas variantes na mesorregião Central Mineira, é preciso dizer que ela coincide com a área coberta pelo bioma cerrado e é marcada pela presença de água – rio São Francisco e rio das Velhas. Segundo Isquierdo e Seabra (2010, p. 2), o cerrado abriga a maior abundância da palmeira *buriti* e a sua presença “representa um indicativo infalível da existência de água na região, por isso essa espécie de palmeira emoldura veredas, riachos, cachoeiras, não raras vezes próximos a brejos e a nascentes.”

Neste sentido, os estudos toponímicos revelam, cada vez mais, a interseção da Toponímia com outras áreas do conhecimento, como a Botânica, a Geografia, a História, a Linguística, pois é a partir das informações conjugadas por essas áreas que chegamos às conclusões aqui apresentadas.

Por fim, os resultados deste estudo, somados aos de Seabra (2009) e Isquierdo e Seabra (2010), confirmam a tese inicial de que as características do meio ambiente físico contribuem para a configuração de uma área toponímica condizente com a realidade vivenciada pelo homem de uma dada região.

### Referências Bibliográficas

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo Estado de São Paulo, 1990a.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. 2ª Ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1990b.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Localização Geográfica**. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conhecaminas/geografia/localizacao-geografica>. Acesso em: 12 de set. 2020.

ISQUERDO, A.; SEABRA, M. C. T. C. de. A trilha dos “buritis” no vocabulário onomástico-toponímico: um estudo na toponímia de Minas Gerais e de Mato Grosso do Sul. *In*: BARROS, L. A.; ISQUERDO, M. A. N. (org.). **O léxico em foco**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

SEABRA, M. C. T. de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da região do Carmo**. 2004. 368f. Tese (Doutorado em Linguística) – UFMG, Belo Horizonte, 2004.

SEABRA, M. C. T. de. **Fitotoponímia Mineira**. Belo Horizonte, 2009 (inédito).

Artigo recebido em: 26.09.2019

Artigo aprovado em: 03.10.2020

## Aspectos psicológicos da nomeação de lugares

### Psychological aspects of place naming

Márcia Sipavicius SEIDE \*

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é identificar e descrever aspectos psicológicos envolvidos nos processos de nomeação dos nomes de lugares a partir das reflexões de Dick sobre o assunto (1992). Na introdução deste artigo são recuperadas e reunidas as considerações de Dick sobre os aspectos psicológicos envolvidos na nomeação de lugares. Na sequência, suas reflexões são aprofundadas com base em pesquisas recentes da Psicologia Motivacional (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018). Ao final do artigo, fenômenos toponímicos e psicológicos são relacionados entre si na análise de alguns nomes à guisa de ilustração. A corotoponímia é relacionada à motivação por filiação, a antrotoponímia que presta homenagem a figuras políticas, por sua vez, é relacionada às motivações por afiliação e por busca de poder, já os topônimos descritivos da paisagem são analisados como fruto da motivação pragmática, a qual também se encontra também, embora em menor grau, em toda nomeação toponímica, haja vista a função referencial dos nomes de lugares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Nomeação. Topônimos. Toponomástica. Psicologia. Motivação.

**ABSTRACT:** The aim of this paper is to identify and describe the psychological aspects involved in naming processes of place name base on Dick's reflections on the issue (1992). In the introduction to this paper Dick's considerations about the psychological aspects are recovered and brought together. Following, her reflections are deepened on the basis of recent research in the field of Motivational Psychology (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018). At the end of the paper, toponymic and psychological phenomena are related to each other in the analysis of some toponyms by way of illustration. Corotponymy is related to affiliation motive, antrotoponymy that pay homage to political figures, in turn, is associated with affiliation and power motivations, whereas toponyms that describes the landscape are analyzed as a result of pragmatic motive which is also found, albeit to a lesser extent, in every toponymic naming due to referential function of place names.

**KEYWORDS:** Naming. Toponyms. Toponomastics. Psychology. Motive.

---

\* Doutorado em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2859-1749>. [marcia.seide@unioeste.br](mailto:marcia.seide@unioeste.br).

## 1 Introdução

Já em suas primeiras publicações sobre Onomástica, Dick chamava a atenção dos leitores para os aspectos psicológicos do signo toponímico quando afirmava que “A toponímia (...) é uma disciplina que se volta para a História, a Geografia, a Lingüística, a Antropologia, a **Psicologia Social** e, até mesmo, à Zoologia, à Botânica, à Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador (...) (DICK, 1992, p. 11) (grifos nossos). A ênfase dada aos aspectos coletivos da Psicologia relaciona-se à compreensão de que a atuação do indivíduo que escolhe um nome para um lugar resulta na escolha de “nomes que se caracterizam, às vezes, por um <<tom>> bastante coloquial, que parece sugerir o envolvimento de toda a comunidade, tornando-se, assim, não apenas expressão de um único denominador mas de toda a população” (DICK, 1992, p. II-III).

Os trechos reproduzidos no parágrafo anterior indicam que a ela importava, sobretudo, do ato individual da escolha do nome de lugar, aquilo que, ao seu ver, poderia estar relacionado ao caráter da comunidade a que o designador pertencia. Esta visão social dos aspectos psicológicos da nomeação é corroborada mais adiante quando a pesquisadora explica que, na investigação dos nomes de lugares,

verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se, antes se definiam apenas como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicossociologia, enfim, da cultura em geral para, num aprofundamento, procurar compreender a própria mentalidade do denominador, não só como elemento isolado, mas como projeção de seu grupo social” (DICK, 1992, p. 6) (grifos nossos).

Não obstante o apreço pelos valores sociais, o ato psicológico individual não era desconsiderado pela pesquisadora que admitia que, para além da investigação sobre a “verdadeira causa denominativa” da escolha, havia também a “intencionalidade do denominador, questão das mais complexas em Toponímia (...) por envolver questões

que afetam, ou são condicionados pela psicologia humana, nem sempre de fácil apreensão”. (DICK, 1992, p. III).

Tudo indica que, para ela, a intencionalidade poderia ser recuperada mediante análise cuidadosa da carga semântica expressa linguisticamente. Uma evidência deste procedimento metodológico é a análise feita por ela, com base em Dauzat quando afirma que, nos tempos históricos,

os lugares tomavam os nomes dos seus possuidores, numa valorização do indivíduo sobre a terra e o solo. Essa modalidade designativa se conservou por toda a antiguidade, diz Dauzat (1932, p. 185 -191) e “até muito mais tarde entre as nações germânicas”, quando as nações e os territórios se formavam por derivação do nome dos habitantes, assim: Hispânia, “terra dos hispânicos”, Gália “terra dos gauleses”, Itália, “terra dos itálos”, Germânia “terra dos germânicos”, etc. a partir da época feudal, há uma inversão, “os nomes dos habitantes dos territórios novamente formados são todos derivados dos topônimos correspondentes”, de acordo com a “concepção feudal do homem atado à terra” (DICK, 1992, p. 5).

A mudança ou conservação toponímica em situações de colonização também foram analisadas por Dick em seus aspectos psicológicos, por comparação de atitudes diferentes tomadas por diversos povos, línguas e culturas. Assim, pondera Dick, baseada em estudos anteriores realizados por Stewart (1954) e Spencer (1941), citado por Stewart, que enquanto na antiguidade, os gregos costumavam “aceitavam genericamente, as denominações existentes nos novos locais por eles visitados ou conquistados” (DICK, 1992, p. 6), os hebreus, ao contrário, preferiram a alteração das “primitivas designações dos lugares para dominá-los de acordo com o nome de seu descobridor e/ou conquistado” (DICK, 1992, p. 7); já os chineses tinham “tinham vários nomes para seus acidentes geográficos, a mudança ocorrendo de uma dinastia para outra, ou dentro das próprias dinastias” (DICK, 1992, p. 7).

A relação proposta entre atitudes nomeadoras e cultura do designador, em outras palavras entre nomeação, cultura e visão de mundo é reafirmada e expandida

por ela com dados sobre nomeação toponímica indígena “Como dizia Theodoro Sampaio, o indígena fazia uso, globalmente, de elementos descritivos do seu ambiente—e, complementamos, empregando a terminologia de Stewart, não apenas dos descritivos puros mas também dos descritivos associativos – porque portador de uma visão prática e objetiva” (DICK, 1992, p. 8).

Como em outros aspectos do estudo topônimo, Dick se centra tanto nas variantes quando na invariância de um mesmo fenômeno. Assim, após, tecer considerações sobre nomeações diferentes que apontam para diferentes visões de mundo, ela disserta sobre

o aparecimento de designações comuns, do ponto de vista da visualização dos locais, que constituem o que chamamos de arquétipos toponímicos. Seriam estas expressões padrões que traduzem ou enfocam o mesmo ângulo em relação à caracterização dos acidentes geográficos” (DICK, 1992, p. 8) (grifos no original).

Um dos exemplos de atuação do arquétipo toponímico citados por ela, é a nomeação de um lugar mediante o uso de um nome geográfico (ou termo genérico na terminologia de Dick) como como por exemplo rio, mar, lago e morro. Sintetizando ambas as abordagens (a universal e a individual), ela afirma que são válidas, contudo, “as observações relativas às variáveis toponímicas, que conformam cada sistema denominativo numa relação opositiva aos arquétipos ou formas comuns motivadoras (...)” (DICK, 1992, p. 9).

O procedimento adotado por Dick de pressupor que a carga semântica dos nomes de lugares escolhidos pode revelar a atitude e a intenção do designador sendo, por isso, evidência de seus valores e de sua visão de mundo é aprofundado, em outro estudo, na mesma coletânea, quando a pesquisadora se dedica ao estudo da nomeação enquanto ato de criação de um signo no qual é preciso analisar

O uso particularizante do código de comunicação verbal, portanto, além de definir o campo conceitual da disciplina, justifica o exame da nomenclatura geográfica em suas características internas (filiação linguística dos topônimos e respectiva pesquisa etimológica) e externas ou semânticas (motivação toponímica) (DICK, 1992, p. 17).

Mais adiante, contudo, ela faz uma proposta de distinção entre a carga semântica do topônimo e a intenção do denominador. Defende a pesquisadora que o signo toponímico é motivado (haja vista que houve uma escolha consciente do signo por parte do designador) e que a motivação toponímica apresenta um aspecto duplo:

O duplo aspecto da motivação toponímica transparece, assim, em dois momentos: - primeiro na intencionalidade que anima o denominador, acionado em seu agir por circunstâncias várias, de ordem subjetiva ou objetiva, que o levam a eleger, num verdadeiro processo seletivo, um determinado nome para este ou aquele acidente geográfico; - e , a seguir, na própria origem semântica da denominação, no significado que revela, de modo transparente ou opaco, e que pode envolver procedências as mais diversas (DICK, 1992, p. 18).

Apesar da possibilidade de distinção proposta entre a intenção do designador e a carga semântica (ou significado etimológico) do topônimo escolhido, no caso dos topônimos indígenas cunhados pelos povos originários do Brasil, esta diferenciação não é utilizada, haja vista que se parte do pressuposto de que, nestes casos, há um paralelismo entre o meio ambiente e o que o topônimo expressa linguisticamente:

Theodoro Sampaio nos deixou a lição, hoje indiscutível, de que se deve recorrer sempre aos designativos autóctones, a fim, de se obter, através da correta interpretação etimológica, o << fundamento para uma identificação de lugares, na certeza de que o significado desses nomes indígenas traduz fielmente a característica natural de cada localidade>> (O Tupi na geografia nacional, 1914, p.) (...) Não é de se estranhar, portanto, a existência de uma relação analógica entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena, notada em designativos como Botucatu (“bom clima”, AH SP), Catanduva

)”abundância de cerrado, AH, SP), Paraíba (“rio acidentado” ,r. SP), Paranapiacaba (“lugar de onde se avista o mar”, “miramar”, s.a. SP), entre outros (DICK, 1992, p .21).

Percebe-se que, para Dick a intencionalidade e a carga semântica do topônimo coincidem na toponímia indígena originária do Brasil. O mesmo não ocorre quando se trata de investigar os processos contemporâneos de nomeações e renomeações de lugares para as quais o resgate da possível intenção do designador requer mais consideração do contexto histórico, social e político no qual os nomes são atribuídos aos lugares.

Após narrar as re-nomeações toponímicas ocorridas por iniciativa de políticos após a morte de Tancredo Neves em 1985, ela conclui que

As razões desse emprego temático, tão frequente entre nós, são variadas: “acanhado horizonte mental”; “oportunismo e autolatria”; “modéstia e espiritualidade”; “acentuada intelectualidade e sentimento cívico (...) Autolatria e oportunismo são elementos que refletem a vaidade e a lisonja (...) lembrando que esse dado, sendo comum no Império Romano, acarretou o batismo das cidades e acidentes com “os nomes dos imperadores e potentados”, “por proposta de áulicos ou determinações dos mesmos”, que se repetiam em “vários pontos do império”, caracterizados pelas “Cesareas” e “Julias” e “Augustas”, ou suas deturpações linguísticas: Aosta (Piemonte), Augsburg (Áustria). Augst (Suíça), Aoste, Aouste e Oust (França), Zaragoza (Espanha, de Cesar Augusto). Do nome do imperador Constantino, derivaram-se alguns topônimos: Constantinopla, Constance e Coutances (França), Konstanz (Alemanha), Constantia (Romênia), Constantinowaka e Constantinowskaia (Russia).“A autolatria e a lisonja, portanto, se configuram, com aspectos nítidos, e se exacerbam com vivacidade, quando o nome dado aos logradouros for de pessoas vivas, <<no exercício do poder ou em situação de distribuir graças e favores>>. Logo, é o poder de mando atuante, exercitado na plenitude de sua influência, que vai definir a natureza da doação, caracterizá-la em seus contornos, e retirar-lhe, por conseguinte, a justeza do ato, o merecimento indiscutível e o seu caráter legítimo”. (DICK, 1992, p. 205-206) (grifos no original).

A seleção de trechos da coletânea de Dick nos quais ela reflete sobre os aspectos psicológicos da nomeação toponímica ora apresentada mostra que, num primeiro momento, o ato de escolha era concebido apenas como projeção dos valores do grupo social ao qual o denominador pertence. Esta concepção parece estar relacionada ao fato de, para a Dick a questão de identificação e análise da intenção do denominador ser algo complexo por estar condicionada à psicologia humana. Não se aventurando no campo da Psicologia, a pesquisadora cita estudos anteriores que mostram que se pode recuperar essa intenção mediante análise linguística da carga semântica do topônimo, os exemplos fornecidos para tanto provém da análise de sistemas toponímicos do mundo antigo (hebreus, gregos e chineses) e dos povos originários do Brasil (nomes indígenas de origem tupi) nos quais haveria um paralelismo entre o meio físico e o significado original do topônimo. Em se tratando de nomeações que envolvem as relações de poder, contudo, a pesquisadora admite a possibilidade de recuperar a intenção do denominador mediante a recuperação das circunstâncias que levam à escolha de um nome em detrimento de outros, isto é, a partir do exterior ao indivíduo, do meio político, cultural e histórico no qual ocorre a nomeação. Ilustram tal procedimento, de um lado, a análise dos topônimos europeus que homenageiam imperadores romano e, de outro, as homenagens a políticos que não se baseiam no mérito, mas si no que ela chama de “autolatria e oportunismo”.

Neste contexto, este artigo pretende abordar o viés psicológico da nomeação toponímica tendo em vista as contribuições da Psicologia Motivacional tal qual a entendem Heinz Heckhausen e seus seguidores.

Heckhausen e Heckhausen explicam que as atividades da mente humana são bem diversificadas pois abrangem desde aquelas que são totalmente inconscientes, como a ação de sonhar até as mais conscientes e deliberadas como as ações de elaborar e executar um planejamento estratégico. Nas palavras dos autores,

A psicologia motivacional procura explicar a direção, a persistência e a intensidade do comportamento direcionado ao alcance de um objetivo. Os vários fatores envolvidos podem ser primeiramente classificados como sendo relativos tanto à pessoa quanto à situação(...) A motivação de um indivíduo para aspirar a um determinado objetivo é influenciada por fatores pessoais e fatores situacionais e inclui a antecipação dos resultados a serem alcançados e suas consequências<sup>1</sup> (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 4) (tradução nossa).

Considerando que todas as ações humanas são experienciadas, percebidas, pensadas, sentidas e imaginadas pelo sujeito, o escopo da Psicologia Motivacional se centra em investigar as unidades de comportamento significativo que se relacionam à busca de um objetivo em particular. (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 1). Nestas unidades de comportamento, há duas características que são universais no gênero humano: a busca pelo controle e o comprometimento e/ou descomprometimento com o objetivo da ação. Com relação à primeira, ela se manifesta no ser humano muito cedo, desde quando um comportamento se relaciona a um evento experienciado como positivo: se o bebê sorri, a mãe lhe emite sons (vocaliza em resposta). Neste contexto, do ponto de vista do bebê, ele controla a ação da mãe se toda a vez que ele sorrir para ela, ela com ele lhe diz algo. Mais tarde, por volta dos dois anos de idade, a busca por controle passa a ser exercida mediante comportamentos que demonstrem competência. Na vida adulta, o controle de uma situação requererá o alcance de objetivos para o qual ações cada vez mais complexas e estratégicas são necessárias (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 2). Enquanto o relacionamento entre o comportamento e o evento é uma habilidade inata aos mamíferos, há uma habilidade que é especificamente humana: a do autorreforço ou autoafirmação a qual

---

<sup>1</sup> Motivation psychology seeks to explain the direction, persistence, and intensity of goal directed behaviour. The many factors involved can first be classified as pertaining either to the person or to the situation (...) An individual's motivation to aspire to a certain goal is influenced by person factors and by situation factors, including the anticipated outcomes of actions and their consequences.

apresenta tanto fatores de atração quanto de ameaça (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 3).

Quanto mais próximo da fase adulta, o ser humano está, ações mais complexas e estratégicas são necessárias para se alcançar um objetivo, essas ações estão organizadas por fases. Primeiro, há o comprometimento com o objetivo, na sequência, há a avaliação do objetivo e daquilo que é requerido para alcançá-lo: se o objetivo é avaliado como possível de ser alcançado, as ações requeridas são executadas; ao contrário, há um descomprometimento quando o objetivo é visto como impossível de ser alcançado. (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 4). Depois de alcançado o objetivo, o ser humano tende a buscar outros objetivos para se manter motivado ao longo da vida.

Várias são as motivações do ser humano para o alcance de seus objetivos, a Psicologia Motivacional as organiza por temas. Entre as já descritas interessam à explicação psicológica da nomeação toponímica a motivação por afiliação, direcionada à proximidade e ao vínculo sociais, a motivação pelo poder, voltada ao controle social (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 5) e, também, as ações motivadas por aquilo que se quer obter pelas consequências previstas para a ação a saber objetivos de longo prazo, autoavaliação, avaliação pelos outros e recompensas materiais (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 4), as quais podem ser agrupadas como fazendo parte de uma motivação pragmática. A seguir, cada uma delas é descrita e aplicada aos exemplos fornecidos por Dick em sua coletânea (1992) e a outras nomeações de lugares.

## **2 A escolha toponímica como uma ação psicologicamente motivada**

Transcendendo a análise semântica dos topônimos, é possível vislumbrar motivações psicológicas correlatas a algumas das taxionomias propostas por Dick para identificação e análise da motivação toponímica. A motivação por afiliação pode ser

relacionada à escolha de corotopônimos, isto é, nomes de lugares que homenageiam outros lugares, também chamados topônimos transplantados. Após analisar exemplos de topônimos transplantados existentes nos estados do Sul do país e em Minas Gerais, Dick constatou que “Não apenas no Brasil, mas em qualquer país de imigração, topônimos deslocam-se, portanto, (...) acompanhando as levas povoadoras, o que caracteriza a tão comentadas <<saudade da terra natal>> (...)” (DICK, 1992, p. 102).

A análise deste tipo de nomeação pelo viés psicológico, mostra que, para além da saudade, existe a possibilidade de o nomeador ter buscado afiliação ao grupo social do qual faz parte mediante uma homenagem ao lugar de origem de todos. Sendo o lugar de proveniência o que há em comum com os diferentes indivíduos que foram residir em um novo lugar, a nomeação pode ser vista como um meio de criar um sentimento de pertencimento.

A motivação por afiliação é definida como “como uma preocupação ou desejo individual de estabelecer, manter ou restaurar relações afetivas positivas com outras pessoas ou grupos (...) (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 311)<sup>2</sup>” (trad. nossa) e descrita como sendo

uma espada de dois gumes. De um lado, ela representa o desejo de evitar sentimentos de solidão e rejeição pelo contato com outras pessoas e proximidade com elas (medo de rejeição; afiliação). De outro, ela também se refere à necessidade de interações calorosas, emocionalmente plenas, íntimas e mútuas nas relações sociais (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 311) (tradução nossa)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> The affiliation motive is defined as an individual’s concern or desire to establish, maintain, or restore affectively positive relationships with other people or groups.

<sup>3</sup> the affiliation motive is a double-edged sword. On the one hand, it represents the desire to avoid feelings of loneliness and rejection by contacting other people and being close to them (fear of rejection; affiliation). On the other hand, it also refers to the need for a warm, emotionally fulfilling, intimate, and mutual exchange in social relationships.

Do ponto de vista da psicologia evolutiva,

relações sociais caracterizadas tanto por aspectos relativos à afiliação (segurança) quando pelos relativos à intimidade apresentam as maiores chances de sobrevivência e sucesso reprodutivo. Consequentemente, Baumeister e Leary (1995) postulam uma <<necessidade de pertencimento>> que incorpora ambas as facetas motivacionais. (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 318) (tradução nossa)<sup>4</sup>.

A origem dessa motivação está nas experiências pré-verbais dos bebês com os seus cuidadores. Conforme as necessidades do indivíduo são ou não atendidas de modo sistemáticos, estas primeiras experiências criam, nos indivíduos, expectativas inconscientes de atendimento ou frustração de suas necessidades. No primeiro caso, predomina a busca positiva por afiliação, no segundo essa busca ocorre por medo de rejeição. Para ambos os casos, interessa ao entendimento psicológico da nomeação corotoponímica, o paralelo existente entre sair da casa dos pais e emigrar: o respaldo encontrado nos pais transfere-se para o respaldo do grupo de migrantes resultando na necessidade de criar ou aprofundar o sentimento de pertencimento. É esta necessidade de comunhão que, do ponto de vista psicológico, pode estar por detrás da homenagem ao lugar de origem, necessidade que, provavelmente, aumenta à medida das dificuldades enfrentadas ao longo da colonização de terras desconhecidas.

Esta explicação psicológica se aplica aos corotopônimos oriundos de processos migratórios mais antigos citados por Dick ,como, por exemplo *Nova Milano*, no Rio Grande do Sul, *Nova Vicença* em Santa Catarina, *Nova Veneza* em São Paulo (DICK, 1992, p. 101), *Novo Hamburgo*, no Rio do Sul, *Nova Galícia*, em Santa Catarina e *Nova*

---

<sup>4</sup> social relationships which are characterized by both affiliation-related (security) and intimacy related (familiarity) aspects provide the highest chances of survival and reproductive success. Consequently, Baumeister and Leary (1995) postulate a “need to belong” that incorporates both motivational facets.

*Lusitânia*, em São Paulo (DICK, 1992, p.101) e também para nomeações mas recentes, como é o caso de municípios da região oeste do Paraná, fundados a partir de meados do século passado, que remetem aos local de origem dos grupos colonizadores, como exemplificam os topônimos, *Novo Sarandi* e *Nova Santa Rosa*.

Ainda com relação às histórias de migração e colonização, ressalte-se que, do ponto de vista psicológico, as figuras de liderança podem ser entendidas como projeções da figura dos pais, o que explica a relação existente entre a motivação por afiliação e a motivação pelo poder: “A força da motivação por afiliação se reflete, inclusive, nas ações dos líderes governamentais” (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 327) (trad. nossa)<sup>5</sup>.

A possibilidade de relacionar a homenagem a líderes com a busca por afiliação explica, em parte, a existência de antrotopônimos que prestam homenagens às pessoas que se destacaram no processo de colonização. Colognese analisou 848 nomes de rua de Toledo e constatou que 186 topônimos eram nomes de pioneiros da colonização do município e 22 nomes eram formados por nomes de cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, outros nomes de rua fazem referência ao local de origem de outros moradores toledanos. (COLOGNESE, 2011, p.14-15). A explicação sociológica proposta por Colognese converge com a psicológica aqui defendida uma vez que a busca por acolhimento está intrinsecamente relacionada à motivação por afiliação:

A lembrança de nomes de cidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, significativas para os colonizadores oriundos do Sul do Brasil. Mas também a lembrança de cidades de outros estados, que são significativas para os contingentes não sulistas de moradores do município. Esta lembrança é uma forma de tornar a realidade local mais familiar e acolhedora para as pessoas que deixaram a sua terra natal para residir em Toledo. Este fenômeno foi mais marcante nos primeiros anos da cidade (COLOGNESE, 2011, p.14-15).

---

<sup>5</sup> The strength of the affiliation motive is even reflected in the actions of government leaders.

Com relação ao costume de homenagear os pioneiros da colonização, ela também pode estar relacionada à motivação pelo poder. Conforme explicam Heckhausen e Heckhausen, do ponto de vista psicológico, o poder de um indivíduo ou grupo é a capacidade de influenciar os outros (2018, p. 335 e p. 337) e a motivação pelo poder tem por objetivo conseguir modificar ou determinar o comportamento dos outros. Para alcançar este objetivo, a pessoa motivada pelo poder pode adotar estratégias de domínio ou de consenso, estas últimas é que estão relacionadas com a motivação por afiliação.

Considerando-se que as primeiras remontam aos aspectos mais individualistas e destrutivos do poder e que as segundas remetem aos aspectos mais coletivos, sociais e construtivos do poder, pesquisadores da área da Psicologia Social assim descrevem esta dupla faceta da busca pelo poder, isto é, a busca mediante comportamento colaborativo e que se consegue por comportamento assertivo (i.e. que busca o domínio do outro):

Um comportamento colaborativo pode ser inútil para lidar com pessoas obstinadas, mas preserva a harmonia social. Por outro lado, um comportamento assertivo é, muitas vezes, bem sucedido ao tentar garantir recursos, mas pode levar a conflitos sociais. Portanto, parece ser uma boa estratégia combinar ambos, a fim de compensar suas respectivas desvantagens. (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 357). (trad. nossa)<sup>6</sup>.

Pesquisas realizadas na área mostraram que a motivação pela filiação tem um importante papel da evolução da motivação pelo poder, isto é, na mudança da atuação da motivação pelo poder:

---

<sup>6</sup> Considerate behaviour might be useless when dealing with obstinate others, but it preserves social harmony. On the other hand, assertiveness is often successful when trying to secure resources, but it can lead to social conflict. Therefore, it appears to be a good strategy to combine both in order to compensate for their respective disadvantages.

Desde o começo, os pesquisadores partiram do pressuposto de que uma forte necessidade de relações sociais poderia ter um efeito atenuante sobre a motivação pelo poder (...) uma forte motivação de afiliação tende a modificar a motivação pelo poder: de sua forma personalizada para sua forma mais socializada. Assim, indivíduos com forte necessidade de relações sociais tendem a modificar sua motivação pelo poder de sua forma personalizada para sua forma socializada. (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 357) (trad. nossa)<sup>7</sup>.

A aplicação da análise psicológica às práticas de nomeação toponímica em contextos de colonização permite chegar a uma melhor compreensão dos dois processos nomeadores mencionados por Dick: a conservação da toponímica original (praticada pelo gregos e pelos colonizadores portugueses no Brasil) e a substituição por topônimos que enaltecem os colonizadores (praticada, por exemplo, pelos hebreus): enquanto a primeira corresponde às estratégias de obter poder por consenso a segunda relaciona-se à estratégias de obtenção de poder pelo domínio do outro e afiliação restrita, no caso, aplicada, exclusivamente, ao grupo dos colonizadores.

Um exemplo do primeiro é a história da nomeação de uma escola em um distrito do município de Marechal Cândido Rondon, no oeste do estado do Paraná:

Conta a senhora entrevistada que seu cunhado era proprietário das terras em que hoje fica a escola que recebeu o nome dele (...) Por ser a matriarca de uma das famílias fundadoras do distrito, ela é (...) conhecedora de todo o processo enunciativo que resultou nos dois topônimos que fazem referência à suas família: rua Januário Trento e Escola Estadual Zulmiro Trento. Conforme a viúva, aliás, o nome [da rua] foi sugerido por autoridade municipais para homenagear seu marido, por ter sido ele um dos pioneiros do distrito, sendo [que] a nomeação sugerida pelo poder público foi aceita pela população pelo

---

<sup>7</sup> From early on researchers assumed that a strong need for social relations might have an attenuating effect on the power motive (...) a strong affiliation motive tends to move the power motive from its personalised to its socialised form. Accordingly, individuals with a strong need for social relations do tends to move the power motive from its personalised to its socialised form. Accordingly, individuals with a strong need for social relations do (HECKHAUSEN; HECKHAUSEN, 2018, p. 357).

valor que o senhor Januário Trento teve para os moradores do distrito (SEIDE, 2010,p.122).

Neste caso, houve interesse do poder público em prestar homenagem a um proprietário de terras que teve papel importante na colonização da região, nessas nomeações, o exercício do poder se dá em prol do consenso que cria um sentimento de pertencimento e de inclusão da comunidade local à esfera do poder executivo.

O contrário ocorre com a substituição toponímica ocorrida nas cidades de Caxias do Sul e de Bento Gonçalves, no estado do Rio Grande do Sul. na década de 1930. Nesta última cidade, por exemplo, o nome *rua Mazzini* e o nome *rua Cavour*, foram substituídas por, respectivamente, *rua Marques de Souza* e *rua Borges do Canto*:

O que determinou a substituição de nomes itálicos por nomes luso-brasileiros foi a contextualização histórica – o Estado Novo de Vargas e a Segunda Guerra Mundial – que opôs Brasil e Itália. Verifica-se, nos textos escritos sobre a mudança de nomes de ruas, a insistência em homenagear os vultos da Pátria brasileira. Os outros nomes, importantes para os habitantes da cidade pela definição de uma identidade étnica, “nenhuma expressão tem”. Assim substitui-se uma possível marca identitária por uma imposição (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010, p. 159).

Outra prática de nomeação de lugares relacionada à motivação pelo poder é aquela que Dick explica como sendo devida à “autolatria e oportunismo”. Nestes casos, a homenagem prestada não é meritória, envolve pessoas vivas ou recentemente falecidas e o que motiva o nomeador de obter algum benefício político com a nomeação. Esta atitude calculista é vista, pela psicologia, como um comportamento guiados pela previsão de consequências da ação a ser seguida, uma ação pragmática que Beckmann e Heckhausen chamam de Motivação por Expectativa<sup>8</sup> (2018, p. 163). Neste tipo de motivação, o fator ambiente é tão importante quanto o fator individual,

---

<sup>8</sup> No original: Motivation as a function of expectancy.

nos casos de nomeação citados por Dick, é fácil perceber que a escolha pela homenagem a determinado político vivo pelo designador depende não só da vaidade e pragmatismo político, mas também (e talvez principalmente) pelo ambiente político no qual tal expectativa é válida.

Numa tese recentemente defendida esta prática nomeadora é caracterizada como proselitismo. Neto investigou topônimos maranhenses que forma direta, mediante axiotopônimos, ou indireta mediante antrotopônimos que fazem referência a pessoas importantes por seus cargos políticos. Esta homenagem a aliados políticos foi por ele analisadas como sendo

como sendo propagandas, que fazem apologia à perspectiva político-ideológica do Poder, a fim de, sub-repticiamente, estabelecer, reforçar e eternizar seu prestígio e posse territorial, no imaginário social coletivo. Apresenta-se que tal estratégia não é invento novo, mas já empregada, no passado, como atestado por monumentos antigos e descobertas arqueológicas (NASCIMENTO NETO, 2020, p. 13).

Por exemplo, em 1994, um distrito do estado de Maranhão foi elevado a município e recebeu o nome *Presidente Sarney*. Anos mais tarde, em 2017, houve um plebiscito pelo qual foi retomado o nome original da localidade Pimenta do Maranhão (NASCIMENTO NETO, 2020, p.167). Esta nomeação não é um caso isolado, há registro, na mesma década, de 81 topônimos enaltecendores da oligarquia Sarney:

O número de homenagens toponímicas no Estado do Maranhão para o nome Sarney é expressivo e relevante. Esse topônimo está presente em ruas, avenidas, pontes, vilas, no Fórum, no estádio, na maternidade e em outros mais. A atual circunstância indicativa de nova criação de municípios no Maranhão se assemelha a de então (...) existência de interesse político-ideológico proselitista (NASCIMENTO NETO, 2020, p. 167).

Fora do contexto político, a motivação em função da expectativa abrange situações em que a expectativa é forjada por experiências anteriores. Por este outro

viés, entende-se as práticas nomeadoras dos povos originários indígenas citadas por Dick: pragmaticamente os topônimos revelam ou indicam as características do local consideradas sendo de interesse e importância seja para usufruto do espaço pela comunidade, seja para fins de identificação e localização do lugar. Este último propósito, aliás, permeia todas as demais escolhas de nomes para lugares razão pela qual pode ser considerada como a motivação primária tanto da escolha toponímica, com bem pontuam Seabra e Isquardo:

em Onomástica a função referencial, seja ela voltada para o nome de pessoa ou para o nome de lugar e a que se destaca (...) Por se tratar de estudos que envolvem a função referencial ou denotativa da linguagem, não se pode falar em Onomástica – Toponímia e Antroponímia – sem se esbarrar na função primeira desses signos linguísticos que é a referência (SEABRA; ISQUERDO, 2018, p. 994).

### Referências Bibliográficas

COLOGNESE, S. A. **Ruas de Toledo: identidades que se cruzam**. Cascavel: Edunioeste, 2011.

BECKMANN, J.; HECKHAUSEN, H. Motivation as Function of Expectancy and Incentive. *In*: HECKHAUSEN, J.; HECKHAUSEN, H. (org.). **Motivation and Action**. 3a. ed. Suíça: Springer, 2018. p. 163-220. DOI [https://doi.org/10.1007/978-3-319-65094-4\\_5](https://doi.org/10.1007/978-3-319-65094-4_5)

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris: Delagrava, 1932.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímica e Antroponímica no Brasil**. Coletânea de Estudos. 3a. ed. São Paulo: Serviços de Artes Gráficas da FFLCH, USP, 1992.

HECKHAUSEN, J.; HECKHAUSEN, H. (org.). **Motivation and Action**. 3a. ed. Suíça: Springer, 2018. DOI <https://doi.org/10.1007/978-3-319-65094-4>

FROSI, V. M.; FAGGION, C. M., DAL CORNO, G. O. M. Hodônimos de Caxias do Sul e Bento Gonçalves: suas interfaces e correlações com o contexto histórico e cultural. *In*:

ISQUERDO, A. N.; BARROS, L. A. (org.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia. Terminologia. vol. V. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2010. p.153-169.

NASCIMENTO NETO, R. **O proselitismo político-ideológico (implícito) nos axiotopônimos do Maranhão**. Tese (Doutorado em Letras ensino de Língua e Literatura), Curso de Pós-Graduação em Letras Universidade Federal de Tocantins, Campus Universitário de Araguaína, 2020. 404 f.

SEABRA, M. C. T. C. de; ISQUERDO A. N. Apresentação. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018.

SEIDE, M. S. Nomes de lugares: o viés enunciativo e o viés onomástico. *In*: ISQUERDO, A. N.; BARROS, L. A. (org.). **As Ciências do Léxico**. Lexicologia, Lexicografia. Terminologia. vol. V. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2010. p.117-134.

STEWART, G. R. A classification of place-names. **Names**, VI (1), março, 1958.

Artigo recebido em: 08.07.2020

Artigo aprovado em: 19.11.2020

## Os hagiônimos como motivação de nomes de lugares: o que revelam os dados da toponímia paranaense

### Hagionyms as motivation for names of places: what the paranaense toponym data reveal

*Anna Carolina Chierotti dos Santos ANANIAS\**  
*Aparecida Negri ISQUERDO\*\**

---

**RESUMO:** O estudo dos topônimos (nomes de lugares) de uma localidade pode evidenciar características sociais e ambientais do lugar e de seus habitantes. Os hagiotopônimos (topônimos motivados pelo nome de santos e santas do hagiológico romano), por exemplo, podem evidenciar aspectos da devoção do denominador aos santos católicos materializada no sistema toponímico de uma área geográfica. Este texto discute topônimos de natureza religiosa na toponímia paranaense, tomando por base resultados da pesquisa de Ananias (2018). Os hagiotopônimos analisados foram coletados dos mapas oficiais da malha municipal do estado do Paraná disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de Curitiba/Paraná com escalas que variam entre 1:50.000 ou 1:100.000 (2010), perfazendo um montante de 7.654 hagiotopônimos. Descontadas as repetições, foram identificados 304 nomes distintos de santos do hagiológico romano,

---

**ABSTRACT:** The study of the toponyms (place names) of a locality can show social and environmental characteristics of the place and its inhabitants. The hagiotoponyms (toponyms motivated by the name of saints from the Roman hagiology), for example, can highlight aspects of the denominator's devotion to Catholic saints materialized in the toponymic system of a geographical area. This text discusses toponyms of a religious nature in Paraná toponymy, based on the results of the research by Ananias (2018). The hagiotoponyms analyzed were collected from official maps of the municipal grid of the state of Paraná provided by the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) of Curitiba / Paraná with scales ranging between 1: 50,000 or 1: 100,000 (2010), totaling an amount of 7.654 hagiotoponyms. Discounting the repetitions, 304 distinct names of saints from the Roman hagiology were identified, in the toponymy of Paraná.

---

---

\* Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4752-2004>, [annachierotti@yahoo.com.br](mailto:annachierotti@yahoo.com.br).

\*\* Doutora em Letras (Linguística e Língua Portuguesa) pela UNESP/Araraquara. Docente permanente na Pós-Graduação stricto sensu da UFMS – Estudos de Linguagens/CCHS (Mestrado) e Letras/CPTL (Mestrado e Doutorado). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1129-5775>, [aparecida.isquerdo@gmail.com](mailto:aparecida.isquerdo@gmail.com).

na toponímia paranaense. O estudo demonstrou, dentre outros aspectos, a possibilidade de resgate de valores religiosos de grupos sociais por meio da pesquisa toponímica.

The study demonstrated, among other aspects, the possibility of rescuing religious values from social groups through toponymic research.

**PALAVRAS-CHAVE:** Toponímia. Hagiotopônimos. Paraná. Religiosidade.

**KEYWORDS:** Toponymy. Hagiotoponyms. Paraná. Religiosity.

## 1 Introdução

Aspectos ligados à religiosidade permeiam o pensamento da humanidade desde tempos memoriais e são temas de pesquisas em diversas áreas do conhecimento. As indagações e o interesse acerca dessa temática resultam do fato de ser característico ao homem buscar compreender sua posição frente ao Universo. Assim, perante a dúvidas sobre o que não pode ser esclarecido racionalmente, o ser humano, desde os primórdios, procura responder suas inquietações a partir de relações com o sobrenatural, ou seja, atribui suas incertezas a fenômenos não humanos. Em consequência disso, atesta sua fé em diferentes crenças e doutrinas religiosas que surgem como respostas às suas indagações, independente de sua cultura e de sua origem.

Dentre os investigadores que se dedicam a pesquisas nessa área situam-se os linguistas, que se interessam por estudos relacionados às influências da religiosidade sobre as línguas, particularmente sobre o léxico toponímico, uma vez que a Toponímia (disciplina que estuda os nomes próprios de lugares) também examina a força da religiosidade na atribuição de nomes de cunho religioso a elementos geográficos, em especial aos de natureza humana, o que reflete a importância e o respeito do homem por elementos ligados à fé em um ser superior. Na verdade, atribuir nomes de motivação religiosa a lugares é uma prática habitual do homem de todas as épocas, razão pela qual o estudo de influências religiosas na toponímia de determinada região pode apontar vestígios de crenças dos que habitam e/ou habitaram esse espaço

geográfico, além de poder representar um caminho para o resgate de aspectos relacionados ao homem, particularmente sua fé e sua ideologia. Este trabalho discute um recorte dos resultados da Tese de Doutorado *Marcas de religiosidade na toponímia paranaense* (ANANIAS, 2018)<sup>1</sup> que teve como objeto de estudo os topônimos de natureza religiosa registrados nos mapas oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), relativos aos 399 municípios do Paraná (2010), pautando-se, fundamentalmente, nos princípios teórico-metodológicos concebidos por Dick (1990a; 1990b; 1997, 1999, 2010, dentre outros). Este texto tem, pois, como objetivos: (i) discutir os caminhos teórico-metodológicos adotados para a pesquisa do qual resulta este trabalho; (ii) apontar as principais tendências evidenciadas entre os hagiotopônimos paranaenses; e (iii) indicar fatores histórico-geográficos que podem ter influenciado a opção por nomes religiosos para nomear acidentes físicos e humanos do estado do Paraná.

## 2 A motivação toponímica

A Onomástica é a ciência que se ocupa do estudo dos nomes próprios e dentre os seus campos de abrangência dois se destacam: a Antroponímia, que investiga os nomes de pessoas, e a Toponímia, foco deste trabalho, que se dedica ao exame dos nomes de lugares. Assim, o objeto de estudo da Toponímia é o topônimo, signo linguístico semanticamente enriquecido por particularidades do entorno da localidade nomeada. Essas características podem revelar tanto vestígio de natureza física do lugar, quanto de natureza antropocultural do sujeito nomeador (DICK, 1990a).

A estrutura do signo toponímico comporta dois elementos básicos: o *termo genérico* e o *termo específico*. O primeiro identifica o tipo de elemento/acidente geográfico (um rio, um arroio, uma sanga, um município, uma serra, uma rua, dentre

---

<sup>1</sup> Tese defendida na Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo.

outros), enquanto o *termo específico* é o nome atribuído ao elemento geográfico, isto é, a denominação escolhida para identificar o lugar (DICK, 1990b, p. 10).

Depreende-se assim que, na nomeação de uma localidade, ocorre a transição de um signo linguístico (vocabulário comum) para um signo toponímico (nome próprio). Nesse sentido, a função significativa que passa a ter o vocabulário comum no ato do batismo de um lugar é uma das principais questões de que se ocupa o toponimista. Dick (1990a, p. 39), ao discutir a motivação toponímica, destaca a “intencionalidade que anima o denominador” na escolha de um nome para um acidente geográfico e “a própria origem semântica da denominação”, que pode evidenciar um significado transparente ou opaco. Ainda segundo a toponimista brasileira, “[...] os lugares, depois de batizados, ganham “alma”, tornam-se entidades capazes de significar e de transmitir a sua significação: “nome” e “lugar” se unem, a partir daí, constituindo uma mesma identidade, referencializada e referenciável” (DICK, 2010, p. 179). Ou seja, no ato do batismo do lugar, o denominador expressa, por meio do topônimo, traços que o cercam enquanto indivíduo pertencente a um grupo social. Nessa perspectiva, Isquerdo (2012, p. 87) assim esclarece o processo gerativo dos nomes de lugares:

[...] o denominador (falante), motivado ora por condicionantes ambientais (social e físico), ora por razões de cunho emotivo, vale-se de unidades léxicas disponíveis no idioma (palavras) que, na língua comum, nomeiam elementos da realidade (mundo real) já categorizados segundo paradigmas da cultura e com conceitos cristalizados (pessoa, planta, animal, solo, santo, sentimentos, mitos etc.) para nomear um acidente físico ou humano.

Ao teorizar sobre a Toponímia, como área de investigação linguística, Dick (1990a) construiu um modelo teórico-metodológico baseado na estruturação da motivação toponímica e, para tanto, propôs taxionomias abrangentes, buscando ser condizente com a realidade da toponímia brasileira. Trata-se de um modelo Dick

(1990b), com 27 *taxes*, em que 11 relacionam-se a aspectos do mundo físico<sup>2</sup> e 16 ao universo antropocultural<sup>3</sup> (DICK, 199b), entendido como “um instrumento de trabalho que possibilitará, provavelmente, a aferição objetiva das causas motivadoras dos designativos geográficos, de maneira a satisfazer as demandas da pesquisa” (DICK, 1990a, p. 24).

Este trabalho centra-se no exame dos *hagiotopônimos* “topônimos relativos aos santos e santas do hagiológico romano” (DICK, 1990b, p. 34), *taxe* de natureza antropocultural, segundo a classificação da toponimista brasileira.

### 3 Procedimentos metodológicos

A Tese *Marcas de religiosidade na toponímia paranaense* (ANANIAS, 2018) reuniu um *corpus* com os topônimos de natureza religiosa pertencentes aos 399 municípios que compõem o estado do Paraná registrados nos mapas oficiais da malha municipal paranaense fornecida em formato CD-ROM pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de Curitiba/Paraná com escalas que variam entre 1:50.000 ou 1:100.000 (2010).

Na etapa inicial do levantamento dos dados foram catalogados todos os topônimos rurais de elementos físicos (rio, córrego, arroio, serra, sanga, ribeirão, morro, entre outros) e humanos (cidade, colônia, distrito, fazenda, sítio, vila etc.) registrados nos mapas, independentemente de sua classificação taxionômica, com o propósito de reunir um *corpus* dos topônimos do Paraná com vistas a subsidiar estudos

---

<sup>2</sup> Taxionomia de natureza física: astrotopônimos, cardinotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, meteorotopônimos, morfotopônimos e zootopônimos (DICK, 1990b, p. 31-32).

<sup>3</sup> Taxionomia de natureza antropocultural: animotopônimos, antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, ecotopônimos, ergotopônimos, etnotopônimos, dirrematotopônimos, hierotopônimos (hagiotopônimos e mitotopônimos), historiotopônimos, hodotopônimos, numerotopônimos, poliotopônimos, sociotopônimos e somatotopônimos (DICK, 1990b, p. 32-34).

futuros. Na etapa subsequente foram extraídos desse *corpus* os topônimos de natureza religiosa.

Os dados totais coletados resultaram em 41.702 topônimos (28.362 de acidentes humanos e 13.340 de acidentes físicos) dos quais 9.412 (8.460 de elementos humanos e 952 de elementos físicos) são de natureza religiosa e compuseram o *corpus* da Tese de Ananias (2018) que analisou topônimos relativos às seguintes taxionomias: *hagiotopônimos* (7.654 topônimos), *hierotopônimos* (1.671 topônimos) e *mitotopônimos* (87 topônimos), totalizando 9.412 topônimos. Excluindo-se as repetições de um mesmo topônimo em diferentes municípios paranaenses chegou-se a um montante de 477 topônimos distintos das taxes mencionadas.

Os dados foram sistematizados em planilhas no Programa Microsoft Excel que reúnem elementos da ficha lexicográfico-toponímica (DICK, 2004) e permitem filtrar os dados de acordo com a necessidade do pesquisador. Tendo em vista a amplitude de dados de natureza religiosa analisados por Ananias (2018), para este texto, foram considerados os topônimos classificados como *hagiotopônimos*, ou seja, 7.654 topônimos de dados brutos e 304 de topônimos não repetidos.

#### **4 Breve história do estado do Paraná**

Localizado na região Sul do Brasil, o estado do Paraná reúne uma população de 11.320.892 habitantes que se distribuem pelos 399 municípios que compõem o território paranaense. O Paraná reúne uma população marcada pela miscigenação de vários povos e diferentes culturas, uma vez que suas terras férteis atraíram imigrantes e migrantes, cidadãos que procuraram ali se estabelecer com a finalidade de proporcionar a si e aos seus familiares uma vida melhor. A história do Paraná é marcada pelas três *ondas de povoamento* que caracterizaram a efetiva colonização do estado: *Paraná Tradicional*, *Norte Velho* ou *Norte Pioneiro* e *Frente Sulista* (WACHOWICZ, 2002, p. 279).

Segundo esse autor, a área geográfica denominada *Paraná Tradicional* perdurou entre os séculos XVII e XIX e teve a sua origem marcada pela descoberta de ouro por portugueses nas regiões de Iguape, Cananéia, Paranaguá e Curitiba. Esse território foi o primeiro a ser colonizado no Paraná e, embora a motivação para sua ocupação tenha sido a descoberta de ouro, outras atividades econômicas marcaram presença durante os séculos seguintes, tais como a pecuária, o cultivo da erva mate e a extração de madeira. Em consequência das novas práticas econômicas, não eram só os portugueses que procuravam a região, mas também germânicos, eslavos, italianos, japoneses e migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (WACHOWICZ, 2002, p. 279-280).

Já a região denominada *Norte Velho* ou *Norte Pioneiro* é delimitada pelos rios Paranapanema, Paraná, Itararé e Ivaí. A localidade é conhecida pela expansão do ciclo cafeeiro nos últimos anos do século XIX (BALHANA *et. al.*, 1969, p. 213). Essa área geográfica chamou a atenção em virtude da fertilidade de suas terras, conhecidas como “terra roxa”, graças à sua coloração avermelhada. De acordo com Wachowicz (2002, p. 283), o Norte do Paraná atraiu para o seu território ingleses, paulistas, mineiros, nordestinos e muitos estrangeiros que se beneficiaram com a aquisição das terras férteis dessa faixa do território paranaense.

Por fim, a última faixa de terra a ser de fato colonizada no Paraná foram as regiões Oeste e Sudoeste do estado. No século XX, as companhias colonizadoras foram responsáveis por atrair migrantes sul-rio-grandenses e santa-catarinenses para essa região do Paraná. De acordo com Colodel (2002, p. 42), “os projetos colonizadores se multiplicam e atraem milhares de famílias durante as décadas de 1940-50”. Os migrantes que ali se estabeleceram eram, em sua maioria, italianos e alemães que se dedicaram à agricultura, à pecuária e à suinocultura.

Desta forma, ao final do século XX, o estado do Paraná tinha o seu território ocupado e possuía uma população marcada pela miscigenação de culturas e povos

diferentes, tanto por migrantes vindos de diversas regiões do Brasil quanto por imigrantes provenientes de países distintos, em especial dos da Europa.

A cultura trazida por esses povos refletiu-se em inúmeros costumes e hábitos da população paranaense, o que não foi diferente na toponímia, pois, como já mencionado, o denominador tende a valorizar, no ato do batismo de um lugar, características relacionadas ao meio a que pertence, pois “[...] a Toponímia reflete de perto a vivência do homem enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe” (DICK, 1990a, p. 19). Nesse sentido, pode-se considerar que a atribuição de nomes de natureza religiosa a um elemento geográfico representa uma tentativa de sacralizar o local, no sentido de protegê-lo, já que tanto elementos geográficos físicos quanto humanos são significativos e indispensáveis à vida do ser humano. Como já assinalado a pesquisa de Ananias (2018) reuniu um *corpus* 9.412 ocorrências de topônimos classificados como *hagiotopônimos*, *hierotopônimos* e *mitotopônimos*. Desses, 7.654 se enquadram na categoria dos *hagiotopônimos*, ou seja, 81,32% referem-se a nomes motivados por nomes de santos e santas do hagiológico romano.

## 5 Hagiotopônimos na toponímia paranaense

Para Molina Díaz (2014, p. 31), três são os principais fatores que motivam a denominação de um elemento geográfico com um hagiônimo (nome de santo):

[...] el primero, el de los que aluden a la acción mediadora del santo en situaciones de apuro; en segundo lugar, los impuestos por una devoción particular del propietario del terreno, lo que es frecuente cuando en el lugar existe una edificación, o por una veneración local, sin que tenga que existir por ello una intermediación especial del santo, y, en tercer lugar, los nombres de santos vinculados a una congregación, orden religiosa, fundación benéfica, gremio o hermandad<sup>4</sup> (MOLINA DÍAZ, 2014, p. 32).

---

<sup>4</sup> “[...] o primeiro, é dos que fazem alusão à ação mediadora do santo em situações de perigo; em segundo lugar, os impostos por uma devoção particular do proprietário do terreno, o que é comum quando no

Os *hagiotopônimos* configuram-se, pois, como a categoria mais expressiva entre os dados analisados. Das 7.654 ocorrências de topônimos dessa categoria, 6.959 nomeiam elementos humanos e 695 elementos físicos. A notoriedade se dá, principalmente, entre os nomes de propriedades rurais, como chácaras, sítios e fazendas, pois a prática de denominá-las com nomes de santos e santas do hagiológico romano é comum no Brasil. De acordo com Maeda (2006, p. 270), essa tendência representa “um legado da colonização portuguesa, que se mantém até os dias hoje, não só nos nomes, mas também nos cultos de penetração popular, como as festas comemorativas aos santos padroeiros”. Os dados aqui analisados indicam a preservação desse costume no estado do Paraná.

No conjunto de *hagiotopônimos* analisados tem-se um montante de 304 hagiônimos distintos dos quais 165 (54,28%) referem-se a nomes de santas femininas e 139 (45,72%) a santos masculinos. Embora haja mais topônimos distintos formados com nomes de santas, os constituídos com nomes de santos predominam em termos de ocorrências hagiotoponímicas. No âmbito da pesquisa de Ananias (2018), 5.482 (71,62%) lugares tiveram por causa denominativa a homenagem a um santo do hagiológico romano, enquanto 2.172 (28,38%) elementos geográficos foram nomeados com o nome de uma santa.

A Tabela 1, a seguir, reúne o quantitativo de *hagiotopônimos* segundo as dez mesorregiões paranaenses:

Tabela 1 – Distribuição quantitativa de *hagiotopônimos* segundo as mesorregiões paranaenses.

MESORREGIÃO	HAGIOTOPÔNIMOS
Norte Central Paranaense	2.284
Norte Pioneiro Paranaense	2.118

lugar há um prédio, ou uma veneração local, sem ter que ser, portanto, uma mediação especial do santo, e em terceiro lugar, os nomes de santos ligados a uma congregação, ordem religiosa, fundação de caridade, grêmio ou fraternidade” (Tradução Nossa).

Centro Ocidental Paranaense	955
Noroeste Paranaense	862
Oeste Paranaense	456
Centro-Sul Paranaense	336
Metropolitana de Curitiba	211
Sudoeste Paranaense	198
Sudeste Paranaense	122
Centro Oriental Paranaense	112
<b>TOTAL</b>	<b>7.654</b>

Fonte: elaborada pelas autoras.

A distribuição geográfica dos topônimos analisados indica maior concentração de *hagiotopônimos* entre as mesorregiões Norte e Oeste do Paraná, localidades que receberam migrantes oriundos de diversos estados do Brasil, enquanto a menor concentração de topônimos dessa taxionomia ocorre em municípios pertencentes às mesorregiões Sudeste e Metropolitana de Curitiba, ou seja, localidades situadas na área geográfica relativa ao denominado *Paraná Tradicional*.

Uma possível justificativa para a maior concentração de *hagiotopônimos* entre os municípios das mesorregiões Norte Pioneiro, Norte Central, Noroeste e Centro-Ocidental é a forma similar de colonização ocorrida nessas localidades, pois, no Paraná, as décadas de 20 e 40 do século XX foram marcadas pelas concessões de terras a empresas estrangeiras que dividiam e comercializavam os lotes. Esse modelo de negócio atraiu povoadores “paulistas, mineiros e nordestinos. Colonos estrangeiros, de variada origem e procedência, também se estabeleceram no Norte do Paraná, muitos espontaneamente, outros dirigidos por companhias colonizadoras” (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p. 64).

Os colonizadores pertencentes a essas etnias tinham uma forte ligação com o catolicismo. Ao chegarem à nova terra, houve a preocupação com a nova vida que os esperava. Dessa forma, atribuir aos lugares nomes que remetessem a conceitos atrelados à religiosidade representou um meio de invocar proteção para a localidade. Na sequência, são discutidas outras tendências toponímicas identificadas na pesquisa de Ananias (2018).

A distribuição hagiotoponímica no território paranaense evidencia equilíbrio entre as dez mesorregiões do Paraná, fator que pode ser justificado pelo grande contingente de pessoas que se consideram católicas. De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010)<sup>5</sup>, 7.268.935 paranaenses se declaram católicos apostólicos romano, ou seja, 69% da população.

Os três santos mais homenageados pela toponímia paranaense foram *São José* (818 ocorrências – fazenda *São José* (município Alto Paraná); *Santo Antônio* (776 ocorrências – córrego *Santo Antônio* (município Santa Mônica) e *São João* (602 ocorrências – ribeirão *São João* (município Guairaçá).

*São José* é um santo católico com grande contingente de devotos no Brasil e a ele é atribuído o poder de zelar pelos lares e cuidar dos enfermos, além de proteger as famílias, uma vez que é o pai adotivo de Jesus Cristo e esposo de Maria Santíssima, segundo os registros na Bíblia Sagrada. É, pois, a figura paternal da Sagrada Família. A estima a *São José* é refletida na toponímia brasileira como um todo, segundo Dick (1990a, p. 333). A pesquisadora brasileira o aponta como o *hagiotopônimo* mais frequente na nomeação de lugares no Brasil. Essa tendência é confirmada com os dados da toponímia paranaense, à medida que o topônimo *São José* e suas composições foram os mais produtivos entre os topônimos de cunho religioso identificados na toponímia do Paraná.

A presença do topônimo *São José* é mais acentuada nos municípios ao Norte do estado. Uma possível justificativa para esse fenômeno pode estar ligada à ação dos jesuítas no Paraná, pois havia nessa região uma redução jesuítica de nome *San José*, o que pode ter motivado o grande índice desse hagiônimo entre os topônimos paranaenses.

*Santo Antônio*, por sua vez, é um santo popular em Portugal e, assim como *São José*, é também considerado o protetor das famílias. Popularmente, a função de

---

<sup>5</sup> Informação extraída de: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>. Acesso em: 10 out. 2020.

encontrar objetos perdidos e ser guardião dos casamentos também é atribuída a esse santo. Segundo Dick (1990a, p. 332), *Santo Antônio* é o segundo santo mais homenageado na toponímia brasileira como um todo, tendência compartilhada entre os dados toponímicos paranaenses.

A maior concentração do topônimo *Santo Antônio* ocorre na área Central do Paraná e, assim como ocorreu com o topônimo *São José*, também havia nessa área do território paranaense uma redução jesuítica de nome *Santo Antônio*, fato que pode justificar de igual modo a escolha desse topônimo como mais frequente na região.

Outra característica evidenciada entre os *hagiotopônimos* mais frequentes no Paraná é o fato de haver somente topônimos formados pelo hagiônimo + outro termo na nomeação entre acidentes humanos, exemplo: fazenda *Santo Antônio da Laguna* (município Paranacity); distrito *São José do Ivaí* (município Santa Isabel do Ivaí); localidade *São João Abaixo* (Guaratuba). Já a nomeação de elementos geográficos físicos no Paraná com hagiônimos é realizada, em sua maioria, sem a utilização de especificadores, ou seja, topônimos formados apenas com o nome do santo.

Outro santo homenageado pela toponímia paranaense é *São João*. Conforme Attwater (1991, p. 166) há 64 santos de nome *São João* registrados no Martirológico Romano. Porém, de acordo com Megale (2003, p. 129), *São João Batista* é o com maior número de devotos no Brasil. Esse santo é padroeiro de diversas cidades brasileiras, sua popularidade é grande no Brasil e, de acordo com os dados toponímicos aqui discutidos, também tem grande influência entre os habitantes do Paraná.

A distribuição geográfica desse topônimo no Paraná revela maior concentração em lugares pertencentes ao Norte do estado, cujas localidades receberam grande contingente de migrantes paulistas, nordestinos e mineiros, povos oriundos de regiões com forte influência portuguesa na fase de colonização, ou seja, da população responsável por trazer ao Brasil a devoção a esse santo.

Os *hagiotopônimos* mais frequentes na nomeação de lugares no Paraná se referem a santos do sexo masculino. A maior incidência hagiotoponímica com nomes de santas do hagiológico romano recai em *Santa Maria* (308 ocorrências – exemplo: distrito *Santa Maria* (município Alto Paraná), seguido de *Santa Luzia* (179 ocorrências – exemplo: água *Santa Luzia* (município Terra Rica) e *Santa Terezinha* (173 ocorrências – exemplo: sítio *Santa Terezinha* (município Paranavaí).

Embora haja várias santas de nome Maria no hagiológico romano, a mais comum e com maior número de devotos refere-se a *Santa Maria* que, segundo Saltidrián e Astruga (2004, p. 158 - 159), é apresentada nos Evangelhos como a Mãe de Jesus Cristo, cujo culto é encontrado nos primeiros séculos da igreja na liturgia bizantina. Segundo esses mesmos estudiosos, por ser considerada mãe de Jesus, da Igreja e de todos os homens, o dia de Santa Maria é celebrado em primeiro de janeiro, o Dia mundial da Paz.

*Santa Luzia*, por sua vez, é considerada a padroeira dos olhos. Segundo a lenda, ela teria arrancado os olhos e oferecido a seu ex-noivo, que se enamorara dela, “afastando assim o amor dos homens e a vaidade pessoal, para dedicar-se somente ao serviço de Deus”. O culto a Santa Luzia foi trazido para o Brasil pelos primeiros missionários que aqui aportaram e teve larga difusão em nosso país, principalmente no interior e nas zonas de praia” (MEGALE, 2003, p. 156).

Por fim, Santa Terezinha, terceiro *hagiotopônimo* com maior ocorrência no estado do Paraná em se tratando de nomes femininos de santas. Canonizada em 1925 pelo Papa Pio XI, foi uma das santas mais populares no início do século XX, conhecida como a Santa das Rosas, flores que apareciam nas mãos de Santa Teresinha em todas as suas imagens” (MEGALE, 2003, p. 201).

A distribuição dos *hagiotopônimos* *Santa Maria*, *Santa Luzia* e *Santa Terezinha* pelo Paraná ocorre em maior número entre os municípios pertencentes à região Norte do Paraná, localidade em que se situa o maior contingente de dados analisados e marcada

pela vinda de migrantes paulistas e nordestinos, considerados devotos de santos do hagiológico romano.

### 5.1 Os hagiotopônimos *versus* as “ondas de povoamento” do Paraná

Nesta seção são relacionados os *hagiotopônimos* mais frequentes entre os dados analisados e a sua relação com as denominadas “ondas de povoamento”, as quais, como já mencionado, divide em três fases o processo de colonização do Paraná.

A primeira ocupação é a denominada Paraná Tradicional (século XVII ao século XIX), faixa territorial composta por 106 municípios paranaenses distribuídos pelas mesorregiões Metropolitana de Curitiba, Centro-Sul Paranaense, Sudeste Paranaense e Centro Oriental Paranaense. Foram coletados entre essas quatro mesorregiões 10.705 topônimos dos quais 781 são classificados como *hagiotopônimos* (543 nomeiam elementos humanos e 238 elementos físicos).

Para verificar os *hagiotopônimos* mais produtivos na nomeação de elementos humanos e físicos na região do Paraná Tradicional, foi selecionada uma amostra com os dez nomes mais recorrentes no *corpus*. O Quadro 1, a seguir, relaciona os *hagiotopônimos* mais frequentes no âmbito do Paraná como um todo e os reunidos na área do Paraná Tradicional.

Quadro 1 – *Hagiotopônimos* mais frequentes no estado do Paraná e no Paraná Tradicional.

<b>Paraná</b>	<b>Paraná Tradicional</b>	
<b>Elementos humanos e físicos</b>	<b>Elementos humanos</b>	<b>Elementos físicos</b>
<i>São José</i>	<i>Santo Antônio</i>	<i>São João</i>
<i>Santo Antônio</i>	<i>São José</i>	<i>Santa Ana</i>
<i>São João</i>	<i>São João</i>	<i>Santo Antônio</i>
<i>São Pedro</i>	<i>São Sebastião</i>	<i>São Pedro</i>
<i>São Sebastião</i>	<i>São Pedro</i>	<i>São Miguel</i>
<i>São Francisco</i>	<i>São Francisco</i>	<i>Santa Rosa</i>
<i>Santa Maria</i>	<i>São Luís</i>	<i>São Domingos</i>
<i>São Luís</i>	<i>Santa Ana</i>	<i>São Sebastião</i>
<i>São Paulo</i>	<i>Santa Maria</i>	<i>São Francisco</i>
<i>Santa Luzia</i>	<i>São Domingos</i>	<i>Santa Maria</i>

Fonte: Ananias (2018, p. 173).

Os dados do Quadro 1 revelam que São José foi o *hagiotopônimo* com maior frequência entre os nomes com referencial religioso no Paraná como um todo, enquanto no Paraná Tradicional foi *Santo Antônio* o *hagiotopônimo* mais frequente entre os elementos humanos e *São João* entre que nomeiam elementos físicos; *São Paulo* só aparece nos dados gerais do Paraná; outra característica individualizadora é a presença de alguns *hagiotopônimo* (*São Miguel* e *Santa Rosa*) somente como designativos de elementos físicos.

Ressalta-se também o fato de os três *hagiotopônimos* mais frequentes entre os municípios vinculados à fase da colonização denominada Paraná Tradicional homenagearem padroeiros ligados à proteção das famílias. De acordo com Megale (2003, p. 234), *São João*, *Santa Ana* e *São José* são santos relacionados à vida de Cristo e de Nossa Senhora. O mesmo estudioso esclarece ainda que a devoção a esses santos foi trazida para o Brasil pelos portugueses e enraizada entre o povo brasileiro. Essa região teve entre seus primeiros colonizadores portugueses que ali chegaram em busca por ouro. Os dados históricos do Paraná Tradicional justificam a forte presença desses hagiônimos entre os topônimos religiosos mais frequentes nesta faixa do território paranaense.

A segunda “onda de povoamento”, nomeada de Norte Paranaenses (século XIX), abrange as mesorregiões Noroeste Paranaense, Norte Central Paranaense, Centro Ocidental Paranaense e Norte Pioneiro Paranaense. Entre os 210 municípios pertencentes a essa área foram apurados 26.047 topônimos, dentre os quais 6.219 são *hagiotopônimos* (5.975 topônimos de elementos humanos e 244 de elementos físicos). O Quadro 2 apresenta os *hagiotopônimos* mais recorrentes no Norte Paranaense.

Quadro 2 – *Hagiotopônimos* mais frequentes no estado do Paraná e no Norte Paranaense.

<b>Paraná</b>	<b>Norte Paranaense</b>	
<b>Elementos humanos e físicos</b>	<b>Elementos humanos</b>	<b>Elementos físicos</b>
<i>São José</i>	<i>São José</i>	<i>São João</i>
<i>Santo Antônio</i>	<i>Santo Antônio</i>	<i>São Pedro</i>
<i>São João</i>	<i>São João</i>	<i>São Francisco</i>

<i>São Pedro</i>	<i>São Pedro</i>	<i>São José</i>
<i>São Sebastião</i>	<i>Santa Maria</i>	<i>São Luís</i>
<i>São Francisco</i>	<i>São Sebastião</i>	<i>Santo Antônio</i>
<i>Santa Maria</i>	<i>São Francisco</i>	<i>São Domingos</i>
<i>São Luís</i>	<i>São Luís</i>	<i>São Jerônimo</i>
<i>São Paulo</i>	<i>São Paulo</i>	<i>Santa Maria</i>
<i>Santa Luzia</i>	<i>Santa Luzia</i>	<i>Santa Rosa</i>

Fonte: Ananias (2018, p. 179).

Segundo os dados do Quadro 2, a região Norte Paranaense apresenta semelhanças na disposição dos *hagiotopônimos* mais frequentes em relação aos documentados no Paraná como um todo. O resultado era esperado, uma vez que o Norte Paranaense abriga a maioria dos dados toponímicos analisados neste trabalho.

Assim como ocorreu na região Paraná Tradicional, estão entre os topônimos de natureza religiosa mais recorrentes coletados nos municípios pertencentes à “onda de colonização” denominada Norte Paranaense, santos cuja devoção foi trazida ao Brasil pelos portugueses. São eles: *São José*, *Santo Antônio*, *São Pedro* e *São Francisco*. O Paraná Tradicional foi colonizado, em especial, por paulistas, mineiros e nordestinos, povos que trouxeram consigo tradições portuguesas que ficaram registradas na toponímia local.

Por fim, a terceira fase de ocupação do estado do Paraná foi a nomeada de Frente Sulista (século XX). Dos 4.535 topônimos pertencentes a municípios vinculados a essa fase de colonização, 654 são *hagiotopônimos* (439 topônimos de elementos humanos e 215 de topônimos de elementos físicos) distribuídos entre as mesorregiões Oeste Paranaense e Sudoeste Paranaense. Os dados toponímicos relativos aos espaços geográficos cobertos por essa fase de povoamento estão distribuídos no Quadro 3, na sequência.

Quadro 3 – *Hagiotopônimos* mais frequentes no estado do Paraná e na Frente Sulista.

<b>Paraná</b>	<b>Frente Sulista</b>	
<b>Elementos humanos e físicos</b>	<b>Elementos humanos</b>	<b>Elementos físicos</b>
<i>São José</i>	<i>São José</i>	<i>São Francisco</i>
<i>Santo Antônio</i>	<i>Santo Antônio</i>	<i>São João</i>

<i>São João</i>	<i>São Pedro</i>	<i>São Pedro</i>
<i>São Pedro</i>	<i>São Roque</i>	<i>Santa Ana</i>
<i>São Sebastião</i>	<i>São Francisco</i>	<i>São José</i>
<i>São Francisco</i>	<i>São Sebastião</i>	<i>Santo Antônio</i>
<i>Santa Maria</i>	<i>São João</i>	<i>São Luís</i>
<i>São Luís</i>	<i>Santa Teresinha</i>	<i>São Roque</i>
<i>São Paulo</i>	<i>São Luís</i>	<i>São Domingos</i>
<i>Santa Luzia</i>	<i>Santa Maria</i>	<i>Santa Maria</i>

**Fonte:** Ananias (2018, p. 183).

A região denominada Frente Sulista tem, entre seus *hagiotopônimos* mais frequentes, hagiônimos que remetem ao século XVI época em que havia a presença das Reduções Jesuíticas nessa região. *São José*, *Santo Antônio* e *São Pedro* eram nomes de algumas das Reduções existentes na área, fato que pode ter motivado a denominação de elementos geográficos com o nome desses santos. Embora não houvesse no Paraná uma redução denominada São Francisco, Megale (2003, p. 236) argumenta que os jesuítas foram os responsáveis por trazerem ao Brasil a devoção a São Francisco.

Assim como as demais regiões analisadas, os dados se assemelham quanto aos nomes de elementos humanos, mudando, no geral, a ordem de preferência do topônimo. Todavia, dentre os topônimos de elementos físicos, os mais frequentes se diferenciam em cada região, apontando assim para uma particularidade recorrente no *corpus*: a motivação religiosa na nomeação de lugares concentra-se com maior incidência entre os topônimos que nomeiam elementos humanos.

## 5 Considerações finais

Os dados discutidos ao longo deste texto revelaram informações significativas acerca da toponímia paranaense de natureza religiosa e suas relações com a formação étnica da população e a história social do Paraná.

As diferentes formas de povoamento do território paranaense demarcaram três faixas territoriais – Paraná Tradicional, Norte Pioneiro e Frente Sulista – que, por sua vez, se refletem nas causas denominativas que motivaram a escolha de determinados topônimos de caráter religioso para nomear elementos geográficos rurais de natureza física e humana.

Nesse contexto, os *hagiotopônimos* mais frequentes em uma localidade evidenciam particularidades em relação aos de outras, haja vista que as motivações não são as mesmas. Por exemplo, no Paraná Tradicional o topônimo mais recorrente foi *Santo Antônio* como denominações de elementos humanos e *São João* entre os nomes de elementos físicos, enquanto no Norte Velho, *São José* se destacou entre os topônimos de elementos humanos e *São João* entre os elementos físicos. Por fim, a área territorial de colonização mais recente no Paraná, a denominada Frente Sulista, evidenciou que dentre os topônimos que nomeiam elementos geográficos de natureza humana foi mais produtivo o *hagiotopônimo São José*, enquanto *São Francisco* se destacou como nome de elementos físicos.

Acredita-se que a significativa presença de topônimos de cunho religioso na toponímia do Paraná esteja relacionada aos processos migratórios ali ocorridos que atraíram para esse território grandes contingentes de migrantes e de imigrantes. Estes, na expectativa de atrair experiências positivas para o novo espaço ocupado, nomeiam os lugares com topônimos que remetem ao sagrado, à fé oriunda de diferentes religiões, crenças como uma forma de atrair proteção para o novo lugar onde começariam nova vida.

Em síntese, o estudo demonstrou a influência da história social no léxico da língua e, por extensão, no léxico toponímico, particularmente o relacionado ao campo

léxico da religiosidade, como o examinado neste trabalho com base em dados da toponímia paranaense.

### Referências bibliográficas

ANANIAS, A. C. C. dos S. **Marcas de Religiosidade na Toponímia Paranaense**. 2018. 398f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

ATTWATER, D. **Dicionário de Santos**. Tradução Maristela R. A. Marcondes. 2ª ed. São Paulo: Art Editora, 1991.

BALHANA, A. P. *et al.* **História do Paraná**. 2. ed. Curitiba: Gráfica Editora Paraná Cultural Ltda, 1969.

CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C. M.. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Chain Editora, 1986.

COLODEL, J. A. Cinco séculos de História. *In*: SILVA, G. H. da; BULHÕES, Ronaldo; PERIS, A. F. (org.). **Mesorregião Oeste Paranaense: diagnóstico e perspectivas**. Cascavel: Edinuoeste, 2002, p. 05 - 47.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do estado de São Paulo, 1990a.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos**. 2ª ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DICK, M. V. de P. do A. Métodos e questões terminológicas na Onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do estado de São Paulo. **Investigações: Lingüística e Teoria Literária**, Recife, UFPE, v. 9, p. 119-148, 1999.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In*: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (org.). **As Ciências do léxico**. Lexicologia, Lexicografia, Terminologia v. II. Campo Grande: Editora UFMS, 2004. p.121-130.

DICK, M. V. de P. do A. Etnia e etnicidade. Um outro modo de nomear. Projetos ATESP/ATB. *In*: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. (org.). **As ciências do léxico**.

Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande (MS): Editora UFMS; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 177-197.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo de 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>. Acesso em: 10 out. 2020.

ISQUERDO, A. N. A motivação na toponímia: algumas reflexões. *In*: SELLA, A. F.; CORBARI, C. C.; BIDARRA, J. (org.). **Pesquisas sobre léxico**: reflexões teóricas e aplicação. Campinas-SP: Pontes Editora, 2012. p. 81-96.

MAEDA, R. M. A. **A toponímia sul-mato-grossense**: um estudo dos nomes de fazendas. 2006. 276f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista – Campinas, 2006.

MEGALE, N. B. **O livro de ouro dos santos: vidas e milagres dos santos mais venerados no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

MOLINA DIAZ, F. De los hagiônimos a los hagiotopónimos: la toponímia como instrumento para la historia religiosa. **Indivisa, Boletín de Estudios e Investigación [en línea]**, nº 14, p. 30-43, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77130564002>. Acesso em: 10 out. 2020.

SANTIDRIÁN, P. R.; ASTRUGA, M. del C. **Dicionário dos Santos**. Tradução: Elizabeth dos Santos Reis. São Paulo: Editora Santuário, 2004.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. 10ª. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

Artigo recebido em: 13.10.2020

Artigo aprovado em: 25.10.2020

## Os Sertões de Araraquara: análise de registros de propriedades rurais à luz da Toponímia

### The Hinterland of Araraquara: analysis of records of rural properties in the light of toponymy

Jorge Augusto LEITE\*

Odair Luiz NADIN\*\*

---

**RESUMO:** No presente artigo objetiva-se apresentar um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito da Toponímia Rural Humana, o qual ocupa-se da análise de escrituras do período entre 1855-1858 de propriedades rurais da cidade de Araraquara – SP. Nesse domínio, seguindo os pressupostos teórico-metodológicos de Dick (1990; 1992), extrai-se o *corpus* a partir dos mapas oficiais do IBGE escala 1:50.000 (2010), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e do Registros de propriedades do município de Araraquara (1855-1858), que foram analisados, segundo a motivação, seguindo o modelo taxionômico de Dick (1992). Ao entrelaçar a Toponímia com a História e a Geografia, foi atestado que elementos de natureza circundante possuem grande influência na denominação de espaços geográficos, e em pontos de referência nas cartas analisadas. Além disso, os topônimos apresentados são todos conservados até 2020, o que comprova que a partir de uma

---

**ABSTRACT:** This article aims to present an excerpt from a research under development within the scope of Human Rural Toponymy, which deals with the analysis of scriptures from the period between 1855-1858 of rural properties in the city of Araraquara - SP. In this domain, following Dick's theoretical-methodological assumptions (1990; 1992), the corpus is extracted from the official maps of the IBGE scale 1: 50,000 (2010), from the Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, and from Property records of the municipality of Araraquara (1855-1858), which were analyzed, according to motivation, following Dick's taxonomic model (1992). Intertwining Toponymy with History and Geography, it was attested that elements of a surrounding nature have great influence on the denomination of geographical spaces, and on points of reference in the analyzed letters. In addition, the toponyms presented are all preserved until 2020, which proves that from a historical-

---

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Bolsista CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9415-7759>. [jorge.leite@unesp.br](mailto:jorge.leite@unesp.br)

\*\* Livre-Docente em Estudos do Léxico (UNESP/2018). Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (Unesp/2008). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4655-0724>. [odair.nadin@unesp.br](mailto:odair.nadin@unesp.br)

---

análise histórico-linguística, é possível compreender a verdade do nome de lugar.

linguistic analysis, it is possible to understand the truth of the place name.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sertões de Araraquara. Toponímia Rural Humana. Análise de escrituras. Propriedades rurais. Histórico-linguística.

**KEYWORDS:** The hinterland of Araraquara. Human Rural Toponymy. Scripture analysis. Rural properties. Historical-linguistic.

---

## 1 Introdução

O ato de nomear está presente na sociedade “desde os primeiros tempos alcançados pela memória humana” (DICK, 1990a, p. 05), a partir da ação designativa o indivíduo singulariza o ser, o objeto, o sentimento ou o espaço que foi denominado. Ou seja, a atividade denominativa é, pois, uma expressão do denominador de sua realidade circundante.

Um espaço geográfico possui muitas particularidades com relação a seu nome de batismo: as crenças, os valores e a língua definem o ser humano, seu modo de ver o mundo e isso impacta nas palavras usadas pelos falantes. Qualquer pessoa sente uma certa necessidade em querer saber o que determinado lugar, ser, objeto, sentimento etc. se denominam. Afinal, é impossível existir alguma coisa sem nome ou, nas palavras de Murakawa e Nadin (2013, p. 7) “a ‘realidade’ passa a existir de fato somente depois que recebe um nome, antes ela é simplesmente ‘coisa’...”.

E esta é a função essencial do léxico de uma língua: nomear tudo que está ao nosso redor, tendo em vista que ele está em nossa consciência e, por isso, se relaciona com o processo de nomeação e com a cognição da nossa realidade (BIDERMAN, 2001). Todo esse conjunto de palavras de uma língua, de certa forma, registra todo o conhecimento do cosmo. O léxico configura-se em diferentes perspectivas, por meio dele, é possível investigar a história de uma comunidade, a motivação semântica de um nome próprio ou de uma expressão. Diante disso, podemos considerá-lo como o testemunho de um povo, uma vez que ele define fatos de cultura.

Este trabalho discute resultados parciais de uma pesquisa mais ampla em desenvolvimento, que tem como objetivo evidenciar nomes de propriedades conservadas em 2020, a partir da análise de cartas de sesmarias do Registro de Propriedades Rurais de Araraquara/SP entre 1855 e 1858. Nessa direção, o artigo propõe-se apresentar a transcrição de dez escrituras e elucidar por meio da análise o processo de motivação e de estrutura linguística, com base no modelo de Dick (1990). Para este trabalho foram selecionadas apenas dez cartas, a título de exemplo, como uma forma de descrever como ocorria o processo de aquisição das primeiras propriedades rurais no Período Colonial, bem como apresentar se houve ou não uma mudança do nome.

## **2 Pressupostos teóricos**

O estudo dos nomes de lugares, isto é, dos topônimos, revela ao pesquisador muitas informações no que diz respeito à motivação, à origem, à etimologia, à formação daquela palavra. Ao investigar a toponímia de uma determinada região, é preciso compreender o quão amplo é o seu campo de estudo, pois envolve não só a História, a Geográfica, a Linguística, mas também “a Antropologia, a Psicologia Social e, até mesmo, a Zoologia, a Botânica, a Arqueologia, de acordo com a formação intelectual do pesquisador” (DICK, 1992, p. II). Nesse aspecto, vê-se como a Toponímia é interdisciplinar, tendo em vista que ela envolve vários ramos do saber.

A Toponímia estuda os designativos geográficos e eles revelam muitas particularidades sobre suas causas denominativas, além de indicarem a transformação e significação, esplandecem a história de um espaço, a partir de um movimento artístico, por exemplo, que ocorreu na época, ou a sua relação com as migrações, a colonização, os estabelecimentos humanos e o aproveitamento do solo (DICK, 1990), e a distribuição espacial geográfica. Além disso, eles também

tem o papel de representar as práticas empregadas pelo homem: explicita as atitudes, conhecimentos, crenças, valores de determinado grupo de falantes. Essas práticas são expressivamente representadas pelo léxico, de modo que os grupos batizam os ambientes ao seu redor, revelando sua cosmovisão e o *modus vivendi* de seu grupo (ANDRADE; NUNES, 2016, p. 165).

Ao dar nome aos lugares, o ser humano os classifica simultaneamente. No âmbito dos estudos toponímicos, considerando as diversas perspectivas que podemos seguir, Dick (1990), pioneira dos estudos no Brasil, estabelece uma classificação no que diz respeito à motivação semântica para a denominação de um lugar, a estudiosa propôs diversas taxionomias, tanto de natureza física (11 taxes), como de natureza antropocultural (16), totalizando, portanto, 27 taxes. Tais taxionomias são de grande relevância para o estudo de topônimos atualmente. Pode-se identificar, por exemplo, topônimos, cujo o acidente geográfico tem origem semântica da denominação aspectos de índole geomorfológica, como *Fazenda da Barra*, ou “características fitogeográficas do ambiente” (DICK, 1990b, p. 146), como *Fazenda Buriti*. É comum, portanto, rios, lagos, corixos, receberem no batismo um nome relacionado a acidentes hidrográficos e que contém o elemento *Água*, seja *Água Limpa*, *Águas Claras*, *Água Bela*, *Água Azul* etc. Estes elementos de índole hidrográfica estão ligados à vida do homem isolado ou em sociedade. Assim como topônimos de índole botânica, o espaço que possui grande abundância de alguma planta, pode ser motivado por aquelas características, como, por exemplo, fazendas e sítios denominados por *Palmeiras*, *Bocaiúva*, *Laranjal* etc.

Além desses elementos de natureza circundante que recebem motivação, há também modelos de sistematização de topônimos. Dauzat (1926) salienta que

A classificação das designações originárias pode fazer-se do ponto de vista da sua forma externa ou do seu sentido intrínseco. Encarada sob o primeiro ângulo, a denominação é espontânea, mais ou menos inconsciente de uma coletividade, ou sistemática, quando é devida ao ato refletido da autoridade, de um conquistador, de um fundador de cidade, etc. Pelo contrário, se apenas nos ocuparmos do sentido, os elementos da designação podem ser extraídos quer da geografia (particularidades topográficas, etc.), quer do homem (nome de fundador, protetor, possuidor), quer de diversos caracteres abstratos ou de

ordem histórica; elementos de natureza diversa podem entrar nos compostos<sup>1</sup> (DAUZAT, 1926, p. 19).

Entende-se que estes dois princípios estabelecidos por Dauzat (1926) foram utilizados como referência por Dick (1990), a qual trouxe para a realidade brasileira uma nova reflexão acerca de que certos topônimos, no que tange à sua motivação, podem ser classificados em diferentes taxionomias.

Dick (1990) concebe um modelo de categorização toponímica que considera a motivação semântica subjacente ao elemento específico do topônimo<sup>2</sup>. Nessa perspectiva, o próprio significado do nome evoca uma motivação semântica no plano sincrônico da língua. Por exemplo, no município de Araraquara – SP, há uma propriedade rural chamada *Fazenda Periquito*, ao pesquisar o significado do elemento específico, aparecem as seguintes acepções, a saber:

(pe.ri.qui.to)

sm.

1. Zool. Denominação comum à diversas spp. de aves da fam. dos psitacídeos.
2. Bot. Erva da fam. das amarantáceas (*Alternanthera paronychioides*), natural do Brasil, de flores pequenas, cultivada como ornamental; PERPÉTUA
3. N N.E. Pequeno candeeiro de folha de flandres, com pavio de algodão.
4. Bras. Hist. Adepto do integralismo.
5. Bras. O mesmo que chupão. (AULETE, 2006)

Ou seja, em uma primeira análise da motivação da denominação da *Fazenda Periquito*, leva em conta a primeira acepção “Zool. Denominação comum à diversas

---

<sup>1</sup> La classification des désignations originaires peut se faire au point de vue de leur formation externe ou de leur sens intrinsèque. Envisagée sous le premier angle, l'appellation est spontanée, ceuvre plus ou moins inconsciente d'une collectivité, ou systematique, lorsqu'elle est due à l'act réfléchi de l'autorité, d'un conquérant, d'un fondateur de ville, etc. Au contraire, si l'on ne s'occupe que du sens, les éléments de la désignation peuvent être empruntés soit à la géographie (particularités topographiques, etc.), soit à l'homme (nom de fondateur, de protecteur, de possesseur), soit à divers caracteres abstraits ou d'ordre historique; des éléments de nature diverse puevent entrer dans les composés.

<sup>2</sup> O signo toponímico é composto por dois elementos: um termo ou elemento genérico que se refere ao acidente nomeado (como fazenda, rua, rio) e o elemento específico, o topônimo propriamente dito (Água limpa, dos Bragas, da Felicidade).

spp. de aves da fam. dos psitacídeos”, isto é, o nome da propriedade rural é motivado por elementos da fauna. Entretanto, não podemos considerar apenas esta forma para compreender a motivação de um elemento geográfico, há diversas possibilidades.

Os topônimos fazem parte do léxico de uma língua e, por isso, refletem a realidade cultural de uma comunidade. Esta relação entre língua e ambiente, nos mostra que o caráter descritivo dos nomes de lugares é frequentemente marcante. No que tange à toponímia rural humana, objeto de estudo desta pesquisa, Dick (1990b) discute a tipologia expressiva dos designativos geográficos e salienta que os elementos que constituem nas expressões onomásticas evidenciam a existência no signo linguístico em função toponímica, o referente como função representativa. No caso da toponímia de acidentes rurais, “nota-se a aproximação do topônimo os conceitos de ícone e símbolo sugerido pela própria natureza do acidente nomeado” (DICK, 1990b, p. 40), ou seja, existem aspectos tanto físicos como antropoculturais contidos na denominação que exprimem essas características descritivas. Desse modo, na designação de acidentes humanos, há tendências na cosmovisão do denominador que influenciam na nomeação do ambiente que o circunda, como fatores emotivos relacionados à concretização de projetos de vida na aquisição da propriedade, crenças religiosas etc.

Nesse contexto, um estudo neste viés permite identificar a história da colonização, o processo migratório e a origem dos primeiros povos. Quer dizer, os topônimos, são, de fato, os testemunhos históricos que ajudam ao estudioso a reconstituir as marcas sócio-linguístico-culturais da presença do homem no território.

Há vários documentos oficiais que um pesquisador da Toponímia pode se usufruir para realizar uma pesquisa, existem muitos caminhos de adentrar à Linguística Histórica em busca de informações dos topônimos.

O outro caminho a ser explorado, a saber, a análise linguística de nomes de lugares, tem a indubitável vantagem para o pré-historiador (da linguagem) de o referente estar localizado (com precisão) no espaço geográfico e, em casos

afortunados, os (mesmos) lugares serem mencionados em fontes escritas anteriores. Nomes de lugares que incluem nomes de povoados e de traços geográficos tais como montanhas e rios, tendem, como fósseis, a sobreviver mesmo a uma total substituição da língua. Seu potencial para formar uma ligação entre a arqueologia e a linguística é, conseqüentemente, considerável (BYNON, 1995, p. 263, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Os primeiros nomes de lugares, geralmente, são mencionados a partir de fontes escritas, visto que em épocas passadas, para se apropriar de uma propriedade rural, o pleiteante deveria solicitar por meio de uma carta, já que no período de Colonização do Brasil, as solicitações ocorriam desta forma. Por isso, documentos escritos são essenciais para compreender e comprovar a verdade do nome do lugar.

Diante disso, percebe-se um profundo entrelaçamento entre Toponímia e História. Além da Etimologia, que se ocupa do estudo da origem das palavras, deve-se realizar o levantamento do maior número possível de formas de um determinado topônimo em documentos antigos e estabelecer, a partir de um estudo diacrônico, sua cronologia. Assim, é possível compreender, inclusive, se ele foi conservado ou se sofreu alterações ao longo dos anos.

A simbiose entre Toponímia e História é tão idiossincrática que é impossível não as relacionar. Não obstante, “os topônimos, muitas vezes, devem a sua origem às causas históricas – fixam nomes de proprietários ou usuários, nomes de instituições, recordando em alguns acontecimentos e fatos importantes para uma comunidade” (SERRA, 1966, p. 17).

### 3 Metodologia

---

<sup>3</sup> The one further avenue to be explored, namely the linguistic analysis of place-names, has the undoubted advantage to the prehistorian that the referent is squarely located in geographic space and that, in fortunate cases, places are mentioned in early written sources. Place-names, which include the names of settlements and of geographical features such as mountains and rivers, tend like fossils to survive even total language replacement. Their potential for forming a link between archaeology and linguistics is therefore considerable.

A análise apresentada neste texto, como dito anteriormente, é um recorte de uma pesquisa mais ampla e apresenta-se em uma perspectiva histórico-linguística topônimos conservados desde o Período Colonial em que havia o sistema de Sesmarias. Ou seja, a partir de um levantamento de Registro de Propriedades do município de Araraquara entre 1855-1858, foi comparado com a atualidade (2020), quais nomes de lugares ainda são conservados.

O processo de investigação sobre as propriedades adquiridas pelos primeiros povoadores da região revelou, por meio dos registros paroquiais, que, de 638 escrituras, 45 nomes de propriedades em Araraquara/SP foram preservados até os dias atuais. Para tanto, neste trabalho, é apresentado uma amostra de 10 escrituras, a fim de demonstrar como ocorria o processo de denominação, em relação aos referentes do ambiente.

O desenvolvimento deste estudo ocorreu em três etapas, a saber:

- a) Por meio de Registro de Propriedades do município de Araraquara (1855-1858), livro no qual se lançavam os registros das Terras da Freguesia de Araraquara, foi possível realizar o processo de inventariação de topônimos. Assim sendo, as escrituras<sup>4</sup> que foram inventariadas, foram transcritas para uma melhor visualização. Além disso, com o subsídio de um mapa hidrográfico<sup>5</sup> da região, foi possível realizar uma pequena análise sobre as propriedades registradas com os lugares designados para situar a propriedade adquirida no processo de aquisição de uma propriedade rural, a partir das cartas de sesmarias;
- b) Após feito o processo de inventariação, o passo seguinte foi inventariar propriedades rurais atualmente. Para isso, foi necessário buscar os mapas cartográficos de escala 1:50.000 do Instituto Brasileiro de Geografia e

---

<sup>4</sup> Os arquivos originais encontram-se depositados no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>5</sup> Bassanezi (2008), apresenta um mapa hidrográfico entre os anos de 1850-1950.

Estatística – IBGE e também consultar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o qual é “uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.” (INCRA, 2020). Nesse sentido, foram inventariados, aproximadamente, 800 propriedades rurais;

- c) Por fim, ocorreu a classificação e a análise das escrituras conforme o modelo taxionômico de Dick (1992).

#### **4 Resultados**

Serão apresentadas a seguir 10 escrituras transcritas na íntegra, inventariadas do Registro de Propriedades Rurais de Araraquara (1855-1858). O tipo de transcrição adotada para esta pesquisa foi a partir das normas elencadas para transcrição de documentos manuscritos para a história do Português do Brasil, formada pelos seguintes pesquisadores, a saber: César Nardelli Cambraia (USP), Gilvan Muller de Oliveira (UFSC), Heitor Megale (USP), Marcelo Modolo (Mestrando-USP), Permínio Souza Ferreira (UFBA), Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP), Tânia C. Freire Lobo (UFBA), Valdemir Klamt (UFSC). Nessa perspectiva, adotou-se a edição semidiplomática, isto é, a reprodução fiel do documento original em que se preserva a grafia, sinais e abreviaturas, em casos raros em que não há como se ler, utilizamos o desmembramento de abreviaturas. A esses domínios, foram utilizados os seguintes critérios:

- a) Foram mantidas a grafia original;
- b) Foram mantidas a acentuação como no original;
- c) A pontuação original foi mantida;
- d) As maiúsculas ou minúsculas utilizadas no manuscrito foram mantidas na transcrição como se apresentavam;
- e) As assinaturas foram sublinhadas.

As transcrições estão em uma tabela que contém os seguintes elementos para análise: a) Transcrição, que corresponde às cartas transcritas na íntegra; b) Elemento Geográfico, que corresponde à entidade geográfica que recebe a denominação; c) Topônimo, isto é, o elemento específico; d) Etimologia, que indica o étimo da unidade lexical, elevadas à categoria do nome próprio; e) Taxionomia, a qual registra a taxa toponímica do ponto de vista semântico, partindo de sua natureza física ou antropocultural, de acordo com Dick (1990b); f) Estrutura morfológica, esta indica a configuração do topônimo em suas diferentes categorias, a saber: elemento específico simples, elemento específico composto, elemento específico simples híbrido, e elemento específico composto híbrido.

Vale ressaltar que as cartas eram encaminhadas por escrito à uma autoridade competente<sup>6</sup>, e devia informar o local, os limites e a extensão da terra requerida. Algumas cartas possuem descrições de vários pontos de referência para poder situar o leitor, uma vez que no século XIX, os mapas eram escassos.

A título de exemplo, será apresentada uma carta de registro do topônimo Bocaiúva, nona escritura transcrita na tabela e, em seguida, as transcrições das demais cartas.

---

<sup>6</sup> A autoridade referida nesse caso é o capitão hereditário que ficou responsável pela doação das sesmarias, obedecendo às Ordenações do Reino. Como representante da metrópole, possuía alguns privilégios, como, a autonomia político-administrativa dos latifúndios.

Figura 1 – Carta de Sesmaria<sup>7</sup>.

Digo em aviso apreguado, que ofereço uma parte de terras, no lugar denominado Boa Esperança, do distrito desta Villa, que as Leões e Gaur compra à do Tronco Boa de Abreu, como consta de seus títulos, devendo por um lado com João Casado, e por outro com Francisco Antonio, e por outro lado com o mesmo Supplicante, uma extensão de hectare e meio, com um quarto de testada; isto mais, ou menos. Araraquara, quatorze de Abril de mil oitocentos, e cincuenta, e seis. Arago de Trameis de Paula Francisco Joaquim Roberto Rodrigues Trine.

Joaquim Hypriano de Lamargo.

1:668 Numero duzentos, e oitenta, e duas - dois vinte, e um de Abril de mil oitocentos, e cincuenta, e seis, nesta Villa de São Paulo de Araraquara, por Antonia Angelica dos Santos, me foi apresentada um título de terras do Rei, e forma seguinte. Em aviso apreguado, declaro que ofereço no Parrocho de São Paulo, deste distrito uma parte de terras lavradas, e campos na fazenda do Bocaiuva, o qual divide, com a sesmaria do lagoado, Sesmaria do Cambui, Rio de Jacaré, e com Manoel José de Abreu Guimarães, havidas por herança, de meu finado marido Antonio Pais de Abreu, e por eu não poder ter meu crechever, pedi a Justino Correa de Freitas, que está por mim passasse, e a meu rogo apreguado-se. Araraquara vinte de Abril de mil oitocentos, e cincuenta, e seis. Arago de Dona Antonia Angelica dos Santos. Justino Correa de Freitas. Joaquim Hypriano de Lamargo.

1:592 Numero duzentos, e oitenta, e treze - dois vinte, e um de Abril de mil oitocentos, e cincuenta, e seis, nesta Villa de São Paulo de Araraquara, por José Carlos de Souza, me foi apresentada um título de terras do Rei,

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Quadro 1 – Sítio São Vicente (Carta 1).

<sup>7</sup> Esta carta corresponde ao topônimo Bocaiuva. Os originais podem ser encontrados no Arquivo Público do Estado de São Paulo;

## Transcrição

Aos trinta e hum dias do mez de Maio de mil oitocentos cincoenta e cinco, por Manoel Jacinto Pereira me foi apresentado hum título de terras cujo he o teor seguinte. Dizemos nos abaixo assignados, eu Alexandre Joze de Castilho, e minha mulher Maria Angela de Jezuz que entre os mais bens que possuímos somos Senhores e possuidores de huma sorte de terras no lugar denominado São Vicente, cujas houvemos por compra de Antonio Ferreira de Souza cujas terras vendemos a Manoel Jacinto Pereira pelo preço e quantia de oitocentos mil reis que ao fazer desta recebemos, e por isso desde já transferimos na pessoa do Senhor Pereira toda a posse, Jus e domínio que tínhamos, ficando o dito comprador obrigado a pagar a competente ciza, e por assim serem por nós vendidas as ditas terras, as suas devizas são as seguintes. Principiando na Barra do corriguinho de São Vicente do lado esquerdo do ribeirão. Seguindo pelo corrigo acima até o espigão, e subindo por ele acima athe rodear o corriguinho do barreirinho, decendo por ele abaixo até frontear com a dita barra de São Vicente e onde fecha as ditas devizas, cujas terras divizadas nos obrigam a fazer boa quando haja duvida que n'ellas apareça qualquer nulidade, e por verdade do referido mandamos passar o presente titulo quer vai por mim assignado e a rogo de minha mulher Maria Angela de Jezuz, Joze Lourenço de Oliveira, e as testemunhas Zeferino Jozé de Castilho, Agostinho Joze de Castilho. Guanhandava cinco de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e tres. Alexandre Joze de Castilho, Agostinho Joze de Castilho, Zeferino Joze de Castilho. Joaquim Cypriano de Camargo.

Elemento geográfico	Topônimo	Etimologia	Língua de Origem	Taxionomia	Estrutura morfológica do topônimo
Sítio(s)	São Vicente		Português	Hagiotopônimo	Composto

Fonte: elaborado pelos autores.

A primeira carta trata da propriedade denominada *São Vicente*, o pleiteante descreve que a propriedade se principia na barra do “Corriguinho”, que fica ao lado esquerdo do ribeirão e segue também o espigão, que um pouco mais acima rodeia o “Corriguinho do Barreirinho” até encontrar com a barra de São Vicente. Atualmente, há dois sítios com o mesmo nome. Nota-se, portanto, que a Toponímia Rural Física tem grande influência no que diz respeito aos pontos de referência e aos limites de

propriedades rurais. A motivação do nome se dá ao nome do sacerdote católico espanhol<sup>8</sup>.

Quadro 2 – Sítio Fazendinha (Carta 2).

Transcrição					
Aos dous dias do mez de Julho de mil oitocentos cincoenta e cinco, por Antonio de Almeida Leite me foi apresentado hum titulo de terras cjo he do teor seguinte. Ao abaicho assignado pertence por Escriptura publica, o citio denominado Fazendinha no discripto d'esta Villa, cuja extenção he de duas a tres legoas de fundo, e huma e meia mais ou menos de testada divisando com o rumo da Fazenda do Cambuhy e com terras de Maximiano da Costa, José Pimenta e João Francisco da Silva. Araraquara primeiro de Julho de mil oitocentos e cincoenta e cinco. Antonio de Almeida Leite. <u>Joaquim Cypriano Camargo</u> .					
Elemento geográfico	Topônimo	Etimologia	Língua de Origem	Taxionomia	Estrutura morfológica do topônimo
Sítio(s)	Fazendinha		Português	Sociotopônimo	Simple

Fonte: elaborado pelos autores.

A segunda carta em que menciona o topônimo *Fazendinha* é um processo de Toponimização, o qual é o “emprego do designativo do acidente em função denominativa, como se fosse um nome. Essa atitude dispensava o uso de outra expressão substitutiva ou própria” (DICK, 2007, p. 463). Neste caso, uma possível hipótese para a escolha do nome é a de que a propriedade era produtiva para pastagens e criação de gado. Para tanto, *fazendas* são mais comuns para esse fim. Nessa perspectiva, a escolha do radical do elemento específico *fazend* e, ainda, mais a escolha

---

<sup>8</sup> “Celebrado a 22 de janeiro, São Vicente é, de acordo com Daix (2000, p. 182), um dos santos mais populares do Ocidente. De origem espanhola, estudou em Saragoça com o bispo Valério que, em razão de suas qualidades de orador, fez dele diácono. Durante as perseguições de Diocleciano, no início do século IV, Vicente e o bispo foram presos e levados para Valência. O diácono respondeu ao interrogatório do governador e saiu vitorioso de todas as torturas que lhe foram infligidas. O governador, no entanto, não desistiu. Continuou a mostrar-se particularmente cruel com ele e, inclusive, com o seu cadáver, depois de morto na prisão. Vicente, no entanto, foi dignamente exumado em Valência. Padroeiro de Lisboa, o seu culto é atestado em toda a Europa. A igreja de Saint- Germain-des-Prés, em Paris, foi-lhe inicialmente consagrada” (CARVALHO, 2014, p. 341).

do sufixo – *inha*, o elemento específico retoma a carga semântica do elemento genérico *sítio*, uma vez que o diminutivo reforça que a fazenda está mais para sítio do que o contrário. Além disso, no que se refere aos seus limites de extensão, o ponto de referência é a Fazenda Cambuhy, que, em 2020, é Cambuí. Atualmente, há dois sítios denominados Fazendinha.

Quadro 3 – Fazenda Jacaré (Carta 3).

<p>Transcrição</p> <p>Aos vinte e seis dias do mez de Agosto de mil oitocentos cincoenta e cinco por Joaquim Pinto de Magalhães me foi apresentado um titulo de terras cujo he do theor seguinte. Joaquim Pinto de Magalhães possui no bairro da Guanhandava hum citio de mattos e campos no lugar denominado Jacaré tendo mais ou menos tres legoas de comprido, e huma de largo possuídos por posse a dezoito anos, as quais dividem pelo lado de baixo por cima de huma barra com João da Costa Junior, e seguindo ao sul athe encontrar hum espugão, por espigão acima divisando com Francisco da Silva, Maximo de Arantes Marques, athe encontrar com terras de Jose Antonio de Castilho e com este pelo mesmo espigão athe encontrar terras de Jose Antonio de Lima e deste procurando a cabeceira de São Jose Gonsalves com este pelo mesmo espigão decendo athe encontrar as divizas de Joao da Costa Junior e por esta athe aonde teve principio. Araraquara vinte seis de Agosto de mil oitocentos e cincoenta e cinco. Joaquim Pinto de Magalhães. <u>Joaquim Cypriano de Camargo</u>.</p>					
Elemento geográfico	Topônimo	Etimologia	Língua de Origem	Taxionomia	Estrutura morfológica do topônimo
Fazenda	Jacaré	“Do tupi iaka’re” (CUNHA, p. 370, 2010)	Tupi	Zootopônimo	Simple

Fonte: elaborado pelos autores.

A terceira carta em que o lugar é denominado *Jacaré* é o nome que mais possui escrituras. Em nosso *corpus*<sup>9</sup> há outras escrituras que mencionam o lugar *Jacaré*, ao todo

<sup>9</sup> 638 escrituras dos Registros de Propriedades Rurais do município de Araraquara entre 1855-1858.

são 84 cartas que citam rio, bairro, ribeirão, barra, lugar, sítio, fazenda, estrada, sesmaria, barreirinha e porto. Atualmente, há uma fazenda chamada Jacaré, um sítio chamado Jacarezinho e, também, um pesqueiro bastante conhecido na região. A motivação do nome é o fato de que ao lado há o Rio Jacaré. O rio recebe outros nomes dependendo de sua localidade, como Rio Jacaré-Guaçu, Rio Jacaré Pepira, Rio Jacaré Pupira e Rio Jacaré Grande. No que tange aos seus limites de extensão, não há menção de outros nomes próprios de lugares, como rios ou fazendas. Todas as referências são em relação ao nome dos possuidores das outras terras.

Quadro 4 – Sítio Chibarro (Carta 4).

Transcrição Aos deis dias do mez de Novembro de mil oitocentos cincoenta e cinco, por Maria Joaquina Rodrigues me foi apresentado hum titulo de terras para ser registrado cujo he do theor seguinte. A abaicho assignada humas terras no citio do Chibarro, cujas terras as houve por herança de seo finado marido como consta do inventário. Ditas terras se achão pró-indivizo. Araraquara, deis de Novembro de mil oitocentos cincoenta e cinco. Maria Joaquina Rodrigues. <u>Joaquim Cypriano de Camargo</u> .					
Elemento geográfico	Topônimo	Etimologia	Língua de Origem	Taxionomia	Estrutura morfológica do topônimo
Sítio	Chibarro	“sm. ‘cabrito até um ano’ 1813. Do cast. <i>Chivo</i> . O voc. Foi usado originariamente como voz para chamar o animal e, neste sentido, é de criação expressiva” (CUNHA, p. 147, 2010)	Castelhano	Zootopônimo	Simple

Fonte: elaborado pelos autores.

A quarta carta que trata do lugar denominado *Chibarro*, possui, ao todo, 30 escrituras que mencionam também ribeirão, bairro, sítio, lugar e varja (várzea). Na época, alguns locais que eram vistos como os melhores lugares para criação de equinos, bovinos, suínos, caprinos e ovinos, recebiam certos nomes específicos e *Chibarro* é um desses casos. Atualmente, há uma fazenda denominada por esse nome, quatro sítios e uma chácara. Não há, inclusive, nenhuma menção de outros topônimos como referência para informar os limites de extensão desta propriedade.

Quadro 5 – Fazenda Lageado (Carta 5).

Transcrição					
Aos vinte e sete dias do mez de Novembro de mil oitocentos cincoenta e cinco nesta Villa de São Bento de Araraquara por Joaquim Lourenço Correa me foi apresentado hum titulo de terras para ser registrado o qual he do theor seguinte. Eu abaicho assignado sou Senhor e possuidor das terras seguintes nesta Freguezia. Huma Sismaria com duas legoas de testada, e legoa e meia de Sertão, com a denominação de Lageado = comprada a meo Pai Jose Joaquim Correa da Rocha a quinze anos, divisando com as seguintes Sismarias; para o Norte com a Sismaria de Antonio Vaz, ao Este com a de Dona Brites Maria Gavião, ao Sul com a do Laranjal, e ao Leste com as do Ouro, e Cruzes: assim mais hum citio denominado São Lourenço = na Sismaria do Laranjal, dividindo ao norte com a Sismaria do Laranjal, digo do Lageado, a Leste com Francisco de Paula Correa, ao Sul com Antonio Ribeiro, e outros, ao Leste com Antonio Garcia, Francisco Lopes Ferraz, e outros compradas a Antonio Manoel de Siqueira e a Fabiano Ferraz; assim mais duas partes compradas a Manoel Joaquim da Silveira, e José Florencio de Marins, na Sismaria do Ouro, no Ribeirão das Cruzes, pró-indivizas. Araraquara vinte e sete de Novembro e mil oitocentos e cincoenta e cinco. Joaquim Lourenço Corrêa. <u>Joaquim Cypriano de Camargo.</u>					
Elemento geográfico	Topônimo	Etimologia	Língua de Origem	Taxionomia	Estrutura morfológica do topônimo
Fazenda	Lageado		“De origem controversa” (CUNHA, p. 379, 2010)	Hidrotopônimo	Simplex

Fonte: elaborado pelos autores.

A quinta carta menciona o topônimo *Lageado*, que é variante cartográfica-lexical de *Lajeado*. A variedade de composição dos terrenos das propriedades permitiu que um mesmo rio, por exemplo, adquirisse aspectos diferentes em seu percurso e, desse modo, foi marcado pela toponímia certas designações como é o caso deste nome. Em relação aos seus limites de extensão, percebe-se que há muitos pontos de referência, desde o nome do proprietário de uma sesmaria, até o nome próprio da sesmaria, como a do Ouro, Cruzes, Laranjal e Lageado, ou, ainda, de um sítio denominado São Lourenço. Um fato interessante é que na época havia algumas sesmarias muito famosas como a do Ouro e das Cruzes, por exemplo, e, por isso, eram pontos de referência. Atualmente, há uma fazenda denominada Lajeado e dois sítios denominados *Lageadinho*.

Quadro 6 – Fazenda Morro Vermelho (Carta 6).

Transcrição Aos doze de Abril de mil oitocentos, e cincoenta, e seis, nesta Villa de São Bento de Araraquara, por Francisco da Silva, me foi apresentado ûns titulos de terras do theor, e forma seguinte. O abaixo assignado he prossuidor, de um uma parte de terras de curtura, no logar, denominado Morro Vermeio, termo desta Villa, cuja parte he o valor de cem mil, quinhentos, e vinte sete reis, que lhe tocou, por herança de seu finado sogro, o finado Elias Antonio, e ainda está por repartir-se, com mais herdeiros. Araraquara onze de Abril de mil oitocentos, e cincoenta, e seis. Arrogo de Francisco de Silva. Antonio Ferras de Camargo. <u>Joaquim Cypriano de Camargo.</u>					
Elemento geográfico	Topônimo	Etimologia	Língua de Origem	Taxionomia	Estrutura morfológica do topônimo
Fazenda	Morro Vermelho		Português	Geomorfotopônimo	Composto

Fonte: elaborado pelos autores.

A sexta carta menciona o lugar denominado *Morro Vermeio*, variante-cartográfica lexical de *Morro Vermelho*. Tal escritura não apresenta informações de pontos de referência, nem os limites de extensão do lugar. Para tanto, há uma

informação acerca do valor da propriedade. No tocante à motivação, uma hipótese é porque entre a localidade há elevações de terras e, de certa forma, o denominador escolheu por este motivo. Atualmente, o adjetivo *Vermelho* mudou para *Alto*, por conseguinte, há uma fazenda com o mesmo nome.

Quadro 7 – Sítio Cachoeira (Carta 7).

<p>Transcrição</p> <p>Ao primeiro dia do mez de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e cinco nesta Villa de São Bento de Araraquara por Jose Francisco de Castilho me foi apresentado hum titulo de terras para ser registrado cujo he do theor seguinte. O abaicho assignado possui nesta Villa digo no Termo desta Villa huma Fazenda no lugar denominado Cachoeira. Com tres legoas de largura mais ou menos digo, legoas de comprimento, e duas de largura, tendo obtido metade delas por compra, e metade por posses sendo, compradas as diversas pessoas cujos nomes são os seguintes = Francisco Ferreira = Antonio Manoel e dos herdeiros do finado Athahide; dividindo por um lado, com Jose Domingues = Manoel Francisco = Manoel Mendes = João da Costa = Ignácio Marquez de Carvalho, e com Thomaz da Costa, Araraquara, primeiro de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e cinco. <u>Jose Francisco de Castilho.</u></p>					
Elemento geográfico	Topônimo	Etimologia	Língua de Origem	Taxionomia	Estrutura morfológica do topônimo
Sítio	Cachoeira	<p>“CACHÃO Sm. ‘borbotão’   <i>catchoens</i> pl. XVII   Do lat. <i>coctio -onis</i> ‘cozedura, fervura’ ‘borbulhão, borbotão’    cachoEIRA sf. ‘queda-d’água XVI    ENCachoeirADO 1899    ENCachoeirAR XX.” (CUNHA, p. 109, 2010)</p>	Português	Hidrotopônimo	Simplex

Fonte: elaborado pelos autores.

A sétima carta trata da propriedade denominada *Cachoeira*. Não há qualquer menção de lugares que referenciam seus limites de extensão. No que se refere à motivação do nome, há algumas pequenas cachoeiras entre a localidade. Nesse sentido, elementos de causa circundante, a Toponímia Rural Física, motivaram a designação do lugar. Além disso, atualmente, há um sítio denominado com o mesmo nome.

Quadro 8 – Fazenda Boa Vista (Carta 8).

<p>Transcrição</p> <p>Aos vinte e quatro dias do mez de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e cinco nesta Villa de São Bento de Araraquara por João da Costa Alves me foi apresentado hum titulo para ser registrado a qual he do theor seguinte. Digo eu abaicho assignado Jose Francisco da Silva que entre os mais bens que possuo com livre e geral administração e bem assim huma parte de terras na fazenda denominada Boa Esperança digo Boa Vista margem do rio Jacaré pupira termo da Villa de São Bento de Araraquara. Esta parte me coube em meação do inventario de minha finada mulher Joana Pereira desta parte acima mencionada vendo terreno de cento e quatorze alqueires e meio ao Senhor João da Costa Alves pelo preço e quantia de duzentos e vinte e nove mil reis que dou a pagamento que devo de resto da mesma Fazenda, cuja venda faço de minha espontânea vontade sem constrangimento de pessoa alguma para o que desde já lhe transfiro na pessoa de meo comprador todo direio, posse e domínio que tinha no outro terreno que as poderá lograr como suas que ficão sendo de hora a diante ficando o comprador obrigado a Siza e me obrigado a fazer boa a presente venda a toda e qualquer duvida que haja ou possa haver e passar escriptura publica quando me for pedida e por ser isto de minha vontade pedi a Jose Joaquim da Conceição e Souza que esta por mim passasse e que a meo rogo assignasse o Senhor Jose Joaquim de Sousa visto eu não saber ler nem escrever. Boa Esperança quinze de Dezembro de mil oitocentos cincoenta e cinco. Assignou arrego do vendedor o Senhor Jose Francisco da Silva. Jose Joaquim de Souza. Testemunha Joaquim Antonio de Lima. Testemunha presente que esta passei e vi assignar Jose Joaquim da Conceição e Souza. Testemunha Jose Antonio Ramos de Lima. <u>Joaquim Cypriano de Camargo.</u></p>					
Elemento geográfico	Topônimo	Etimologia	Língua de Origem	Taxionomia	Estrutura morfológica do topônimo
Fazenda	Boa Vista		Português	Animotopônimo Eufórico	Composto

Fonte: elaborado pelos autores.

A oitava carta menciona a propriedade rural denominada *Boa Vista*, Animotopônimo Eufórico (ISQUERDO, 1996, p. 118). Como referência a seus limites de extensão, há a menção do Rio Jacaré Pupira. Há outras 23 escrituras que mencionam o nome Boa Vista, que citam bairro, sítio, fazenda, ribeirão e córrego. Atualmente, há 9 sítios com o mesmo nome, e um sítio com mais um complemento denominado Bela Vista do Lajeado. Em relação à motivação, elementos de natureza antropocultural que trazem sensações boas para o denominador influenciaram na escolha do nome.

Quadro 9 – Sítio Bocaiúva (Carta 9).

Aos vinte, e um de Abril de mil oitocentos, e cincoenta, e seis, nesta Villa de São Bento de Araraquara, por Antonia Angelica dos Santos, me foi appresentado ûns titulos de terras do theor, e forma seguinte. Eu abaixo assignada, declaro que possuo no Bairro do Saltinho, deste districto ûma parte de terras lavradas, e campos na fazenda do Bocaiuva, o qual divide, com a sismaria do lageado, sismaria do Cambui, Rio do Jacaré, e com Manoel Jozé de Abreu Guimarães, havidas por herança, de meu finado marido Antonio Pais de Arruda, e por eu não saber lêr nem escrever, pedi a Justino Corrêa de Freitas, que esta por mim passasse, e a meu rogo assigna-se. Araraquara vinte de Abril de mil oitocentos, e cincoenta, e seis. Arrogo de Dona Antonia Angelica dos Santos. Justino Correa de Freitas. <u>Joaquim Cypriano de Camargo</u>					
Elemento geográfico	Topônimo	Etimologia	Língua de Origem	Taxionomia	Estrutura morfológica do topônimo
Sítio	Bocaiuva	“sf. ‘variedade de palmeira’   <i>bocayuba</i> 1734, <i>bocayuva</i> 1792, <i>bocayúva</i> 1817   Do tupi <i>moka’iua’</i> (CUNHA, p. 94, 2010)	Tupi	Fitotopônimo	Simple

Fonte: elaborado pelos autores.

A nona carta menciona o lugar denominado *Bocaiuva*. No que se refere aos pontos de referência é citado a “sismaria do lageado, sismaria do Cambui” e Rio do Jacaré. Além disso, é mencionado o nome dos proprietários. A motivação se deu em virtude de que entre estas localidades, há algumas plantas que, provavelmente, influenciaram na designação. Atualmente há três sítios com a mesma denominação.

Quadro 10 – Sesmaria do Ouro (Carta 10).

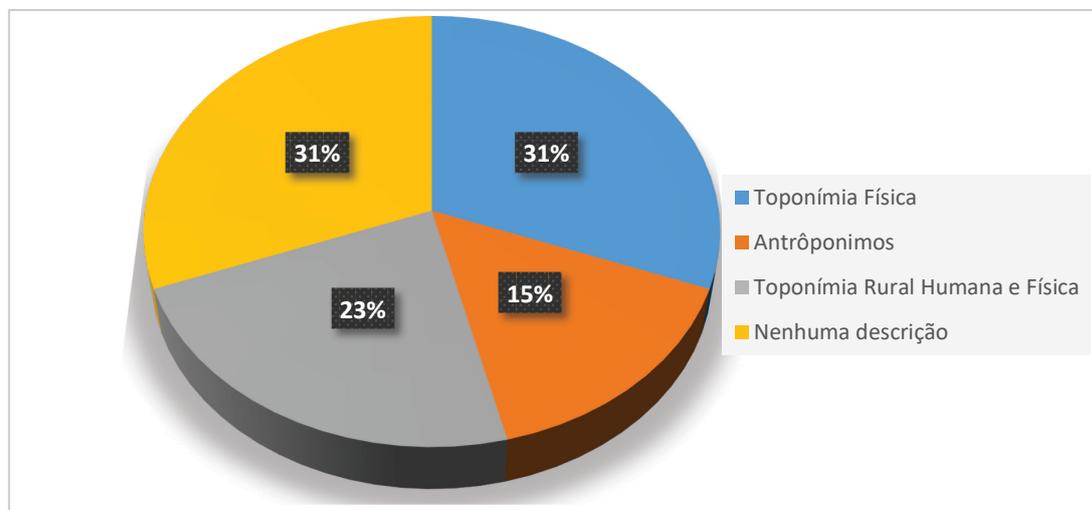
<p>Transcrição</p> <p>Aos vinte, e seis de Abril de mil oitocentos, e cinquenta, e seis, nesta Viila de São Bento de Araraquara, por Joaquim Alberto de Vasconselhos, me foi apprezentado, ûns titulos de terras do theor, e forma seguinte. Diz Joaquim Alberto de Vasconsellos, que he possuidor de ûma parte de terras de matos, na sismaria do Ouro, o qual houve por herança de meu antecessor, cujas terras são mais, ou menos, setenta, e cinco alqueires, sendo minhas trinta, e cinco, e meio, e o resto são dos Orphos, que estão de baixo da minha proteção, cujas terras se achão, pro indivizo. Araraquara vinte de Abril de mil oitocentos, e cinquenta, e seis. Joaquim Alberto de Vasconsellos. <u>Joaquim Cypriano de Camargo.</u></p>					
Elemento geográfico	Topônimo	Etimologia	Língua de Origem	Taxionomia	Estrutura morfológica do topônimo
Fazenda	Sesmaria do Ouro		Português	Dimensiotopônimo	Composto

Fonte: elaborado pelos autores.

A décima carta menciona a propriedade denominada *Sesmaria do Ouro*. Há mais 16 escrituras que citam sesmaria, ribeirão, fazenda e córrego. Atualmente, há uma fazenda e um sítio com o mesmo nome. No que tange à motivação, elementos de causa circundante, como topônimos de origem mineral ou constituição do solo, tiveram grande influência na denominação. Além disso, esse nome é uma das Sesmarias mais conhecidas da época. Atualmente há tanto fazendas, como sítios entre as localidades das sesmarias e o córrego, com o adjetivo *Ouro* + complemento, como *Ouro Verde* e *Ouro Fino*.

No gráfico que se segue poderão ser atestadas as propriedades rurais que possuem pontos de referência na descrição das escrituras.

Gráfico 1 – Pontos de referência descritos nas cartas de sesmarias.



Fonte: elaborado pelos autores.

Diante da análise, percebe-se que 40% das propriedades rurais analisadas, no que diz respeito aos seus pontos de referência para situar os respectivos limites de extensão, os *Hidrotopônimos* são os elementos que mais se sobressaem na descrição, o que indica que a Toponímia Rural Física tem grande influência na denominação. Por sua vez, 20% tem como referência o próprio nome dos proprietários do lugar, e não o nome do terreno. Já a Toponímia Rural Humana e Física possui 30% de descrição de pontos de referência, e indica que os ambientes físico e social são valorizados. Por fim, 40% das propriedades rurais, não possuem nenhuma menção de pontos de referência.

## 5 Considerações finais

Considerando que esta pesquisa é apenas um recorte, ela tem se mostrado produtiva até o momento e apontou a importância da Toponímia como forma de resgate e conservação da memória e da história de uma cidade.

O estudo da Toponímia é de caráter interdisciplinar, uma vez que adentramos em várias áreas do saber. Nessa pesquisa, em especial, a História e a Geografia formam uma simbiose em relação à investigação linguística. O estudo dos nomes próprios por meio de Registros de Propriedades Rurais permite remontar o nosso passado e as nossas origens. Ao reconstruir a memória coletiva a partir de cartas foi possível compreender minimamente como ocorria o processo de aquisição de terras no Período Colonial.

No que tange à motivação dos nomes das propriedades rurais, percebe-se que a Toponímia Rural Física e Humana revela o aspecto descritivo do estudo do nome de lugar e que além de serem pontos de referência, foram conservados até 2020. Nesse sentido, percebeu, por meio dessa amostragem, que a Toponímia Rural Humana dos Sertões de Araraquara parece possuir uma maior resistência na conservação dos nomes próprios de lugares.

## Referências

- ANDRADE, K. dos S.; NUNES, V. R. (2016). Cultura e identidade no estudo dos nomes de lugares. **Revista GTLex**, 1 (1), 164-183, 2016. <https://doi.org/10.14393/Lex1-v1n1a2015-10>
- AULETE, C.; VALENTE, A. L. dos S. **Aulete Digital–Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2006.
- BASSANEZI, M. *et al.* **Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- BIDERMAN, M. T. C. Dimensões da Palavra. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**. São Paulo: USP, p. 81-118, 1998. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i2p81-118>
- BYNON, T. Can there ever be a Prehistorical Linguistics. **Cambridge Archaeological Journal**, v. 5, n. 2, p. 261-265.

CAMBRAIA, C. N. *et al.* Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil. **Para a História do Português Brasileiro**, v. 2, p. 552-555, 2001.

CARVALHO, A. P. M. de. **Hagiotoponímia em Minas Gerais**. 2014. 822 f. 2014. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Origine et évolution. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, M. V. de P. A. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. A. Toponímia e Antroponímia no Brasil. **Coletânea de Estudos**. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

DICK, M. V. de P. A. A Terminologia nas ciências onomásticas. Estudo de caso: o Projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). *In*: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (org.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Volume III. Campo Grande: Editora da UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007. p. 459-471.

IBGE. Mapas Municipais Censo Demográfico (2010) escala 1:50.000. Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas\\_e\\_mapas/mapas\\_para\\_fins\\_de\\_levantamentos\\_estatisticos/censo\\_demografico\\_2010/mapas\\_municipais\\_estatisticos/](ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/). Acesso em: abr. 2020.

INCRA, FAO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: abr. 2020.

ISQUERDO, A. N. **O Fato Linguístico como Recorte da Realidade Sócio-Cultural**. Tese (Doutorado). Araraquara: UNESP, 1996.

MURAKAWA, C. A. A.; NADIN, O. L. **Terminologia**: uma ciência interdisciplinar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (Série Trilhas Linguísticas).

SÃO PAULO, Governo do Estado. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SERRA, P. **Três alíneas de onomástica**. Aveiro, Portugal: Labor, 1966.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Artigo recebido em: 29.09.2020

Artigo aprovado em: 17.11.2020

## Gentílicos e topónimos portugueses: algumas questões

### Portuguese demonyms and toponyms: some issues

Esperança CARDEIRA\*

Alina VILLALVA\*\*

---

**RESUMO:** Gentílicos são adjetivos ou substantivos que referem uma relação com um topónimo nacional ou regional. Há várias formas de obter este tipo de palavras em português e não há regra claras que permitam tornar a escolha previsível. Na verdade, os gentílicos sofrem um efeito de tradição que pode torná-los muito diferentes dos topónimos a que se referem (por exemplo, a utilização de formas latinas ou latinizadas para um gentílico, mas não para o topónimo, resulta num par pouco transparente, como *Castelo-Branco/albicastrense*). Por outro lado, o português dispõe de um grande número de sufixos para a derivação deste tipo de palavras: *Polónia-polaco*; *México-mexicano*; *França-francês*; *Espanha-espanhol*. Esta multiplicidade de escolhas gera contrastes entre o português europeu e o português brasileiro: por exemplo, *polaco* e *polonês* ou *canadiano* e *canadense*. O estudo dos gentílicos não tem atraído a atenção dos linguistas portugueses. Existe um antigo vocabulário geográfico (BERGSTROM e REIS), publicado desde 1955, que enumera cerca de 200 gentílicos portugueses e define formas portuguesas

**ABSTRACT:** Demonyms are words that express the national or regional origin. There are several ways to derive these names in Portuguese and there is no strict rule. As a matter of fact, demonyms suffer the effect of tradition that sometimes makes them very different from the toponyms they refer to (e.g. the use of Latin or Latinized forms for a demonym but not for the toponym results in a completely unclear pair, such as *Castelo-Branco/albicastrense*). Furthermore, Portuguese can appeal to a large number of suffixes for the derivation of demonyms, and the choice is not predictable: *Polónia-polaco*; *México-mexicano*; *França-francês*; *Espanha-espanhol*. Moreover, the multiplicity of choices causes differences between European Portuguese and Brazilian Portuguese: e.g. *polaco* and *polonês* or *canadiano* and *canadense*. Up to the present, the study of demonyms has not attracted the attention of Portuguese linguists. There is an old geographical vocabulary, by Magnus Bergstrom and Neves Reis, with over 30 reprints since 1955, which lists about 200 Portuguese demonyms and sets Portuguese forms for foreign demonyms (such as *Oxónia* and

---

\* Doutora em Linguística, Universidade de Lisboa (Faculdade de Letras e Centro de Linguística), ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4700-9830>. [ecardeira@campus.ul.pt](mailto:ecardeira@campus.ul.pt)

\*\* Doutora em Linguística, Universidade de Lisboa (Faculdade de Letras e Centro de Linguística), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7798-5034>. [alinavillalva@campus.ul.pt](mailto:alinavillalva@campus.ul.pt)

para gentílicos estrangeiros (como *Oxónia* ou *Ausburgo*). Um vocabulário mais recente, o *Dicionário de Gentílicos e Topónimos*, levanta novamente a questão da normalização dos gentílicos e altera alguns deles. No entanto, nem todas as palavras listadas neste dicionário estão realmente presentes no uso contemporâneo do português. O presente trabalho consiste numa descrição e análise crítica deste léxico (por amostragem), procurando encontrar padrões dominantes e fatores de variação, nomeadamente históricos.

*Ausburgo*). Nowadays, a recent online vocabulary, *Dicionário de Gentílicos e Topónimos*, raises again the issue of the standardization of demonyms and changes some of them. Yet, it should be noted that not all the words that this new dictionary lists are present in contemporary Portuguese usage. The present paper consists of a description and critical analysis of this lexicon (by sampling), seeking to find dominant patterns and variation factors, namely historical.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gentílicos. Onomástica. Toponímia. Português europeu. Português brasileiro.

**KEYWORDS:** Demyonyms. Onomastics. Toponymy. European Portuguese. Brazilian Portuguese.

## 1 Terminologia

Os estudos sobre onomástica apresentam uma terminologia bem estabelecida, que se generalizou ao longo do século XIX, e que segue um modelo de formação de palavras que faz uso de radicais neoclássicos (principalmente de origem grega) para gerar derivados ou compostos, baseado em radicais de palavras gregas ou latinas, a que as línguas da Europa Ocidental recorreram abundantemente, sobretudo desde o período do Renascimento. Frequentemente, os neologismos criados numa das línguas europeias, a partir desses radicais gregos ou latinos, foram depois tomados de empréstimo pelas línguas vizinhas.

A palavra *onomástica* pode exemplificar este processo. Segundo o *Online Etymology Dictionary*, o adjetivo *onomastic* ('of, pertaining to, or consisting of a name') regista-se em inglês em 1716, sendo um empréstimo do francês; *onomastics*, com o significado atual de 'estudo científico dos nomes', só está atestado em 1930. Em francês, segundo o *Trésor de la Langue Française*, o substantivo *onomastique* ocorre em 1578 na aceção de 'explication du sens des mots'; só no século XIX se regista

*onomastique* no sentido de ‘liste des noms propres’ e ‘étude des noms propres’. O adjetivo e o substantivo franceses têm origem no grego *onomastikos*, um derivado de *onoma*, que significava ‘name of a person or thing’ ou ‘noun [as one of five parts of speech]’ (cf. *Online Liddell-Scott-Jones Greek-English Lexicon*).

O termo *onomástico* é, portanto, um empréstimo neoclássico francês, proveniente do grego antigo, e que se expandiu para o inglês e para o português (assim como para muitas outras línguas) no século XIX, quando este tema começou a interessar aos filólogos. A raiz grega *-onom-*, ou uma versão fonética ligeiramente diferente (*-onim-*), foi então sistematicamente usada para a criação de outras palavras neoclássicas, como *antroponímia* e *toponímia*, que serviram precisamente para dar nome aos dois principais ramos da *onomástica*.

Quanto a *antroponímia*, trata-se de uma criação portuguesa, do filólogo Leite de Vasconcelos, registrada em artigo publicado em 1887 (cf. Machado 1995; TLFi) e cunhada a partir de dois empréstimos do grego clássico (*antrop-* e *-onim-*). Alguns antropónimos podem funcionar como *epónimos* (do grego *epónymos*, ‘que dá o seu nome a alguma coisa’), não apenas nomeando lugares (como *Vimara* → *Vimaranis* > *Guimarães*) mas também fornecendo adjetivos relacionais (como *Freud* → *freudiano*), substantivos (como *Marx* → *marxismo*) ou verbos (como *Boycott* → *boicotar*).

Quanto à palavra *toponímia* e equivalentes noutras línguas, a sua história está menos documentada, mas a maioria das fontes monolíngues datam-na igualmente do último quartel do século XIX. Tal como acontece com *antroponímia*, a origem de *toponímia* é grega (*topos* + *onim*)<sup>1</sup>. Assim como os *antroponimos*, também os *topónimos* permitem derivar substantivos e adjetivos relacionais, particularmente os que se relacionam com a origem nacional ou regional, geralmente designados como *gentílicos*.

---

<sup>1</sup> Para além de *onomástica*, *antroponímia* e *toponímia*, são neologismos formados com base em empréstimos do grego clássico: *coronímia* e *corónimo* (nome de região); *oronímia* e *orónimo* (nome de monte e outros relevos); *hidronímia* e *hidrónimo*; *hidrotopónimo*, bem como o seu sinónimo *potamónimo* (nome de curso de água); *limnónimo* (nome de lago); e *talassónimo* (nome de mar ou oceano).

Quanto a *gentílico*, trata-se de um termo de origem latina (do latim tardio GENTILĪCU-, ‘próprio de uma *gens* ou família’). A sua origem contrasta, portanto, com a origem grega da restante terminologia referente ao nome próprio.

Na verdade, *gentílico* tem um sinónimo de origem grega, que é *demónimo*. No entanto, ao contrário da restante terminologia do campo das designações de nomes próprios, para a qual a tradição parece ter preferido as raízes gregas, o uso desta forma de origem grega é raro. No motor de busca da *Google*, registam-se, desde 2004, mais de 1700 pesquisas de *gentílico* e nenhuma de *demónimo*. Respeitando a tradição, embora *demónimo* fosse uma escolha mais coerente no quadro deste paradigma terminológico, no presente trabalho retém-se a designação *gentílico*.

## 2 Topónimos

A toponímia portuguesa espelha a história do país. Os topónimos são principalmente de origem latina, datando do período do domínio romano (por exemplo, *Évora* < EBŎRA- e *Porto* < PŎRTU-), mas também se registra uma considerável quantidade de léxico geográfico pré-romano, o que concede à toponímia o estatuto de domínio privilegiado de preservação lexical de línguas de substrato (como *Aveiro*, nome proveniente de um substrato celta, ou *Viseu*, nome onde se encontra a raiz PIE \**ves-*, ‘montanha’, etc.). O mesmo se pode dizer da toponímia pós-romana, nomeadamente de origem germânica (como *Gondomar* < Gondemari ou *Guimarães* < Vimarani) ou árabe: *Alcaria* (< alqaríyyah), *Loulé* (< al-’olea), *Benagil*, *Benfarras* (Ibn-, Bin-, Benī-, Banū-), *Odemira*, *Odeceixe* (wadi-), etc.

A etimologia dos *topónimos* é muito relevante para o estudo dos *gentílicos*, uma vez que estes são geralmente formados a partir dos *topónimos*, frequentemente com base em formas antigas ou mesmo nos seus étimos (como EBŎRA > Évora → *eborense* ou Vimarani > *Guimarães* → *vimaranense*).

A fonte mais importante para o estudo dos topónimos portugueses é o *Reportório Toponímico de Portugal* (1967), desenvolvido pelo Serviço Cartográfico do Exército, que contém 170.000 nomes de lugares. Mas o estudo da toponímia portuguesa começou mais cedo, no século XVI, com um primeiro dicionário de Gaspar Barreiros, seguido de várias obras de qualidade desigual. Uma lista das principais obras sobre a toponímia de Portugal, ordenada cronologicamente, mostra que o tema tem recebido atenção constante desde esse momento:

- Corografia de alguns lugares* (Gaspar Barreiros, 1561)<sup>2</sup>  
*Prontuário das Terras de Portugal* (Vicente Ribeiro de Meireles, 1689)  
*Corografia Portuguesa* (António Carvalho da Costa, 1706-1712)  
*Dicionário Geográfico* (Luís Cardoso, 1747-51)<sup>3</sup>  
*Mapa de Portugal Antigo e Moderno* (João Baptista de Castro, 1762-1763)  
*Dicionário geográfico abreviado de Portugal* (A. Fernandes Pereira, 1852)  
*Dicionário Geográfico* (Pedro José Marques, 1853)  
*Portugal Antigo e Moderno* (A. Pinho Leal & P. Augusto Ferreira, 1873-90)  
*Dicionário corográfico de Portugal* (Emiliano Augusto Bettencourt, 1870)  
*Corografia Moderna do Reino de Portugal* (J. M. Baptista, 1874-79)  
*Dicionário corográfico do reino de Portugal* (A. Rodrigues de Andrade, 1878)  
*Dicionário de Geografia Universal* (Tito Augusto de Carvalho, 1878-87)  
*Dicionário da Corografia de Portugal* (Leite de Vasconcelos, 1884)  
*Dicionário postal e corográfico de Portugal* (J. B. Silva Lopes, 1891-94)  
*Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular* (A. Costa, 1949)  
*Reportório Toponímico de Portugal* (1967)  
*Novo Dicionário Corográfico de Portugal* (A. C. Amaral Frazão, 1981)  
*Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* (J. P. Machado, 1984).

É certo que as publicações de história ou filologia da primeira metade do século XX incluíam, quase sempre, um artigo sobre topónimos, principalmente de autores

---

<sup>2</sup> Barreiros descreve localidades de Espanha e Itália.

<sup>3</sup> Os dois tomos deste dicionário incluem apenas as letras A, B e C.

como Leite de Vasconcelos, Joaquim da Silveira, José Joaquim Nunes, Joseph-Marie Piel e Cunha Serra. Esses artigos e monografias não foram, contudo, suficientes para sedimentar uma verdadeira tradição de descrição da toponímia portuguesa pelo que, até hoje, não existe uma obra de referência que apresente uma descrição sistemática. Esses pequenos ensaios foram geralmente motivados por questões etimológicas específicas e não pela discussão do topónimo propriamente dito. O dicionário onomástico de José Pedro Machado constitui uma exceção. Embora seja recente, dado que foi publicado na segunda metade do século XX, este dicionário está bastante desatualizado e tem sido objeto de fortes críticas. Assim, as ferramentas mais recentes e úteis para os estudos onomásticos são o *Reportório Toponímico de Portugal*, produzido pelo Serviço Topográfico do Exército, e o *Dicionário Corográfico de Portugal*, de Amaral Frazão.

Uma breve observação do conjunto de pesquisas sobre topónimos portugueses publicadas no século passado aponta para uma queda acentuada a partir da década de 70, que se converte numa quase inexistência no início do século XXI. A toponímia portuguesa é, portanto, um domínio muito negligenciado.

Ainda menos estudados do que os topónimos portugueses são os nomes portugueses para lugares estrangeiros: tanto quanto sabemos, não existe qualquer descrição sistemática dos topónimos de além-fronteiras que são ou já foram usados, nem de um conjunto de regras claras para a sua adaptação ao português. Embora a sistematização destes topónimos não tenha ainda sido realizada, não é difícil imaginar que se traduzirá num extenso conjunto de dados, que seria interessante conhecer e analisar à luz de processos históricos e culturais.

Na falta de um conjunto de regras específicas, deve admitir-se que a adaptação deste tipo de topónimos para o português estará sujeita às mesmas restrições que se aplicam a outros tipos de empréstimos. A adaptação portuguesa pode basear-se na versão escrita da fonte (como em *Edinburgh* → *Edimburgo*) ou na sua forma fonética

(*Dublin* → [ˈdɛblinɨ]); pode consistir numa tradução (cf. *United Kingdom* → *Reino Unido*; *England* → *Inglaterra* vs. *Ireland* → *Irlanda*); pode ser um empréstimo direto (como *France* → *França*) ou um empréstimo indireto (como *Finlândia*, que é uma adaptação portuguesa da palavra sueca *Finland*, que traduz o finlandês *Suomi*). Além das diversas formas de adaptação, deve, ainda, considerar-se a ocorrência de variação diacrónica, como se verifica no caso da substituição de *Pequim* por *Beijing*.

A expansão de Portugal, a partir do século XIV, deu origem a um conjunto específico de topónimos portugueses além-fronteiras. Os colonos portugueses honravam frequentemente as suas origens, atribuindo, a localidades recém-fundadas, o nome de lugar de que eram originários (cf. *Alcobaça*, no Brasil; *Nova Lisboa*, hoje *Huambo*, em Angola), ou o nome de algum compatriota ilustre (cf. *Estreito de Magalhães* ou *Silva Porto*, em Angola - agora *Cuíto*), ou de figuras religiosas (cf. a ilha de *São Tomé* ou o estado do *Espírito Santo*, no Brasil).

Ainda assim, muitos topónimos das regiões que os portugueses colonizaram foram estabelecidos a partir dos seus nomes nas línguas indígenas e, à medida que as colónias se tornaram países independentes, o processo de apropriação da língua favoreceu estes topónimos autóctones. Isto é particularmente evidente no Brasil, que se tornou um país independente em 1822. A diferenciação entre o português brasileiro e o português europeu também se verifica na adaptação de topónimos estrangeiros. Embora alguns contrastes sejam apenas variantes ortográficas (como *Singapura* (PE) e *Cingapura* (PB), outros são também fonéticos, como *Irão*, no Português Europeu, vs. *Irã*, no Português do Brasil, ou *Vietnam* (PE) e *Vietnã* (PB), *Gronelândia* (PE) / *Groenlândia* (PB), *Jugoslávia* (PE) / *Iugoslávia* (PB), *Mónaco* (PE) / *Mônaco* (PB) ou *República Checa* (PE) / *República Tcheca* (PB).

### 3 Gentílicos

Como referimos acima, até à data, o estudo dos gentílicos não tem atraído a atenção dos linguistas portugueses. Os gentílicos são geralmente listados em ‘prontuários’, uma espécie de manual de estilo bastante popular durante o século XX, geralmente publicado por empresas jornalísticas. O mais famoso é o *Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa*, de Magnus Bergstrom e Neves Reis (doravante B&R), publicado pela primeira vez em 1955, pelo *Diário de Notícias*, e que conta já com mais de 50 reimpressões. Este prontuário inclui um vocabulário geográfico e define formas portuguesas para topónimos estrangeiros como *Oxónia* (para *Oxford*), *Ausburgo* (para *Habsburgo*), *Veroduno* (para *Verdun*) ou *Vesonção* (para *Besançon*). A maioria dessas ‘adaptações portuguesas’ nunca foi realmente utilizada por falantes de português, mas revela o propósito de fornecer formas padronizadas. O mesmo pode ser dito sobre os gentílicos. B&R listam cerca de 200 gentílicos. Alguns correspondem a um uso real, outros parecem ser formas que os autores consideraram adequadas, como *finês* ou *egipciaco*.

É provável que a inclusão de gentílicos em prontuários se deva ao facto de eles constituírem, muitas vezes, uma ‘dificuldade’ para os falantes, já que a sua forma pode não estar composicionalmente relacionada com a forma do topónimo. Com efeito, alguns gentílicos são formados derivacionalmente (cf. *lisboeta*, *portuense*, *coimbrão*), mas o sufixo que participa nestas formações não é sempre o mesmo e a escolha nem sempre é previsível, podendo, mesmo, introduzir algumas assimetrias entre o Português Europeu e o Português do Brasil: *polaco* (PE) / *polonês* (PB), *canadiano* (PE) / *canadense* (PB). Noutros casos, a formação dos gentílicos não se baseia na forma atual do topónimo, mas sim num equivalente latino desse topónimo. O gentílico é um derivado dessa forma latina, como no caso, por exemplo, do gentílico de *Santarém* (*escalabitano*, de *Scalibitas*), ou um composto neoclássico, como no caso de *Castelo Branco* (*albicastrense*, de *branco* = alb- + *castelo* = castr-).

A recente publicação de um vocabulário *online*, denominado *Dicionário de Gentílicos e Topónimos (2007-2009)*<sup>4</sup>, foi recebida com alguma expectativa, uma vez que levanta novamente a questão da padronização dos gentílicos e que a lista fornecida por B&R já merecia uma atualização crítica. No entanto, ao observarmos os casos anteriormente referidos de *finês* e *egípcio*, percebemos que o DGT endossa as formas do vocabulário de B&R, adicionando-lhes, ainda, *finense*, *finlandês*, *fino*, *fínico* e *egípciano* e *egípcio*, o que sugere que este novo dicionário não se preocupa em avaliar criticamente a lista anterior, mas sim em reunir todas as formas de que tem notícia. Note-se que muitos destes gentílicos não fazem, de facto, parte do uso no português contemporâneo: uma pesquisa no *CetemPúblico* (um *corpus* online de aproximadamente 180 milhões de palavras em português europeu recolhidas em textos de jornais) revela que apenas ocorrem as formas *finlandês* e *egípcio*.

Em seguida, apresentaremos um conjunto de observações sobre a disponibilidade dos recursos disponíveis para a formação de gentílicos e sobre o confronto entre as formas listadas no B&R e DGT e os registos nos primeiros dicionários do português e no *Corpus do Português* (doravante CdP)<sup>5</sup>.

### 3.1 Formação de gentílicos

Como já referimos, existem várias maneiras de formar gentílicos em português, mas a sua intervenção não obedece a regras estritas. A estratégia de formação de palavras mais comumente usada é de natureza morfológica e faz uso da sufixação. O conjunto de sufixos que podemos encontrar na formação de gentílicos inclui: *-ano/a* (*Alentejo* → *alentejanola*), *-ão/ã* (*Coimbra* → *coimbrão/coimbrã*), *-ato/a* (*Maia* → *maiato/a*), *-eiro/a* (*Póvoa* → *poveiro/a*), *-ense* (*Setúbal* → *setubalense*), *-ês/a* (*Miranda* → *mirandês/a*), *-eta*

---

<sup>4</sup> Doravante DGT.

<sup>5</sup> O CdP é um *corpus* textual que inclui diversos tipos de documentos portugueses do século XIV ao século XX.

(*Lisboa* → *lisboeta*), *-ino/a* (*Amarante* → *amarantino/a*) e *-io/a* (*Algarve* → *algarvio/a*). Trata-se de um conjunto de sufixos formadores de adjetivos relacionais, e que podem ser encontrados noutros tipos de palavras (cf. *urbanola*, *cristão/cristã*, *novatola*, *barbeiro/a*, *castrense*, *montês/a*, *perнета*, *crystalino/a*, *concelho/a*).

O uso destes sufixos na formação de gentílicos corresponde a uma configuração particular do vínculo relacional, já que estes adjetivos relacionam um substantivo com um determinado lugar de origem. A distribuição destes sufixos nunca foi estudada, mas há um contraste de produtividade que parece ser óbvio. Com efeito, alguns sufixos são bastante frequentes (cf. *-ano/a* em *alentejano/a*, *angolano/a*, *americano/a*, etc.; *-ense* em *setubalense*, *fareense*, *angrense*, etc. ou *-ês*, em *mirandês*, *francês*, *chinês*, etc.) e outros são pouco usados (cf. *-eiro/a* em *poveiro/a* ou *-eta*, que ocorre apenas em *lisboeta*). Igualmente pouco frequente é a formação sobre raízes e afixos latinos ou gregos, como *Bracara* (> *Braga*), que está na base de *bracarense*, ou *kalipolis* (obtido por uma espécie de retroversão de *Vila Viçosa* para grego), a partir da qual se formou *calipolense*.

A disponibilidade de tantos dispositivos morfológicos para a formação de palavras, aliada à ausência de uma normalização de base lexicológica, é certamente responsável pela existência de várias formas concorrentes para cada topónimo, registadas quer em B&R quer no DGT (como no caso de *Açores*, com três diferentes gentílicos: *açorenho*, *açorense*, *açoriano*). No entanto, esta competição é artificial. Para falantes nativos, apenas uma dessas formas concorrentes é realmente usada (de facto, *açoriano* é o único gentílico usado para *Açores*), a menos que exista uma diferenciação diacrónica (no caso de *macaista* / *macaense*) ou semântica (*poveiro* é um pescador da Póvoa; *povoense* é um natural dessa cidade).

A lista dos gentílicos deve, então, ser confrontada com os registos de uso.

### 3.2 Gentílicos em B&R e no DGT

Partindo do vocabulário geográfico listado por B&R, selecionámos uma amostra de 50 topónimos, que vai de da letra I à letra M e os respetivos gentílicos. Em seguida, fizemos idêntica seleção no DGT. Os dados encontrados estão registrados no Quadro 1.

Quadro 1 – gentílicos correspondentes a 50 topónimos, em B&R e no DGT.

<b>topónimo</b>	<b>B&amp;R</b>	<b>DGT</b>
Idanha-a-nova	-	idanhense
Idanha-a-velha	egitano egitanense egitaniense	idanhense igeditano
Ílhavo	ilhavense	ilhavense
São Jorge	-	jorgense
Lagoa	-	lagoense
Lagos	lacobrigense	lacobrigense lacobricense
Lajes	-	lajense
Lamego	lamecense	lamecense
Leiria	leiriense	leiriense
Lisboa	lisboeta lisbonense lisbonino lisbonês lisboês olissiponense	lisboeta lisbonense lisbonino lisbonês lisboês olissiponense ulissiponense lisboano
Lordelo	-	lordelense
Loulé	louletano	louletano
Loures	-	lourense
Lourinhã	-	lourinhanense
Lousã	-	lousanense
Lousada	-	lousadense
Mação	-	maçaense maçadense
Machico	-	machiquense
Macedo de Cavaleiros	-	macedense
Madalena	-	madalenense
Mafra	-	mafrense

Maia	maiano	maiato
Mangualde	-	mangualdense
Manteigas	-	manteiguense
Marco de Canaveses	marcoense	canavês marcuense marquense
Marinha Grande	marinhense	marinhense
Matosinhos	-	matosinhense
Mealhada	-	mealhadense
Meda	-	medense
Melgaço	-	melgacense
Mértola	mertolense	mertolense mertolino
Mira	-	mirense
Miranda do Corvo	mirandense	mirandense mirandês corvino
Miranda do Douro	mirandense mirandês	mirandense
Mirandela	-	mirandelense
Mogadouro	-	mogadourense
Moimenta	-	moimentense
Moita	-	moitense
Monção	-	monçanense
Monchique	-	monchiquense
Mondim	-	mondinense
Monforte	-	monfortense
Montalegre	-	montalegrense
Montemor	-	montemoreense
Montijo	-	montijense
Mora	-	morense
Mortágua	-	mortaguense
Moura	-	mourense
Mourão	-	mouranense
Murtosa	-	murtoseiro murtosense
<b>50</b>	<b>21</b>	<b>66</b>

Fonte: elaborado pelas autoras.

A lista de B&R contém 21 gentílicos, enquanto o DGT apresenta 66, o que corresponde a um aumento de mais de 50%. Este aumento é obtido principalmente pela inclusão de gentílicos para topónimos que não estavam presentes na lista de B&R.

Muitas dessas novas formas têm uma estrutura composicional e são produzidas pelo sufixo *-ense*.<sup>6</sup> O aumento também é obtido, embora com menor expressão, pela inclusão de um gentílico alternativo para topónimos que já estavam presentes na lista de B&R. A natureza de algumas dessas novas formas é muito mais assistemática do que no caso dos gentílicos que não ocorriam na lista de B&R e que no DGT são, geralmente, formados com o sufixo *-ense*: há um caso raro de derivação composicional com *-ense* (i.e., *marquense*), e um outro caso em que a forma proposta por B&R é substituída, no DGT, por outra que parece criar uma maior aproximação entre o gentílico e o respetivo topónimo (*Idanha – idanhense*). Os restantes casos parecem ser o resultado da exploração dos recursos disponíveis para a derivação de gentílicos (cf. *lisboano, canavês, mertolino*). Um subconjunto menor corresponde a alternativas gráficas das formas já anteriormente atestadas (cf. *lacobrigense vs. lacobricense; olissiponense vs. ulissiponense; marcoense vs. marcuense*). As demais formas são semelhantes nas duas listas.

### 3.3 Consulta ao CdP

No B&R, 62% dos gentílicos são formados pelo sufixo *-ense* (outros sufixos, como *-ano, -ês, -eta* e *-ino*, têm no máximo 3 ocorrências). O DGT adiciona mais dois sufixos (i.e., *-ato* e *-eiro*) e aumenta a percentagem de formas em *-ense* para 80%. Poderá isto significar que *-ense* se está a tornar o sufixo mais produtivo na formação de gentílicos ou será apenas a sequência natural de uma tendência histórica no português?

Uma pesquisa no CdP, registada no Quadro 2, mostra a distribuição dos sufixos mais produtivos, do século XIV ao século XX.

---

<sup>6</sup> O DGT acrescenta à lista de B&R 37 topónimos (um aumento de 74%) e 51 gentílicos, dos quais 43 (84%) são formados com o sufixo *-ense*.

**Quadro 2** – sufixos na formação de gentílicos entre os séculos XIV e XX (CdP).

	<i>-ense</i>	<i>-ano</i>	<i>-ês</i>	<i>-ino</i>	<i>-eiro</i>
XIV	-	<b>6</b>	3	1	-
XV	15	<b>39</b>	2	3	-
XVI	16	<b>201</b>	<b>261</b>	8	-
XVII	153	<b>585</b>	271	9	-
XVIII	139	<b>408</b>	219	33	2
XIX	582	1183	<b>2011</b>	64	579
XX	2682	7757	<b>10524</b>	807	3019

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na análise destes dados, não podemos ignorar que os sufixos *-ês* e *-eiro* estão presentes em duas palavras que são, naturalmente, muito frequentes neste *corpus*: os gentílicos *português* e *brasileiro*. O quadro 3 repete os dados do quadro 2, com um expurgo destas duas palavras.

**Quadro 3** – sufixos na formação de gentílicos entre os séculos XIV e XX, expurgadas as formas *português* e *brasileiro* (CdP).

	<i>-ense</i>	<i>-ano</i>	<i>-ês</i>	<i>-ino</i>	<i>-eiro</i>
XIV	-	<b>6</b>	3	1	-
XV	15	<b>39</b>	2	3	-
XVI	16	<b>201</b>	65	8	-
XVII	153	<b>585</b>	120	9	-
XVIII	139	<b>408</b>	67	33	1
XIX	582	1183	<b>1322</b>	64	-
XX	2682	<b>7757</b>	5901	807	-

Fonte: elaborado pelas autoras.

Estes dados revelam que *-ano* é o sufixo mais frequente em quase todos os séculos. No entanto, este sufixo não serve para formar todos os tipos de gentílicos, já que se encontra principalmente em gentílicos relacionados com grupos étnicos, continentes e países, reinos ou regiões, tais como *africano*, *mauritano*, *romano* ou *toscano*. A maioria destes gentílicos conserva-se no português contemporâneo, referindo-se agora a cidades que foram reinos antigos (*veneziano*, *napolitano*). Alguns outros foram substituídos por novas formas: *etiopiano* por *etíope* ou *persiano* por *persa*.

Quanto ao sufixo *-ês*, a elevada frequência no século XIX deve-se ao facto de formar gentílicos relacionados com países frequentemente referidos na documentação portuguesa da época, como *inglês* ou *francês*. Se eliminarmos essas duas formas, teremos apenas 231 gentílicos terminados em *-ês*, sendo todos eles referentes a países (ex: *chinês*, *holandês*). Com exceção de *mirandês*, que tem apenas 6 ocorrências no século XX, não encontramos qualquer gentílico relacionado com uma cidade portuguesa formada com o sufixo *-ês*. Esta é uma descoberta bastante curiosa, já que *-ês* é um cognato de *-ense*, sufixo que é mais antigo no Português, pelo que seria de esperar que fosse mais frequente.

Esta constatação sugere que os gentílicos não são criações populares, mas clássicas, elaboradas por literatos e intelectuais. Note-se que, no *Verdadeiro Método de Estudar*, Luís António Verney afirma claramente que, uma vez que o povo não tem nomes específicos para os habitantes de uma determinada cidade, será lícito criar esses nomes:

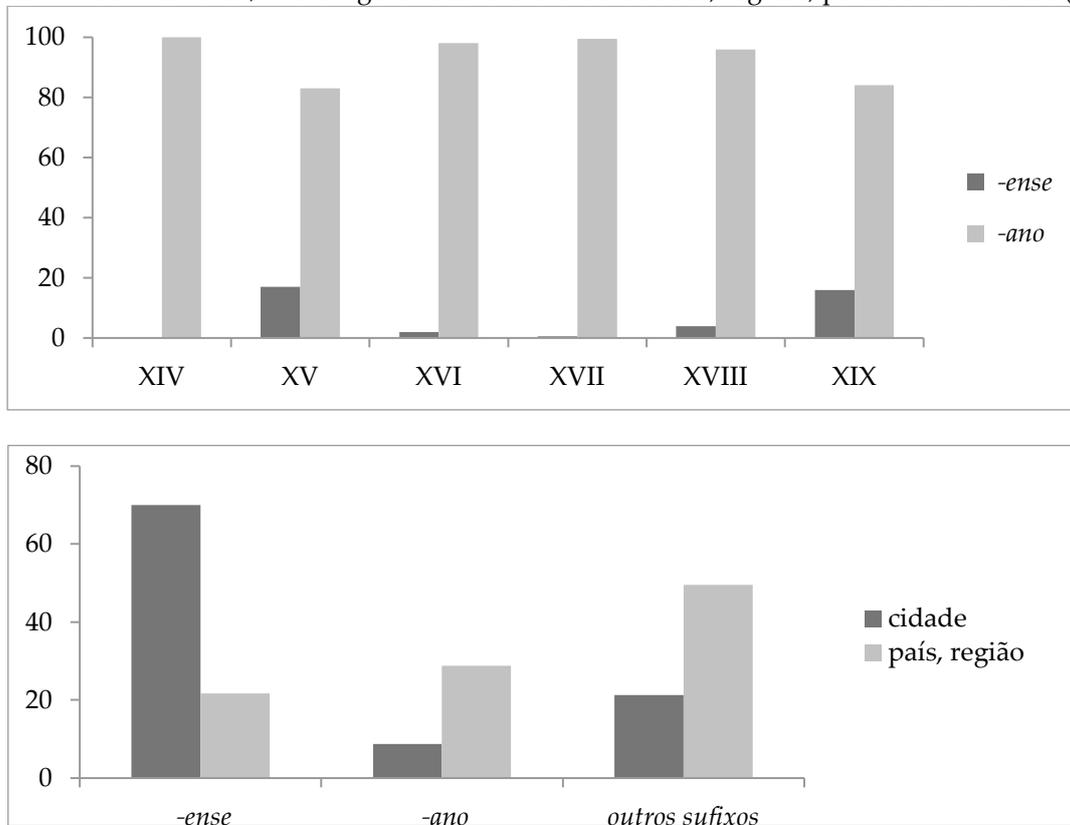
Comummente não se acham; mas dizem: um homem de Évora, um de Elvas etc. Neste caso, parece lícito fazer nomes novos, e dizer Evorense ou Eborense, Coimbreense, Portuense etc. E o mesmo dos outros, os quais podem terminar-se em duas maneiras: Algarviense (ou, com outra desinência romana, Algarviano), Alentejense (Alentejano), Beirense (Beirano) etc. Nos nomes de Províncias Ultramarinas, deve-se observar o mesmo, Brasiliense etc, Insolense, Indiano etc. (*Verdadeiro Método de Estudar*, 1765)

Este excerto mostra que, em meados do século XVIII, os gentílicos não estão sistematicamente disponíveis e que há consciência ou vontade de os introduzir no léxico do português. Por outro lado, destas palavras de Verney pode, ainda, deduzir-se que este autor prefere o sufixo *-ense* para gerar gentílicos relacionados com cidades (por exemplo, *portuense*); e que, para os gentílicos que referem regiões ou países, está também disponível o sufixo *-ano* (*alentejense* ou *alentejano*).

De facto, o sufixo *-ense* está presente no *Corpus do Português* em todos os séculos e em todo o tipo de gentílicos: cidades (*bracarense*), regiões (*alentejense*) e países (*angolense*). Alguns desses gentílicos foram substituídos por formas em *-ano* (*alentejense* por *alentejano* e *angolense* por *angolano*), mas é possível que o português europeu e o português brasileiro tenham divergido neste domínio<sup>7</sup>.

A pesquisa no *Corpus do Português* mostra que o sufixo *-ense* é o mais frequente na formação de gentílicos relacionados com cidades e *-ano* é o sufixo preferencialmente escolhido para gerar gentílicos referentes a continentes, países, estados ou regiões. No CdP, não encontramos registos do sufixo *-ano* em gentílicos relacionados com cidades, mas há registos de *-ense* aplicado tanto a cidades como a países (vd. Figura 1).

Gráfico 1 — sufixos *-ense* / *-ano* em gentílicos referentes a cidades, regiões, países e continentes (CdP).



Fonte: elaborado pelas autoras.

<sup>7</sup> Note-se que a forma *brasiliense* não está disponível no português europeu (*brasileiro* é sempre o gentílico relativo a Brasil). As 18 ocorrências de *brasiliense* que o CdP regista no século XX provêm de fontes brasileiras.

Estes dados diacrónicos confirmam-se na observação de uma nova amostra do DGT, que inclui topónimos começados por A, B, C e D, e os correspondentes 489 gentílicos: só 10% dos gentílicos em *-ano* referem cidades (ex. *Bragança-bragançano*, *Cuiabá-cuiabano*, *Bogotá-bogotano*). Parece, pois, que, mantendo embora a tendência do uso do sufixo *-ense* para formar gentílicos referentes a cidades, o DGT inclui gentílicos que fazem uso de outros sufixos. Por que razão?

O caso de um topónimo específico, como *Lisboa*, pode ser esclarecedor. B&R listam 6 gentílicos e o DGT aumenta esse número para 8 (vd. quadro 4).

Quadro 4 – gentílicos referentes ao topónimo *Lisboa* em B&R e no DGT.

Topónimo	Lista de B&R	DGT
Lisboa	lisboeta lisbonense lisbonino lisbonês lisboês olissiponense	lisboeta lisbonense lisbonino lisbonês lisboês olissiponense ulissiponense lisboano

Fonte: elaborado pelas autoras.

No *Corpus do Português* encontramos *lisbonense* e *olis(s)iponense* no século XVII. No século XIX surge *lisboeta*, que se torna o gentílico mais comum para *Lisboa*. *Lisbonino*, *lisbonês*, *lisboês*, *lisboano* e *ulissiponense* nunca ocorrem (vd. quadro 5).

Quadro 5 – gentílicos referentes ao topónimo *Lisboa* no CdP.

CdP	XVII	XVIII	XIX	XX
lisbonense	2	2	8	3
lisboense	-	2	-	1
lisboeta	-	-	31	171
lisbonino	-	-	-	-
lisbonês	-	-	-	-
lisboês	-	-	-	-
lisboano	-	-	-	-
olis(s)iponense	1	-	1	2
ulissiponense	-	-	-	-

Fonte: elaborado pelas autoras.

*Lisboeta* pode ser uma criação recente e local e ainda não devidamente explicada, mas quem criou todos os outros gentílicos? Se recorrermos a fontes lexicográficas, percebemos que Bluteau, um dos nossos primeiros lexicógrafos, só conhece *lisbonense*; Madureira Feijó, não muito depois, acrescenta a variante *lisboense*; no início do século XX, o dicionário de Cândido de Figueiredo, que habitualmente explora as possibilidades disponíveis para a derivação no português, acrescenta todos os outros gentílicos.

Ainda que o *Cetem Público* revele que, à exceção de *lisbonense* e *olisiponense*, bastante raros, *lisboeta* é a única palavra realmente usada (vd. quadro 6), daí em diante, como mostra a *Infopedia* (um dicionário *online* que é comumente considerado o dicionário de referência para o português europeu contemporâneo), os dicionários e vocabulários passaram a incluir todos estes gentílicos.

Quadro 6 — gentílicos referentes ao topónimo *Lisboa*.

	Bluteau 1712-28	Feijó 1734	Figueiredo 1913	Infopedia	CetemPublico
lisbonense	√	√	√	√	12
lisboense		√		√	1
lisboeta			√	√	5387
lisbonino			√	√	
lisbonês			√	√	
lisboês			√	√	
lisboano			√	√	
olis(s)iponense			√	√	14
ulissiponense			√	√	1

Fonte: elaborado pelas autoras.

#### 4 Considerações finais

O levantamento do estado da arte da toponímia e dos gentílicos portugueses revela uma pobreza assustadora. Por essa razão, poder-se-ia esperar que um novo dicionário de topónimos e gentílicos, como o DGT, fornecesse uma abordagem nova e mais produtiva para este campo de estudos. Infelizmente, o DGT parece preocupar-se,

apenas, em aumentar o número total de topónimos e gentílicos listados. Aparentemente, este novo dicionário limitou-se a compilar vocabulários e dicionários anteriores, conservando, por isso, gentílicos que, na verdade, não têm frequência significativa no português contemporâneo. E, claro, isso também significa que a necessidade de uma padronização sistemática e solidamente fundamentada para a formação de gentílicos no português continua a fazer-se sentir, tanto quanto no tempo em que Verney escreveu que

Tanto na introdução de nomes novos, como na pronúncia dos antigos, sempre se deve cuidar em adoçar a pronúncia e fazê-la, quanto mais puder ser, fácil. Nisto, pois, há muito que condenar em Portugal. (Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, 1765)

Em suma, desde Verney, não fizemos muitos progressos.

### Referências bibliográficas

ANDRADE, A. R., **Diccionario Chorographico do reino de Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1878. Disponível em: <https://purl.pt/13921/5/>. Acesso em: 08 set. 2020.

BAPTISTA, J.; OLIVEIRA, J. J. B., **Chorographia moderna do Reino de Portugal**. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1874-1879, 7 vol. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=FOIWAAAAMAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false/>. Acesso em: 09 set. 2020.

BARREIROS, G., **Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros ó anno de M.D.xxxxvj. começando na cidade de Badajoz em Castella te á de Milam em Italia; com algumas outras obras cujo catalogo vai scripto com os nomes dos dictos lugares na folha seguinte**, 1561. Disponível em: <https://archive.org/details/chorographiadeal00barr/>. Acesso em: 08 set. 2020.

BERGSTROM, M.; REIS, N., **Prontuário Ortográfico e Guia da Língua Portuguesa**. Lisboa: Diário de Notícias, 1955.

BETTENCOURT, E. A. **Diccionario chorographico de Portugal e Ilhas Adjacentes contendo as divisões administrativa, judicial, eclesiastica e militar ultimamente decretadas**. Lisboa: Typographia Universal, 1885<sup>3</sup> [1870].

BLUTEAU, R., **Vocabulario portuguez e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa Occidental: Off. de Pascoal da Sylva. 10 v. v. 1-2, 1712; v. 3-4, 1713; v. 5, 1716; v. 6-7, 1720; v. 8, 1721; Suplemento 1, 1727; Suplemento 2, 1728. Disponível em: <https://dlc.ua.pt/DICIweb/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CARDOSO, L. **Diccionario geografico ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas**. Lisboa: Regia Officina Silviana, 1747-1751, 2 vol. Disponível em: <https://purl.pt/13938/>. Acesso em: 10 set. 2020.

CARVALHO, T. A. (dir.). **Diccionario de geographia universal. Por uma Sociedade de Homens de Sciencia**. Lisboa: David Corazzi, 1878-1887, 4 vol.

CASTRO, J. B. **Mappa de Portugal antigo e moderno**. 2<sup>a</sup> ed. rev. e aum. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763, 3 vol. Disponível em: <https://purl.pt/22133/>. Acesso em: 10 set. 2020.

**CETEMPúblico**. Disponível em: <https://www.linguateca.pt/CETEMPúblico/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

**Corpus do Português**. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

COSTA, A. C. **Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundaçoens das cidades, villas e lugares, que contêm; varoens illustres, genealogias das familias nobres, fundaçoens de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens**. Braga: Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868-1869<sup>2</sup>[1706-1712], 3 vol. Disponível em: <https://purl.pt/434/>. Acesso em: 08 set. 2020.

COSTA, A., **Diccionario chorographico de Portugal continental e insular: hydrographico, historico, orographico, biographico, archeologico, heraldico, etymologico**. Porto: Civilização, 1929-1949, 12 vol.

**Dicionário de Gentílicos e Topónimos.** Disponível em: <https://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=gentilicos>. Acesso em: 15 ago. 2020.

**Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa** [em linha]. Porto: Porto Ed., 2003-2018. Disponível em: <https://infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/>. Acesso em: 03 jul. 2020.

FEIJÓ, J. M. M. **Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza para uso do excellentissimo Duque de Lafoens.** Lisboa Occidental: Officina de Miguel Rodrigues Fonseca, 1734. Disponível em: <https://purl.pt/13/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

FIGUEIREDO, C. de. **Novo dictionario da lingua portuguesa.** Nova ed. corr. e copiosamente ampl. Lisboa: A.M. Teixeira. 2 v., 1913<sup>2</sup>[1899]. Disponível em: <https://dicionario-aberto.net/estaticos/about.html/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

FRAZÃO, A. C. A. **Novo dicionário corográfico de Portugal: Continente e Ilhas Adjacentes.** 2<sup>a</sup> ed. aum., rev. e actual, por A. A. Dinis Cabral. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1981.

LEAL, A. S. d' A. B. de P.; FERREIRA, P. A., **Portugal antigo e moderno: dictionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias.** Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira, 1873-1890, 12 vol. Disponível em: [https://books.google.pt/books?id=FpkDAAAAYAAI&hl=pt-PT&source=gbs\\_book\\_similarbooks/](https://books.google.pt/books?id=FpkDAAAAYAAI&hl=pt-PT&source=gbs_book_similarbooks/). Acesso em: 08 set. 2020.

LOPES, J. B. da S. (coord.). **Diccionario postal e chorographico do Reino de Portugal, comprehendendo a divisão administrativa, judicial e ecclesiastica do Continente do Reino e dos archipelagos dos Açores e Madeira.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1891-1894. 3 vol.

MACHADO, J. P., **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Lisboa: Horizonte, 1995<sup>7</sup>[1952].

MACHADO, J. P., **Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa.** Lisboa: Horizonte, 1993<sup>2</sup>[1984].

MARQUES, P. J., **Diccionario geographico abbreviado das oito provincias dos reinos de Portugal e dos Algarves, com a designação dos concelhos, comarcas, districtos, provincias, dioceses, oragos, freguezias, congvas respectivas, legoas de distancia,**

**correios e feiras. Seguido de interessantes noticias corographicas e historicas; assim como d'uma tabella demonstrativa das Comarcas judiciais, concelhos, numero de fogos, etc.** Porto: Typ. Commercial, 1853.

MEIRELES, V. R., **Promptuário das Terras de Portugal**, 1689, Manuscrito 2298, na Biblioteca Nacional.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Reportório Toponímico de Portugal – 03 – Continente.** Carta 1:25.000. Serviço cartográfico do exército: fevereiro de 1967. Volume I (A-E).

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Reportório Toponímico de Portugal – 03 – Continente.** Carta 1:25.000. Serviço cartográfico do exército: fevereiro de 1967. Volume II (F-P).

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. **Reportório Toponímico de Portugal – 03 – Continente.** Carta 1:25.000. Serviço cartográfico do exército: fevereiro de 1967. Volume III (Q-Z).

**Online Etymology Dictionary.** Disponível em: <https://www.etymonline.com/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

**Online Liddell-Scott-Jones Greek-English Lexicon,** Disponível em: <https://stephanus.tlg.uci.edu/lsg/#eid=1/>. Acesso em: 15 mai. 2020.

PEREIRA, A. F., [pseudónimo de Francisco dos Prazeres Maranhão]. **Diccionario geographico abreviado de Portugal e suas possessões ultramarinas.** Porto: Typographia de Sebastião José Pereira, 1852.

**Trésor de la langue Française informatisé,** ATILF - CNRS & Université de Lorraine. Disponível em: <https://www.atilf.fr/tlfi/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

VASCONCELOS, J. L. de, (coord.). **Diccionario da Chorographia de Portugal contendo a indicação de todas as cidades, villas e freguezias.** Porto: Livraria Portuense de Clavel. 1884. Disponível em: <https://purl.pt/13910/>. Acesso em: 09 set. 2020.

VERNEY, L. A. **Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja:** proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal. / Exposto em varias cartas, escritas polo R. P. \* \* \* Barbadinho da Congregasam de Italia, ao R. P. \* \* \* Doutor na Universidade de Coimbra. Valensa [Nápoles]: oficina de Antonio Balle [Genaro e Vicenzo Muzio], 1746. Disponível em: <https://purl.pt/118/>. Acesso em: 10 set. 2020.

Artigo recebido em: 17.09.2020

Artigo aprovado em: 13.12.2020

**Entre caminhos e nomes: história e memória na  
toponímia urbana de Pedro Leopoldo (MG)**  
**Between paths and names: history and memory in the urban toponymy  
of Pedro Leopoldo (MG)**

*Leticia Rodrigues Guimarães MENDES\**

---

**RESUMO:** A linguagem, por seu valor e relevância para o homem e a sociedade, sempre foi alvo de inúmeros estudos. Abordagens atuais enfocam a língua como algo intimamente relacionado à cultura, às formas as quais o indivíduo possui de enxergar, habitar e interpretar o mundo e o ambiente em que está inserido. O presente artigo apresenta um recorte dos resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento, desenvolvida na Faculdade de Letras da UFMG sobre a toponímia urbana na cidade de Pedro Leopoldo (MG), com contribuições que integram os objetivos do ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais. Tem como foco o estudo dos nomes dos logradouros daquela cidade e a relação léxico-ambiente-cultura, apoiada nos estudos de Leite de Vasconcelos (1928); Meillet (1948); Dauzat (1951); Sapir (1961); Labov (1968); Biderman (1981; 2001); Guérios (1994), Dick (1990a; 1990b; 1997; 2006), Duranti (2000), entre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Léxico. Ambiente. Cultura. Toponímia urbana. Pedro Leopoldo.

---

**ABSTRACT:** Language, for its value and relevance to man and society, has always been the subject of numerous studies. Current approaches focus on language as something closely related to culture, the ways in which the individual has to see, inhabit and interpret the world and the environment in which it is inserted. This article presents an excerpt from the partial results of a doctoral research in progress, developed at the Faculty of Letters of UFMG on urban toponymy in the city of Pedro Leopoldo (MG), with contributions that integrate the objectives of ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais. It focuses on the study of street names in that city and the lexical-environment-culture relationship, supported by the studies by Leite de Vasconcelos (1928); Meillet (1948); Dauzat (1951); Sapir (1961); Labov (1968); Biderman (1981; 2001); Guérios (1994), Dick (1990a; 1990b; 1997; 2006), Duranti (2000), among others.

**KEYWORDS:** Lexicon. Environment. Culture. Urban toponymy. Pedro Leopoldo.

---

---

\* Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras da UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7691-1562>. [leticia.pl.mendes@gmail.com](mailto:leticia.pl.mendes@gmail.com)

## 1 Introdução

Nas cidades, os nomes dos logradouros públicos e de outras vias que constituem a malha urbana, como avenidas, becos, alamedas, entre outros, muitas vezes são escolhidos de modo a constituir uma rica história da memória e da cultura local. Tal fato ocorre por meio da referência a pessoas (tanto em nomes, como também em prenomes e alcunhas), datas relevantes para o município e outros acontecimentos relacionados ao local, que são, geralmente, desconhecidos da população em geral.

Segundo Dick (1999, p. 97), os nomes “são recortes de uma realidade vivenciada, conscientemente ou não, pelo denominador, isolado, ou pelo próprio grupo, numa absorção coletiva dos valores especiais que representam a mentalidade do tempo histórico ou *ethos* grupal”. Assim o ato de escolha de determinado nome é capaz de revelar muitos dos padrões motivadores e suas diversas influências, sendo essas subjetivas ou não. Numerosas são as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nessa temática (DICK, 1997, 2006; SEABRA, 2006, 2019; FAGGION; MISTURINI, 2014; FARIA, 2018; MACEDO, 2019, entre outras), por seu teor instigante e de grande valor para o resgate e a preservação da memória cultural de um povo.

Refletir sobre a realidade e local de habitação de um grupo, bem como pensar os nomes dos logradouros públicos das cidades faz despertar nos indivíduos o desejo de conhecer mais sobre suas próprias raízes. Quando os dados de uma pesquisa são investigados à luz da Onomástica, faz-se indispensável compreender que, arraigados aos nomes, se encontram vieses entre os quais podemos citar os costumes e hábitos dos diferentes grupos, capazes de definir sua cultura, numa macrovisão. Além disso, conhecer os diversos *locus vivendi* é conhecer mais sobre si, sobre o que formou os indivíduos que hoje habitam os espaços, preservam e desenvolvem sua cultura, dotados de suas próprias visões de mundo. O ser humano se comunica também por meio da linguagem, e por ela, que é instrumento inquestionável da transmissão de valores e culturas, faz-se possível a difusão do modo de vida e da ideologia de um

povo, explicitando, portanto, em tempos diversos, seu modo de enxergar o mundo e percebê-lo.

A cidade de Pedro Leopoldo, foco da pesquisa aqui explicitada, situa-se na Região Metropolitana de Belo Horizonte, mais especificamente a 40 km da capital mineira e integra o Vetor Norte, região que abarca a área do aeroporto Internacional de Belo Horizonte (Aeroporto Internacional Tancredo Neves) situado no município de Confins, bem como a outros municípios do entorno.

A origem de Pedro Leopoldo se relaciona a tempos bem remotos, pois, conforme postula Martins (2006), em terras pedroleopoldenses foram encontrados, pelo cientista e pesquisador dinamarquês Peter Lund, entre os anos de 1835 a 1880, fósseis e ossos humanos datados de cerca de 11 mil anos. Tal fato lançou luz sobre a remota ocupação das Américas, e foram propostas hipóteses diferentes das conhecidas até então pela Paleontologia.

O município relaciona-se também, numa perspectiva mais moderna, à chegada das bandeiras paulistas à porção central de Minas Gerais, no último quartel do século XVII. A bandeira de Fernão Dias Paes Lemes, que saiu de São Paulo em 21 de junho de 1674, segundo Martins (2006, p.34), “é associada ao momento inicial do povoamento colonial da região onde se situa o atual município de Pedro Leopoldo” e, segundo esse mesmo autor, o território atual da cidade em questão integra-se à rede de caminhos que cortou Minas Gerais e a interligou ao norte e ao sul do Brasil, pois “existiam no local fazendas dedicadas ao abastecimentos das áreas mineradoras do centro de Minas” (MARTINS, 2006, p. 16).

Observa-se que por trás dessa modesta cidade da região metropolitana escondem-se rica história e um passado que merece ser trazido à tona para que os habitantes do município conheçam mais sobre suas origens, quem são e outros aspectos relacionados à sua cultura, sociedade e realidade.

## 2 Pressupostos teóricos

A linguagem, por seu valor e relevância para o homem e para a sociedade, sempre foi alvo de inúmeros estudos. Abordagens atuais enfocam a língua como algo intimamente relacionado à cultura, às formas as quais o indivíduo possui de enxergar, habitar e interpretar o mundo e o ambiente em que está inserido.

A língua é o reflexo da sociedade. Um dos fatos que comprova esse dizer é que, assim como as sociedades, a língua sofre constantes mutações. Assim, nossa pesquisa pauta-se segundo esse viés, tendo como respaldo os estudos de Leite de Vasconcelos (1928); Meillet (1948); Dauzat (1951); Sapir (1961); Labov (1968); Biderman (1981; 2001); Guérios (1994), Dick (1990a; 1990b; 1997; 2006), Duranti (2000), entre outros.

Duranti (2000) defende a ideia de se fazer descrições culturais, pois a linguagem permite a seus falantes articular em um sistema aquilo que fazem com as palavras na vida cotidiana. Dessa forma, o estudo das linguagens dentro das diferentes culturas permite estudar o homem como ser mutante e modificador do ambiente em que vive. Isso ocorre porque cada indivíduo, inserido em sua realidade cultural, utiliza palavras que reproduzem diferentes e particulares maneiras de refletir sobre o mundo e sobre a existência humana e passa a compartilhar histórias, tendo acesso a memórias coletivas repletas de histórias e outros elementos que fazem parte do que é o ser humano, como opiniões, receitas etc.

Essa relação entre língua e cultura também encontra respaldo em Câmara Jr. (1955, p. 53), ao afirmar que “a língua é uma parte da cultura, mas uma parte que se destaca do todo e com ele se conjuga dicotomicamente”.

Labov, um dos criadores do modelo teórico metodológico da Sociolinguística, ressalta a necessidade de se compreender a língua como um conjunto estruturado de normas sociais; em outras palavras, poderíamos dizer que a linguagem possui uma função social, pois a língua é propriedade da comunidade, e não do indivíduo (LABOV, 2008). Esse pesquisador defende também o estudo dos fenômenos

linguísticos por meio de entrevistas estruturadas, elaboradas pelo pesquisador, a abordagem dos entrevistados, a transcrição e a interpretação dos dados.

Meillet (1948) assinala que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam; desse modo, pode-se, por meio da linguagem, acompanhar a evolução da sociedade, dos costumes, das normas de comportamento, do vocabulário de um povo ou de uma região ao longo do tempo e do espaço. A sociedade é condicionada pela língua, e a língua, pela sociedade, não existindo assim a linguagem fora dos indivíduos que a expressam. Mudam as sociedades e, conseqüentemente, a língua acompanha essas mudanças, pois se torna também suscetível às adaptações, ao longo do tempo, seguindo o curso das transformações sociais.

Sapir (1961) defende a ideia de que várias forças da sociedade modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Ele argumenta que as forças sociais podem ser consideradas como de caráter ambiental, pois cada indivíduo se acha colocado em meio a um conjunto de fatores sociais, ou seja, “o estudo cuidadoso de um dado léxico conduz a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam” (SAPIR, 1961, p. 31). Assim, é possível afirmar que a língua sofre influência do ambiente e, e isso pode se dar nos âmbitos do léxico, da fonologia e das estruturas lexicais. “O grau de importância e/ou minuciosidade na nomeação se fará pela relação de interesse da comunidade com o objeto a ser nomeado” (MENDES, 2009, p. 23).

Sapir (1961) postula ainda que o estudo cuidadoso de um determinado léxico conduzirá o pesquisador a inferências sobre o ambiente físico e social daqueles que o empregam. Indo além, o pesquisador acredita que o grau de transparência ou não transparência de um nome permite deduções sobre o grau de familiaridade adquirido com os vários elementos do ambiente.

Faz-se relevante, ainda, discorrer um pouco mais sobre alguns campos relacionados aos estudos lexicais. Sendo o léxico um sistema aberto e em constante expansão, torna-se muitas vezes difícil descrevê-lo em sua totalidade. Nos estudos

ocorridos a partir do séc. XIX houve o interesse dos linguistas pela história das línguas. Muitas vertentes foram surgindo, entre as quais está o método histórico-comparativo; mais tarde, a questão do sentido e o conteúdo das palavras foi enfocada por alguns estudiosos e, no final do século XIX, surgiram abordagens pautadas na relação “palavras e coisas”. Posteriormente, muitos estudos tinham como alvo o estabelecimento da relação entre significante e significado, e, mais adiante, a relação entre imagem acústica e conceito, no signo linguístico, possibilitou que o léxico fosse considerado como uma estrutura ou conjunto de estruturas. Na virada do séc. XIX para o XX, outro método relevante foi batizado de método geográfico, por meio do qual o pesquisador coletava dados de diferentes regiões e a constatação da complexidade da evolução linguística.

Caminhando-se por diferentes autores, em diferentes épocas de pesquisa, fica, de fato, muita clara a ideia da inter-relação da língua com a cultura. Para Biderman (1981), o léxico pode ser considerado como o tesouro vocabular de uma língua, pois engloba a nomenclatura dos conceitos linguísticos e não-linguísticos e os referentes do mundo físico e do universo cultural de uma sociedade.

A Lexicologia se encarrega do estudo científico das palavras, e abarca o estudo do vasto universo das palavras de uma língua, examinando algumas de suas particularidades, elaborando modelos teóricos e visa ainda “abordar a palavra como um instrumento de construção e detecção de uma ‘visão de mundo’, de uma ideologia, de um sistema de valores, como geradora e reflexo de sistemas culturais” (ANDRADE, 1968, p. 189). A Toponomástica, aliada à Antroponomástica, integram a Onomástica, que tem como foco o estudo dos nomes próprios e inscreve-se no campo geral da Lexicologia.

Segundo Guérios (1994), os nomes podem ser estudados sob duas perspectivas, as quais são: 1) o aspecto linguístico (de sua origem ou criação; etimológico) e 2) o aspecto social ou psicossocial (ou seja, da escolha, das razões com que foram

empregados). Sob o aspecto linguístico, assinala esse autor que “os antropônimos oferecem particular interesse, porque são os fósseis da língua (...) e [por meio d]eles, com o auxílio dos topônimos, é possível a reconstituição de numerosos elementos de uma língua, em grande parte ignorada” (GUÉRIOS, 1994, p. 20).

Ao discorrer sobre o aspecto social e psicológico dos antropônimos, esse estudioso postula que eles “refletem as civilizações passadas com todas as suas instituições e (...) são criados sob o influxo religiosos, político, histórico, etc., de circunstâncias variadíssimas, e em que transparece viva a alma popular de todos os tempos e de todos os lugares” (GUÉRIOS, 1994, p.21).

De acordo com Dick (1990b), na Onomástica ocorre uma junção entre nomeador, nomeado e receptor e, assim, a palavra desloca-se do sistema lexical para o sistema onomástico. Segundo Seabra (2006, p. 1954), “Na construção do processo denominativo, a palavra incorpora o conceito dessa operação mental, cristalizando o nome e, assim, possibilitando a sua transmissão às gerações seguintes”. Assim, também é importante salientar que, se quisermos chegar à “verdade” do nome, faz-se indispensável, nos estudos onomásticos, “lidar com o contexto, com a relação homem/ambiente/sociedade, para recuperar o significado desse nome e reconhecer o seu percurso gerativo” (FILGUEIRAS, 2011, p. 31).

Nesse viés, percebe-se que a antroponomástica certamente se configura como uma fonte bastante rica de informações tanto, da língua, como da cultura, da religião e da ideologia presentes na sociedade que criou/empregou determinado nome, pois a língua conserva inalteradas, pelos nomes de pessoas, as mínimas partículas de significação, e conserva, assim, os traços ideológicos, revelando a história da denominação humana.

Os nomes dos lugares desempenham papel importantíssimo no estudo dos aspectos históricos e socioculturais das comunidades humanas, pois o léxico toponímico é considerado como expressão linguístico-social capaz de refletir aspectos

culturais e históricos de um núcleo humano existente ou preexistente. Caminhando ao lado da História e da Geografia, a Toponímia possibilita o reconhecimento da relação entre o ser humano e o espaço onde viveu, por meio da análise da motivação do denominador.

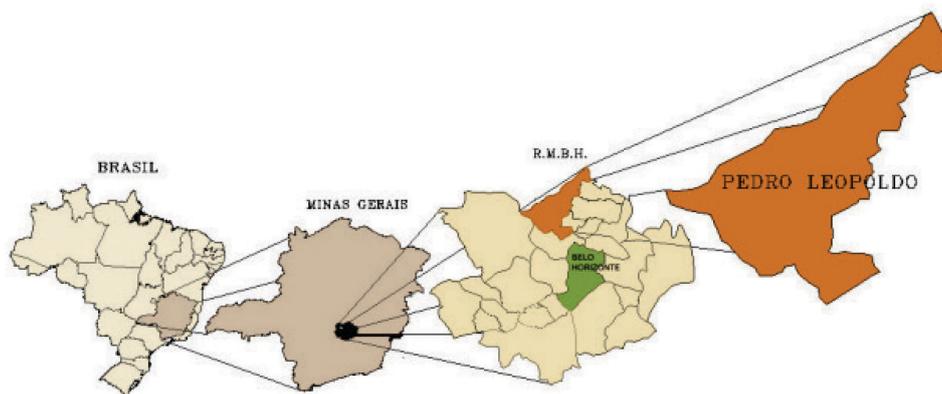
Por serem símbolos carregados de significados, os topônimos fazem parte da identidade coletiva de uma comunidade e refletem, desse modo, as marcas do saber cultural e histórico que são deixadas no espaço no qual foram inseridas. Especificamente falando sobre a denominação dos centros urbanos, ressalta Dick (1997, p. 31) que “a rua é o caminho melhorado, do ponto de vista de sua morfologia, e semanticamente, a rua é um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano. A rua tudo testemunha, numa atitude cúmplice de aceitação”.

A pesquisa ora apresentada sobre alguns nomes de ruas, avenidas e praças em Pedro Leopoldo (MG) se propõe a caminhar exatamente neste sentido, qual seja, a relação entre os nomes de ruas e a história neles contida.

### **3 Metodologia**

Neste trabalho, buscou-se seguir a metodologia já empregada em pesquisas anteriores, cujos objetivos eram semelhantes ao desta investigação (FIGUEIRAS, 2011; OLIVEIRA, 2014; FARIA, 2017). O enfoque, no presente estudo, conforme já citado em outras seções desse texto, recai sobre a toponímia antroponomástica coletada nos logradouros da cidade de Pedro Leopoldo, em Minas Gerais. A Figura 1 apresenta a localização do município.

Figura 1 – Pedro Leopoldo – Localização.



Fonte: <http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/DANIELA%20BATISTA%20LIMA%20BARBOSA.PDF> (p. 9). Acesso em: 30 set. 2020.

Primeiramente, foi necessário realizar o levantamento dos nomes de rua que compõem o alvo da pesquisa. Para isso, foram utilizados como fonte principal de consulta as listas telefônicas do município em sua última atualização disponível (2016/2017), bem como um documento oficial do município (Proposição de Lei, que atualizava os nomes de logradouros na cidade, de 2017) constituindo assim o *corpus* para o trabalho. Chegou-se ao número de 45 bairros espalhados por diversas regiões da cidade, incluídos aí os distritos que a compõem. O número total, englobando ruas, avenidas e praças, foi de 553 (quinhentos e cinquenta e três) antropotopônimos.

Por fundamentar-se nos estudos da Toponomástica, da Sociolinguística e da Antropologia Cultural, sendo este um trabalho da Onomástica, que envolve a cultura e a sociedade locais, foram focalizados aspectos históricos e geográficos da região pesquisada, buscando assim conhecer as origens do local e entender a sociedade da época da nomeação. Dessa forma, voltou-se ao passado, para conhecer a motivação da nomeação, em consultas à Legislação Municipal, que trata da nomeação de ruas, por meio dos Projetos de Lei, nos quais se encontram as justificativas para a escolha dos nomes e, posteriormente, à Lei Municipal propriamente dita, para registro da data da oficialização do nome.

Procurou-se, ainda, para os logradouros para os quais não se encontrarem justificativas nos Projetos (o que correspondeu a um número bastante significativo) buscar informações por meio de pesquisa histórica (acervos municipais e pessoais, obras literárias e pesquisas históricas feitas no município) e também por meio do contato com familiares dos homenageados e entrevistas orais com eles e com moradores/comerciantes das localidades pesquisadas, a fim de se reunir dados relacionados à cultura local, e mais especificamente, relativos ao conhecimento sobre a pessoa homenageada na nomeação do logradouro público.

As entrevistas foram registradas por meio de texto escrito (no caso de informações via e-mail ou WhatsApp, ou áudio (para as gravações presenciais) nos modelos dos estudos toponímicos, e se encontram devidamente arquivadas.

Ainda para o preenchimento das Fichas, foram visitados os logradouros, ou conseguidos, por meio da colaboração dos munícipes, placas das ruas, avenidas ou praças. Para o registro da localização, por não ter sido possível o acesso aos arquivos da Prefeitura, foram usados mapas dos aplicativos Google Maps e Waze.

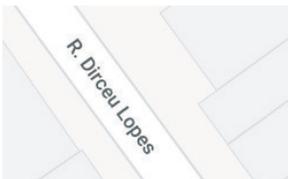
Pelo fato de a metodologia desta pesquisa seguir os moldes do ATEMIG, o próximo passo, conforme sugerido por Dick (2004), corresponde ao preenchimento das fichas toponímicas, e, por fim, passou-se à análise e interpretação dos dados. Seguiu-se o modelo proposto por Filgueiras (2011) para a construção das fichas de catalogação dos dados, com as adaptações necessárias para a realidade da presente investigação.

No quadro 1, apresenta-se uma Ficha de informações sobre o logradouro, com a catalogação dos dados relativos a esse exemplo devidamente preenchida. Na primeira linha do documento encontram-se o nome oficial no mapa do município, registram-se dados sobre a nomeação atual, a anterior, a presença de nome paralelo, a legislação e a foto do homenageado. Na segunda linha, têm-se a imagem da planta e a foto da placa. Sequencialmente, tem-se a biografia do homenageado e, fechando o documento, as fontes consultadas.

Nesse quadro, as informações foram inseridas a partir das entrevistas orais, das pesquisas da Legislação da cidade, dos dados encontrados em mapas e plantas do município, de fotografias encontradas nos arquivos municipais ou cedidas por familiares dos homenageados.

Após coletados os dados, as fichas são organizadas em ordem alfabética e completadas conforme o andamento das pesquisas.

Quadro 1 – Ficha de informações sobre o logradouro.

INFORMAÇÕES SOBRE O LOGRADOURO	
<p><b>Nome oficial no mapa do município:</b> Rua Dirceu Lopes</p> <p><b>Nome anterior:</b> Machado Vieira</p> <p><b>Nome paralelo:</b> não encontrado</p> <p><b>Localização:</b> Centro</p>	<p><b>Legislação:</b></p> <p>Lei Municipal n.º 613, de 16 de dezembro de 1970.</p> <p><b>Foto do homenageado</b></p> 
<p><b>IMAGEM DA PLANTA</b></p> 	<p><b>FOTOS DAS PLACAS</b></p> 
DADOS	
<b>PLANTA</b>	<b>PLACAS</b>
R. Dirceu Lopes	Rua Dirceu Lopes
<p><b>DADOS BIOGRÁFICOS:</b></p> <p>Dirceu Lopes Mendes nasceu em 25 de julho de 1946, em Pedro Leopoldo e, pela distância do cartório, foi registrado em 3 de setembro de 1946, filho de Tito Lopes Mendes e Maria Felix Mendes. Trabalhando desde os 8 anos como engraxate e depois aos 12 fabricando tijolos, sendo aprendiz de sapateiro (onde aprendeu a consertar bolas) e servente de pedreiro, Dirceu ajudava a família e não largava a bola. Frequentou a escola e trabalhou muito, ao mesmo tempo em que se destacava na cidade e era chamado para compor diversos times locais. Conhecido como <i>Príncipe do Futebol</i>, é um ex-jogador que fez história no Cruzeiro e é considerado como um dos maiores do Clube. Ele é o segundo jogador que mais fez gol e o terceiro jogador que mais vestiu a camisa celeste. Em 2013, Dirceu Lopes foi agraciado com a Bola de Ouro de 1971, ano em que teve a melhor média de notas entre todos os jogadores do Campeonato Brasileiro. Casado com Cecília Freitas Mendes e teve como filhos: Juliana Freitas Mendes; Gustavo Freitas</p>	

Mendes; Vinicius Freitas Mendes; Emerson Freitas Mendes e como netos: Lorena; Maria Cecília e Miguel.

**FONTES:**

- **Site da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo.** Disponível em: <<https://sapl.pedroleopoldo.mg.leg.br/norma/1826>>. Acesso em
- **Relato escrito** de Cristiane Cunha (sobrinha), em 15/04/2020. Foto: Facebook, página “Pedro Leopoldo e sua história”. Acesso em 20/02/2020.
- **Site** [https://cruzeiropedia.org/Dirceu\\_Lopes\\_Mendes](https://cruzeiropedia.org/Dirceu_Lopes_Mendes) Acesso em 21/03/2020.
- **Google Maps**, versão 2020, para Android. Acesso em 21/03/2020.

Fonte: dados da pesquisa (2020).

A tabulação dos dados e os resultados parciais da investigação em curso apresentam-se, na sequência.

#### 4 Resultados e análises parciais dos dados

Nesta seção apresentam-se os dados parciais retirados do corpus desta pesquisa, ainda em curso. As informações foram sistematizadas por meio dos registros catalogados nas Fichas de informações sobre os logradouros.

Observa-se, sobre o gênero, que, dos 553 topônimos os quais constam do nosso banco de dados, 448 correspondem ao gênero masculino e 105 ao feminino. Esses números podem evidenciar que a escolha dos nomes está relacionada, em maior parte, ao universo masculino e à representação dos homens e seus diversos papéis na sociedade investigada.

No que concerne à estrutura dos antropotopônimos, a classificação deste estudo baseou-se na teoria de Leite de Vasconcelos, encontrada em Seabra (2004): *prenome*, para designar nome de pessoa; *apelido de família* para designar sobrenome; *alcunha* para designar o que comumente se chama de apelido (depreciativos ou não); *hipocorístico* para o tratamento íntimo e carinhoso.

Em nossos dados, há maior incidência da estrutura de prenome + apelido de família, com 458 ocorrências (como exemplos, Rua *Ascendino José da Costa*, Avenida *Gil Antônio Pereira*, Praça *José Elias da Costa*). Há pouquíssimas ocorrências que contém

apenas o prenome (como exemplos: Rua *Iracema*, Rua *Lindéia*, Rua *Noeme*) e outras, apenas o apelido de família (como exemplos: Rua *Antão*, Rua *Barbosa*, Rua *Teixeira* e estruturas tais como Rua *Dos Couras*, Rua *Dos Andradas*, Estrada *Dos Borges*).

Foram encontradas também muito poucas ocorrências para as alcunhas (Como Rua *Antônio Mansinho* - cujo nome completo é Antônio José da Silva; e Rua *José Damas* - cujo nome completo é José Alves da Silva). Houve, para os hipocorísticos, 17 ocorrências, como Rua *Chico Mendes*, Rua *Chiquinho Félix*, Rua *Juca Isaías*, Rua *Neném Perdigão*, Rua *Nonô Batista*, entre outros.

Abordamos em nossa investigação, além das estruturas já citadas, os axiotopônimos, forma designada para os nomes que incluem “títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais” (DICK, 1990, p. 32). Encontram-se em nossos dados: Coronel (2 ocorrências - Avenida *Coronel Juventino Dias*; Rua *Coronel Cândido Viana*); Dona (8 ocorrências - Rua *Dona Branca*, Praça *Dona Clita Batista*, Rua *Dona Dedéia* etc); Doutor (16 ocorrências - Rua *Doutor Rocha*, Rua *Doutor Neiva*, Rua *Doutor Herbster*, Avenida *Doutor Otávio Costa*, entre outros); Escritor (1 ocorrência - Rua *Escritor Humberto Campos*); Expedicionário (7 ocorrências - Rua *Expedicionário Ataíde dos Santos*; Rua *Expedicionário Rui Antônio Silva*; Expedicionário *Raimundo Nogueira da Cruz*, por exemplo); Farmacêutico (1 ocorrência); as curiosas ocorrências de *Nhá* (*Nhá Chica*) e *Inhazinha* (*Inhazinha Carvalho*), as quais foram consideradas como corruptelas da forma “*Sinhá*”; Irmãos (1 ocorrência - Rua *Farmacêutico José Martins*); Juiz (1 ocorrência - rua *juiz Ari Castilho*); Mestre (2 ocorrências - Rua *Mestre Mário* e Rua *Mestre Roque*); Padre (3 ocorrências - Rua *Padre Augusto*, Rua *Padre Espechite*, rua *Padre Sinfrônio Torres de Freitas*); Prefeito (3 ocorrências - Rua *Prefeito Cecé*, que é uma mistura de axiotopônimo + alcunha/hipocorístico; Rua *Prefeito Antônio Dias Pereira* e Rua *Prefeito Ari Bahia*); Presidente (1 ocorrência - Rua *Presidente Kennedy*); Professor (4 ocorrências - Rua *Professor Azarias Cândido Ferreira*, Rua *Professor Bicalho*; Rua *Professor José Matos*, Praça

*Professor Camilo C. Santos*, ); Professora (6 ocorrências – Rua *Professora Guida Viana*, Rua *Professora Beatriz*, Rua *Professora Justa Vilela do Amaral*, como exemplos); Senador (1 ocorrência – Rua *Senador Melo Viana*) e Vereador (3 ocorrências – Rua *Vereador José Roberto Amaral*, Rua *Vereador Magno Claret Viana*, Rua *Vereador Vicente Moreira Júnior*).

Não foi possível, até o momento, tratar da questão da variação e mudança dos nomes do corpus de modo aprofundado. Pretende-se verificar, conforme apontam outras pesquisas na área, se haverá manutenção das formas mais antigas. Tal fato seria plenamente possível em nossos dados, visto que, pelas buscas em documentos de Leis e Projetos de Leis junto aos órgãos denominadores (Prefeitura e Câmara Municipal), para a maioria dos logradouros não havia nomes anteriores, apenas denominações genéricas como Rua A, Rua 1, Rua XV. Pedro Leopoldo é uma cidade ainda recente, com 96 anos, e muitos bairros fora da região central foram criados apenas nas décadas de 1980/1990.

Outro ponto que consideramos de extrema importância, dada a natureza de nosso estudo, e que ainda se encontra em investigação, diz respeito à transparência dos nomes dos logradouros investigados. Para Seabra (2019, p. 145), “quando o antropotopônimo está relacionado à História, esse vínculo [denominativo] se mantém, e o seu sentido é mais comumente identificável”. Ao serem realizadas entrevistas com antigos moradores da cidade, percebe-se que há, de fato, certa transparência nos nomes, ou seja, essas pessoas conseguem ainda identificar alguns dos homenageados.

Investigando-se sobre a história e as origens da cidade, percebe-se que muitos nomes estão ligados à memória coletiva da cultura e da história local. O próprio nome do município – *Pedro Leopoldo*, remete ao engenheiro da Estrada de Ferro Central do Brasil que chefiava os trabalhos do prolongamento dos trilhos para o norte de Minas e faleceu repentinamente; sem nunca sequer ter vindo ao município, foi homenageado. Além do próprio nome do município, há ainda um logradouro (Rua *Pedro Leopoldo*), em um dos distritos, com a mesma denominação.

Mais antigos que esse, outros nomes relacionam-se ao próprio desbravamento das cercanias, como verdadeiros testemunhos do passado. Para Dick (1990),

se a toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. [...] Torna-se pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica. (DICK, 1990, p. 22).

É esse o caso da Rua *Fernão Dias*, presente em um dos distritos mais antigos do território pedro-leopoldense, e em cuja região, de fato, transitou e estabeleceu-se o renomado caçador de esmeraldas.

Há ainda muitos antropônimos relativos a pessoas diversas na cidade, que foram homenageadas por desempenharem na sociedade diferentes papéis e que deixaram, com o passar do tempo, seus legados aos cidadãos, todos contribuindo, de algum modo, para a história da cidade. Pessoas que foram pioneiras no município, responsáveis por iniciar na localidade grandes empreendimentos (como é o caso da Fábrica de Tecidos Cachoeira Grande) que geraram empregos e atraíram gente de perto (que trabalhava nas fazendas da região) e de longe. Um dos principais nomes é o do sr. Antônio Alves Ferreira da Silva, fundador da Fábrica e que deu nome à *Rua Antônio Alves*, anos depois sendo substituída essa denominação pela do sobrinho, Antônio Alves de Mello, que hoje é o nome da rua principal da cidade, a *Comendador Antônio Alves*.

Os que aqui primeiro vieram trabalhar e ajudaram a erguer a Fábrica por meio de seu trabalho braçal ou especializado, também não foram esquecidos, como em: Rua *João Leroy*, Rua *José Hilário Rodrigues*; há aqueles de cujas propriedades foi retirada matéria prima (madeira) para erguer a companhia, como Rua *José Quintiliano Costa*; aqueles que integram as grandes famílias pioneiras da cidade, como Rua *Otoni Alves*, Rua *Romero Carvalho*, Rua *Amando Filho*; há médicos que deixaram marcas de cuidado e desvelo para com os cidadãos, como Rua *Rivadavia*, Rua *Dr. Christiano Otoni*; Rua

*José de Azevedo Carvalho*; pessoas comuns também foram homenageadas, como na *Avenida Carmelinda P. Costa* ou *Rua Dona Maria da Conceição Leroy*.

A seguir, explicitam-se alguns desses exemplos, em recortes da Ficha de dados, salientando-se a biografia e a foto dos homenageados, nos quadros 2 a 5, em categorias diversificadas.

Quadro 2 – Homenageados na toponímia urbana de Pedro Leopoldo (MG). Categoria: nomeador da cidade (e de Rua no Município).

Nome Oficial do Logradouro	Foto do homenageado	Dados biográficos (excertos):
<p>Rua Pedro Leopoldo</p> 		<p>Dr. Pedro Leopoldo da Silveira nasceu no ano de 02/12/1850 no município de São Cristóvão, Estado de Sergipe. Filho do tenente Coronel Manoel Fernandes da Silveira e de Felismina Aguiar da Silveira, formou-se pela Escola de Engenharia do Exército. Faleceu em 09 de Agosto de 1894, na cidade de Sabará. Naquela época, ele chefiava os trabalhos do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brasil para o norte de Minas. [...] Dr. Pedro Leopoldo foi sepultado no Cemitério Público de Sabará. Seus restos mortais foram transladados para o Cemitério de Pedro Leopoldo em 27/01/1964, quando a cidade completava 40 anos de emancipação política.</p>

Fonte: dados da pesquisa (2020).

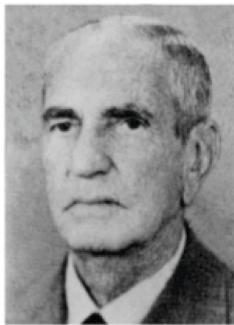
Quadro 3 – Homenageados na toponímia urbana de Pedro Leopoldo (MG). Categoria: Médicos.

Nome Oficial do Logradouro	Foto do homenageado	Dados biográficos (excertos):
<p>Rua Rivadávia</p> 		<p>Rivadávnia Versiani Murta de Gusmão nasceu em Itinga – MG, no dia 15 de março de 1893. Era filho de Ermelindo da Silva Gusmão e de Augusta Versiani Murta de Gusmão. Diplomou-se médico pela Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, em 1918, na 1ª turma, e recebeu uma homenagem especial por ter se classificado como o primeiro aluno da turma. Exerceu medicina durante seis anos, em Pedro Leopoldo, em Minas Gerais, na década de 1920. [...] Tornou-se assistente, em 1929, do serviço de Clínica Cirúrgica da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, vindo a ser o Chefe desta em 1933. [...] Foi homenageado pelos médicos diplomados em 1930 (turma de</p>

		Guimarães Rosa). Tratava seus alunos e alunas de forma igualitária, sem discriminação, e dizia: “Estudantes de medicina não tem sexo”[...]. Faleceu em 27 de setembro de 1963, em Belo Horizonte.
--	--	---

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Quadro 4 – Homenageados na toponímia urbana de Pedro Leopoldo (MG). Categoria: pioneiros.

Nome Oficial do Logradouro	Foto do homenageado	Dados biográficos (excertos):
<p><b>Rua Amando Belisário Filho</b></p> 		<p>(excertos): Amando Belisário Filho (Também conhecido como Amandinho) nasceu em 01 de setembro de 1877, em Sete Lagoas – MG. Era filho de Amando Belisário de Freitas Bicalho e Maria Valleriana da Fonsêca Vianna Belisário. Veio para Pedro Leopoldo com a família no final do séc. XIX. Viveu na cidade, exercendo a função de comerciante, sendo o fundador da “Casa Amando Filho”, um armazém de secos e molhados que funcionava na esquina da Rua Dr. Zacharias (atualmente, Rua Dr. Rocha) com a Rua Dr. Herbster. Possuía uma fazenda em Pedro Leopoldo, cuja localidade hoje se tornou o Bairro Dona Júlia. Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Associação Comercial de Pedro Leopoldo. [...] Foi casado com Júlia Juliêta de Mello (conhecida como D. Julinha), com quem teve os filhos: Amandina; Ary; Nair; Maria (Mariquinha); Délio e Orlando. Amando Filho participou fortemente da política local. Faleceu em Pedro Leopoldo, em 23 de abril de 1962, em decorrência de uma pneumonia.</p>

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Quadro 5 – Homenageados na toponímia urbana de Pedro Leopoldo (MG). Categoria: cidadãos comuns.

Nome Oficial do Logradouro	Foto do homenageado	Dados biográficos (excertos):
<p><b>Rua Dona Maria Leroy</b> (não há placas no logradouro; localidade identificada por meio de mapa)</p>		<p>(excertos): Maria da Conceição Leroy, conhecida como Dona Maria Leroy, nasceu em 05 de maio de 1900, em Pedro Leopoldo. Era filha de Maria Cândida da Conceição e Pedro pereira Pinto, e viveu em Pedro Leopoldo. Era procurada pelas pessoas por sua bondade e caridade, sendo benzedeira; segundo informações, como se dizia popularmente, “cozia as dores” das pessoas. Era muito querida pela população, destacava-se por ser carinhosa e meiga. Gostava de cuidar de suas plantas, era muito religiosa, dedicava-se a cuidar também da família e do lar. Foi casada com José Thomás Leroy, com quem teve os filhos: Heli Leroy, Hélio Leroy, Terezinha Leroy da Silva, Edith Leroy, Roberto Leroy, Lúcio Leroy, José Leroy Filho, Eni Leroy, Lica Leroy.</p>

		Faleceu em Pedro Leopoldo, no dia 05 de março de 1983.
--	--	--

Fonte: dados da pesquisa (2020).

## 5 Considerações finais

Tendo em vista os dados expostos em pequena amostragem do corpus investigado, verifica-se, sem sombra de dúvida, a marca memorial encontrada nos antropotopônimos de Pedro Leopoldo. Evidencia-se, nas nomeações, o patrimônio cultural da comunidade pesquisada, como uma espécie de arquivo social, que reflete percepções, vivências e experiências presentes na localidade, em tempos pretéritos, resgatadas para o presente e para a posteridade.

Conforme salienta Isquierdo (1996) e como está evidente nos dados da pesquisa, há “por trás de cada designativo [...] uma espessura histórica, uma cultura diversa, uma intenção muito particular do denominador [...], um aparato linguístico que devem ser respeitados e valorizados” (ISQUERDO, 1996, p. 351). Cabe aos estudiosos da língua, dar prosseguimento a essas investigações, tão relevantes para a preservação da língua e da história dos povos.

## Referências

BIDERMAN, M. T. C. **A estrutura mental do léxico**. Estudos de Filologia e Linguística. EDUSP – SP. Universidade de São Paulo, 1981, pp. 131-144.

BIDERMAN, M. T. C. Fundamentos da Lexicologia. *In*: BIDERMAN, M. T. C. **Teoria Linguística: teoria lexical e linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 99-155.

DAUZAT, A. **Dictionnaire Étymologique des Noms de Famille et Prénoms de France**. Paris: Larousse, 1951.

DICK, M. V. de P. do A. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos**. 2.ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990b.

DICK, M. V. de P. do A. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: 1554-1987**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1997.

DICK, M. V. de P. do A. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *In: Investigações Linguísticas e Teoria Literária*. v. 9. Recife, UFPE: 1999. p. 119-148.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In: As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2004. p. 121-130.

DICK, M. V. de P. do A. Fundamentos Teóricos da Toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). *In: SEABRA, M. C. T. C. de (org.). O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2006. p. 91-117.

DURANTI, A. **Antropologia Linguística**. Madrid: Cambridge: University Press, 2000.

FARIA, G. da C. dos S. Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p. 1151-1174, 2018. DOI <https://doi.org/10.17851/2237-2083.26.3.1151-1174>

FILGUEIRAS, Z. F. **A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente**. 2011. 349 f. Mestrado (Dissertação em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2011.

GUÉRIOS, R. F. M. **Nomes e sobrenomes - Tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram (dicionário etimológico)**. São Paulo: AM Edições, 1994.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações sobre a cidade de Pedro Leopoldo no estado de Minas Gerais**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=314930>. Acesso em: 01 set. 2017.

ISQUERDO, A. N. **O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. 1996. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

LABOV, W. The Reflexion of Social Processes in Linguistic Structures. *In*: FISHMAN, J. (ed.). **Readings in the Sociology of Language**. The Hague: Mouton, 1968. p.240-251. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110805376.240>

LEITE DE VASCONCELLOS, J. C. P. de M. **Antroponímia Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

MACEDO, C. R.; SEABRA, M. C. T. C. de. A antroponímia do Centro Histórico de São João Del-Rei – MG, do séc. XVIII ao séc. XXI. **Revista Estudos Linguísticos e Literários**, n. 63, p.51-70, Salvador, 2019. DOI <https://doi.org/10.9771/ell.v0i63.33764>

MARTINS, Marcos Lobato. **Pedro Leopoldo: Memória Histórica**. 2.ed. Pedro Leopoldo: Gráfica Tavares, 2006.

MENDES, L. R. G. **Hidronímia da região do Rio das Velhas: de Ouro Preto ao Sumidouro**. 2009. 260f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MEILLET, A. **Esquisse d'une histoire de la langue latine**. 5.ed. Paris: Hachette, 1948.

SAPIR, E. **Linguística como ciência: Ensaio**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SEABRA, M. C. T. C. de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo**. 2004. 368 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEABRA, M. C. T. C. de. ATEMIG - Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: variante regional do ATB. *In*: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVAGLIA, L. C. (org.). **Múltiplas perspectivas em Linguística**. v. 1. Uberlândia/MG: EDUFU, 2006. p. 1945-1952. Disponível em [http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_403.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_403.pdf). Acesso em: 02 set. 2017.

Artigo recebido em: 29.09.2020

Artigo aprovado em: 04.01.2021

## Contribuições aos estudos toponímicos da Libras através da análise de sinais que designam cidades brasileiras

### Contributions to Libras toponymic studies through the analysis of toponyms that designate Brazilian cities in Libras

*Ítalo Rullian Webster URBANSKI\**

*Daiane FERREIRA\*\**

*André Nogueira XAVIER\*\*\**

---

**RESUMO:** Topônimos são palavras que nomeiam lugares e acidentes geográficos (DICK, 1990). Este trabalho apresenta resultados da análise de 888 topônimos da Libras que designam cidades de 14 estados brasileiros e regiões administrativas do DF. Os dados foram coletados no Youtube e as informações sobre sua origem, ou seja, se formados sem influência do português (nativos) ou por meio de empréstimos dessa língua, foram registradas em um banco de dados criado no programa Access do pacote Office da Microsoft. Nesse banco, foram registrados também, no caso dos empréstimos, os tipos de processos que os constituíram, a saber, (1) calque (tradução literal ou aproximada), (2) inicialização, (3) combinação de letra(s) do alfabeto manual da Libras que remetem à(s) letra(s) inicial(is) do topônimo escrito em português com

---

**ABSTRACT:** Toponyms are words that name places and geographical accidents (DICK, 1990). This paper reports results of the analysis of 888 Libras toponyms designating cities in 14 Brazilian states and administrative regions of the Federal District. The data were collected on Youtube and information on their origin, that is, whether they were created without influence from Portuguese (native signs) or by means of borrowing from that language, was recorded in a database created in the Microsoft Office Access program. In this database, the types of processes that formed those loan signs were also recorded, that is, whether they were created as a result of (1) literal translation, (2) initialization, (3) a combination of Libras manual alphabet letters that refer to the initial letter(s) of the written Portuguese toponym with other Libras phonological parameters and

---

---

\* Graduando em licenciatura em Letras Libras pela Universidade Federal do Paraná. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0768-0670>. [italokuk@gmail.com](mailto:italokuk@gmail.com).

\*\* Mestre em Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6294-2453>. [daiatmaufpr@gmail.com](mailto:daiatmaufpr@gmail.com).

\*\* Doutor em linguística pela Universidade Estadual de Campinas, professor do curso de licenciatura em Letras Libras da UFPR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8464-1977>. [andrexavier@ufpr.br](mailto:andrexavier@ufpr.br).

outros parâmetros fonológicos da Libras e (4) soletração manual. Os resultados indicam que os topônimos analisados, em sua maioria, são empréstimos do português e que estes, mais frequentemente, são formados por meio do terceiro processo.

(4) fingerspelling. The results indicate that the toponyms analyzed are mostly borrowings from Portuguese and that these, more often, are formed through the third process.

**PALAVRAS-CHAVE:** Topônimos. Empréstimos. Cidades Brasileiras. Libras.

**KEYWORDS:** Toponyms. Loan words. Brazilian cities. Libras.

## 1 Introdução

O Brasil é formado por 26 estados mais o Distrito Federal. O nome desses estados e de seus municípios é designado no âmbito dos estudos linguísticos como *topônimos* (do grego: topo- (lugar), -ônimo (nome)). Eles podem ter sua origem no português (e.g.: Dois Vizinhos) ou em outras línguas, com destaque, no caso da toponímia brasileira, para as indígenas (e.g.: Curitiba). Há ainda casos de hibridismo, ou seja, de topônimos formados através da composição de elementos de línguas diferentes (e.g.: Piraí do Sul: Piraí (tupi: pira- (peixe), -í (rio); Sul (português)).

Este trabalho objetiva analisar topônimos da Libras que designam municípios brasileiros e regiões administrativas do Distrito Federal. Como embasamento, na seção 2, apresentamos uma síntese de trabalhos sobre topônimos na Libras. Na seção 3, descrevemos nosso método de coleta e análise de dados. Por fim, na seção 4, reportamos nossos resultados e, na seção 5, apresentamos nossas considerações finais.

## 2 Pressupostos teóricos e revisão de literatura

De acordo com Dick (1990), a palavra toponímia "(do gr. topos, "lugar" e onoma, "nome")" se refere ao "estudo dos nomes de lugares ou dos designativos geográficos, em sua bipartimentação física (rios, córregos, morros, etc.) e humana,

antrópica, ou cultural (aldeias, povoados, cidades, etc.)”. A autora define como objetivos dessa disciplina:

- a – estudo da **natureza linguística** dos topônimos que conformam a nomenclatura geográfica brasileira, provenientes das camadas linguísticas intercorrentes: a indígena, distribuída em suas diversas famílias; a portuguesa (ou brasileira propriamente dita); a africana; nomes de origem estrangeira, de filiação mais recente; análise dos fenômenos de linguagens pertinentes;
- b – estudo da **motivação ou da natureza semântica** dos nomes envolvidos no ordenamento onomástico brasileiro, de modo a se configurar as tipologias dominantes, segundo áreas específicas de ocorrências (DICK, 1990b, p. 46, grifos nossos).

Em relação à natureza linguística, com base em dados da toponímia brasileira, ela propõe três categorias morfológicas para os signos toponímicos.

- 1. Topônimo ou elemento específico simples:** definido por apenas um formante (adjetivo, substantivo), podendo estar acompanhado de sufixos aumentativos ou diminutivos: Alminhas (Cachoeira do Sul, RS).
- 2. Topônimo composto ou elemento específico composto:** apresenta mais de um elemento formador, de origem de conteúdo diversa e às vezes constituem formações inusitadas: Lava Roupa (Ribeirão, GO). Elementos de origem tupi estão presentes na formação de variados compostos: - guaçu (grande); - mirim (pequeno).
- 3. Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido:** possui elementos linguísticos de variadas procedências, sendo mais frequentes no Brasil a indígena + portuguesa ou a portuguesa + indígena: Mirante do Paranapanema (AH4, SP) (DICK, 1990b, p. 12-14).

Já em relação à motivação ou natureza semântica, a autora propõe duas grandes categorias de taxes: uma para reunir topônimos que se referem à natureza física e outra para agrupar taxes de natureza antropocultural (DICK, 1990).

Na primeira categoria, Dick inclui os astrotopônimos (Ex.: Estrela (BA)), cardinotopônimos (Ex.: Juazeiro do Norte (CE)), cromotopônimos (Ex.: Rio Negro (PR)), dimensiotopônimos (Ex.: Igarapé Profundo (RO)), fitotopônimos (Ex.: Palmital (SP)), geomorfotopônimos (Ex.: Colinas do Tocantins (TO)), hidrotopônimos (Ex.: Cachoeira (BA)), litotopônimos (Ex.: Areial (PB)), meteorotopônimos (Ex.: Primavera

(PE)), morfotopônimos (Ex.: Ilha Quadrada (RS)) e zootopônimos (Ex.: Galinhos (RN)).

Já na segunda categoria, ela reúne os animotopônimos ou nootopônimos (Ex.: Almas (TO)), antropotopônimos (Ex.: Antônio Carlos (SC)), axiotopônimos (Ex.: Presidente Figueiredo (AM)), corotopônimos (Ex.: Filadélfia (BA)), cronotopônimos (Ex.: Nova Andradina (MS)), ecotopônimos (Casa Nova (BA)), ergotopônimos (Ex.: Relógio (PR)) etnotopônimos (Ex.: Xambioá (TO)), dirrematotopônimos (Ex.: Há Mais Tempo (MA)) e hierotopônimos (Ex.: Natividade (TO)) - estes se subdividem em hagiotopônimos (Ex.: Santa Luzia (MG)) e mitotopônimos (Ex.: Anhagá (BA)) -, historiotopônimos: (Ex.: 1º de Maio (PR)), hodotopônimos (odotopônimos) (Ex.: Estradas (AM)), numerotopônimos (Ex.: Dois Irmãos do Buriti (MS)) poliotopônimos (Ex.: Aldeias Altas (MA)), sociotopônimos (Ex.: Pescador (MG)) e somatotopônimos (Ex.: Pé de Galinha (BA)).

Os estudos toponímicos da Libras são recentes e ainda muito incipientes. Os primeiros datam de 2012 e foram desenvolvidos por Souza-Júnior (2012) e Aguiar (2012). De acordo com Souza-Júnior, os topônimos na Libras também se conformam às categorias morfológicas propostas por Dick (1990). Conforme se pode ver na Figura 1, há nessa língua topônimos formados por um único sinal (cf. FLORIANÓPOLIS (SC)), formados por mais de um sinal (cf. PAU-DOS-FERROS (RN)) e híbridos (RIO-DE-JANEIRO (RJ)).

Figura 1 – Exemplos de tipos de topônimos da Libras.

Topônimo simples	Apenas um sinal representa o acidente	 FLORIANÓPOLIS (SC)
Topônimo composto	Dois sinais representam o conceito.	 PAU-DOS-FERROS (RN)
Topônimo híbrido	O termo RIO soletrado é um empréstimo da LP mais Língua de Sinais	 RIO-DE-JANEIRO (RJ)

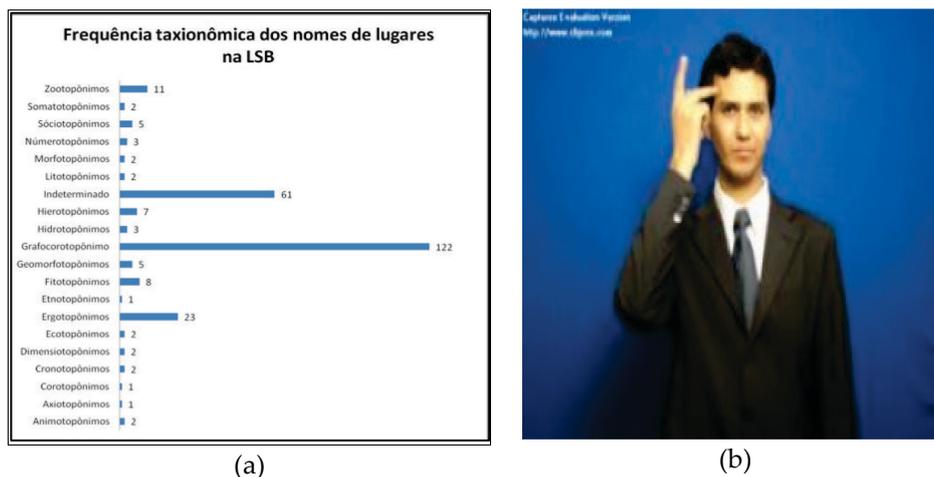
Fonte: Souza-Júnior (2012, p. 28)

Souza-Júnior (2012) coletou 265 topônimos que incluem sinais para estados da Federação, suas capitais e algumas cidades interioranas. Esses dados foram obtidos de 20 informantes residentes nas regiões pesquisadas e armazenados e validados através de um *blog*<sup>1</sup>.

O referido autor classificou os topônimos coletados com base nas taxes propostas por Dick. Em razão de a maior parte deles não se encaixar em nenhuma das subcategorias das taxes de natureza física ou antropocultural propostas pela autora, Souza-Júnior propôs a categoria grafotopônimo (Figura 3a). De acordo com ele, encaixam-se nesse grupo sinais toponímicos como SÃO-PAULO (Figura 3b), cuja configuração de mão remete à letra 'p', portanto "motivad[a] pela grafia do nome original do lugar, ou acidente geográfico" (p. 60).

Figura 2 – Resultados obtidos por Souza-Júnior (2012) (a) e exemplo de grafotopônimo (b).

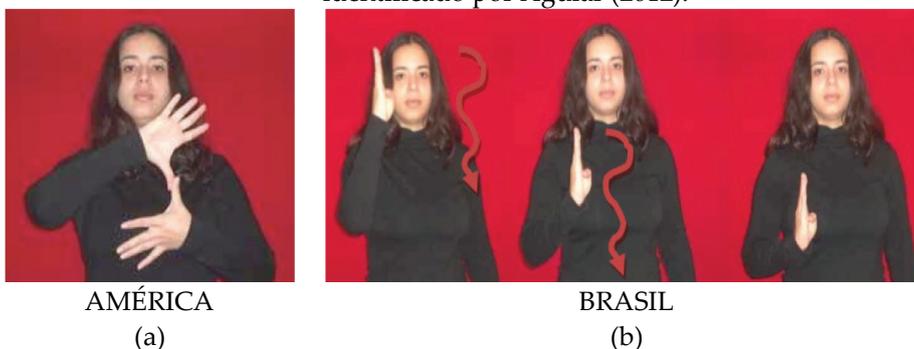
<sup>1</sup> <http://geografiaemlibras.blogspot.com/>



(a) (b)  
 Fonte: Souza-Júnior (2012, p. 57 e p. 324).

Um estudo semelhante foi realizado por Aguiar (2012), que examinou 252 topônimos coletados do Novo Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Libras (CAPOVILLA; RAPHAEL; MAURÍCIO, 2009). Os dados analisados pela autora compreenderam sinais que designam continentes, ilhas, países, regiões, estados e cidades brasileiros, bem como bairros da cidade de São Paulo. Seus dois principais critérios de análise foram a iconicidade e a origem. Por meio deles, ela diferenciou sinais como AMÉRICA (Figura 3a), cuja forma não parece ser influenciada pelo português, de sinais oriundos de empréstimos dessa língua, como BRASIL (Figura 3b).

Figura 3 – Exemplo de topônimo icônico (a) e de topônimo oriundo de empréstimo do português identificado por Aguiar (2012).



Fonte: Aguiar (2012, p. 112 e p. 116).

A autora obteve resultados semelhantes aos de Souza-Júnior (2012). Como mostra o gráfico em (4), em seus dados, predominam sinais, em seus termos, não-icônicos, ou seja, resultantes de empréstimos do português.

Figura 4 – Resultados obtidos por Aguiar (2012).



Fonte: Aguiar (2012, p. 118).

Mais recentemente, vêm sendo realizados, ainda que em estágios iniciais, estudos sobre topônimos em Libras de outras partes do Brasil, a saber, do Sergipe (NUNES, 2018), da Bahia (JESUS, 2019; FERREIRA, 2019), do Rio de Janeiro (CAMPELO; LESSER, 2019), do Pará (CHAVES; LOBATO; SILVA, 2019), de Goiás (SOUZA; NOVODVORSKI, 2020; CHAIBUE, em preparação) e do Tocantins (MIRANDA, 2020). Além desses, podemos citar também o trabalho de Sousa e Quadros (2019a, 2019b) que vem documentando, descrevendo e analisando topônimos em Libras do Acre. Os referidos autores investigaram aspectos formais e motivacionais dos sinais que nomeiam os 22 municípios acreanos e, semelhantemente a Souza-Junior, classificaram-nos com base nas taxes propostas por Dick (1990). Para acomodar a maior parte dos sinais em análise, no entanto, eles recorreram à categoria acronimotopônimos proposta por Francisquini (1998) apud Sousa e Quadros (2019a) justamente para abrigar topônimos formados por siglas ou letras do alfabeto. O Quadro 1, reproduzido e adaptado de Sousa e Quadros (2019a), interessante, mostra não apenas que a maioria dos sinais que designam os municípios acreanos é

formada por empréstimos do português (59%) e é do tipo acronimotopônimos, mas também que os topônimos considerados diferem marcadamente dos topônimos correspondentes em língua portuguesa do ponto de vista de suas motivações.

Quadro 1 – Topônimos em português e em Libras classificados segundo Dick (1990).

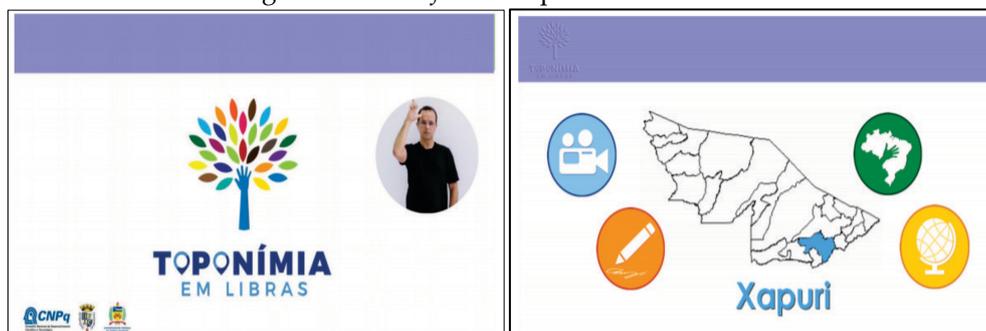
ESPAÇO GEOGRÁFICO	TAXIONOMIA EM PORTUGUÊS	TAXIONOMIA EM LIBRAS
Acrelândia	Corotopônimo	Acronimotopônimo
Bujari	Etnotopônimo	
Epitaciolândia	Antropotopônimo	
Mancio Lima	Antropotopônimo	
Manoel Urbano	Antropotopônimo	
Marechal Thaumaturgo	Axiotopônimo	
Porto Acre	Sociotopônimo	
Porto Walter	Sociotopônimo	
Rodrigues Alves	Antropotopônimo	
Santa Rosa do Purus	Hierotopônimo	
Sena Madureira	Antropotopônimo	
Senador Guiomard	Axiotopônimo	
Tarauacá	Hidrotopônimo	
Rio Branco	Historiotopônimo	Cromotopônimo
Capixaba	Etnotopônimo	Dimensiotopônimo
Jordão	Hidrotopônimo	Ergotopônimo
Plácido de Castro	Historiotopônimo	Ergotopônimo
Assis Brasil	Antropotopônimo	Geomorfotopônimo
Cruzeiro do Sul	Astrotopônimo	Hagiotopônimo
Brasília	Corotopônimo	Hodotopônimo

Feijó	Antropotopônimo	Sociotopônimo
Xapuri	Etnotopônimo	Sociotopônimo

Fonte: reproduzido e adaptado de Sousa e Quadros (2019a, p. 71).

Um dos desdobramentos do trabalho de Sousa e Quadros (2019a) é o *Websoftware Toponímia em Libras*<sup>2</sup>. Conforme descrevem Souza e Quadros (2019b), esse site serve tanto como um repositório dos topônimos acreanos em Libras, quanto como uma fonte de informações sobre sua etimologia/constituição e sua escrita em *Sign Writing*.

Figura 5 – *Websoftware Toponímia em Libras*.



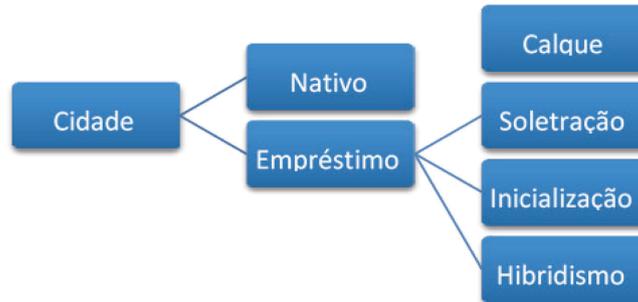
Fonte: Sousa (2019b, p. 28-29).

No Paraná, Urbanski, Xavier e Ferreira (2019) documentaram e analisaram sinais que designam 64 dos 399 municípios desse estado. Os autores classificaram tais sinais como nativos, formados sem aparente influência do português, ou empréstimos do português e, neste último caso, os subclassificaram como calques (traduções literais ou aproximadas), derivados de soletrações manuais, inicializações (casos em que um sinal nativo teve sua configuração de mão original substituída por uma das que compõem o alfabeto manual e faz referência à letra inicial do topônimo escrito em

<sup>2</sup> <http://www.toponimialibras.com/>

português (ADAM, 2012)), ou hibridismo<sup>3</sup>, isto é, sinais formados através da combinação de letras do alfabeto manual e outros parâmetros fonológicos da Libras (Figura 6).

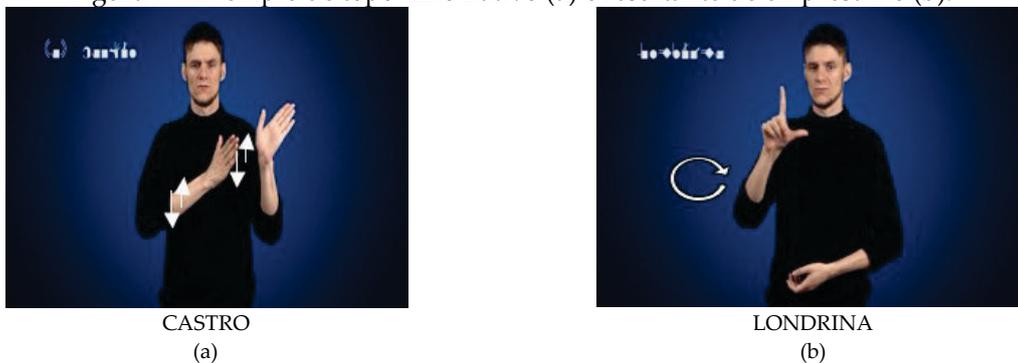
Figura 6 – Critérios de classificação de Urbanski, Xavier e Ferreira (2019).



Fonte: Urbanski, Xavier e Ferreira (2019, p. 68).

Entre os topônimos coletados e analisados, Urbanski, Xavier e Ferreira observaram tanto sinais que, como o do município Castro (Figura 7a), não apresentam nenhuma relação aparente com o português, quanto como o de Londrina (Figura 7b), que constituem casos de empréstimo do português, uma vez que, nesse caso específico, o sinal é formado, segundo os autores, por meio da combinação da configuração de mão que, no alfabeto manual, representa a inicial do topônimo em português, com outros parâmetros fonológicos da Libras.

Figura 7 – Exemplo de topônimo nativo (a) e resultante de empréstimo (b).

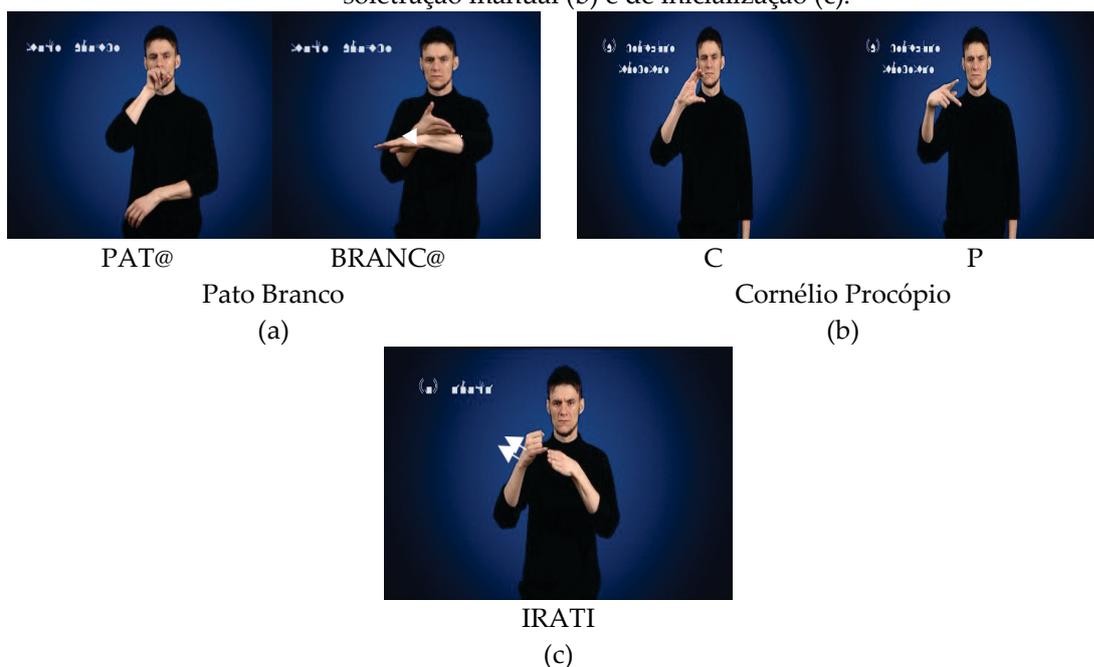


Fonte: Urbanski, Xavier e Ferreira (2019, p. 70)

<sup>3</sup> Como se verá mais adiante, neste trabalho, optamos por designar esses casos como “formados a partir de letras”, tendo em vista que, de certo modo, as outras subcategorias de empréstimos também podem ser vistas como híbridas.

Semelhantemente a Souza-Júnior (2012) e Aguiar (2012), os dados coletados pelos referidos autores indicam uma maior frequência de topônimos formados a partir de empréstimos do português. Dentre estes, Urbanski, Xavier e Ferreira observaram não apenas casos como LONDRINA, em sua tipologia, denominados híbridos, mas também calques como PATO-BRANCO (Figura 8a), sinais derivados de soletrações, como CORNÉLIO-PROCÓPIO<sup>4</sup> (Figura 8b) e de inicializações, como IRATI<sup>5</sup> (Figura 8c).

Figura 8 – Exemplos de topônimos resultante de tradução literal (calque) (a), formado a partir de soletração manual (b) e de inicialização (c).



Fonte: Urbanski, Xavier e Ferreira (2019, p. 71).

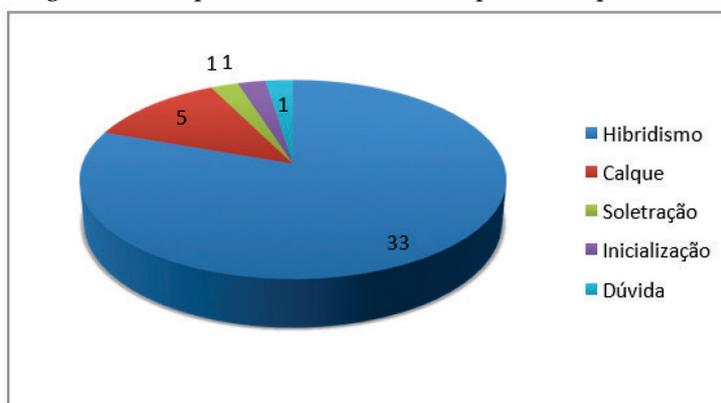
Conforme indica o gráfico em (9), os topônimos formados por hibridismo foram os mais frequentes. Os calques ficaram em segundo lugar e os formados por soletração e inicialização empataram em terceiro com apenas um caso atestado. A categoria

<sup>4</sup> Este sinal foi analisado como um caso de soletração, porque, diferentemente de LONDRINA, é realizado com o movimento tipicamente observado quando palavras são manualmente soletradas, o qual pode resultar unicamente da mudança de configuração ou do deslocamento lateral da mão.

<sup>5</sup> Este sinal foi analisado como um caso de inicialização, porque ele parece derivar do sinal FÓSFORO, provavelmente empregado para se referir à cidade, em razão de haver aí uma antiga fábrica de fósforos.

'outro' se refere a topônimos cuja subcategoria não pôde ser determinada pelos autores.

Figura 9 – Frequência dos diferentes tipos de empréstimos.



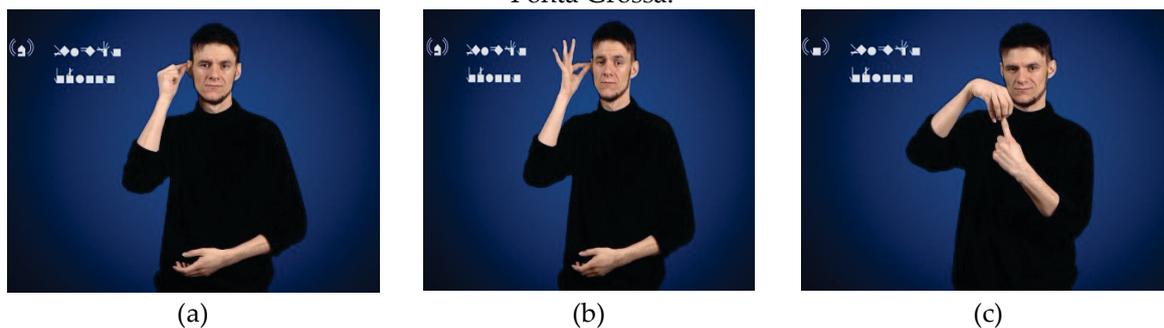
Fonte: Urbanski, Xavier e Ferreira (2019, p. 72).

Urbanski, Xavier e Ferreira ainda registram que para oito cidades foram observadas variantes fonológicas e para três, variantes lexicais. As variantes de PONTA-GROSSA ilustram os dois casos. Como mostram as imagens na Figura 10a-b, foram documentadas duas formas para a cidade Ponta Grossa que diferem unicamente na configuração de mão, representando, portanto, variantes fonológicas. Contrastam com estas, a forma mostrada na Figura 10c que por diferir totalmente das duas anteriores, constitui um caso de variação lexical<sup>6</sup>. Assim como no caso de outras variantes lexicais, os participantes da sessão de coleta descreveram a forma em 10c como arcaica. Embora os autores tenham reportado essa informação, dado o estágio muito incipiente de seu estudo, consideraram prematuro dizer se essas variantes deixaram ou não de ser usadas.

---

<sup>6</sup> Esta variante parece ser um caso de calque do português fazer referência a um objeto com ponta grossa.

Figura 10 – Exemplos de variantes fonológicas ((a) e (b)) e lexicais ((a)/(b) e (c)) para referir-se à cidade Ponta Grossa.



Fonte: Urbanski, Xavier e Ferreira (2019, p. 72-3).

Resultados semelhantes foram obtidos em um estudo que focou nos topônimos referentes a bairros da cidade de Curitiba-PR (FERREIRA; XAVIER, 2019). Dos 75 bairros, os autores coletaram sinais para 37. Dentre estes, observaram a ocorrência tanto de sinais nativos, ou seja, formados sem a influência do português, quanto de empréstimos dessa língua.

Um exemplo do primeiro tipo é o sinal que nomeia o bairro Jardim Botânico (Figura 11a), cuja forma remete à estufa. Já um exemplo do segundo é o sinal que designa o bairro Campo do Siqueira (Figura 11b), formado a partir das letras do alfabeto manual C e S, iniciais de cada parte do topônimo em português.

Figura 11 – Sinais que designam bairros de Curitiba: (a) nativo e (b) empréstimo.



JARDIM-BOTÂNICO

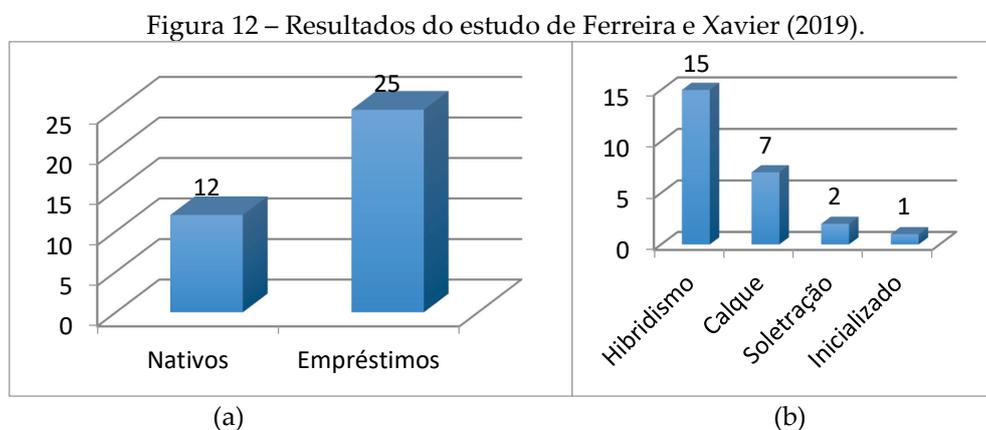
(a)

CAMPO-SIQUEIRA

(b)

Fonte: Ferreira e Xavier (2019, p. 13).

Conforme mostra o gráfico na Figura 12a, os empréstimos também são mais frequentes nos dados e, entre estes, predominam os hibridismos e os calques, ou seja, traduções literais para a Libras de topônimos em português (Figura 12b).



Fonte: Ferreira e Xavier (2019, p. 14).

Como exemplificação dos diferentes tipos de empréstimos, isto é, de hibridismos, calques, soletração e inicializados entre os sinais que nomeiam bairros curitibanos, Ferreira e Xavier citam, respectivamente, os sinais CAMPINA-DO-SIQUEIRA (Figura 11b), NOVO-MUNDO (Figura 13a), SÃO-FRANCISCO (Figura 13b), e BATEL<sup>7</sup> (Figura 13c).

Figura 13 – Exemplos de tipos de empréstimo: (a) calque, (b) soletração e (c) inicialização.



Fonte: Ferreira e Xavier (2019, p. 14).

<sup>7</sup> O sinal foi analisado como resultante de um processo de inicialização em virtude de parecer derivar do sinal IGREJA-BATISTA que, na mão ativa, apresenta a configuração em A.

Com base nos estudos sobre topônimos paranaenses, sinais de cidades e bairros de Curitiba, pode-se dizer que estes, como sugere o continuum do Quadro 2, se manifestam através de formas que vão desde as nativas, ou seja, criadas sem influência do português até aquelas formadas com influência do português e que podem ser consideradas, então, empréstimos.

Quadro 2 – Continuum das formas toponímicas paranaenses: das mais nativas, ou seja, formadas com nenhuma ou menos influência do português (tons de vermelho) às formadas com maior influência dessa língua (tons de azul).

Nativo	Calque	Inicializado	Formado a partir de letra(s) do alfabeto manual	Soletorado
Sem influência do português	Tradução literal do topônimo do português	Sinal nativo com alteração apenas da configuração de mão que remete à inicial da palavra do português	Configuração referente à inicial da palavra do português com parâmetros fonológicos da libras	Representação do topônimo do português por meio da sua soletração manual total ou parcial

Fonte: elaborado pelos autores.

Empregamos tons de vermelho para representar a presença da Libras na constituição dos topônimos e tons de azul para representar a presença do português. A mescla das cores indica casos híbridos. A preponderância do vermelho no caso dos calques comparativamente aos sinais inicializados indica que, apesar da influência do português, os primeiros não sofreram alteração na sua forma tal como os segundos que tiveram sua configuração alterada. Os topônimos formados por letras, diferentemente dos dois tipos anteriores, apresentam predominância dos tons de azul, justamente porque, em nossa visão, a configuração, referente à inicial do topônimo correspondente em português, se destaca diante da pouca ou nula contribuição semântica dos outros parâmetros que os constituem. Por fim, vale dizer que no Quadro 2 os diferentes tipos de topônimos são separados por linhas pontilhadas para sugerir

que nem sempre os limites entre essas categorias são claros. As linhas pontilhadas têm o objetivo de sugerir também a dificuldade de classificação de casos que ficam na fronteira entre dois tipos.

Este artigo<sup>8</sup> objetiva contribuir com um avanço na compreensão das características dos topônimos da Libras por meio da análise de sinais que nomeiam municípios de 14 estados e regiões administrativas do Distrito Federal. De forma específica, objetivamos, testar as categorias de análise propostas por Urbanski, Xavier e Ferreira (2019) e Ferreira e Xavier (2019) com um conjunto de dados, além de maior, referente a outros estados e, assim, validá-las.

### 3 Metodologia

O primeiro passo para a realização deste trabalho foi levantar no Youtube vídeos contendo sinais que nomeiam municípios de todos os estados brasileiros. Utilizaram-se como palavras-chave para a busca desses vídeos o nome do estado (ou do distrito federal), acrescido das palavras “cidades” e “Libras”. Conforme se pode ver no Apêndice 1, foram encontrados vídeos referentes a 14 estados e às regiões administrativas do Distrito Federal.

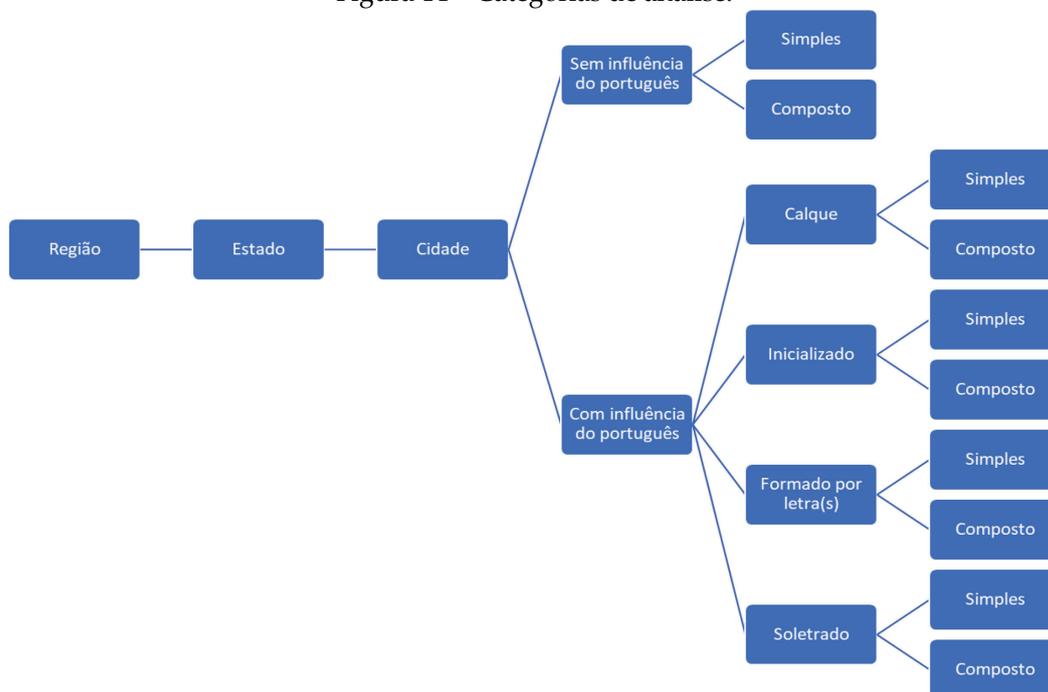
Todos esses vídeos foram baixados e segmentados no *Movie Maker* para facilitar consultas posteriores. Na sequência, foram classificados no banco de dados do Access em relação à região e ao estado a que pertencem, à cidade que nomeiam, à sua origem (se nativos ou empréstimos do português), e, no caso de empréstimos, se formados por

---

<sup>8</sup> Este artigo é um desdobramento da pesquisa de iniciação científica do primeiro autor, realizada entre setembro de 2018 e setembro de 2019, bem como de seu Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido ao longo de 2019 como requisito para a obtenção do grau de licenciado em Letras Libras pela UFPR. A iniciação científica foi orientada pelo terceiro autor e o trabalho de conclusão de curso pela segunda autora e pelo terceiro autor. Agradecemos à Fundação Araucária que, em parceria com a Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) da UFPR, deu suporte financeiro para o desenvolvimento desta pesquisa por meio da concessão de uma bolsa PIBIS.

(1) calque, (2) soletração, (3) inicialização ou ainda (4) pela combinação de letras do alfabeto manual com outros parâmetros fonológicos da Libras. Os topônimos foram também classificados quanto à sua estrutura morfológica simples ou composta (Figuras 14 e 15).

Figura 14 – Categorias de análise.



Fonte: elaborada pelos autores.

Figura 15 – Tela do Access.

Código	Cidade	Sinal 1	Sinal 2	Sinal 3	Sinal 4	Nativo 1	Nativo 2	Nativo 3	Nativo 4	Emprestimo	Emprestimo
1	Curitiba	Dente	PARANÁ-C								
2	Ponta Grossa	O/1	"pinça" orelha F. (ASL) orelha								
4	Londrina	L - Circular									
5	Maringá	"M"	"M"								
6	Cascavel	"Dado cobra"	"Cobra" - Mesa								
7	São José do P	"Mão - Mão"	"Aeroporto"								
8	Foz do Iguaçu	"Duas foz"	"foz com mão" "F" com água c								
9	Colombo	"C-C" movimi	"C, com mão" C - (Liva)								
10	Guarapuava	C/ bonus	Otho /mão de								
11	Paranaguá	Barriga de grav	Um mão de mc Duas mão de n Um mão com c								
12	Araucária	Um menina ch									
13	Toledo	"T"									
14	Apucarana	"Inglês"									
15	Pinhais	"P com nariz"	"Mudança - P c								
16	Pinhais -3	"Um dedo com"									
17	arapongas	"Um passaro"									
18	Almirante tam										"T"
19	Paraguara	"M" - Policia									"M"
20	Umuarama										"U" - Circular
21	Fazenda rio gr	"B-B"	"Rio grai								
22	Campo Moura	"L" - Queijão									
23	Francisco Beltr										"F-B"
24	Paranavai										Hand Hold fc
25	Sarandi										"S"
26	Pato Branco										

Fonte: elaborada pelos autores.

As variantes lexicais identificadas foram incluídas no banco de dados. Excluimos, no entanto, as variantes fonológicas. Agrupamos na categoria 'dúvida' topônimos cuja classificação não nos pareceu clara.

É importante registrar que abandonamos o termo hibridismo empregado em publicações anteriores para designar topônimos constituídos de letras do alfabeto manual. Entendemos agora que tal termo é genérico e, portanto, capaz abranger também os demais casos de empréstimos. Em outras palavras, calques, soletrações e inicializações também podem ser vistos como formações híbridas, uma vez que elementos da Libras e do português estão simultaneamente presentes neles.

Entretanto, seguimos as categorias e subcategorias propostas por Urbanski, Xavier e Ferreira (2019) e Ferreira e Xavier (2019) para a categorização dos topônimos em análise. Classificamos como calques traduções literais de topônimos em português (cf. PATO-BRANCO, Figura 8a, PONTA-GROSSA, Figura 11c, e NOVO-MUNDO, Figura 13a).

Classificamos como topônimos formados por letras sinais que, embora, semelhantemente aos topônimos soletrados, sejam constituídos por configurações de mão do alfabeto manual, são, geralmente, articulados em localizações distintas e com movimentos diferentes dos tipicamente observados na soletração manual (cf. LONDRINA, Figura 7b, e CAMPO-SIQUEIRA, Figura 11b). Por outro lado, classificamos como topônimos soletrados sinais que, justamente por serem oriundos da soletração manual, apresentam localização (em frente ao ombro ipsilateral) e movimentos (resultantes da mudança de configuração ou do deslocamento lateral da mão) típicos desta (Cf. CORNÉLIO-PROCÓPIO, Figura 8b, e SÃO-FRANCISCO, Figura 13b) (NASCIMENTO, 2011).

Por fim, classificamos como inicializados sinais que, como IRATI (Figura 8c) e BATEL (Figura 13c), foram criados através da substituição da configuração de mão de

um sinal já existente, respectivamente, FÓSFORO e IGREJA-BATISTA, por outra que remete, no alfabeto manual, à letra inicial do topônimo escrito em português.

Após o armazenamento de todas essas classificações e subclassificações no banco de dados do Access, foi possível realizar buscas e com isso determinar a frequência de cada categoria e subcategoria de análise no *corpus* por região e por estado. Os resultados dessas buscas foram registrados no programa Excel do pacote Office da Microsoft, o qual permitiu a criação dos gráficos que serão apresentados na próxima seção.

#### 4 Resultados

Conforme mostra a Tabela 1, foram coletados topônimos referentes a 816 municípios brasileiros e regiões administrativas do D.F. Isso representa 20% dos municípios e regiões administrativas contidos pelos 14 estados e pelo D.F. Foram coletadas também 72 variantes lexicais para alguns desses topônimos, o que explica o total de 888 dados.

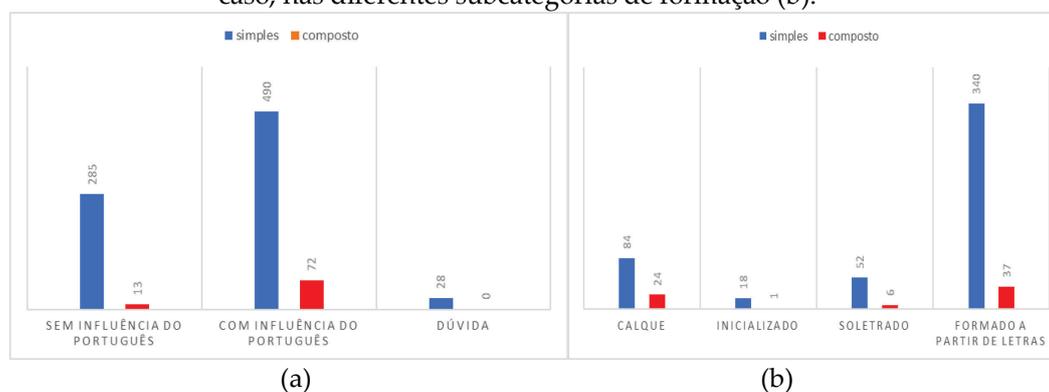
Tabela 1 – Dados.

Região	Estado/ Distrito Federal	Quantidade de municípios/ Regiões Administrativas	Sinais obtidos	Variantes lexicais	Total
Norte	Acre	22	22	1	23
	Pará	144	16	0	16
Nordeste	Ceará	184	184	24	208
	Pernambuco	185	34	3	37
	Maranhão	217	12	0	12
	Rio Grande do Norte	167	18	0	18
Centro-Oeste	Mato Grosso	141	86	5	91
	Mato Grosso do Sul	79	79	7	86
	DF	33	49	5	54
Sudeste	Minas Gerais	853	100	1	101
	São Paulo	645	41	1	42
	Espírito Santo	78	19	0	19
Sul	Paraná	399	67	24	91
	Santa Catarina	295	66	0	66
	Rio Grande do Sul	497	23	1	24
Total	15	3.939	816	72	888

Fonte: produzida pelos autores.

De maneira geral, os resultados indicam uma predominância, entre os topônimos analisados, de empréstimos (Figura 16a) e, entre estes, de sinais formados a partir de letra(s) do alfabeto manual (Figura 16b). Somando-se a isso, eles indicam também que predominam topônimos simples.

Figura 16. Frequência dos topônimos formados sem (a) e com influência do português e, no último caso, nas diferentes subcategorias de formação (b).



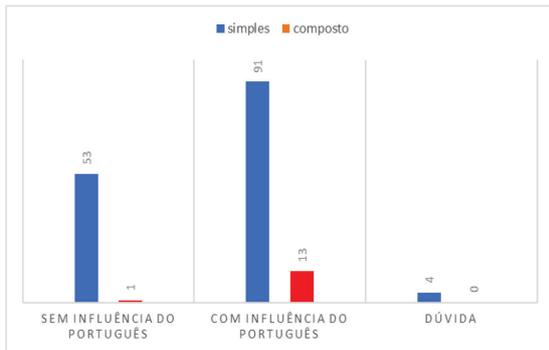
Fonte: produzida pelos autores.

Comparando os dados analisados por regiões, observou-se que eles não diferem em relação aos resultados gerais. Nas cinco regiões, representadas pelos dados a que tivemos acesso, predominam topônimos formados com influência do português, ou seja, empréstimos, e, dentre eles, os formados pela combinação de letras do alfabeto manual com outros parâmetros fonológicos da Libras (Figura 17).

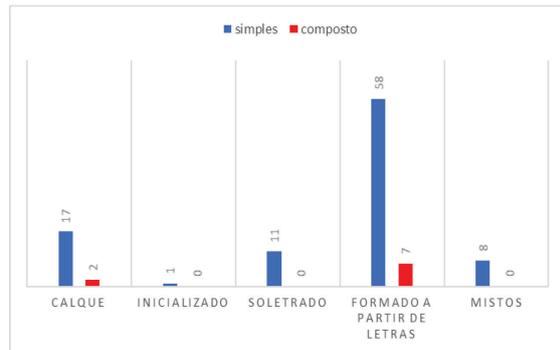
Figura 17 – Frequência de topônimos (a) formados sem e com influência do português e, dentre os últimos, (b) por calque, inicialização, soletração ou letras do alfabeto manual.



REGIÃO SUDESTE

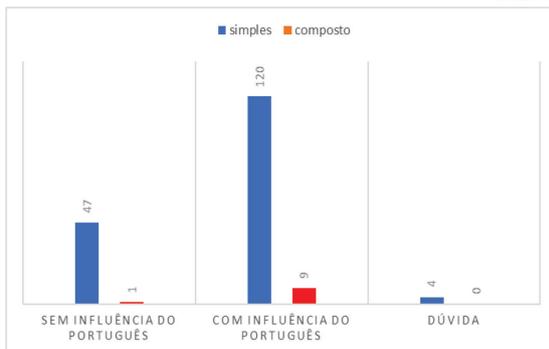


(a)

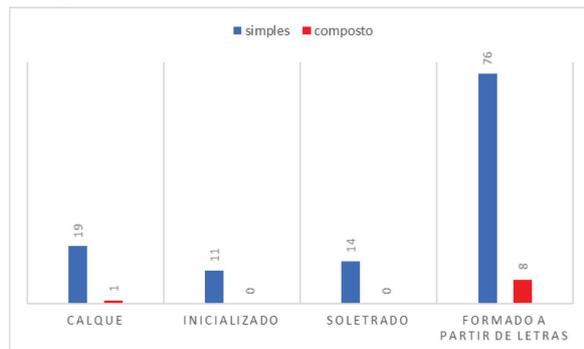


(b)

REGIÃO SUL



(a)



(b)

Fonte: produzida pelos autores.

A seguir, ilustraremos os cinco tipos de formações toponímicas identificados nos dados com base em sinais simples, que representam 90,5% dos casos. Como ilustração dos topônimos de diferentes regiões formados aparentemente sem influência do português podemos citar os sinais da Figura 18. Embora muito provavelmente todos eles sejam, na origem, motivados por algum aspecto dos espaços geográficos que nomeiam (DICK, 1990), conhecemos a motivação de apenas dois deles. De acordo com Sousa e Quadros (2019a), o sinal de XAPURI (AC) (Figura 18a) faz “referência ao trabalho do seringueiro na extração do látex” (p. 70). Já a motivação do sinal para BRASÍLIA (Figura 18b) é anedoticamente relacionada com o formato do brasão da cidade.

Figura 18 – Exemplos de sinais formados sem influência do português.



- Fonte:
- (a) <https://www.youtube.com/watch?v=C2YAyUQwUCY;>
  - (b) [https://redesurdosce.ufc.br/municipios-do-ceara/;](https://redesurdosce.ufc.br/municipios-do-ceara/)
  - (c) <https://www.youtube.com/watch?v=Zrf2yKnnAAk;>
  - (d) <https://www.youtube.com/watch?v=-mJJhwhuWJU;>
  - (e) [https://www.youtube.com/watch?v=ILYhPg\\_jNIQ.](https://www.youtube.com/watch?v=ILYhPg_jNIQ.)

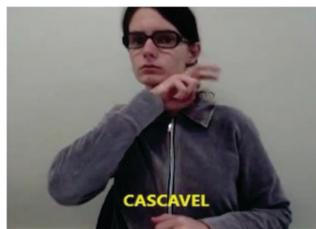
Para ilustrar casos de topônimos da Libras de diferentes regiões categorizados como calques, citamos os exemplos na Figura 19. Esses sinais foram assim tratados em razão de representarem traduções literais ou aproximadas do topônimo do português para a Libras. Diferentemente dos sinais formados sem influência do português, o sinal empregado é motivado pelo significado do topônimo dessa língua. Isso explica o uso do sinal CHORAR para Chorozinho (CE) (Figura 19a), LOBO para Guará (DF), ÓLEO para Óleo (SP) (Figura 19c) e COBRA para Cascavel (PR) (Figura 19d).

Figura 19 – Exemplos de sinais formados por calque





ÓLEO (SP)  
(c)



CASCAVEL (PR)  
(d)

Fonte: (a) <https://redesurdosce.ufc.br/municipios-do-ceara/>;  
(b) <https://www.youtube.com/watch?v=Zrf2yKnnAAk>;  
(c) <https://www.youtube.com/watch?v=-mJJhwhuWJU>;  
(d) [https://www.youtube.com/watch?v=ILYhPg\\_jNIQ](https://www.youtube.com/watch?v=ILYhPg_jNIQ).

Topônimos formados por inicialização também foram identificados nos dados das cinco regiões. Como se pode depreender da Figura 20, esses sinais foram assim categorizados porque resultam da substituição da configuração de um sinal já existente por outra que compõe o alfabeto manual e, por essa razão, pode remeter à letra inicial do topônimo em português. Dessa perspectiva, o sinal BELÉM (PA) (Figura 20a) deriva, por inicialização, do sinal PARÁ através da substituição da configuração “mão plana” deste sinal pela configuração em B, que remete à inicial do topônimo Belém em português. Os sinais RUSSAS (CE) (Figura 20b), SANTA-RITA-DO-PARDO (MT) (Figura 20c) e IRATI (PR) (Figura 20e), por sua vez, resultam da substituição da configuração da mão ativa de seu respectivo sinal primitivo, CIDADE, NOSSA-SENHORA e FÓSFORO, pela configuração que remete à letra inicial do topônimo correspondente em português, respectivamente, R, S-R e I. Por fim, o sinal ANCHIETA (ES) (Figura 20d) é formado por meio da alteração da configuração da mão “em concha” de BARCO pela configuração em A. Pela imagem, vê-se que, embora o sinal seja realizado com as duas mãos ativas, a substituição da configuração só se dá na mão dominante.

Figura 20 – Exemplos de sinais formados por inicialização.



- Fonte: (a) <https://www.youtube.com/watch?v=05JqJtCnQfY>;  
 (b) <https://redesurdosce.ufc.br/municipios-do-ceara/>;  
 (c) <https://www.youtube.com/watch?v=u6hPV7GfphA>;  
 (d) <https://www.youtube.com/watch?v=X6uV-TxgkqI>;  
 (e) <https://youtu.be/EY8CRSi1HAU>.

Ilustrações de topônimos da Libras formados por letra(s) e outros parâmetros fonológicos da Libras são mostrados na Figura 21. Nela, vê-se o sinal RODRIGUES-ALVES (AC) (Figura 21a) formado por duas configurações de mão que remetem às iniciais do referido nome, 'r' e 'a', bem como os sinais HORIZONTE (CE) (Figura 21b) (Figura 21b), BRAZLÂNDIA (DF) (Figura 21c), BETIM (MG) (Figura 21d) e GRAMADO (RS) (Figura 21e), constituídos apenas por uma configuração, que remete à inicial do topônimo correspondente em português. Como se verá, esses sinais diferem dos soletrados, a serem apresentados a seguir, justamente, porque não são produzidos na localização típica da soletração manual. Observe que RODRIGUES-ALVES é articulado sobre o antebraço e BETIM sobre o dorso da mão não dominante. O movimento pode ser um outro traço que distingue formações desse tipo dos casos de topônimos soletras. Como se pode ver, diferentemente do movimento retilíneo típico da soletração manual, HORIZONTE (CE) e BRAZLÂNDIA (DF), apresentam

movimentos repetidos de girar o antebraço, enquanto GRAMADO (RS) exhibe movimento em arco.

Figura 21 – Exemplos de sinais formados por letras do alfabeto manual.



Fonte: (a) <https://www.youtube.com/watch?v=C2YAyUQwUCY>;  
 (b) <https://redesurdosce.ufc.br/municipios-do-ceara/>;  
 (c) <https://www.youtube.com/watch?v=Zrf2yKnnAAk>;  
 (d) <https://www.youtube.com/watch?v=hs9svNvHfPQ>;  
 (e) <https://www.youtube.com/watch?v=jKquphgkeVk>.

Exemplos de topônimos expressos por meio da soletração manual foram identificados em todas as regiões. Por exiguidade de espaço, as imagens na Figura 22 só mostram a primeira letra de cada palavra. Entretanto, em todos esses topônimos a palavra do português é completamente soletrada, ou seja, não ocorre fusões ou supressões de letras do alfabeto manual. Além disso, todas elas exibem a localização e o movimento típicos de soletrações manuais, o que, como já dito, os difere dos sinais formados por letras de (21).

Figura 22 – Exemplos de sinais formados por soletração.

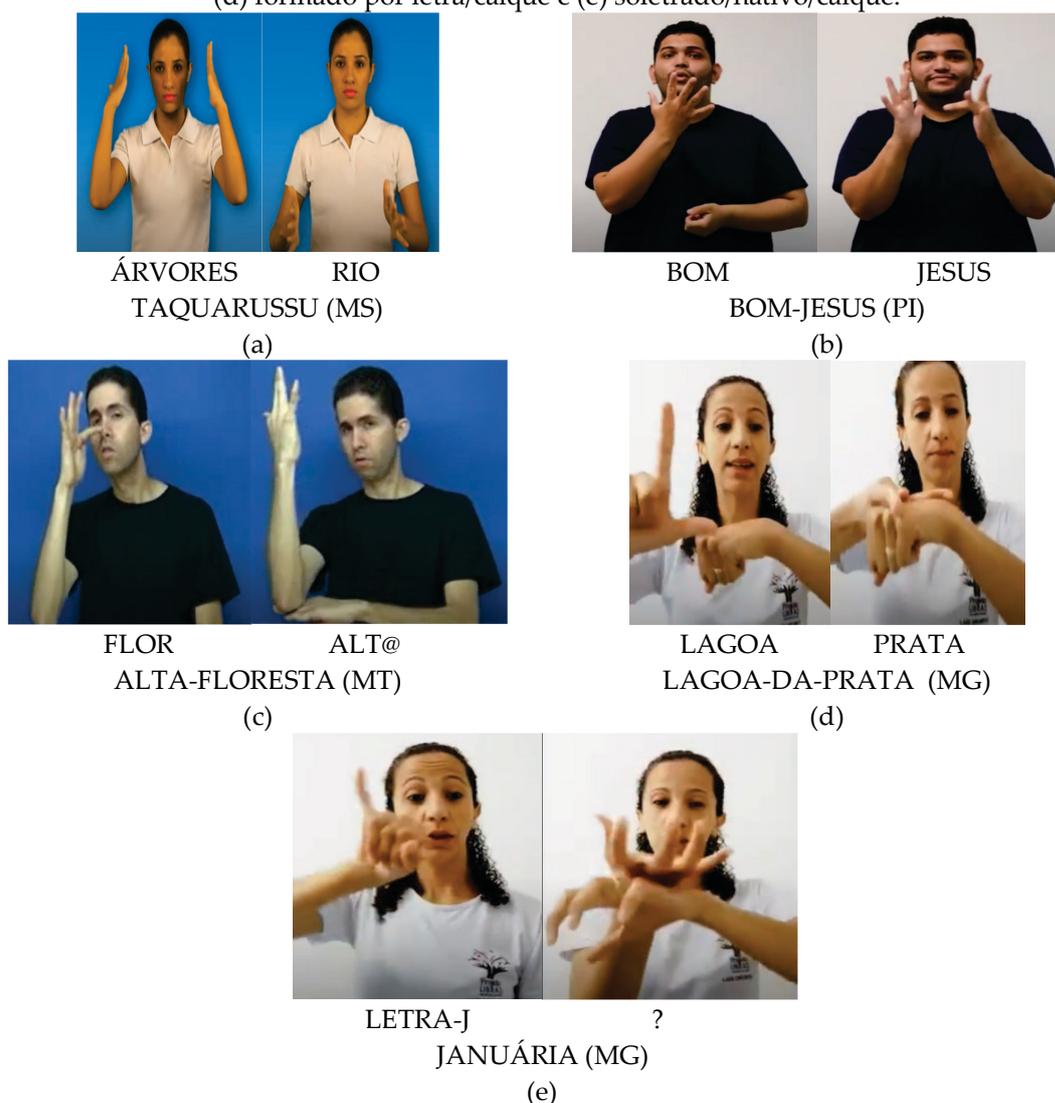


Fonte: (a) <https://www.youtube.com/watch?v=05JqJtCnQfY>;  
 (b) <https://redesurdosce.ufc.br/municipios-do-ceara/>;  
 (c) <https://www.youtube.com/watch?v=Zrf2yKnnAAk>;  
 (d) <https://www.youtube.com/watch?v=hs9svNvHfPQ>;  
 (e) <https://www.youtube.com/watch?v=iYiwrWCDW1o>.

Topônimos compostos sequenciais foram menos frequentes, representando apenas 9,5% dos dados. Como ilustração dessas formações, citamos os sinais em (23). TAQUARUSSU (MS) (Figura 23a) exemplifica topônimos formados sem influência do português, uma vez que os sinais que o constituem, ÁRVORES e RIO, diferentemente dos que formam BOM-JESUS (PI) (Figura 23b) e traduzem literalmente o topônimo em português, devem representar aspectos visuais do local designado. ALTA-FLORESTA (MT) (Figura 23c), por sua vez, é formado por FLOR e ALT@, este último constituído por inicialização, justamente porque nele a configuração em 1 do segundo sinal é substituída pela configuração em F, que remete à segunda palavra do topônimo correspondente em português. Por fim, LAGOA-DA-PRATA (MG) (Figura 23d) e JANUÁRIA (MG) (Figura 23e) ilustram, respectivamente, um composto formado por letra e outro formado por soletração. Precisamente, no primeiro caso, a formação por letra se encontra na primeira parte do composto, realizada com a mão dominante, configurada em L em referência à

inicial do topônimo do português, fazendo um círculo em volta da mão não dominante, configurada em S. Já no segundo topônimo, a primeira parte do sinal constitui-se da sinalização da letra J, inicial do topônimo correspondente em português. No caso de JANUÁRIA (MG), observa-se também a presença de um sinal, o segundo especificamente, sem relação com o português.

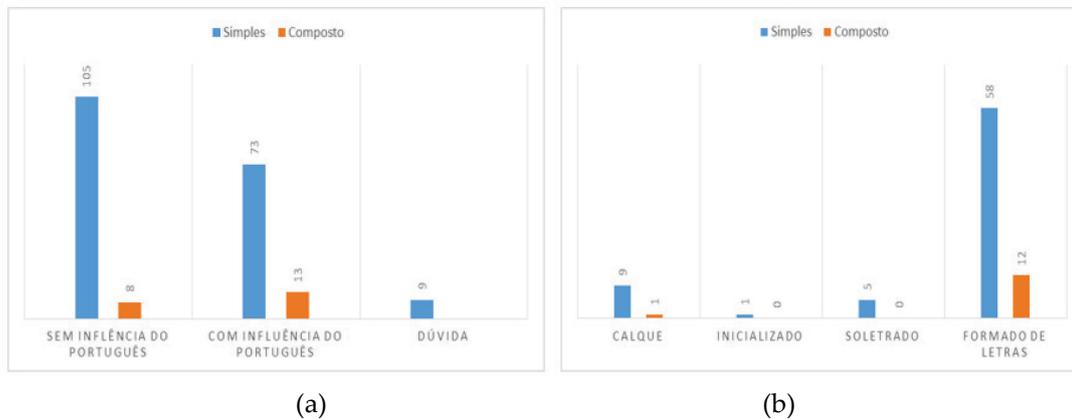
Figura 23 – Exemplos de topônimos compostos: (a) nativo, (b) calque, (c) inicializado/calque, (d) formado por letra/calque e (e) soletrado/nativo/calque.



Fonte: (a) <https://www.youtube.com/watch?v=u6hPV7GfphA>;  
(b) <https://youtu.be/EY8CRSi1HAU>;  
(c) [https://www.youtube.com/watch?v=sqE\\_HW5Qp98](https://www.youtube.com/watch?v=sqE_HW5Qp98);  
(d-e) <https://www.youtube.com/watch?v=hs9svNvHfPQ>.

Embora os resultados referentes às cinco regiões brasileiras sugiram que estas não se diferenciem entre si em relação à frequência dos diferentes tipos de topônimos da Libras (Figura 17), a comparação entre os estados revelou que os topônimos do Ceará se distinguem dos demais justamente por terem sido, em sua maioria, criados sem a influência do português (Figura 24a). Apesar disso, entre os empréstimos, os topônimos referentes aos municípios do Ceará seguem a tendência geral, ou seja, são predominantemente formados a partir de letras do alfabeto manual (Figura 24b).

Figura 24 – Frequência, por categoria e subcategoria, dos topônimos do Ceará.



Fonte: produzida pelos autores.

A análise desses 888 topônimos revelou ainda a existência de casos mistos, ou seja, de topônimos formados por mais de um dos processos observados entre os empréstimos. Entre os sinais simples, um exemplo desses casos é o sinal para o município Rio Acima (MG), no qual se vê não apenas a inicialização (substituição da configuração típica do sinal RIO pela configuração referente à letra R), mas também uma tradução literal do topônimo do português, calque, dado que o sinal RIO é feito com movimento para cima e não para frente (Figura 25).

Figura 25 – Topônimo formado por mais de um processo.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=hs9svNvHfPQ>.

Já entre os compostos, podemos citar os sinais ALTA-FLORESTA (MT) (Figura 23c) e LAGOA-DA-PRATA (Figura 23d). Conforme descrito anteriormente, tais sinais incluem em suas formações, respectivamente, um sinal inicializado e um sinal formado a partir de uma letra do alfabeto manual. Simultaneamente, o composto é formado por calque, uma vez que a seleção e ordem de suas partes espelham o topônimo correspondente em português.

## 5 Considerações finais

Com base na pesquisa de Urbanski, Xavier e Ferreira (2019) e Ferreira e Xavier (2019), este trabalho objetivou contribuir com a descrição de topônimos da Libras, determinando se são nativos, ou seja, formados sem influência do português, ou empréstimos, isto é, formados com alguma influência do português. Neste último caso, determinou-se também se os topônimos coletados resultam de tradução literal (calque), soletração, inicialização ou se são formados a partir de letras do alfabeto manual combinadas com outros parâmetros da Libras.

De forma geral, os resultados aqui reportados reforçam os obtidos por Souza- Júnior (2012), Aguiar (2012), Sousa e Quadros (2019a), Urbanski, Xavier e Ferreira e Ferreira e Xavier, uma vez que entre os 888 topônimos coletados de vídeos do Youtube predominam empréstimos do português. Essa tendência só

não foi confirmada nos dados do Ceará, único estado cujos topônimos referentes a seus municípios são predominantemente nativos.

O presente estudo também mostrou que, semelhantemente a Urbanski, Xavier e Ferreira e Ferreira e Xavier, são mais frequentes entre os empréstimos os topônimos formados por letras. Adicionalmente, evidenciou-se também a existência de topônimos mistos, ou seja, formados por mais de um dos quatro processos identificados entre os empréstimos. Tal fato não invalida as categorias que propomos em trabalhos anteriores. Como se viu, elas puderam ser aplicadas à maioria dos dados e, nos casos mistos, ofereceram recursos para decompô-los analiticamente em termos delas.

Por se tratar de um estudo baseado em apenas 888 topônimos da Libras, os quais correspondem a 20% dos municípios dos 14 estados e das regiões administrativas do Distrito Federal, os resultados aqui reportados devem ser tomados com cautela. As regiões não foram representadas de forma equilibrada, tampouco os estados. Há muito trabalho ainda por fazer, não apenas em termos amostrais, mas também em relação ao aprofundamento da análise das categorias e subcategorias aqui propostas.

## Referências Bibliográficas

ADAM, R. **Language contact and borrowing**. In: PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. (org.). *Sign language: An international handbook*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012. p. 841–861. DOI <https://doi.org/10.1515/9783110261325.841>

AGUIAR, M. C. de. **Descrição e análise dos sinais topônimos da Libras**. In: ALBRES, N. A.; XAVIER, A. N. (org.). *Libras em estudo: descrição e análise*. São Paulo: FENEIS, 2012. p. 109-121.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURÍCIO, A. C. L. *Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Libras)*

baseado em *Linguística e Neurociências Cognitivas*, Volume 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Inep/Cnpq/Capes, 2009.

CAMPELO, A. R. de S.; LESSER, V. A. de S. Introdução da letra sinalizada como empréstimo linguístico nas noventa e duas cidades do estado do Rio de Janeiro: fato natural? *In: CASTRO JÚNIOR, G. de; PROMETI, D.; TUXI, P.; RODRIGUES, S. Anais do I Congresso Internacional de Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Terminografia das Línguas de Sinais e II Fórum Internacional sobre Produção de Glossários e Dicionários em Línguas de Sinais*. 1. ed., v. 1. Curitiba: Appris, 2019. p. 294-313.

CHAIBUE, K. **Onomástica e Libras em Formosa-GO**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, em preparação.

CHAVES, M. M.; LOBATO, H. K. G; SILVA, L. F. R. O nome de lugares na língua de sinais brasileira e a análise de três localidades do estado do Pará. *In: CASTRO JÚNIOR, G. de; PROMETI, D.; TUXI, P.; RODRIGUES, S. Anais do I Congresso Internacional de Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Terminografia das Línguas de Sinais e II Fórum Internacional sobre Produção de Glossários e Dicionários em Línguas de Sinais*. 1. ed., v. 1. Curitiba: Appris, 2019. p. 373-383.

DICK, M. V. de P. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

FERREIRA, D.; XAVIER, A. N. Topônimos na Libras: análise preliminar de sinais que designam bairros de Curitiba. *In: XXI SEMANA DE LETRAS - UFPR - Universidade Federal do Paraná, Volume II, Curitiba, Trabalhos completos [...]*. p. 6-18, 2019.

FERREIRA, D. B. dos S. **Estudo toponímico do centro comercial de Feira de Santana-BA: línguas orais e Libras**. 186f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

FRANCISQUINI, I. de A. **O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranaíba**. 1998. 255 f. Dissertação (Mestrado) – UEL, Londrina, 1998.

JESUS, C. M. A. de. **Estudo toponímico dos bairros de Feira de Santana-BA: línguas orais e Libras**. 169f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

MIRANDA, R. G. de. **Toponímia em Libras**: descrição dos sinais dos municípios do Tocantins. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2020.

NASCIMENTO, C. B. Alfabeto manual da língua de sinais brasileira (Libras): uma fonte produtiva para importar palavras da língua portuguesa. **Revista Trama**, v. 7, n. 14, p. 33-55, 2011.

NUNES, R. de J. **Os sinais de denominações municipais de Sergipe em Libras**: descrição e análise. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Libras) – Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe FANESE, Aracaju, 2018.

SOUZA-JÚNIOR, J. E. G. de. **Nomeação de lugares na língua de sinais brasileira. Uma perspectiva de toponímia por sinais**. 2012. 346 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – UnB. Brasília, 2012.

SOUSA, A. M. de; QUADROS, R. M. Toponímia em Libras: aspectos formais e motivacionais dos sinais toponímicos dos municípios acreanos. *In*: CAVALHEIRO, J.; LUDWIG, C. R.; LANES, E. J. (org.). **Linguagem, ensino e formação docente**. Manaus: Editora UEA, 2019a.

SOUSA, A. M de.; QUADROS, R. M. O *Web Software* Toponímia em Libras: pesquisa e ensino. *In*: SOUZA, Alexandre Melo de; GARCIA, Rosane; SANTOS, Tatiane Castro dos (org.). **Perspectivas para o ensino de línguas 3**. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2019b. Disponível em:

<https://ebookspedroejoaoeditores.wordpress.com/2019/09/13/perspectivas-para-o-ensino-de-linguas-volume-3/>. Acesso em: 10 out. 2020.

SOUZA, K. M. de; NOVODVORSKI, A. Toponímia em Libras: Análise da origem motivacional em sinais toponímicos do Estado de Goiás. **Revista do Sell**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 36-54, 2020. DOI <https://doi.org/10.18554/rs.v9i1.4106>

URBANSKI, I. R. W.; XAVIER, A. N.; FERREIRA, D. Topônimos na Libras: análise preliminar de sinais que nomeiam cidades do estado do Paraná. *In*: **XXI SEMANA DE LETRAS** - UFPR - Universidade Federal do Paraná, Volume II, Curitiba, Trabalhos completos [...]. Universidade Federal do Paraná, 2019. p. 64-73.

## APÊNDICE – LINKS DO YOUTUBE

Região	Estado	Link
Norte	AC	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=C2YAyUOwUCY">https://www.youtube.com/watch?v=C2YAyUOwUCY</a> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=sgehwhmx8n8">https://www.youtube.com/watch?v=sgehwhmx8n8</a>
	PA	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=05JqJtCnQfY">https://www.youtube.com/watch?v=05JqJtCnQfY</a>
Nordeste	CE	<a href="https://redesurdosce.ufc.br/municipios-do-ceara/">https://redesurdosce.ufc.br/municipios-do-ceara/</a>
	PE	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Vn7Yzt74v8g">https://www.youtube.com/watch?v=Vn7Yzt74v8g</a> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=UV3nQTY-wig">https://www.youtube.com/watch?v=UV3nQTY-wig</a>
	MA	<a href="https://www.youtube.com/channel/UCJOSYwumI01vxsBbkg_p_mA">https://www.youtube.com/channel/UCJOSYwumI01vxsBbkg_p_mA</a>
	RN	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=GxkkW9QiyNl">https://www.youtube.com/watch?v=GxkkW9QiyNl</a>
Centro-Oeste	DF	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=Zrf2yKnnAAk">https://www.youtube.com/watch?v=Zrf2yKnnAAk</a> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=165bk1M_N58">https://www.youtube.com/watch?v=165bk1M_N58</a> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=vQCKlkaH8IA">https://www.youtube.com/watch?v=vQCKlkaH8IA</a>
	MT	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=sqE_HW5Qp98">https://www.youtube.com/watch?v=sqE_HW5Qp98</a>
	MS	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=u6hPV7GfphA">https://www.youtube.com/watch?v=u6hPV7GfphA</a> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=WDVrgEgCKFc">https://www.youtube.com/watch?v=WDVrgEgCKFc</a>
Sudeste	MG	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=hs9svNvHfPQ">https://www.youtube.com/watch?v=hs9svNvHfPQ</a> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=ee19aeaFqdU">https://www.youtube.com/watch?v=ee19aeaFqdU</a> <a href="https://www.youtube.com/channel/UCBMCoXdeIq_NP6ihSh0RI_w/search?query=cidade">https://www.youtube.com/channel/UCBMCoXdeIq_NP6ihSh0RI_w/search?query=cidade</a>
	SP	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=4SeSAn13ZP0">https://www.youtube.com/watch?v=4SeSAn13ZP0</a> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=b-XJE_Ko9Ys">https://www.youtube.com/watch?v=b-XJE_Ko9Ys</a> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=-mJJhwhuWJU">https://www.youtube.com/watch?v=-mJJhwhuWJU</a> <a href="https://www.youtube.com/channel/UCYa209a1Yf2-1pmnG_rqyTw/search?query=cidade">https://www.youtube.com/channel/UCYa209a1Yf2-1pmnG_rqyTw/search?query=cidade</a>
	ES	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=X6uV-TxgkqI">https://www.youtube.com/watch?v=X6uV-TxgkqI</a>
Sul	PR	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=ILYhPg_jNIQ">https://www.youtube.com/watch?v=ILYhPg_jNIQ</a> <a href="https://youtu.be/EY8CRSi1HAU">https://youtu.be/EY8CRSi1HAU</a>
	SC	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=iYiwrWCDW1o">https://www.youtube.com/watch?v=iYiwrWCDW1o</a>
	RS	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=jKquphgkeVk">https://www.youtube.com/watch?v=jKquphgkeVk</a> <a href="https://www.youtube.com/watch?v=UIsdx8s-pHo">https://www.youtube.com/watch?v=UIsdx8s-pHo</a>

Artigo recebido em: 11.10.2020

Artigo aprovado em: 23.12.2020

## Leal e benemerita pérola do Recôncavo Baiano: influências históricas e culturais na toponímia de Santo Amaro da Purificação

### Loyal and meritorious pearl of Bahian Recôncavo: historical and cultural influences in the Santo Amaro da Purificação toponymy

*Tainá da Silva SANTOS\**

*Eduardo Ferreira dos SANTOS\*\**

---

**RESUMO:** Nosso trabalho tem como objetivo apresentar alguns aspectos da toponímia da cidade de Santo Amaro da Purificação, localizada no Recôncavo Baiano. Assim, retomamos trabalhos que consideram a relação toponímica como uma realidade influenciada por fatores sócio-histórico-culturais dentro de um tempo histórico, marcado pelo culto a homenagens, além de trabalhos que estudam a historicidade de Santo Amaro e do Recôncavo. Para alcançarmos nossos objetivos, partimos para uma exploração e descrição de alguns espaços do município buscando compreender as nomenclaturas que são lhe dadas, sejam no âmbito oficial ou pela nomeação popular. Os resultados, mesmo que preliminares, apontam que mesmo com uma toponímia imposta por formalidades políticas, a população ressignifica esses nomes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Toponímia Oficial. Toponímia Popular. História. Santo Amaro.

**ABSTRACT:** Our work aims to present some aspects of the toponymy of the city of Santo Amaro da Purificação, located in Recôncavo Baiano. Thus, we resume works that consider the toponymic relationship as a reality influenced by socio-historical-cultural factors within a historical time, marked by the cult of honors, in addition to works that study the historicity of Santo Amaro and Recôncavo. In order to achieve our goals, we set out to explore and describe some spaces in the municipality, seeking to understand the nomenclatures that are given to them, either at the official level or by popular nomination. The results, even if preliminary, point out that even with a toponymy imposed by political formalities, the population signifies these names.

**KEYWORDS:** Official Toponymy. Popular Toponymy. History. Santo Amaro.

---

---

\* Licenciada em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), campus dos Malês. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4033-5759>. [taina\\_ssantos@outlook.com](mailto:taina_ssantos@outlook.com).

\*\* Doutor em Letras pela USP. Professor do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), campus dos Malês. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9127-9235>. [eduardo@unilab.edu.br](mailto:eduardo@unilab.edu.br).

## 1 Introdução

Diversos grupos sociais utilizam-se de suas culturas e traços ideológicos para nomearem signos distintos, que englobam desde nome de pessoas ou espaços naturais. A natureza em si e a própria realidade fazem parte dessa construção, ao lado dos fatos memoráveis, já que “são recortes de uma realidade vivenciada, conscientemente, ou não, pelo denominador isolado ou pelo próprio grupo, numa absorção coletiva dos valores especiais que representam a mentalidade do tempo histórico ou ethos grupal” (DICK, 1998, p. 97).

Desse modo, sendo uma prática social, cujos resultados resgatam histórias de fixação ou vitalização de nomenclaturas, podemos dizer que existe uma relação entre dimensões variáveis (forma, tamanho, constituição natural, narrativas de habitantes e outros fatores) que contribuem na designação desses signos linguísticos.

Segundo Biderman (2006, p. 35):

Ao dar nomes às entidades perceptíveis e apreendidas no universo cognoscível, o homem as classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao identificar semelhanças e, inversamente, discriminar os traços distintivos que individualizam estes referentes em entidades distintas, o homem foi estruturando o conhecimento do mundo que o cerca, dando nomes (palavras e termos) a essas entidades discriminadas.

Quando nos apropriamos dessa concepção, em função toponímica, tomamos o princípio de que o signo linguístico “representaria uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica (ou transparência) de seu significado” (DICK, 1980, p. 290). Nesse sentido, a própria nomenclatura geográfica comporta um caráter significativo comparado à realidade, que nem sempre será correspondido ao seu conceito ou a uma imagem acústica aproximativa de sua autenticidade, e uma especulação de cunho fantasioso poderá caracterizá-la.

A análise semântica empregada nos léxicos dos falantes santo-amarenses abre um leque de possibilidades de como essa comunidade vê o mundo, pois o “o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade” (OLIVEIRA; ESQUERDO, 2001, p. 9). A ideia de considerar significado como uma espécie de relação, e não de entidade, traz perspectivas da inter-relação entre nome, cultura, parte da história e diferentes grupos sociolinguísticos que se ampliaram no léxico de Santo Amaro.

Diante disso, a população da cidade de Santo Amaro esconde por trás dos seus costumes, valores que contribuíram direta e indiretamente na edificação simbólica da nomenclatura local. Embora existam meritocracias, e/ou homenagens significativas, é sempre o nome atribuído pelo povo que permanece e, graças a essa distinção, essa cidade torna-se parte da valorização sociocultural que emerge todo o sistema lexical dos indivíduos. E, ainda que não saibam, ou mesmo não haja interesse em buscar os porquês, o que vale é sempre a intenção de familiarizar o que se vê, ou têm-se como aspecto favorável.

Nessa perspectiva, nosso trabalho objetiva fazer um levantamento, não exaustivo, de influências históricas e culturais na toponímia da cidade de Santo Amaro. Além desta introdução (1), na seção 2 faremos uma breve abordagem da toponímia enquanto campo de estudo interdisciplinar e sua relação com o sistema lexical enquanto unidade de sentido e o papel da história e da cultura como influenciadores diretos nos nomes de lugar. Em seguida, na seção 3, apresentamos aspectos sócio-históricos, econômicos e culturais da cidade de Santo Amaro/BA. Na seção 4, há uma síntese acerca da pesquisa de campo e da metodologia para a realização do trabalho que nos levaram a análise toponímica apresentada na seção 5. As considerações finais encerram o trabalho mostrando que, como em qualquer outro lugar, o processo de nomeação simbólica perpassa por todo um processo de

civilização, porém, visibiliza que, em Santo Amaro, muitas dessas imposições nas nomeações têm sido rompidas.

## 2 Toponímia: uma breve definição

Nos estudos linguísticos, reserva-se à Onomástica os estudos sobre a origem dos nomes próprios, sendo subdivida em duas partes: a Antroponímia – que se volta para os estudos dos nomes próprios de pessoas – e a Toponímia – que tem como escopo o nome de lugares.

Segundo Pimenta (2003, p. 279), “a toponímia deriva de um modo de comunicação socialmente produzido culturalmente e apropriado.”. Para o autor, é impossível estudar isoladamente um aspecto dos dados dentro dessa abordagem contextual de significação, pois será a integração dos fatos sociais que agregará significados nas demarcações regionais, considerando a própria origem dos seus nomes. Com isso, é importante a interação do ser humano com a sua comunidade de fala, tendo em vista uma referência a ser lembrada em um espaço temporal.

Nos estudos toponímicos, há a retratação de fatores ideológicos advindos de uma vivência coletiva que mostra, ainda que indiretamente, traços de um recorte da própria realidade ou de uma representatividade idealizada, em que quase sempre se permeia uma homenagem, seja por alguma data-marco ou algum feito com impactos na sociedade, não raro acompanhada por designações de prestígio ou até mesmo de “bajulações” pessoais.

Os topônimos, então, apresentam-se como

Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal (DICK, 1990, p. 21-22).

Assim, a comunicação e a vivência social são instrumentos que facilitam essa escolha na nomeação, junto a fatores como sincretismo religioso, posicionamentos políticos, ideologias de esfera humanitária. O saber toponímico permite ao indivíduo, então, conhecer um pouco mais da sua cultura, história, tempo e espaço físico, sobretudo porque, ao trazer esses artefatos lidamos com a formação da nossa própria história.

A relação dos nomes dentro do campo icônico para o campo axiológico da relação semiótica na composição da palavra é interpretada dentro de uma seleção articulada pelo nomeador. Com isso:

[...] o texto toponímico ou onomástico vai-se construindo a partir de pequenos fragmentos de um domínio maior, em que a "palavra" e a sua "lógica interna" podem levar a sacralização ou ao realismo (...) para se tornar nome, a palavra passa por um experimento seletivo e interpretativo, que pressupõe a articulação pelo nomeador (ou enunciador/emissor) de conceitos, valores, intenções, códigos e usos convencionais (DICK, 1998, p. 101).

Dessa forma, a definição toponímica viabiliza a valorização do comportamento humano, e ultrapassa qualquer esfera linguística que a simplifique como uma nomeação qualquer. Acima disso está o homem, seu valor étnico, sua origem, sua língua, sua cultura, sua ideologia, seu lugar de fala e principalmente, suas memórias. A toponímia não deve ser tratada como um simples sistema que registra nomes do passado ou do presente, e sim, como um constante ativador de memórias ligado a lexicologia de cada sociedade.

A ação de nomear lugares e coisas é antiga, para além de ter muito da relação que fazemos com nossos antepassados, uma vez que, "foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais" (BIDERMAN, 1987, p. 81). Sabemos que a língua muda com o passar dos tempos e, assim como ela, o ato de criar e adquirir empréstimos linguísticos também. Nessa perspectiva, os topônimos atuam como

resultados dessa mudança e da comunicação entre povos que compactam da mesma comunidade, fonte de influência histórica.

Sendo o léxico, em uma de suas definições, o código linguístico que existe em uma comunidade, podemos atribuir à toponímia, uma noção de valor expressa por uma unidade lexical de sentido e que nos permite refletir sobre a relação entre significante e significado trazida pelos signos que nomeiam determinados lugares.

Para Biderman (1987), o léxico se processa com a cognição da realidade e com a categorização de experiências, cristalizado em signos linguísticos, ou seja, palavras. Dessa forma, é importante lembrar que:

Os conceitos são modos de ordenar os dados sensoriais da experiência. Através de um processo criativo de organização cognocitiva desses dados surgem as categorizações lingüísticas expressas em sistemas classificatórios: os léxicos das línguas naturais. Assim podemos afirmar que o homem desenvolveu uma estratégia engenhosa ao associar palavras a conceitos, que simbolizam os referentes (BIDERMAN, 1987, p. 82).

Embora pertença à realidade da sociedade, as formas de palavras empregadas nos nomes de lugar, em sua maioria, não possuem autonomia. Isso acontece porque, muitos dos nomes são concedidos por um poder que nem sempre escuta a vontade popular e por um sistema capitalista/mercadológico, com expressivo juízo de valor atribuído para privilegiar escolhas que exprimem a soberania imposta sobre a classe minoritária, com um ideal de meritocracia por vezes desconhecida e/ou desnecessária.

Essa política do branqueamento imposta não representa a identidade local quando, por exemplo, nomeia/homenageia um território com o nome de membros de uma suposta elite – e seus familiares, por exemplo – sem feitos positivos para à historicidade local. Será que é isso que a sociedade quer? Por que guardar simbolicamente uma nomenclatura que não nos representa? É muito mais válido e

importante registrar e valorizar aquilo que a terra oferece enquanto identidade étnico-cultural.

No entanto, o vocabulário atribuído pela população possui sua própria autonomia, já que o vocabulário de um indivíduo é um componente de seu idioleto, isto é, da língua que ele domina e fala e, como resultado, dá a esses lugares, novos topônimos e “apelidos”, de acordo aos aspectos de sua vivência e cultura. Os falantes transferem, para o seu local de convívio, a sua realidade de fala e fonte de interação com o meio e registro de sua historicidade.

A influência dos aspectos histórico-culturais na escolha da toponímia é simbólica, tanto na proporção geográfica, quanto na definição ideológica. Enaltecer o existente no mundo, aquilo que se traz como verdade, dentro de um processo desmistificador da realidade, é um resgate de memórias. Na nomenclatura local, o que se pretende é guardar aquilo que um dia se fez valer a pena, e é por isso que a história mais uma vez se relaciona com a cultura. Pensar que determinado lugar tem seu nome acarretado de um fator histórico, que gerou comoção nacional, é também prevalecer às características que adjetivam a comunidade.

Dar espaço àquilo que se traz como suporte cultural, vai mais além de qualquer mérito. Afinal de contas é com o indivíduo em sua relação sócio-histórico-cultural que estamos lidando. De que adianta nomear um lugar com um personagem que sequer se conhece a história? Será que, na sociedade um nome concedido por um costume, um momento, um morador memorável ou até brincadeiras, não teria uma ideologia simbólica?

De acordo com Dick (1998, p. 100):

A organização coletiva que conduz as relações dos indivíduos entre si traça uma rede semiótica de tensões e conflitos que se tornam a face visível do topônimo, no momento da doação. Assim, em função do dominante, definem-se situações reveladoras, pelos nomes

empregados, de poder, autoridade, opressão; e, no piano do dominado, submissão, obediência ou acomodação.

É muito mais fácil lembrar, saber, conhecer e até gravar os apelidos que damos numa íntima rotina de nossos costumes. Nesse sentido:

[...] os topônimos, como parte da língua de um povo, de sua documentação lexical (substratos e adstratos) de etnias e falares, espelham seus interesses, seus valores, sua realidade, estabelecendo, assim, uma relação fundamental entre a língua e a cultura dessa comunidade (...) os nomes dos topos também são importantes porque neles são registradas ocorrências históricas, sociais e linguísticas de um povo (...) as várias manifestações da língua poderão manter-se vivas na Toponímia local, já que, às vezes, o topônimo é o único registro das marcas do acidente físico ou das circunstâncias que motivaram seu batismo (MATOS, 2018, p. 37).

### **3 Leal e Benemerita Pérola do Recôncavo: a cidade de Santo Amaro da Purificação**

Para falarmos de Santo Amaro, é necessário que façamos uma breve apresentação do que se entende pela região conhecida como Recôncavo Baiano e onde se localiza o município. Seguindo Nacif (2010):

O termo recôncavo, originalmente usado para designar o conjunto de terras em torno de qualquer baía, se associou, no Brasil, desde os primórdios da colonização, à região que forma um arco em torno da Baía de Todos-os-Santos. Essa região se caracteriza não apenas pelas suas incríveis variáveis físico-naturais, mas, sobretudo, por sua história e dinâmica sociocultural.

É bastante conhecida a emergência do complexo canavieiro ao norte dessa Baía (nos solos localmente denominados massapês), associado, no sul do Recôncavo e ao norte de Salvador, à produção de gêneros alimentícios, madeiras e fumo. Nesse processo, os colonizadores portugueses dizimaram dezenas de aldeias tupinambás e fizeram do Recôncavo um dos principais destinos da diáspora africana. Aqui, as ações dos donos do poder encontraram infinitas formas de resistências por meio de rebeliões, fugas, negociações e redimensionamentos culturais, exercitadas pelos povos dominados.

Santo Amaro nasceu com o nome de Villa de Sam Francisco da Barra de Sergipe do Conde e renomeada, em 5 de janeiro de 1727 para Vila e Município de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro. Com a lei provincial n.º43, de 13 de março de 1837, a vila foi elevada a condição de município e recebeu o nome pelo qual a conhecemos atualmente.

A cidade é aclamada por Leal e Benemerita Pérola do Recôncavo devido a muitas colaborações prestadas. No período imperial, recebe o título de “Leal e Benemerita” por causa de suas contribuições no processo de independência do Brasil. Nos tempos atuais, é também nomeada “Pérola do Recôncavo”, sobretudo pelas riquezas socioculturais que o município tem. Essas duas alcunhas já apontam para traços de uma memória marcada por recortes da realidade que, de certa forma, homenageiam um espaço repleto de histórias.

De acordo com o último censo feito pelo IBGE, em 2010, Santo Amaro possui 57800 habitantes<sup>1</sup> distribuídos em três distritos – Santo Amaro (sede), Acupe e Oliveira dos Campinhos – além de alguns povoados na zona rural. O município faz divisa com os distritos de Saubara, São Francisco do Conde, Mata da Aliança, Humildes e Afligidos. Além disso, há os municípios de Conceição do Jacuípe, Amélia Rodrigues, Feira de Santana, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, Saubara, Cachoeira e São Gonçalo dos Campos como municípios limítrofes.

Santo Amaro encontra-se às margens dos rios Serjimirim e Subaé, sendo este último, apesar de sua poluição, importante para a economia até os dias de hoje. Por falar em economia, o município tem entre suas principais atividades a agricultura e a pecuária, embora já tivesse algumas fábricas importantes instaladas em suas terras.

O solo fértil do tipo massapé contribuiu para que Santo Amaro fosse destaque na produção de farinha de mandioca e cana-de-açúcar – as duas principais fontes de

---

<sup>1</sup> Cf. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-amaro/panorama>. Acesso em: 14 set. 2020.

renda por muito tempo –; fumo; milho; feijão andu (guandu) – típico da região; corda; mangalô; fava; raízes; frutas tropicais; legumes e verduras.

O pescado e o marisco movimentam outra parte da economia em Santo Amaro, principalmente no distrito de Acupe. O mercado da cidade é vislumbrado todos os dias com esse tipo de mercadoria. O diferencial está no marisco encontrado na região, o famoso mapé, sururu, ostra, goiamum, aratu, fuminho, lambreta, entre outros. Seu pescado movimenta o comércio de camarão, visto que, o distrito de Acupe tem um grande viveiro e os peixes encontrados nas águas doces da cidade têm um sabor diferenciado. Na maré da Caeira, parte do bairro do Trapiche, podem ser encontrados tipos como tilápia, traíra, carapeba, acari, rubalo, acará, amoreira, bagre, pitu (semelhante à lagosta), peixes grandes com carnes macias e levemente adocicadas.

Um outro destaque do município é o turismo que acontece em grande escala em períodos de veraneio. A cidade tem muitas cachoeiras pequenas, como a da Vitória e a do Urubu, poços, como o da Mãe d'água, ambos com acesso por meio de trilha, pequenos riachos, como o da Lastrela, e uma praia, Itapema.

O que de fato movimenta Santo Amaro é a tradicional novena de Nossa Senhora da Purificação e os festejos que acontecem entre esses nove dias, além da tradicional lavagem da cidade. Anualmente, nos últimos dias do mês de janeiro e dois primeiros dias do mês de fevereiro, totalizando nove dias, a cidade recebe fieis de diversos lugares e, juntos, cultuam da fé católica e os festejos profanos que acontecem em tempo similar. Nesta semana, no último domingo do mês de janeiro, a igreja não celebra missa e o cortejo baiano realiza a tradicional lavagem da escadaria da igreja matriz, saindo da residência da considerada matriarca da cidade, já falecida, Dona Canô. Muitos personagens locais e famosos participam desse momento.

Turistas de diversos estados e países vêm conhecer o sincretismo religioso que move o município. Na semana da data da abolição da escravatura no Brasil, 13 de maio, acontece o famoso “Bembé do Mercado”. A celebração é tradição na cidade há

130 anos, com a cerimônia do candomblé e as manifestações que tal religião desenvolveu enquanto cultura afro-brasileira. Há o culto aos orixás, exceto na sexta-feira, em respeito a Oxalá, e no domingo, saem os presentes destinados as Iabás Oxum e Iemanjá, que são arriados em oferendas na praia de Itapema.

Das diversas histórias que envolvem Santo Amaro, destacamos o “Nego Fugido”, uma figura que simboliza os negros que se escondiam nas matas e buscavam quilombos para se verem livres dos capitães do mato que se empenhavam em suas caçadas. Até hoje essas histórias são reproduzidas, por exemplo, no distrito de Acupe, uma vez que, esse fora um dos primeiros quilombos do período escravocrata para onde os escravos refugiavam. Além do “Nego Fugido”, temos as “caretas de Acupe”, com um toque de terror nas máscaras usadas pelas pessoas, mas também com tom lúdico, principalmente no Carnaval.

No campo artístico, a cidade é (re)conhecida pelos seus ilustres filhos da terra, como na área musical com Dona Edith do Prato, Nicinha do Samba, Caetano Veloso, intérpretes, Maria Bethânia, Roberto Mendes; na literatura com escritores como Professora Maria Mutti e poetas como Nestor de Oliveira e Vancir Salles; no campo científico, com doutores e pesquisadores, como Osvaldo Cruz, Elvira de Queiroz, João Araújo e José Silveira.

#### **4 Percurso metodológico**

As bases metodológicas para o levantamento dos topônimos se caracterizam enquanto pesquisa qualitativa, com finalidade exploratória e descritiva, uma vez que, através de dados narrativos, bem como de artefatos históricos e culturais (conversação/entrevistas, observação e livros com a historicidade da cidade) foram estudadas contribuições e influências sócio-histórico-culturais acerca da toponímia de Santo Amaro.

Segundo Minayo (2007 *apud* SILVA *et al.*, 2018, p. 169):

Na abordagem qualitativa, a subjetividade e o simbolismo estão presentes, possibilitando uma aproximação aprofundada dos significados das relações humanas, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim, o trabalho apresenta interpretações de diferentes contextos.

Uma parte de nossa análise dá-se pelos relatos de conhecimento pessoal advindos de um dos autores deste trabalho, uma cidadã santo-amarense. A partir de sua vivência, consideramos seu próprio conhecimento sobre o município, relatos repassados entre familiares, entes próximos e moradores da cidade, no que concerne aos nomes/nomeação dos espaços de Santo Amaro, destacando o papel do indivíduo na construção identitária cultural. Essa representatividade é imprescindível para que possamos entender como essas construções traduzem um conceito de identidade, a qual se faz a partir de vivências e registros socioculturais. Por isso, a utilização de dados/relatos de pequenos grupos sociais faz-se relevante à medida que mostra a importância de compreender Santo Amaro enquanto cidade do Recôncavo Baiano, e principalmente, as diversas possibilidades de identidade cultural deste lugar.

Outro processo para o levantamento de dados consistiu no exame das escrituras dos acervos e arquivos da cidade (Casa Veloso, Casa Fundação José Silveira e a Biblioteca José Silveira), além dos documentos que indicavam nomenclaturas extintas e atuais encontradas no acervo da prefeitura municipal. Também foram consultadas páginas oficiais do município na internet, assim como consultas aos periódicos online que abordavam tanto a temática da toponímia em geral, como trabalhos que privilegiavam aspectos sócio-históricos de Santo Amaro.

Prosseguindo, foram analisados os comportamentos de alguns topônimos mediante algumas situações, sobretudo, seu uso real enquanto marca identitária,

cotejando as informações advindas da interação com os munícipes e com os documentos/materiais oficiais impressos.

## **5 Influências históricas e culturais na toponímia de Santo Amaro da Purificação**

A composição dos topônimos de Santo Amaro decorre da macrovisão de sua cultura e de homenagens a personagens que marcaram o território, composta por uma elite branca, indígenas e quilombolas que contribuíram para isso.

Seja em vida ou em morte, esses personagens tornaram-se memoráveis por bons ou maus feitos e trazer essas convicções para os santo-amarenses permite reverenciar um pedaço da história que ainda não fora explorada. Aproximamo-nos, assim, de Dick (1998, p. 99) ao apontar que “tudo é homenagem, culto à personalidade do indivíduo, sacralização em vida de um procedimento que os modernos institucionalizaram como medida pós-morte”.

Iniciando pelo nome da cidade, notamos que a apelidação dada ultrapassa qualquer escrito no mapa, sobretudo, porque o nome oficial registrado é Santo Amaro. Porém, a população do município, em sua grande maioria, sempre adota um complemento que representa o sincretismo religioso, a representação da figura “pura e casta da virgem Nossa Senhora da Purificação”, ou seja, a imagem de Maria (mãe de Cristo) representada em uma das muitas versões católicas, que de alguma forma simboliza a fé de muitos santo-amarenses, resultando assim, em Santo Amaro da Purificação. Decerto, o poder e a influência católica na região ativaram essa tradição. É possível perceber isso em um trecho do registro histórico da cidade, disponibilizado na biblioteca virtual do IBGE:

Como o referido sítio não fosse conveniente fundou-se, meia légua acima, uma igreja no lugar denominado Santo Amaro, por existir nele uma capela consagrada ao Santo desse nome, além de pequeno núcleo de colonos vizinhos, origem da atual Cidade. Com a posterior criação

da freguesia, passou a localidade a denominar-se, não oficialmente, Santo Amaro da Purificação.

A cada mudança governamental, alguns espaços têm seu topônimo modificado e pouquíssimas mudanças refletem alguma vontade popular, pois, geralmente, são utilizados nomes de parentes ou pessoas próximas desses personagens governamentais ou homenagens a pessoas ilustres e conhecidas, mas não necessariamente com algum vínculo com o município.

Reforça-se, assim, o questionamento de que até que ponto a comunidade intervém nessas escolhas. Será que os santo-amarenses concordam com essas homenagens hierárquicas? Será que sabem como são feitas essas escolhas? Por que não interferem? O que fazer diante do descaso? Será que a comunidade nota situações como essa? É difícil responder algumas dessas questões, sobretudo pela própria falta de interesse em buscar, conhecer, e/ou até mesmo entender o motivo dessas homenagens e nomeações dos espaços.

Como exemplo, podemos tomar o estádio municipal de futebol da cidade, nomeado “Estádio Municipal Jonathas Enéas do Carmo”. Quem foi Jonathas? A população local conhece ou reconhece seu papel no município? Qual o simbolismo dessa nomeação para a cidade? Em nossa interação com alguns munícipes, e destacamos, a maioria, responderem não conhecer a figura destacada pelo nome do estádio. No entanto, para o ex-prefeito da cidade, único reeleito na história de Santo Amaro, Ricardo Jasson Magalhães Machado do Carmo, esse topônimo tem alguma importância, e de certa forma, representatividade, uma vez que o nome do estádio alude a um parente seu.

Dick (1998, p. 118) aborda bem essa questão ao enfatizar que:

[...] O que muda de uma região a outra e mesmo em tempos cíclicos, e a personagem homenageada. Existem as constantes, sempre presentes na onomástica, os dirigentes políticos, reis, imperadores, os que fazem

a história da terra e do povo, independentemente dos reais méritos. Mas há também os que nada produziram em prol da coletividade, o seu raio de atuação não ultrapassando o pequeno núcleo onde viveram; mesmo assim conseguem uma homenagem, ainda que a comunidade não participe da escolha e reaja de modo indiferente ao novo nome.

Ainda no âmbito das homenagens, temos no município a “Rua Presidente Kennedy”. Levantamento em arquivos históricos ou consultas aos moradores e/ou conhecedores da história de Santo Amaro não apontam nenhuma presença de pessoa ilustre ou cidadão comum santo-amarense com esta alcunha. Acreditamos ser, então, uma menção ao presidente norte-americano John Fitzgerald Kennedy, ou JFK como era também conhecido, assassinado em 22 de novembro de 1963, tendo iniciado seu mandato em 1961. Não é raro, inclusive, diversos logradouros em território brasileiro levarem o nome de JFK o que parece ser um caso típico de nomeação a partir de uma persona estrangeira. Dick (1998, p.100) explicita como funciona a homenagem:

[...] a homenagem, no caso, nivela as diferenças, igualando-as no uso onomástico. No fundo, o que permeia essas ligações é a presença do denominador, que poderá ser, ou não, o próprio homenageado; quando não o for, costuma-se levar em conta, no processo, fatores como "comoção nacional", "impacto na sociedade", a justificar a escolha (DICK, 1998, p. 100). ]

Nesse sentido, ficam as perguntas: Qual relevância esse personagem tem para Santo Amaro? Qual a influência dessa figura na historicidade da cidade? Acreditamos que a maioria não saiba responder a essas perguntas. Assim

A organização coletiva que conduz as relações dos indivíduos entre si traça uma rede semiótica de tensões e conflitos que se tornam a face visível do topônimo, no momento da doação. Assim, em função do dominante, definem-se situações reveladoras, pelos nomes empregados, de poder, autoridade, opressão; e, no plano do dominado, submissão, obediência ou acomodação (DICK, 1998, p. 100).

O caso da “Rua Presidente Kennedy” é importante para exemplificarmos como a comunidade redefine o nome de um local. Em nossas consultas, a referida rua é sempre associada ao nome “Rua do Caquende”. Alguns santo-amarenses realizavam a pronúncia “Rua do Caquene” ou “Rua do Quene”, o que poderia apontar para uma redução fonológica da sílaba [di] de “Kennedy”. Ressaltamos, no entanto, que há registros da origem etimológica do termo “caquende” como sendo

curiosidade, freqüentemente associada à devoção de N.S. do Rosário, e existem várias ocorrências toponímicas nesse sentido: em Ouro Preto, Cachoeira do Campo, Sabará, contudo em Ouro Preto é intitulado “manancial de esgoto colonial a ser preservado a céu aberto com odores dos séculos” (ALVES *et al.* 2011, p. 94).

Também temos menção a “Zona do Caquende” como primeiro núcleo de povoamento da cidade de Cachoeira que, assim como Santo Amaro, faz parte do Recôncavo Baiano. Segundo Santana e Teixeira (2019, p. 101), a “Zona do Caquende”

teve origem quando da construção do convento da Ordem Terceira do Carmo. Acredita que naquele local vivia uma comunidade indígena, que exercia atividades de pescadores, de canoieiros e de artesãos. Por exemplo, a travessia de Cachoeira para São Felix pelo Rio Paraguaçu através de canoas era uma atividade desenvolvida pelos índios com a supervisão e a chancela da referida ordem. Essa prática sobreviveu até 1980 e todos os canoieiros, os artesãos, os ceramistas e os pescadores eram moradores do Caquende.

Assim como apontou Alves *et al.* (2011), “caquende” é uma ocorrência toponímica que ocorre em espaços geográficos diferentes. Chamou-nos a atenção que, em Santo Amaro, também ocorre uma devoção a Nossa Senhora do Rosário, como ocorre em Ouro Preto, com uma igreja no município e uma festa importante todo ano em homenagem a santa. Pontuamos, contudo, que próximo à rua não conseguimos detectar nenhum fato físico/concreto que remetesse a algum manancial em particular.

Santana e Teixeira (2019) não fazem menção a origem do termo “caquende” em si, mas também chamou-nos atenção as referências a presença indígena nesta zona na cidade de Cachoeira que guarda muitas similaridades históricas, políticas e sociais com Santo Amaro, destacando a forte presença indígena e negro-africana, tão características do Recôncavo.

Continuando na esfera da apelidação, podemos mencionar a “Rua Nova Esperança”, localizada na entrada da Fazenda da Pedra. Em nossa interpelação com alguns munícipes, a rua era reconhecida como “Rua do Xibiu sem Freio”. De acordo com moradores mais antigos, era nessa rua que alguns homens casados levavam meninas mais novas para namorar já que era um espaço ainda sem muitas casas e ocupação, de fato, e com um matagal extenso que facilitava o anonimato das ações destes homens. Ressalta-se, também, que o termo “xibiu” é utilizado popularmente para se referir ao órgão genital feminino.

Outra rua com apelidação é a “Rua Caetano Valadares” que todos chamam de “Rua das Viúvas”. Conta-se que, em período temporal não determinado, durante os festejos do Bembé do Mercado muitos maridos dessa rua faleceram nas proximidades do festejo ficando conhecida por esse apelido. Também temos a “Rua do Corre Nu” situada no quilombo de Cambuta, conhecido por “Conjunto Invasão da Nova Santo Amaro” (um dos quilombos da cidade). Esta rua passou a ser chamada desse modo porque, segundo moradores, um homem casado estava traindo sua esposa em um matagal da rua e, ao ser visto por alguns vizinhos, saiu correndo e sem roupas.

Em Santo Amaro, tivemos para além dos índios como nativos, a presença de brancos e de negros escravizados. Essa diversidade de povos reflete a sociedade brasileira que

de um modo geral, apresenta-se como uma composição étnica heterogênea, contraposta a uma homogeneidade lingüística definida pela língua padrão. A consequência de contato de povos diferentes foi a incorporação pelo léxico português de um vocabulário marcado por

termos dos três troncos indígenas reconhecidos (tupi, arwak, makro-jê) e de famílias não relacionadas a troncos (Karib), de africanismos coloniais e de estrangeirismos modernos e contemporâneos, além de elementos culturais e comportamentais propriamente ditos (DICK, 1998, p.106).

Em relação aos topônimos de origem indígena, temos que relacioná-los a presença dos índios das etnias Abatirá, Tupinambá e Caeté, considerados os nativos da cidade (CERQUEIRA, 2016, p. 23-25). Assim, podemos notar alguns logradouros que permanecem com uma etimologia indígena em seus nomes oficiais ou substituem por um outro nome de provável herança indígena:

Quadro 1 – Topônimos com influência indígena.

<b>Logradouro</b>	<b>Nomeação popular</b>
Rua 3 do Sinimbu	Sinimbu
Sítio Camaçari	Sítio Camaçari
Rua Barão de Sergy (Sergi)	Ponte Sergimirim
Serra da Pitanga	Serra da Pitanga

Fonte: elaborado pelos autores.

No Quadro 1, podemos notar que Sinimbu, Camaçari e Pitanga são topônimos de origem indígena que mantiveram a mesma forma na nomeação popular. Destaca-se, contudo, que o topônimo que se refere a um Barão, uma posição aristocrática, na nomeação popular é conhecido a partir de um nome de origem indígena (Sergimirim).

A cidade de Santo Amaro também foi cenário de grande participação de negros escravizados na constituição de seu povo. Segundo Pedreira (1977, p. 197):

Devido ao grande número de “engenhos” e a necessidade de braços para a lavoura de cana-de-açúcar, já que fôra proibida a escravização dos indígenas, os proprietários dos mesmos “engenhos” viram-se obrigados a recorrer à escravatura negra. Os negros, entretanto, vendo-se maltratados pelos “senhores”, revoltavam-se e, fugindo para os matos, formaram alí pequenas povoações bem defendidas e cercadas por estacas de madeira, que foram denominadas de “quilombos” ou “mocambos”.

Atualmente, reconhecemos alguns destes quilombos pelo nome de “São Braz”, “Acupe”, “Cambuta”, dentre outros, que mantêm vivos muitos dos aspectos sócio-histórico-culturais do município, principalmente no que diz respeito à herança africana. Um topônimo que marca essa constante luta por representatividade e memória do município está localizado no bairro Trapiche de Baixo, em uma das ruas que o interliga ao quilombo Cambuta: a “Rua 2 Travessa João Soldado”. De acordo com Santos (2016, p. 54), nome da rua “é uma homenagem a João Barbosa dos Santos ou, simplesmente, João Soldado, ex-pescador que morreu após salvar quatro pessoas”. Com certeza, João Soldado foi um personagem que marcou significativamente esses conterrâneos e é justamente essa representatividade que mostra a toponímia como resultado de homenagens ou devoção ao indivíduo, como já vimos em Dick (1998, p.99), principalmente como recurso pós-mortem.

Outra nomeação que merece destaque e está atrelado a um aspecto sociopolítico da cidade é o “Conjunto Invasão da Nova Santo Amaro”, localizado no quilombo Cambuta. Segundo Santos (2016, p. 53):

O conjunto Invasão da Nova Santo Amaro tem esse nome por ter sido formada a partir de uma provável invasão, iniciada na década de 1970, no mandato do prefeito Manoel Marques. Este conjunto faz divisa com outro conjunto, conhecido por abrigar a classe média santamarense, chamado Nova Santo Amaro. De acordo com Joaquim Filho, estudante de história da UFRB que participou da comissão do plano diretor urbano municipal da prefeitura de Santo Amaro, ao contrário da Invasão da Nova Santo Amaro, como próprio nome diz, o conjunto Nova Santo Amaro é reconhecida pela prefeitura e tem escritura registrada.

Vejamos outros topônimos com influência quilombola:

Quadro 2 – Topônimos com influência quilombola/africana.

<b>Logradouro</b>	<b>Nomeação popular</b>
Rua 2 Travessa João do Soldado	Rua João Soldado
Avenida 3 João Barbosa dos Santos	Rua João Soldado

Travessa 3 Tanque Sensala	Tanque Sensala
Travessa Iansã	Travessa Iansã

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir do Quadro 2, podemos notar que no município há logradouros que guardam uma certa memória de personagens locais e com importância, mesmo que afetiva, de um determinado espaço com identidade política-cultural como um quilombo e a figura de “João Soldado”, por exemplo. Além disso, destaca-se o termo “senzala” e “Iansã”, tão (re)conhecidos no âmbito de nossa memória e identidade afro-brasileira.

Ao lado dos índios e dos negros, outra parcela constitutiva da população santamarense deu-se pelos portugueses. Segundo Pedreira (1977, p. 214):

[...] a própria passagem da antiga povoação edificada na “várzea de Santo Amaro” a categoria de Vila e Município em 1727, se deu (...) porque naquelas plagas se assentara, de preferência, a aristocracia fidalga com os seus grandes latifúndios onde gemiam as gigantescas moendas dos engenhos, arrastadas pelos bois-de-carro e pelos negros escravos.

Chamaremos essa presença portuguesa como uma influência “aristocrática” no que concerne a alguns topônimos que encontramos na cidade, pois conforme veremos a seguir, baseia-se em personagens e estruturas políticas que fogem de uma representação popular. Para Dick (1998, p. 99):

Nomes assim constituídos destacam a relação dominante/dominado, ou melhor dizendo, o poder do mando e da sujeição, mesmo nas regiões em que o exercício de autoridade não se define pelo continuísmo ou pela transmissão hereditária. A toponímia antroponímica, por esses constituintes, reflete, subjacente a forma, motivos de ordem psicológica mais profunda, que levam o pesquisador a tentativas de explicação. Escapando do plano do próprio código, em nível interno, projetam-se no real ou no contexto externo. Nem sempre, porém, o modelo adotado se explica, exclusivamente por causas íntimas ou pessoais. Mas revela muito da

pressão social, da coerção que o próprio sistema impõe aos seus membros.

Quadro 3 – Topônimos com influência “aristocrática”.

<b>Logradouro</b>	<b>Nomeação popular</b>
Rua General Argolo	Rua Lisa
Avenida Viana Bandeira	Rua Direita
Rua Marechal Deodoro	Beco das Combes da Pedra
Avenida Presidente Vargas	Rua do Cigano/Rua do Fórum
Avenida Ferreira Bandeira	Estrada dos Carros
Avenida Presidente Kennedy	Rua do Caquende

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir do Quadro 3, podemos notar que nenhum logradouro que possui oficialmente uma menção a figuras do campo “aristocrático” sustenta sua nomeação no âmbito popular. Embora seja uma das principais vias da cidade, a Avenida Presidente Vargas é popularmente conhecida pelo órgão fundamental ali instalado: o Fórum. O mesmo vale para a Avenida Presidente Kennedy conhecida como Rua do Caquende, conforme apontamos anteriormente.

## 6 Considerações Finais

Em nossa breve exposição, buscamos apresentar alguns topônimos de Santo Amaro como resultados dos processos históricos, políticos e sociais que influenciam no município até os dias atuais.

Percebemos que alguns topônimos se referem a apelidações e registros não oficiais e, também, há questões de representatividade a serem exploradas e reconhecidas, como a homenagem feita a João Soldado, por exemplo.

É importante destacarmos a relevância dos estudos e as indagações sobre essas nomenclaturas, principalmente, porque existe uma insuficiência no banco de registros e dos acervos do município em relação aos topônimos de “Santinho”.

Aos conterrâneos, fica o apelo para que procurem saber a história do seu espaço e aos que já conhecem, transmitam-nas, para que possamos compreender as relações de poder e o papel que diferentes grupos sociais na toponímia de determinado lugar.

### Referências Bibliográficas

ALVES, K. S. *et al.* Inovações tecnológicas na sensibilização de moradores: uma proposta a ser aplicada para a preservação do córrego Caquente, Ouro Preto- Minas Gerais. *In: SEMANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA 2011. Anais da Semana de Ciência e Tecnologia.* Ouro Preto: Instituto Federal de Minas Gerais, 2011, p. (out., 2011).

BIDERMAN, M. T. C. A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. *Letras de Hoje*, v.22, n.4, p. 81-86, 1987. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/17049>. Acesso em: 25 set. 2020.

BIDERMAN, M. T. C. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. *Ciência e Cultura* [online], v.58, n.2, p.35-37, 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n2/a14v58n2.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

CERQUEIRA, M. S. **O indígena do passado santamarense.** Trabalho de Conclusão de Curso. UNILAB/IHLM, 2016.

CURVELO-MATOS, H. R. Estudo toponímico dos nomes de bairros de São Luís/MA. *Matraga*, v.25, 2018. DOI <https://doi.org/10.12957/matraga.2018.32129>

DICK, M. V. P. A. A estrutura do signo toponímico. *Língua e Literatura*, n. 9, 1980. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5963.lilit.1980.115875>

DICK, M. V. P. A. **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira.** 1ª. ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo/Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. P. A. Os nomes como marcadores ideológicos. *Acta Semiotica et Linguística*, v. 7, n. 1, p. 97-122, 1998. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/actas/article/view/16907/9631>. Acesso em: 29 set. 2020.

NACIF, P. G. S. Esta terra chamada Recôncavo Baiano. **Jornal A Tarde**, 16 de agosto de 2010. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/bibliotecacacfp/noticias/7-esta-terra-chamada-reconcavo-baiano>. Acesso em: 26 set. 2020.

OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (org.). **As ciências do léxico: lexicologia lexicografia terminologia**. 2. ed. Minas Gerais: Campo Grande, 2001. p. 13-22.

PEDREIRA, P. T. **Memória histórico-geográfica de Santo Amaro**. Brasília: Centro Gráfico, 1977.

PIMENTA, J. R. Q. Toponímia e significação geográfica. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, v. 19, n. 1, p. 279-281, 2003. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8907/2/341.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

SANTANA, R. F; TEIXEIRA, M. C. R. A Motivação Toponímica dos Nomes das Ruas de Cachoeira-Ba. *In*: LOPES, N. S.; SANTOS, E. S.; CARVALHO, C. S. (org.). **Língua e Sociedade: Diferentes Perspectivas, Fim Comum**. São Paulo: Blucher, 2019. p. 99-112. DOI <https://doi.org/10.5151/9788580394016-06>

SANTOS, M. C. **Memórias compartilhadas: uma etnografia sobre a trajetória do idoso e o papel da memória na construção de identidades étnicas nas comunidades quilombolas de São Braz e Cambuta, em Santo Amaro- BA**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira/BA, 2016.

SILVA, R. M. *et al.* (org.). **Estudos qualitativos: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações**. Sobral: Edições UVA, 2018.

Artigo recebido em: 30.09.2020

Artigo aprovado em: 14.03.2021

## O topônimo Matipó: história e memória social em Minas Gerais

### The toponym Matipó: history and social memory in Minas Gerais

Maryelle Joelma CORDEIRO\*

Simone Dornelas de CARVALHO\*\*

---

**RESUMO:** Neste artigo é apresentada uma análise sobre o nome próprio Matipó, presente no estado de Minas Gerais. Seguimos uma abordagem linguística que envolve a relação entre a toponímia, a história e a memória social, sob a égide da Toponomástica, ciência linguística que se dedica a estudar a origem e os aspectos da motivação e do significado dos nomes próprios de lugares – os topônimos. Com base nos estudos etnográficos de Barbosa (1951), de Senna (1937), de Oiliam José (1965), de Dick e Seabra (2012) e no modelo taxonômico de classificação toponímica, de Dick (1990a), analisamos os aspectos linguísticos e a origem do topônimo Matipó para chegarmos a uma provável significação, diferente daquela que é comumente difundida por órgãos governamentais e por seus habitantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguística. Toponímia. História. Memória Social. Matipó.

---

**ABSTRACT:** This article presents an analysis of the “Matipó” proper noun. A linguistic approach is presented, that involves the relationship between toponymy, history and social memory, under the aegis of Toponomastics: a linguistic science dedicated to study the origin and aspects of motivation and meaning of proper place nouns – toponyms. Based on the ethnographic studies of Barbosa (1951), Senna (1937), Oiliam José (1965), Dick and Seabra (2012) and the taxonomic model of toponymic classification, developed by Dick (1990a), the linguistic aspects and the origin of the toponym Matipó are analyzed to arrive at the probable correct meaning, different from that which is commonly disseminated by government agencies and its inhabitants.

**KEYWORDS:** Linguistics. Toponymy. History. Social Memory. Matipó.

---

\* Doutora em Estudos Linguísticos - UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4459-4675>. [maryellecordeiro@gmail.com](mailto:maryellecordeiro@gmail.com)

\*\* Doutora em Estudos Linguísticos - UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1776-7043>. [simonedornelascarvalho@gmail.com](mailto:simonedornelascarvalho@gmail.com).

## 1 Considerações iniciais

Os estudos toponímicos nos permitem apontar vestígios histórico-socioculturais de uma comunidade e mostrar as características físicas de um determinado local que podem estar refletidas no nome próprio de lugar – o topônimo. Ademais, colaboram para a manutenção e para a preservação da memória coletiva de um povo. Segundo Santos e Seabra (2011),

por serem iconicamente simbólicos, os nomes de lugares nos fornecem valiosas informações: i) apontam a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão, de sítios desaparecidos; ii) oferecem descrições precisas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência da ação antrópica ou da natureza; iii) indicam a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; iv) apontam um amplo corpus de nomes de lugares que se refere à fauna atual ou desaparecida; v) indicam um vasto repertório popular que designa espécies vegetais; vi) fornecem conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados. (SANTOS; SEABRA, 2011, p. 794).

Neste artigo, propusemo-nos a analisar o topônimo Matipó, seguindo uma abordagem linguística que envolve a relação entre a toponímia, a história e a memória social. Com este intuito, iniciamos nosso estudo narrando a história da constituição do município, partindo da atualidade rumo a tempos pretéritos. Para ilustrar o funcionamento do processo de nomeação de lugares e a sua consequente motivação, com o objetivo de resgatar e de conservar a memória local, verificamos a primeira denominação, São João de Matipó, e as mudanças que esse topônimo sofreu até se firmar com o atual nome, Matipó.

Dando seguimento, com base nos estudos etnográficos de Barbosa (1951), de Senna (1937), de Oiliam José (1965) e de Dick e Seabra (2012), analisamos os aspectos linguísticos e a história do nome para chegarmos a uma provável significação do topônimo Matipó, diferente daquela que é comumente difundida por órgãos governamentais e por seus habitantes.

Para compreender os fatores motivacionais envolvidos no processo de nomeação, utilizamos o modelo taxonômico de classificação toponímica, elaborado por Dick (1990a), que os subdividiu em dois fatores: fatores físicos, ligados às características do próprio acidente geográfico, e fatores antropoculturais, relacionados à visão de mundo pelo ser humano.

Dick (1990a, p. 40) esclarece que o topônimo, além de identificar o lugar, caracteriza-se pela indicação de seus aspectos antropoculturais ou físicos: “os topônimos como os antropônimos, ao lado de uma função identificadora, guardam, em sua estrutura imanente, uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais”.

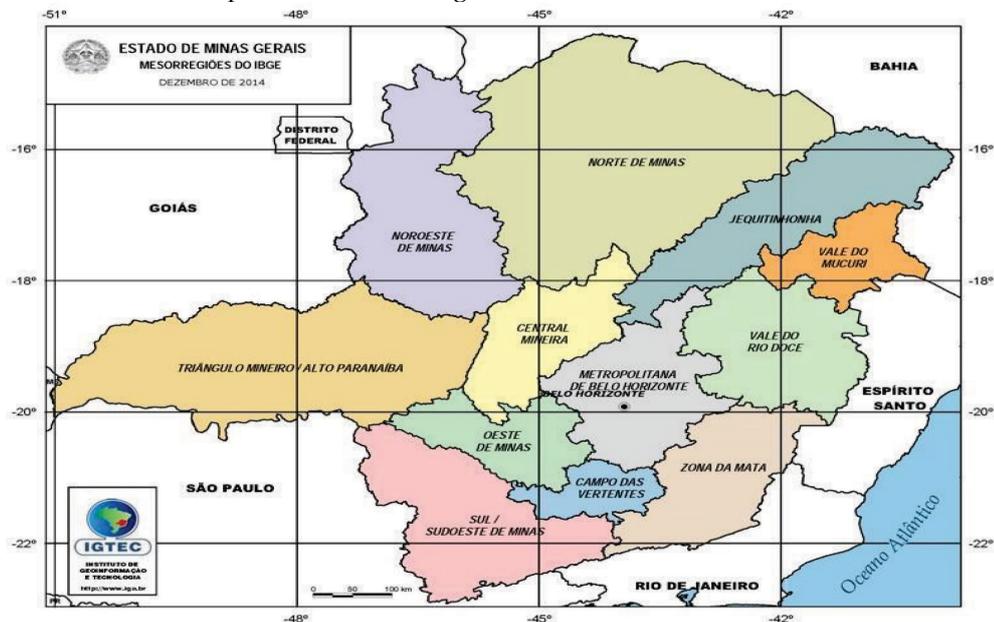
A autora explica que essa nomenclatura, baseada na teoria da Comunicação Toponímica, é eficiente, uma vez que emprega uma técnica discriminativa que consegue precisar a situação geográfica do acidente, não se limitando em apenas identificá-lo a partir de um nome. É, portanto, através desses recursos contidos na denominação que o falante consegue interpretar a mensagem que é emitida e consubstanciada no nome.

Nesta análise, recorreremos, ainda, aos dados contemporâneos do Projeto Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – Projeto ATEMIG, os quais serviram de base empírica para este estudo. Nesses dados, foi possível identificar o acidente geográfico, a origem, a variação e a localidade a que se referem essas ocorrências. Além disso, buscamos o registro do topônimo Matipó em documentos cartográficos históricos, datados dos séculos XVIII e XIX. A partir desses dados, acrescidos de outras fontes, foi confeccionada a ficha lexicográfica do topônimo Matipó, que inclui também o verbete.

## 2 Percorso histórico do município mineiro de Matipó

O pequeno município de Matipó dista 250 km da capital Belo Horizonte e está situado na Mesorregião da Zona da Mata, na Microrregião de Manhuaçu, conforme o quadro regional das Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, produzido na década de 1980, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Mapa 1, a seguir, podemos visualizar as 12 mesorregiões de Minas Gerais: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata.

Mapa 1 — As mesorregiões de Minas Gerais.

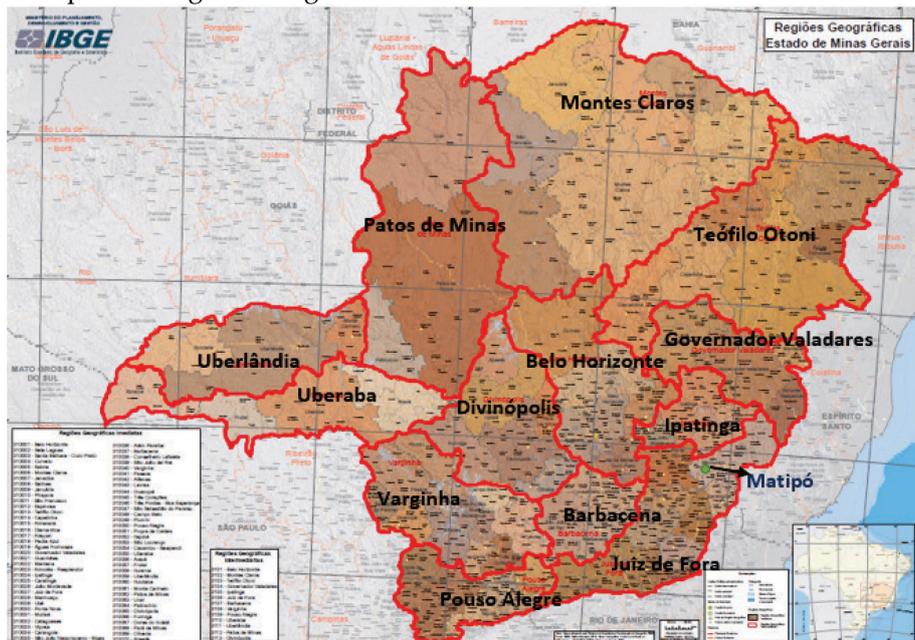


Fonte: disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conhecaminas/geografia/localizacao-geografica>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Segundo classificação mais recente do IBGE (2017), essas unidades mesorregionais e microrregionais do Brasil passaram a receber os nomes de Regiões Geográficas Intermediárias e de Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente. Nessa revisão, Matipó está localizado na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, na Região Geográfica Imediata de Manhuaçu, do estado de Minas Gerais.

O Mapa 2, na sequência, permite visualizar as 13 Regiões Geográficas Intermediárias mineiras, a saber, Belo Horizonte, Montes Claros, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Barbacena, Varginha, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia, Patos de Minas e Divinópolis. Nele, também é possível identificar onde se localiza Matipó.

Mapa 2 – Regiões Geográficas Intermediárias do estado de Minas Gerais.



Fonte: mapa adaptado. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/apps/regioes\\_geograficas](https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas). Acesso em: 20 abr. 2020.

O município de Matipó possui atualmente 17.639 habitantes, 13.832 na zona urbana e 3.807 na zona rural. Com sua economia voltada para a produção cafeeira, o café constitui a principal atividade econômica do município. Na atividade pecuária, destaca-se o rebanho bovino, seguido de suínos e de galináceos.

Em relação à sua infraestrutura, o município possui escolas municipais, estaduais, particulares e uma instituição de ensino superior. Lá, há clubes, agências bancárias, armazéns de café, cafeeiras, lanchonetes, bares, restaurantes, supermercados e atacados, consultórios médicos e odontológicos, empresa de água potável e de terraplanagem, atividades de mineração, padarias, postos de combustível,

hotéis, parque de exposição, dentre outros estabelecimentos comerciais. O município também conta com um hospital e postos de saúde.

A estrutura rural do município, bem como a organização rural da região, apresenta uma divisão peculiar, baseada em propriedades de determinadas famílias, denominadas “córregos”, conforme explica Carvalho (2014, p. 20). Dessa forma, o “córrego” é estruturado por “grupos rurais de vizinhança”, como é definido por Cândido (1982):

Este [bairro] é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoamento ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega. (CÂNDIDO, 1982, p. 62).

A história do município teve início em 1840, quando surgiram as primeiras casas do povoado que deu origem à cidade de Matipó. De acordo com os dados do IBGE (on-line)<sup>1</sup>, duas décadas depois de sua fundação, uma capela foi erguida em honra a São João Batista em terras doadas pelo fazendeiro local, João Fernandes dos Santos. Com denominação de São João do Matipó, o distrito foi criado pela Lei Provincial nº 3442, 767, de 02 de maio de 1856.

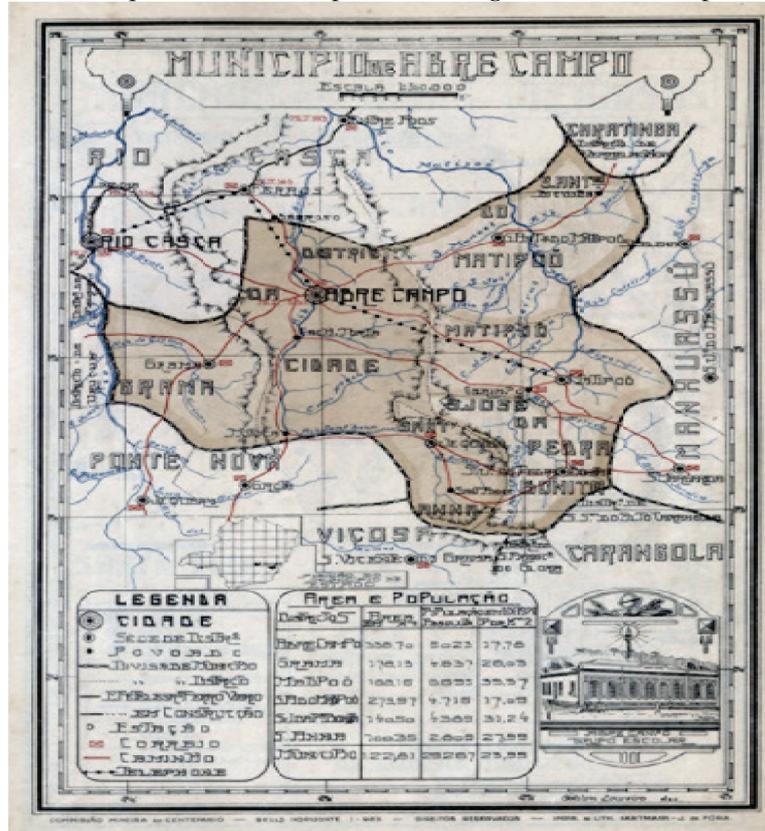
Ao longo dos anos, o povoado de São João do Matipó foi crescendo e, em 1856, foi elevado a distrito de Ponte Nova. Em 23 de março de 1889, a provisão do bispo Dom Silvério Gomes Pimenta criou o curato de São João do Matipó que, pouco tempo depois, foi elevado à categoria de paróquia, cujo primeiro vigário foi o Monsenhor João Facundo Chaves.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/matipo/historico>. Acesso em: 25 abr. 2020.

Em 1911, em divisão administrativa, o distrito de São João do Matipó passou a figurar no município de Abre Campo, assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937 (Ver Mapa 3).

Mapa 3 — Município de Abre Campo de 1927, figurando o município de Matipó.



Fonte: disponível em:

<[http://www.albumchorographico1927.com.br/imprimir.php?mapa=2012\\_05\\_04\\_16\\_32\\_49\\_abre-campo.jpg](http://www.albumchorographico1927.com.br/imprimir.php?mapa=2012_05_04_16_32_49_abre-campo.jpg)>. Acesso em 15 jun. 2020.

Em 1938, o distrito foi elevado à categoria de município com a denominação de Matipó, pelo Decreto-Lei Estadual nº 148, desmembrando-se dos municípios de Abre Campo e de Manhuassu<sup>2</sup>. Esse decreto desmembrou os distritos de Santa Helena e Santa Margarida do município de Manhuassu, para formar o novo município de Matipó. Assim, no quadro fixado para vigorar no período de 1939 a 1943, o município

<sup>2</sup> Segundo a Lei Estadual de 1948, passou a ser grafado *Manhuaçu*.

constituiu-se de três distritos: Matipó, Santa Margarida e Santa Helena. Este último passou a tomar a denominação de Caputira em 1943.

Em 1948, o distrito de Santa Margarida foi desmembrado do município de Matipó, elevando-se à categoria de município. Dessa forma, em 1950, o município ficou constituído de dois distritos: Matipó e Caputira. Em 1953, o distrito de Padre Fialho, ex-povoado de Garimpo, foi criado com terras desmembradas do distrito sede do município e anexado ao município de Matipó.

Em divisão territorial datada de 1955, o município passou a ser constituído de três distritos: Matipó, Caputira e Padre Fialho, permanecendo essa divisão territorial até 1960.

Em 1962, o distrito de Caputira foi desmembrado do município de Matipó. Então, em 1963, o município ficou constituído de dois distritos, Matipó e Padre Fialho, conhecido popularmente como Garimpo, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007

### **3 Toponímia, história e memória social**

O ser humano, por viver em sociedade, adquiriu uma necessidade particular de nomear tudo aquilo que se encontra ao seu redor, de traduzir em formas linguísticas todos os aspectos da sua cultura, tanto na esfera material, quanto na imaterial. Desde o início da civilização e da fundação das primeiras cidades, houve uma necessidade de se nomear também os lugares onde as pessoas viviam, como forma de se distinguir de outros povos e de delimitar o espaço. Ao contrário da denominação de objetos e de fatos do cotidiano, que são arbitrários, a denominação de lugares não acontece de maneira aleatória.

Como a nomeação não ocorre de maneira ocasional, o estudo do significado e da origem dos nomes de lugares, além de todos os processos de mudança que podem ter ocorrido com eles no decorrer do tempo, pode revelar costumes e valores de uma

sociedade, trazendo à tona aspectos da cultura atual e de outras culturas que podem ter sido sobrepostos. Para Biderman (1981),

o acervo verbal de um idioma é o resultado de um processo de categorização secular e até milenar na cultura, através do reconhecimento das semelhanças e das diferenças entre os elementos da experiência humana, tanto a experiência resultante da interação com o ambiente físico como com o meio cultural. (BIDERMAN, 1981, p. 134).

A Toponomástica<sup>3</sup> é uma das ciências linguísticas que se dedica a estudar a origem e os aspectos da motivação e do significado dos nomes próprios de lugares – os topônimos. Além disso, representa uma área do conhecimento que consegue evidenciar e revelar aspectos histórico-culturais de diferentes grupos sociais, que podem estar refletidos no próprio nome, bem como mostrar ideologias e crenças de um povo e influenciar ainda a escolha do topônimo na ocasião de sua denominação.

Nesse sentido, a toponímia de um local, ou seja, o conjunto de designativos, também deve ser considerada um patrimônio cultural, porque representa a memória coletiva da história de um povo. Os nomes de lugares, até o século XIX, não nasciam de decretos do governo, conforme pode ser visto hoje, mas eram criados pelos habitantes que viviam naquele local. Os nomes das ruas não eram regulados nem impostos pelas autoridades. Tais nomes eram oriundos do povo e repassados de geração em geração, ao longo do tempo, por meio da memória coletiva. Essas denominações se originaram das características do local e de seus habitantes e podiam indicar uma família, uma pessoa ou grupos de profissionais, um nome de um animal ou de uma planta, um nome de um curso d'água, uma topografia do terreno ou, ainda,

---

<sup>3</sup> A adoção do termo “Toponomástica” neste trabalho segue a recomendação do *International Congress of Onomastic Sciences* (ICOS) de 2011 para referir-se ao campo de estudo dos nomes de lugares, distinguindo-se de “toponímia”, conjunto de topônimos de um determinado local. Trata-se de uma forma de padronização do uso desses termos, conforme informado por Seabra e Isquerdo (2018).

a presença de riquezas minerais. Nesse processo, muitas denominações religiosas eram motivadas pela presença de uma igreja ou de um convento no local.

Além disso, a Toponomástica é também um campo de estudo interdisciplinar, pois é possível ter diferentes olhares acerca dos topônimos, contribuindo para outras áreas de estudo como para a Geografia, a História, a Biologia, dentre tantas outras. Nesse sentido, podemos dizer que a relação entre toponímia, história e memória exerce papel determinante nas denominações.

Partindo desse ponto de vista, Dick (1990b) afirma que os designativos de lugar trazem, em sua gênese, aspectos da vida do homem. Assim, o ato de nomear um lugar, por parte de um sujeito que nomeia, carrega consigo a sua maneira de enxergar o mundo, os aspectos da sua cultura, que se refletem diretamente na escolha dos topônimos. A afirmação da autora nos esclarece também a relação entre toponímia e memória, sendo esta última não só um dos componentes da cultura de um povo, como também um importante elemento motivador do sujeito que nomeia. Segundo a autora, o topônimo possui geralmente relação com a história e a cultura da localidade que ele nomeia. Dessa forma,

a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se entrecruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais. (DICK, 1990a, p. 19).

Nos estudos toponímicos de Dick (1990a), são apresentados os princípios teóricos de investigação para a elaboração das taxes toponímicas, vinculadas a fatores físicos, ligados às características do próprio acidente geográfico, e a fatores antropoculturais, relacionados à visão de mundo pelo ser humano.

Dick (1990a) criou o Sistema Toponímico Taxonômico que classifica os topônimos em 27 taxes, 11 de natureza física e 16 de natureza antropocultural, seguindo a teoria de Dauzat (1926), adaptada para a realidade brasileira. Nessa categorização, a autora excetua os nomes geográficos, por serem termos genéricos, usados de maneira arbitrária.

Os acidentes de natureza física foram classificados da seguinte maneira:

- 1) Astrotopônimos: referentes aos corpos celestes em geral. Ex.: Bairro Estrela D'Alva (BH/MG);
- 2) Cardinotopônimos: relativos às posições geográficas em geral. Ex.: Rio do Norte (MG);
- 3) Cromotopônimos: relativos às cores. Ex.: Rio Azul (PR);
- 4) Dimensiotopônimos: referem-se às características do próprio acidente. Ex.: Baixo Guandu (ES);
- 5) Fitotopônimos: relativos aos nomes de vegetais. Ex.: Manga (MG);
- 6) Geomorfotopônimos: fazem referências às formas topográficas. Ex.: Morro do Chapéu;
- 7) Hidrotopônimos: relativos aos acidentes hidrográficos em geral. Ex.: Lagoa da Prata (MG);
- 8) Litotopônimos: relativos a minerais. Ex.: Turmalina (MG);
- 9) Metereotopônimos: referem-se a fenômenos atmosféricos. Ex.: Ressaquinha (MG);
- 10) Morfotopônimos: referem-se às formas geográficas. Ex.: Redondo (MG);
- 11) Zootopônimos: relativos aos nomes de animais. Ex.: Lambari (MG);

Já os topônimos de ordem antropocultural foram classificados da seguinte forma:

- 1) Animotopônimos ou Nootopônimos: relativos à vida psíquica e espiritual. Ex.: Belo Horizonte (MG);

- 2) Antropotopônimos: relativos aos nomes próprios e individuais. Ex.: Lima Duarte (MG);
- 3) Axiotopônimos: fazem referência a títulos que acompanham os nomes. Ex.: Visconde do Rio Branco (MG);
- 4) Corotopônimos: recuperam nomes de cidades, países, regiões e continentes. Ex.: Serra Alagoas (MG);
- 5) Cronotopônimos: indicam tempo. Ex.: Nova Lima (MG);
- 6) Dirrematotopônimos: constituídos por frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Passa Quatro (MG);
- 7) Ecotopônimos: relativos a habitações de um modo geral. Ex.: Casa Grande (MG);
- 8) Ergotopônimos: referem-se a elementos da cultura material. Ex.: Monjolos (MG);
- 9) Etnotopônimos: relativos a elementos étnicos isolados. Ex.: Guanhões (MG);
- 10) Hierotopônimos: Topônimos relacionados aos nomes sagrados de diversas crenças. Ex.: Serra da Candelária (MG). Estes podem ser subdivididos em dois outros grupos:
  - a) Hagiotopônimo: relativos aos nomes de santos do hagiológico romano. Ex.: Santa Bárbara (MG);
  - b) Mitotopônimos: topônimos relativos às entidades mitológicas: Ex.: Fazenda das Bruxas (MG).
- 11) Historiotopônimos: relativos a movimentos de cunho histórico-social e a seus membros e às datas correspondentes. Ex.: Tiradentes (MG);
- 12) Hodotopônimos: Topônimos relativos às vias de comunicação rurais ou urbanas. Ex.: Ponte Nova (MG);
- 13) Numerotopônimos: relativos aos numerais. Ex.: Três Corações (MG);
- 14) Poliotopônimos: relativos aos aglomerados populacionais, tais como vilas, cidades, aldeias, povoados. Ex.: Arraial Novo (MG);

15) Sociotopônimos: relativos às atividades profissionais e a pontos de encontro. Ex.: Catas Altas (MG);

16) Somatotopônimos: referem-se às relações metafóricas das partes do corpo humano ou animal. Ex.: Morro da Cabeça (MG).

A classificação proposta por Dick (1990a), foi elaborada com o objetivo de facilitar a análise da motivação toponímica. Todavia, tendo em vista que um país como o Brasil há uma imensa diversidade linguística e cultural, o modelo proposto por Dick (1990a) vem sendo continuamente revisto e ampliado, pois de acordo com a autora nenhuma categoria é estanque. De acordo com Pereira e Nadin (2017):

Embora as taxes de Dick consigam dar conta da motivação de quase todos os topônimos, algumas nomeações não são classificadas de forma clara e objetiva, devido à diversidade de motivações e significados que elas possuem e, por consequência, pela falta de novas taxionomias que cubram algumas necessidades classificatórias. (PEREIRA; NADIN, 2017, p. 237).

Dessa forma, ao longo dos anos, outras contribuições foram enriquecendo o trabalho proposto por Dick (1990a), com a criação de novas categorias e subcategorias. Dentre elas, podemos destacar primeiramente o trabalho de Isquierdo (1996), com a subcategorização dos animotopônimos em eufóricos e em disfóricos. Os animotopônimos eufóricos são representados por topônimos que transmitem uma sensação agradável e otimista, como pode ser percebido no topônimo Córrego Alegria (MG). Já os animotopônimos disfóricos dizem respeito a lexias que transmitem uma sensação desagradável, pessimista, como exemplificado em Serra das Confusões (PI).

Carvalho (2010) amplia a análise das taxes de natureza física com a criação dos igneotopônimos, que são aqueles topônimos relativos ao fogo, o que abrange também todos os produtos resultantes de sua ação direta, como por exemplo, Morro do Fogo (MT) e Córrego da Faisca (MT).

Francisquini (1998) contribuiu na descrição toponímia brasileira, com a criação de cinco novas taxes: acronimotopônimos (topônimos formados por siglas), estamatotopônimos (topônimos relacionados aos sentidos), grafematopônimos (topônimos formados por letras do alfabeto), hignetopônimos (topônimos relativos à saúde ou à higiene) e necrotopônimos (topônimos relativos ao campo semântico da morte).

Carvalho (2014), ao trabalhar com a hagiotoponímia mineira, propôs mais uma subdivisão à classe dos hagiotopônimos, com a criação dos mariotopônimos, nomes de invocação à Virgem Maria.

Outro trabalho que também se soma ao estudo de Dick foi proposto por Faria (2017). Em sua tese dedicada ao estudo dos antropotopônimos na cidade de Ponte Nova, a autora, dentro da categoria de antropotopônimos, subdividiu os topônimos em axiotopônimos e em historiotopônimos, para os quais elaborou uma nova proposta de classificação que assim foi definida: antropotopônimos, antro-po-axiotopônimos, antro-po-historiotopônimos e antro-po-axio-historiotopônimos.

Cordeiro (2018), em sua tese sobre a litotoponímia mineira, fez uma reavaliação dos topônimos formados por adjetivos que refletem características de elementos de origem mineral ou da natureza dos solos e propôs, para estes, a criação de uma nova taxonomia, animo-litotopônimos, como exemplificado em Diamantina (MG) e córrego Areadinho (MG).

Como assinalado por Dick (1996), os topônimos são essencialmente ligados à história de um povo e, como tal, permeiam o imaginário e a memória do grupo social que os utiliza. Dessa forma, percebe-se que o topônimo possui uma intrínseca relação com a memória de um povo, mesmo quando as pessoas já não se recordam mais da motivação toponímica para algum lugar, haja vista que essa motivação se tornou opaca, ao longo do tempo, em razão de uma cultura ou de uma língua que não existem

mais. Vê-se, logo, o quanto o ato de nomear tem em comum com a cultura e com um dos seus elementos constitutivos, a memória.

De acordo com Faggion e Misturini (2014, p. 146), “o topônimo, portanto, tem uma intrínseca relação com a memória de um povo, mesmo quando o povo esquece a motivação toponímica, que se tornou opaca através dos tempos, pois uma cultura e/ou uma língua não existem mais.”

Apesar de hoje a nomeação de lugares ser instituída por leis, existe ainda o que podemos chamar de toponímia não codificada, ou toponímia paralela. Trata-se de um processo denominativo que deriva dos nomes dados por nossos ancestrais a alguns lugares. Apesar de não serem indicados por nenhuma placa, esses topônimos permanecem na memória, por vezes, das pessoas mais velhas, transmitidos verbalmente.

Por fim, existem lugares que se tornaram referência pela presença de povos que outrora viveram naquele local. Centenas de tribos que habitaram o território mineiro, por exemplo, já não existem mais, muito embora tenha servido para motivar a denominação dos cursos d’água e dos locais onde outrora essas tribos se fixaram.

#### **4 As origens de Matipó: notas sobre sua motivação toponímica**

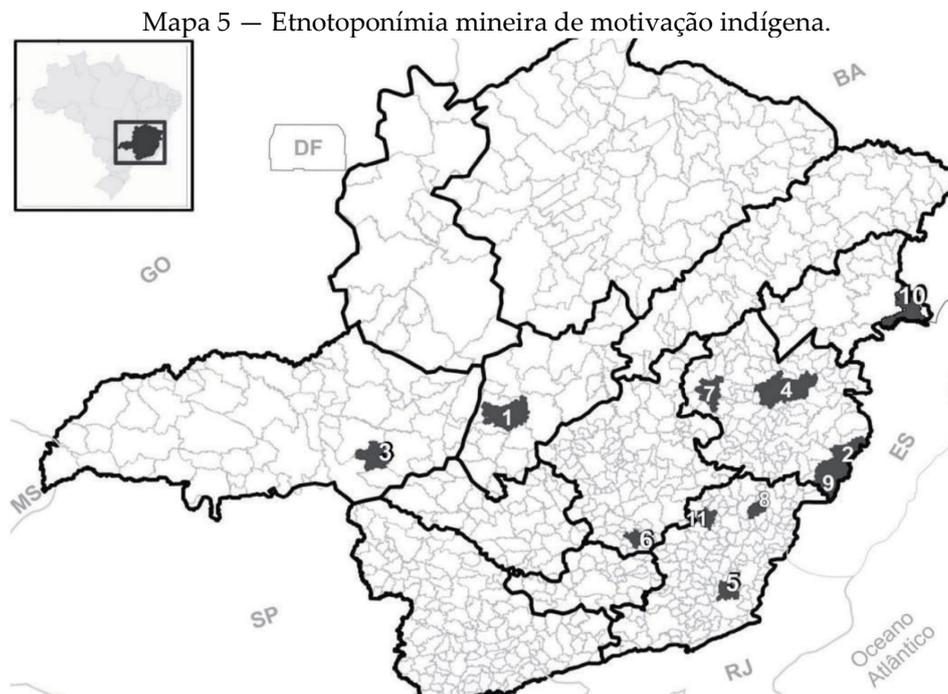
Para recuperar a história do nome topônimo Matipó, é preciso retomarmos épocas pretéritas, quando no território mineiro existiam tribos indígenas das mais variadas procedências, línguas e costumes. De acordo com Oiliam José (1965, p. 9), não é fácil recuperar os estudos dessas tribos mineiríndias, que ocuparam as extensas regiões onde se localiza o estado de Minas Gerais, pois restaram apenas “tradições e vestígios nem sempre suficientes para garantir conclusões a salvo de críticas e enganos”.

Com o intuito de mapear essas tribos, no solo mineiro, o ensaio do autor traz a relação das tribos indígenas que aqui se localizaram, passageira ou permanentemente,



Acerca da etnotoponímia em Minas Gerais, Dick e Seabra (2012) explicam que a denominação geográfica pode revelar a região já ocupada por determinado tipo étnico. Assim, os estudos propostos pela Onomástica dizem muito da origem dos habitantes que outrora viveram em uma determinada região. As autoras, levando em consideração o Mapa Geográfico dos Mineiríndios, de Oiliam José (1965), identificaram 11 grupos étnicos em Minas Gerais que nomeiam municípios, povoados, serras e rios do atual estado de Minas Gerais. São eles: Abaetés, Aimorés, Araxás, Chonins, Cataguás, Carijós, Guanaãs, Abatipós, Mutuns, Nacnenuques e Xopotós.

No Mapa 5, elaborado pelas autoras, podemos identificar os municípios cujos nomes foram motivados por essas respectivas tribos indígenas: 1. Abaeté, 2. Aimorés, 3. Araxá, 4. Chonim, 5. Cataguases, 6. Carijós, 7. Guanhões, 8. Matipó, 9. Mutum, 10. Nanuque e 11. Xopotó.



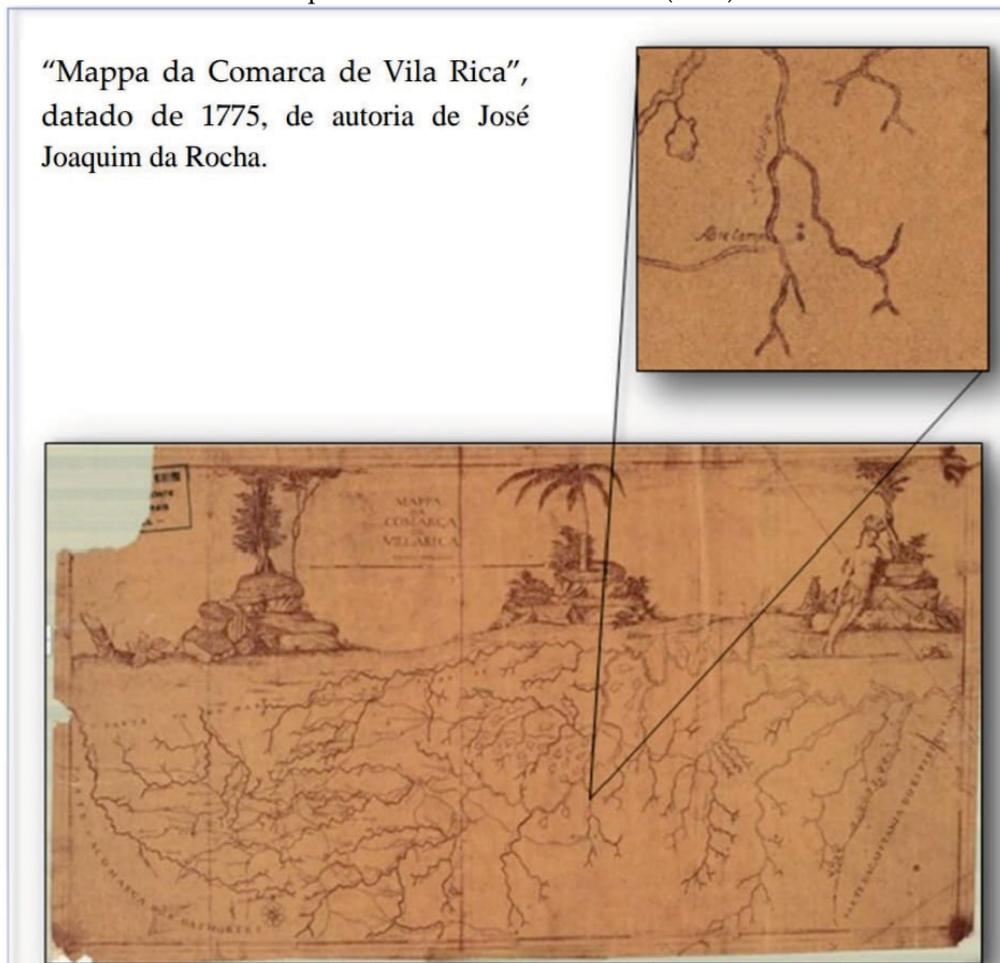
Como demonstrado no mapa, percebe-se que o atual território onde está localizado o município de Matipó coincide com a área na qual habitavam os povos

indígenas da etnia Abatipó. Esses dados nos levam a crer que a motivação para o topônimo Matipó esteja relacionada a esta tribo. Tratando-se, portanto, de um etnotopônimo, conforme assinalam Dick e Seabra (2012).

Conforme dito na contextualização histórico-cultural do município, a primeira denominação oficial para a localidade, que viria a se chamar Matipó, foi São João do Matipó. Podemos perceber, nesse caso, a influência da tradição católica ao se nomear lugares com nomes dos santos do dia. Nesse caso, foi atribuído o nome São João, um dos santos do hagiológico romano. Valendo-se da classificação de Dick (1990a), observamos que essa motivação hagiotoponímica não se manteve, permanecendo apenas o etnotopônimo Matipó.

O topônimo Matipó teve sua primeira ocorrência no “Mappa da Comarca de Vila Rica”, de José Joaquim da Rocha, de 1775, nomeando o Rio Matipó. Como se vê no Mapa 6, esse topônimo está registrado há mais de dois séculos. Outros mapas do século XVIII, também figuram o Rio Matipó, como o “Mappa da Capitania de Minas Geraes com a devisa de suas comarcas”, datado de 1778, de autoria de José Joaquim da Rocha (ver Mapa 7).

Mapa 6 – Comarca De Vila Rica (1775).



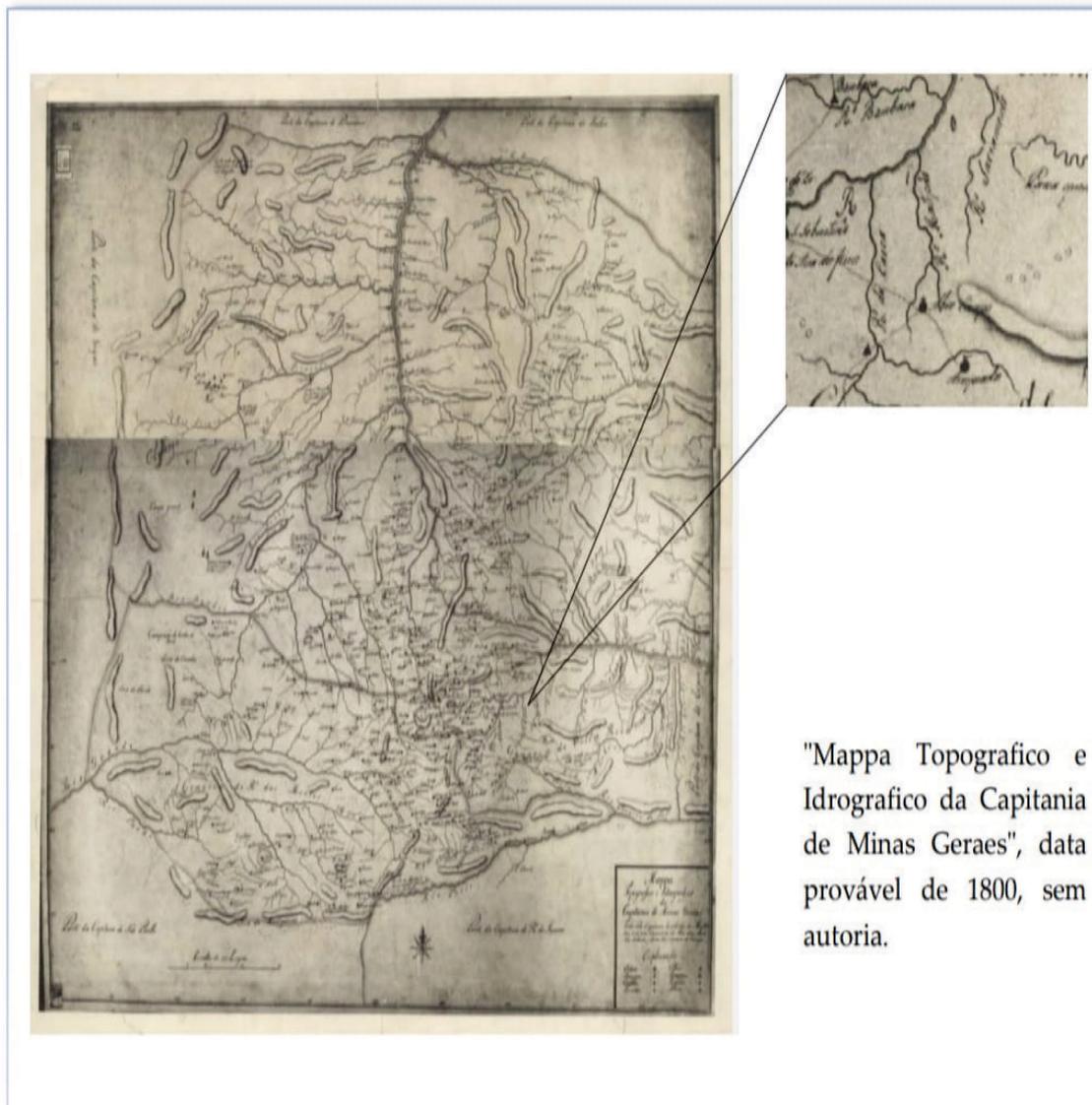
Fonte: Mapa adaptado. Disponível em:

[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos\\_docs/viewcat.php?cid=236](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/viewcat.php?cid=236). Acesso em: 02 ago. 2020.

Segundo Santos e Seabra (2011), no “Mappa da Capitania de Minas Geraes com a devisa de suas comarcas”, datado de 1778, de autoria de José Joaquim da Rocha, encontramos taxionomias de natureza física, nomeando 10 acidentes físicos: rios e ribeirões – R<sup>o</sup> Chopoto, R<sup>o</sup> da Casca, R<sup>o</sup> da Pomba, R<sup>o</sup> Doce, R<sup>o</sup> Guandú, R<sup>o</sup> Manhuasú, R<sup>o</sup> Paraíba, R<sup>o</sup> Matipó, R<sup>o</sup> Percicaba, R<sup>o</sup> Piranga. Dentre estes, está o Rio Matipó – topônimo objeto de nossa análise.



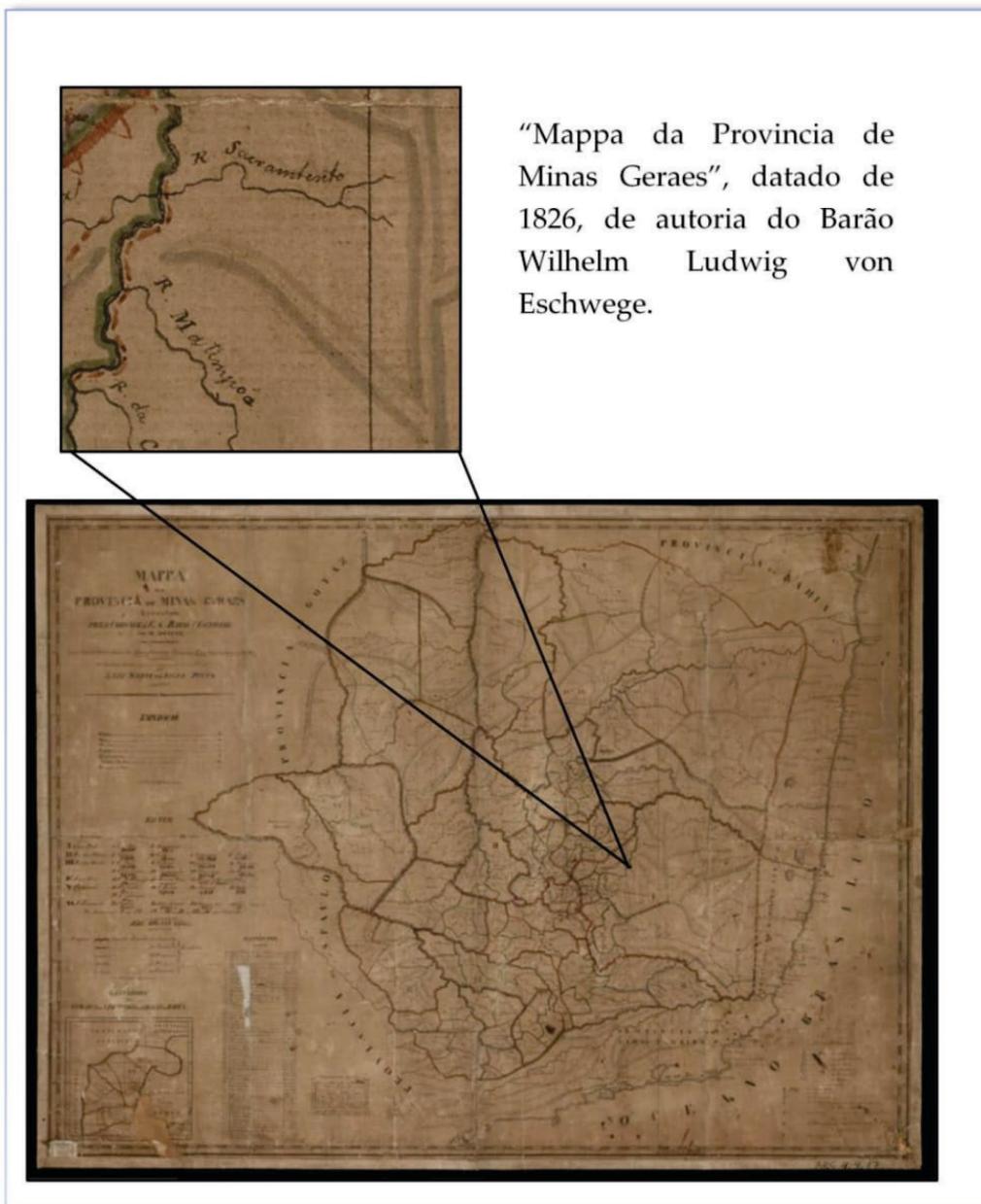
Mapa 8 — Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes, data provável, (1800).



Fonte: mapa adaptado. Disponível em:

[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos\\_docs/photo.php?lid=29](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=29). Acesso em: 15 ago. 2020.

Mapa 9 – Mappa da Provincia de Minas Geraes (1826).



Fonte: mapa adaptado. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/31606>.  
Acesso em: 15 ago.2020.

Como se pode verificar nesses documentos cartográficos, não aparece registrado nos mapas o provável nome motivador, Abatipó. Sua transparência e seu significado aparentes, utilizados pelo homem denominador, eram evidentes à época da denominação. Contudo, ao longo do tempo, a significação desse topônimo se tornou opaca, o que leva a muitas traduções pouco convincentes do nome, como o

famoso “milho em pó”, que seria o significado da expressão indígena *match-poo*, divulgado por muitos autores e até mesmo por órgãos da administração pública.

Além dessa significação, outra, menos difundida pela comunidade local, aparece registrada em Costa (1993 [1970], p. 288) - “Etim. *mati, matii*, pequenino, *pó, (m)bó*, mão, cipó, fibra, a mão pequenina, o cipozinho, a fibra delgada” e em Barbosa (1995 [1971], p. 200) - “Etim. *mati, matii*, pequenino, *pó, (m)bó*, mão, cipó, fibra, a mão pequenina, o cipozinho, uma fibra delgada”. Nessas duas obras, Matipó aparece igualmente significando “mão pequenina” ou “cipozinho”.

Sobre os problemas na significação dos nomes próprios de lugares, Seabra (2006, p. 1956) explica que, ainda que o topônimo seja referencial, seu sentido não é na maioria das vezes acessível, compreensível para quem o utiliza, pois “o seu sentido nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem na do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo que vem atravessando gerações”.

Na busca pela origem do nome da tribo Abatipós, foram pesquisados estudos sobre a etnográfica do território mineiro. De acordo com o estudo do professor Nelson Coelho de Senna (1937), existiam duas tribos na região de Matipó: Abatipós e Cotoxés. Os Abatipós viviam outrora no vale do rio hoje denominado Matipoó, a Leste do estado. Sua alcunha tupi *abá-ti-pó* mostra que esse gentio tinha certo mal da pele toda “pampa” ou cheia de manchas esbranquiçadas, nas mãos e pés. Além dos Abatipós, o autor explicita que os Cotoxés ou Cotoxós também ocuparam uma parte do nosso sertão de Leste, cujas matas do Rio Casca e do Rio Matipó romperam até a região, conhecida por “Abre Campo” (Ver Figura 1). Também expõe que o nome *cotoxé* significa “o que desbrava ou rompe o campo”.

Figura 1 – Vista da ponte sobre rio Matipó-MG, por volta do início do século XX.



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Disponível em:

[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=31758](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31758). Acesso em: 02 abr. 2020.

Os estudos de Oiliam José (1965) também confirmam a existência dessas tribos no município de Matipó. Segundo o autor, os Abatipós localizavam-se no solo dos atuais municípios de Matipó, Abre Campo e Santa Margarida. Além disso, também explica que esses indígenas eram possuidores de manchas esbranquiçadas nos pés e nas mãos – vítimas de generalizada disfunção da glândula suprarrenal. Como se observa, ambos os autores atribuem a denominação “Abatipós” aos povos indígenas que possuíam manchas de pele espalhadas pelo corpo.

Para entender a mudança do etnotopônimo Abatipó para Matipó e a constituição do significado desse nome, recorreremos ao vocabulário da língua tupi de Barbosa (1951). Acerca dos metaplasmos, alterações fonéticas ocorridas nos vocábulos, o autor explica que “p”, “m” e “mb” e também “b” se permutam nessa língua. Segue explicando que o guarani também é uma língua que tende a eliminar a consoante e a

vogal átona até dos nomes paroxítonos. Dessa forma, podemos inferir que na mudança de Abatipó > Matipó ocorreu o processo de aférese, perda do fonema inicial “a”, e a prevalência da bilabial nasal “m” em relação à bilabial sonora “b”.

A partir dessa obra lexicográfica, também foi possível depreender a provável origem do mal-entendido “milho em pó”. Na língua tupi, *abati* significa *milho*. Assim, na tentativa de buscar o significado já opaco, os falantes acabaram por associar a palavra *abati* (tupi) + pó (português). Tal associação seria outro equívoco porque o termo *pó* em tupi significa “mão” ou “fibra, grossura, corpo [de obj. comprido]”, e *poó* significa “colher, apanhar; desfolhar”. Buscamos também as palavras “mati”, “matii”, “mbati” e “match”, mas não foi encontrado nenhum registro desses termos nas obras consultadas. Corroborando essa questão sobre problemas de conceituações, Barbosa (1951), explica que:

A língua tupi conhece em larga escala os processos de derivação, e composição. Mas esses processos estão condicionados a algumas normas cujo desconhecimento é responsável por muitas palavras defeituosas, algumas já oficializadas, bem como por tantas “etimologias” ou explicações fantasiosas de nomes tupis. (BARBOSA, 1951, p. 177).

Diante dessa questão, consideramos que as significações descritas por Senna (1937) e por Oíliam José (1965) sejam mais consistentes. Conforme esses autores, no solo mineiro, cinco tribos possuem nomeações iniciadas pelo termo *abá* que significa *índio, gente*: Abaeté (abá + ité: gente feia); Abaíbas (abá + iba: gente ruim); Abatinguaras (abá + tin + guara: índios comedores de gente branca); Abatirás (abá + tirá: gente de topete) e Abatipós (abá + ti + pó: gente da “pele” [mão] manchada). Dessa forma, como já foi dito, as denominações constantes nessas obras dão conta de que esse gentio tinha manchas esbranquiçadas nas mãos e nos pés.

O vocabulário do tupi-português de Barbosa (1951, p. 179) traz exemplos que podem confirmar essa definição de abá + ti + pó: em tupi, o possuidor vem

imediatamente antes do possuído, sem auxílio de nenhuma preposição: *abapó* “mão do índio”, de *abá* “índio” e *pó* “mão”. Quanto ao termo “ti”, encontramos o exemplo, *titinga* “mancha branca da pele”, de *ti* “mancha (de pele)” e *tinga* “branco”.

## 5 Ficha lexicográfico-toponímica

Nesta seção, apresentamos a ficha lexicográfico-toponímica, contendo o verbete em que são explicitados os dados atuais e pretéritos relativos ao topônimo Matipó. Os dados contemporâneos para a confecção da ficha advêm do Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais. Ao todo, foram identificadas 29 ocorrências do topônimo Matipó nos dados do Projeto ATEMIG. Além de outras fontes, a ficha contém documentos cartográficos históricos, datados dos séculos XVIII e XIX.

Seguindo o modelo de Cordeiro (2018), com adaptações, tendo em vista a revisão da nomeação das regiões de Minas Gerais, apresentamos a seguir a ficha lexicográfico-toponímica do topônimo *Matipó* (Ver Quadro 1).

Quadro 1 – Ficha lexicográfica-toponímica de Matipó.

<p><b>MATIPÓ</b></p> <p><b>Motivação:</b> Etnotopônimo</p> <p><b>Origem:</b> Tupi</p> <p><b>DADOS CONTEMPORÂNEOS – BANCO DE DADOS DO PROJETO ATEMIG</b></p> <p><b>Acidentes físicos:</b> 16</p> <p><b>Acidentes humanos:</b> 05</p> <p style="text-align: center;"><b>Variante da base léxica MATIPÓ:</b></p> <p>➤ MATIPOZINHO</p> <p><b>Origem:</b> Híbrida = Tupi/Português</p> <p><b>DADOS CONTEMPORÂNEOS – BANCO DE DADOS DO PROJETO ATEMIG</b></p>
---

**Acidentes físicos: 06**

**Acidentes humanos: 02**

**Distribuição por região intermediária**

	Barbacena	Belo Horizonte	Divinópolis	Governador	Ipatinga	Juiz de Fora	Montes Claros	Patos de Minas	Pouso Alegre	Teófilo Otoni	Uberaba	Uberlândia	Varginha
<b>Matipó</b>					1	20							
<b>Matipozinho</b>						8							

**DADOS HISTÓRICOS – MAPAS DO SÉCULO XVIII E XIX**

Século XVIII	Século XIX
<b>Matipó (1775)</b>	<b>Matipeó (1821)</b>
<b>Matipó (1778)</b>	<b>Matimpóo (1826)</b>
<b>Matipeo (1800)</b>	-

**INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:**

**MATIPÓ** – Sua alcunha tupi abá-ti-pó mostra que esse gentio tinha certo mal da pelle toda “pampa” ou cheia de manchas, esbranquiçadas nas mãos e pés. (SENNA, 1937, p. 337)

**MATIPÓ** – Etim. mati, matii, pequenino, pó, (m) bó, mão, cipó, fibra, a mão pequenina, o cipòzinho, a fibra delgada. (COSTA, 1993, p.288)

**HISTÓRICO:**

**MATIPÓ** - A capela primitiva, dedicada a São João, surgiu na segunda metade do século passado, como filial da matriz de Abre Campo. O povoado, que se denominava São

João do Matipoo, foi elevado a distrito pela Lei n. 3221, de 11 de outubro de 1884. A Lei n. 3442, de 28 de setembro de 1887 elevou o distrito à freguesia, com o mesmo título de São João do Matipó (a grafia, nesta lei, é Matipo). O município foi criado com o Decreto-lei n. 148, de 17 de dezembro de 1938, com território desmembrado do de Abre Campo, e com a denominação reduzida para Matipó. (BARBOSA, 1995, p. 200).

**VERBETE:**

**MATIPÓ** – Nct • tupi • Dados Contemporâneos: Nomeia → Região Intermediária de Ipatinga – rio no município de Córrego Novo. → Região Intermediária de Juiz de Fora – cachoeira nos municípios de Abre Campo e Matipó; cidade no município de Matipó; córrego nos municípios de Acaiaca, Barra Longa, Dom Silvério, Ponte Nova e Pedra Bonita; fazenda nos municípios de Rio Doce e Tabuleiro; localidade nos municípios de Barra Longa e Dom Silvério; rio nos municípios de Abre Campo, Caputira, Matipó, Pedra Bonita, Raul Soares e São Pedro dos Ferros; serra nos municípios de Carangola e Pedra Bonita. 21 ocorrências • Dados históricos: Nomeia → Mappa da Comarca de Vila Rica (1775) – rio na Comarca de Villa Rica. → Mappa da Capitania de Minas Geraes com a devise de suas comarcas (1778) – rio na Comarca de Villa Rica. → Mappa Topografico e Idrografico da Capitania de Minas Geraes – rio na comarca de Villa Rica. → Mapa da Capitania de Minas Gerais (1821) - rio na Comarca de Villa Rica. → Mapa da Província de Minas Gerais (1826) – rio na Comarca de Villa Rica. 5 ocorrências.

**MATIPOZINHO** – NSm • híbrido: tupi/português • Dados Contemporâneos: Nomeia → Região Intermediária de Juiz de Fora – localidade no município de Raul Soares e Sericita; ribeirão nos municípios de Abre Campo, Pedra Bonita, Raul Soares e Sericita; serra nos municípios de Araponga e Sericita. 8 ocorrências

Fonte: elaboração própria.

Complementando as informações constantes na ficha lexicográfico-toponímica, podemos ver, no Quadro 1, as 29 ocorrências do topônimo Matipó ~ Matipozinho

encontradas nos dados do Projeto ATEMIG. Ao todo, foram registrados 8 acidentes diferentes – cachoeira, cidade, córrego, fazenda, localidade, rio, serra e ribeirão, distribuídos em 16 municípios mineiros - Abre Campo, Acaiaca, Araponga, Barra Longa, Caputira, Carangola, Córrego Novo, Dom Silvério, Matipó, Pedra Bonita, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Doce, São Pedro dos Ferros, Sericita e Tabuleiro.

Quadro 1 – Dados do Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais – Projeto ATEMIG.

Nº	ACIDENTE	NOME	ORIGEM	TOPÔNIMO	MUNICÍPIO	REG. IMEDIATA
1	Cachoeira	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Abre Campo	Manhuaçu
2	Cachoeira	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Matipó	Manhuaçu
3	Cidade	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Matipó	Manhuaçu
4	Córrego	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Acaiaca	Ponte Nova
5	Córrego	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Barra Longa	Ponte Nova
6	Córrego	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Dom Silvério	Ponte Nova
7	Córrego	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Ponte Nova	Ponte Nova
8	Córrego	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Pedra Bonita	Manhuaçu
9	Fazenda	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Rio Doce	Ponte Nova
10	Fazenda	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Tabuleiro	Ubá
11	Localidade	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Barra Longa	Ponte Nova
12	Localidade	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Dom Silvério	Ponte Nova
13	Rio	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Raul Soares	Ponte Nova
14	Rio	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	São Pedro dos Ferros	Ponte Nova
15	Rio	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Abre Campo	Manhuaçu
16	Rio	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Caputira	Manhuaçu
17	Rio	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Matipó	Manhuaçu
18	Rio	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Pedra Bonita	Manhuaçu
19	Rio	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Córrego Novo	Caratinga
20	Serra	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Carangola	Muriaé
21	Serra	Matipó	Tupi	Etnotopônimo	Pedra Bonita	Manhuaçu
22	Localidade	Matipozinho	Tupi+ Port.	Etnotopônimo	Raul Soares	Ponte Nova
23	Localidade	Matipozinho	Tupi+ Port.	Etnotopônimo	Sericita	Ponte Nova
24	Ribeirão	Matipozinho	Tupi+ Port.	Etnotopônimo	Raul Soares	Ponte Nova
25	Ribeirão	Matipozinho	Tupi+ Port.	Etnotopônimo	Sericita	Ponte Nova
26	Ribeirão	Matipozinho	Tupi+ Port.	Etnotopônimo	Abre Campo	Manhuaçu
27	Ribeirão	Matipozinho	Tupi+ Port.	Etnotopônimo	Pedra Bonita	Manhuaçu
28	Serra	Matipozinho	Tupi+ Port.	Etnotopônimo	Araponga	Viçosa
29	Serra	Matipozinho	Tupi+ Port.	Etnotopônimo	Sericita	Ponte Nova

Fonte: dados do Projeto ATEMIG.

Os dados constantes no Quadro 1 mostram que a maioria das ocorrências foram registradas em municípios pertencentes à região imediata de Manhuaçu, totalizando 11 ocorrências, e de Ponte Nova, totalizando 14 ocorrências. Isso revela uma produtividade no uso desse topônimo nessas duas regiões, onde a tribo dos Abatipós se fixou em tempos pretéritos.

## 6 Considerações finais

A análise aqui proposta sobre o topônimo Matipó deixa claro que as relações linguísticas e culturais de um nome são indissociáveis, como assinalam os estudos toponímicos de Dick (1990b). Nesse sentido, a língua é capaz de traduzir a experiência cultural acumulada, ao longo do tempo, pois armazena as histórias que são transmitidas de geração a geração. Assim, os falantes criam e conservam a língua e são os responsáveis em atribuir significações às palavras.

No estudo em questão, verificamos que a primeira nomeação oficial do município, São João do Matipó, relacionada à tradição de se nomear em homenagem aos santos católicos do hagiológico romano não se manteve, prevalecendo apenas a motivação etnotoponímica, conforme propõe a análise dos municípios mineiros de motivação étnica de Dick e Seabra (2012).

Além disso, constatamos que o significado do topônimo Matipó foi se tornando opaco e perdendo sua significação original, no decorrer do tempo. Isso acabou por criar o mal-entendido “milho em pó”, possivelmente gerado pela junção da palavra *abati*, que em tupi significa “milho”, e da palavra *pó*, da língua portuguesa.

Levando em conta os estudos etnográficos, foi possível depreender uma significação mais provável para o topônimo Matipó. Segundo as pesquisas de Senna (1937) e de Oiliam José (1965), a alcunha Abatipó (abá-ti-pó) indica que os índios dessa tribo se caracterizavam por possuir certo mal da pele, com manchas esbranquiçadas, nas mãos e nos pés. Essa significação nos pareceu mais consistente, uma vez que outras

tribos, como os Abaíbas e como os Abaetés, por exemplo, que também habitaram o solo mineiro, são formadas pelo termo tupi *abá* que significa “gente”, “índio”, como demonstrado por Barbosa (1951).

Em nossa análise, encontramos 29 ocorrências do topônimo Matipó ~ Matipozinho nos dados do Projeto ATEMIG, nomeando diferentes acidentes geográficos – cachoeira, cidade, córrego, fazenda, localidade, rio, serra e ribeirão. Foi detectada uma incidência mais significativa na região de Manhuaçu e de Ponte Nova, o que aponta que houve uma maior produtividade no uso desse topônimo nesses locais, onde a tribo dos Abatipós se fixou no passado.

### Referências Bibliográficas

BARBOSA, L. **Pequeno Vocabulário Tupi-Português**. Livraria São José, Rio De Janeiro, 1951. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Abarbosa-1951-pequeno/barbosa\\_1951\\_tupi-portugues.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Abarbosa-1951-pequeno/barbosa_1951_tupi-portugues.pdf). Acesso em: 15 abr. 2020.

BARBOSA, W. de A. B. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SATERB, 1995 [1971].

BIDERMAN, M. T. C. A estrutura mental do léxico. *In: Estudos de filologia e linguística: em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981. p. 131-145.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

CARVALHO, S. D de. **A mudança da ordem do adjetivo em relação ao nome nos dados rurais de Luisburgo/MG**. 2014. 263f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-9PMN5A>. Acesso em 20 mar. 2020.

CARVALHO, M. A de. **Toponímia da mesorregião centro-sul matogrossense: contribuições para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso**. 2005. \_ f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, A. P. M. A de. **Hagiotoponímia em Minas Gerais**. 2014. 823f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG. Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MGSS-9PMR2U>. Acesso em: 03 mai. 2021.

CORDEIRO, M. J. **Litotoponímia mineira**. 2018. 542f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-B8AFPE>. Acesso em: 21 mar. 2020.

COSTA, J. R. **Toponímia de Minas Gerais: com estudo histórico da divisão territorial administrativa**. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993 [1970].

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, M. V. de P. do A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1990b.

DICK, M. V. de P. do A. **A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo: 1554 – 1987**. São Paulo: Annablume, 1996.

DICK, M. V. de P. do A; SEABRA, M. C. T. C de. Enotoponímia em Minas Gerais, **Papéis**, Campo Grande, MS, v.16, n.31, Especial ABRALIN, 2012. Disponível em: [http://www.papeis.ufms.br/Revista\\_Papeis\\_V16\\_N31.pdf](http://www.papeis.ufms.br/Revista_Papeis_V16_N31.pdf). Acesso em: 10 mar. 2020.

DAUZAT, A. **Les noms des lieux**. Paris: Delagrave, 1926.

FAGGION, C. M.; MISTURINI, B. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. **Linha D'Água**. 27, 2, p. 141-157, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/83370>. Acesso em: 22 abr. 2020. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v27i2p141-157>

FARIA, G. da C. S. **Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova - Minas Gerais**. 2017. 686f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Faculdade de Letras, UFMG. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-AU2G47>. Acesso em: 03 de mai. 2021.

FRANCISQUINI, I. de A. **O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranavaí**. 1998. 255f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017/IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ISQUERDO, A. N. **O Fato Linguístico como Recorte da Realidade Sócio-Cultural**. 1996. 409f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1996.

JOSÉ, O. **Indígenas de Minas Gerais**: aspectos sociais, políticos e etnológicos. Belo Horizonte: Edições Movimento Perspectiva, 1965. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3A%20jose-1965%20indigenas/JoseOiliam%201965%20IndigenasMG.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PEREIRA, R; NADIN, O. Taxionomias toponímicas e relações com a Terminologia. **Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 217-243, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10946#:~:text=Consideramos%20as%20taxionomias%20como%20termos, Terminologia%3B%20Taxionomias%20topon%C3%ADmicas%3B%20L%C3%A9xico>. Acesso em: 03 mai. 2021.

SANTOS, M. M. D; SEABRA, M. C. T. C de. Memória do patrimônio linguístico de Minas Gerais: Análise da motivação toponímica de natureza física da Comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**, Paraty, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/49121>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SEABRA, M. C. T. C. de; ISQUERDO, A. N. Onomastics in different perspectives: research results. **Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, MG, v. 26, n. 3, p. 993-1000, 2018. Disponível em: [http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/viewFile/13700/pdf\\_1](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/viewFile/13700/pdf_1). Acesso em: 20 abr. 2020.

SENNA, N. Sobre Ethnographia Brasileira: principaes povos selvagens que tiveram o seo "habitat" em territorio das Minas Geraes. **Revista do Archivo Publico Mineiro**, 1937. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1435.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1435.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.

Artigo recebido em: 30.09.2020

Artigo aprovado em: 26.02.2021

## Cultura e ambiente: hagiotoônimos na hidronímia da mesorregião norte maranhense

### Culture and environment: hagiotoonyms in the hydronymy of North Maranhense Mesoregion

*Edson Lemos PEREIRA\**

*Conceição de Maria de Araujo RAMOS\*\**

*Maria Cândida Trindade Costa de SEABRA\*\*\**

---

**RESUMO:** Este trabalho apresenta uma análise dos hagiotoônimos que nomeiam hidrônimos da Mesorregião Norte Maranhense, objetivando examinar a relação cultura, ambiente e toponímia. O corpus foi extraído do banco de dados da dissertação de mestrado intitulada Pelos caminhos das águas: um estudo da hidronímia da Mesorregião Norte Maranhense (PEREIRA, 2017). O banco abarca 60 municípios maranhenses e foi constituído com base em mapas oficiais do IBGE (2010), com escalas que variam de 1:50.000 a 1:100.000. Para este estudo, fundamentado nos trabalhos de Dick (2004; 1995), Sapir (1961) e Chaves (1956), foram selecionados 40 hagiotoônimos. Os resultados apontam a religiosidade como um fator significativo no processo de nomeação no âmbito da hidronímia maranhense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Toponímia.  
Hidronímia. Hagiotoônimos.  
Maranhão.

---

**ABSTRACT:** This work presents an analysis of hagiotoonyms that name hydronyms of North Maranhense Mesoregion, aiming to examine the relationship between culture, environment and toponymy. The corpus was extracted from the database of the master's dissertation entitled Along the waterways: a study of the hydronymy of the North Maranhense Mesoregion (PEREIRA, 2017). The bank covers 60 municipalities in Maranhão and was created based on official IBGE maps (2010), with scales ranging from 1: 50,000 to 1: 100,000. For this study, based on the work of Dick (2004; 1995), Sapir (1961) and Chaves (1956), 40 hagiotoonyms were selected. The results point to religiosity as a significant factor in the nomination process in the context of Maranhão's hydronymy.

**KEYWORDS:** Toponymy. Hydronymy. Hagiotoonyms. Maranhão.

---

\* Mestre em Letras pela UFMA, doutorando PosLin-UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2945-9029>. [edsonlp20@hotmail.com](mailto:edsonlp20@hotmail.com)

\*\* Doutora em Linguística pela UFAL, professora associada UFMA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4554-8179>. [conciufma@gmail.com](mailto:conciufma@gmail.com)

\*\*\* Pós-Doutora pela USP e UNISINOS, professora FALE-UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4827-0635>. [candidaseabra@gmail.com](mailto:candidaseabra@gmail.com)

## 1. Introdução

O ser humano, antes de erguer sua moradia ou fundar um povoado, tem a preocupação de nomear os elementos físicos – rios, riachos, córregos, montanhas – que estão a sua volta, originando assim os topônimos, verdadeiros objetos culturais que, além de se constituírem como elemento fundamental de referência geográfica, são também instrumento de comunicação (MUJIKÁ ULAZIA, 2010). São, em última análise, uma síntese das informações que se acumulam numa simples palavra com a qual batizamos os elementos físicos, os lugares que nos rodeiam (MORALA, 2010), pois o homem, ao nomeá-los, não o faz de forma aleatória; geralmente, utiliza-se do próprio ambiente ou de seus valores culturais como elemento motivador. Nessa perspectiva, a ação de nomear se tornou uma ação comum, imprescindível para a estruturação do mundo e, conseqüentemente, para a categorização da nossa experiência (BIDERMAN, 2001).

Dessa forma, o enfoque do léxico de qualquer cultura exige que aclaremos como esse componente é concebido no âmbito da língua. Seguindo essa orientação, convém observar as considerações que faz Biderman (2001, p. 13) sobre o tema em questão. Segundo a autora,

Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas.

Portanto, é por meio das unidades lexicais que o ser humano individualiza e dá nomes a tudo que o cerca, impondo seu domínio e perpetuando sua cultura. Considerando essa perspectiva, a Toponímia, entendida como a disciplina que tem

como foco o ato de nomear – lugares, elementos físicos – constitui-se como uma das possibilidades de exprimir pensamentos, diferenciar as coisas do mundo e preservar a cultura.

Assim, tendo em vista que os topônimos fazem parte do léxico de uma língua e que por meio dele podemos chegar a elementos da vida sociocultural de um povo, selecionamos como objeto de estudo deste trabalho os hagiotopônimos – topônimos relativos aos santos e santas do hagiolégio romano, que nomeiam os hidrônimos maranhenses, localizados na Mesorregião Norte Maranhense<sup>1</sup>, objetivando examinar a relação cultura, ambiente e toponímia. Vale ressaltar que o presente estudo aborda a toponímia maranhense numa perspectiva rural.

Dessa forma, adotando as ideias propostas por Dick (2004, p.126-127), que entende os hidrônimos como “nomes dos acidentes hidrográficos em geral não importando a natureza linguística do objeto nomeado, e evidenciado pela denominação, se humano ou não, animado ou inanimado, nem a natureza dos campos semânticos envolvidos”, elegemos como *locus* de nosso estudo a Mesorregião Norte Maranhense, também conhecida como Frente Litorânea de expansão do espaço maranhense, por representar uma densa rede hídrica (rios, lagos, lagoas, riachos, igarapés, brejos) que permitiu/permite o deslocamento e a sobrevivência do homem na região.

Vale destacar, ainda, que estudos acerca do processo de ocupação do espaço maranhense, dentre eles o de Trovão (2008), mostram a importância desse sistema hidroviário nesse processo. Partindo então da Ilha de São Luís – localizada entre a baía de São Marcos, para onde convergem os rios Mearim, Pindaré e Grajaú, e a baía de São José, onde desaguam os rios Itapecuru e Munim –, o colonizador, nos séculos XVI,

---

<sup>1</sup> A Mesorregião Norte Maranhense é uma das cinco mesorregiões do estado do Maranhão. Essa mesorregião é constituída de 60 municípios, agrupados em seis microrregiões: Aglomeração Urbana de São Luís, Baixada Maranhense, Itapecuru Mirim, Lençóis Maranhenses, Litoral Ocidental Maranhense e Rosário.

XVII, XVIII, fez do rio o seu caminho. Eram, pois, os cursos d'água sua principal via de acesso ao interior e de penetração nesse território, sua via de comunicação e de sobrevivência. São esses cursos d'água, hoje, que nos proporcionam informações valiosas sobre a região, pondo em evidência questões relativas a seu povoamento, história, economia, cultura, toponímia.

Como vimos, o sistema hidroviário deu suporte ao processo de povoamento, proporcionou estabilidade e crescimento a várias regiões, ratificando assim a ideia de Dick (1990b, p.196), quando afirma que “[...] a água sempre foi o fator de equilíbrio em um determinado meio. Grandes civilizações nasceram e se desenvolveram junto aos oceanos, rios e zonas ribeirinhas”. São, portanto, os cursos d'água que, em grande medida, desvelam a relação cultura / ambiente e toponímia.

## **2 Cultura, ambiente e toponímia**

Enfocar a tríade cultura, ambiente e toponímia, mesmo que de forma sucinta, requer, a nosso ver, tomar como ponto de partida as ideias debatidas por Sapir na primeira metade do século XX, principalmente quando seu foco era desenvolver reflexões acerca das conexões entre a linguística e outras disciplinas científicas. No bojo de seus debates estavam postulados como “A língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida” (SAPIR, 1961, p. 26) e “A língua está se tronando um guia cada vez mais valioso no estudo científico de uma dada cultura” (p. 19).

Quando seu olhar se voltava para a relação língua / ambiente, dois pontos precisam ser considerados: (i) o fato de Sapir chamar a atenção para a posição radical daqueles que buscam explicar todo traço de cultura humana como resultante da atuação do ambiente físico, e (ii) a ressalva que faz o autor quando emprega o termo ambiente ao tratar dessa relação, tendo em vista sua concepção de língua como “[...] um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que se acha

situado um grupo humano [...]” (SAPIR, 1961, p. 44). Neste caso, crê o autor, o termo ambiente deve englobar tantos os fatores físicos como os sociais. Os fatores físicos dizem respeito a aspectos geográficos, como a topografia da região, o clima e o regime de chuvas, e à base econômica da vida humana, que compreende a fauna, a flora e os recursos minerais. Os sociais, por sua vez, abarcam “[...] as forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo.” (SAPIR, 1961, p. 44). Dentre essas forças destacam-se, como mais importantes, a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte.

Essas ideias de Sapir repercutem no trabalho de Dick (1995), para quem a nomeação de elementos físicos, de lugares, geralmente demonstra marcas da cultura ou do ambiente, e a observação e a análise das recorrências linguísticas dessas marcas nos topônimos possibilita a identificação dos dois mecanismos que ordenam o batismo, a nomeação: a *espontaneidade* e a *sistematização*.

De acordo com a autora, a espontaneidade se caracteriza pela presença, no batismo, de traços imediatos do designado, tais como cor, forma, grandeza (*Rio Preto*, no Maranhão, assim batizado por causa da cor escura de suas águas), ou de elementos que compõem o ambiente, como animais, plantas (*Rio Buriti*). Seguindo essa orientação, Dick (1995, p. 63) afirma que, em se tratando dos topônimos espontâneos,

[...] as ocorrências toponímicas prendem-se aos campos dialetológicos reconhecidos na região em exame e qualquer análise pretendida deveria recobrir a verificação das fronteiras linguísticas definidas pelos topônimos, assim com sua integração nos valores culturais do grupo, isto porque se trata do *corpus* nomenclatura mais antigo.

Já o processo de sistematização, também segundo Dick (1995), é consequência de uma *política administrativa de nomeação*, da atuação consciente de um povo, ao escolher, no processo de nomeação, certos princípios como seu modelo, forma padrão. Dick (1995, p. 63) esclarece ainda que os topônimos sistemáticos

[...] geralmente se opõem aos precedentes pelo aspecto dedicatório, devocional ou comemorativo de fatos ou costumes; homenageiam pessoas e reverenciam momentos de fé; podem até ser bajulatórios em sua reverência, conforme o momento político em que foram gerados; de qualquer forma, são interacionais em sua pontuação, muito embora cheguem a constituir áreas lexicais características do ponto de vista da toponímia.

Desse modo a influência religiosa é comum no batismo não só dos seres humanos como também do ambiente. Segundo Chaves (1956), essa prática era muito habitual em Portugal, e o catolicismo, por ser a religião oficial do país, teve uma grande influência na antroponímia e na toponímia portuguesa. Para Chaves (1956, p 177),

Esta ação sugestiva de ideal cristão estendeu-se, na época dos descobrimentos e das conquistas ultramarinas, a todas as costas continentais e insulares, aonde chegaram os portugueses. Os nomes de cabos, enseadas, baías, acidentes do litoral, ilhas e ilhéus, que iam sendo descobertos, recebiam os mesmos influxos religiosos. Povoações que os colonizadores fundavam, lugares de missão, que os apóstolos missionários da obra de civilização cristã fixaram para suas atividades, conservam o nome de origem religiosa, então recebido.

Não foi diferente no Litoral do estado do Maranhão onde os franceses chegaram no ano de 1612 e ergueram o Forte de São Luís, em memória de Luís XIII, rei da França e de Navarra, que logo serviu de batismo para o nome da Ilha. Essa homenagem foi a motivação para a mudança do nome da ilha habitada pelos Tupinambás e por estes denominada Upaon-Açu (Ilha Grande).

Vale destacar que, mesmo com a vitória dos portugueses sobre os franceses em 1614 na batalha de Guaxenduba, a denominação ilha de São Luís foi conservada, sendo modificado apenas o nome do forte para Forte de São Felipe. Esse fato encontra sua explicação na *ação sugestiva de ideal cristão* que alcançou as terras d'além-mar, como evidencia a religiosidade católica no Maranhão, abordada na próxima subseção.

## 2.1 Religiosidade católica no Maranhão

Atualmente, o estado possui 12 dioceses da província eclesiástica do Maranhão e é composta por um total de 295 paróquias que possuem várias comunidades, cada paróquia tem um santo patrono, que, em algumas igrejas costuma ser o mesmo.

Conforme dados do IBGE (2017), atualmente o Maranhão possui 4.899.250 pessoas autodeclaradas católicas apostólicas romanas. Um fato interessante sobre a população católica no Maranhão, segundo o IBGE (1956, p.183) é que em um dos municípios do Estado, Guimarães, possuía em 1950 o total da população católica segundo recenseamento “maior, proporcionalmente, do que a do Maranhão. Assim é que, dos 25 002 habitantes recenseados, 24 843 declararam ser católicos romanos, o que representa 99,3%, ao passo que no Estado a porcentagem vai a pouco mais de 97%.” Outra curiosidade do município de Guimarães naquela época é que “enquanto que na maioria dos municípios maranhenses vamos achar mais mulheres católicas do que homens - o que também se verifica no total do Estado, onde 778 726 mulheres contra 775 762 homens são católicos - em Guimarães acontece o contrário: 12 507 homens são católicos, ao passo que só 12 183 mulheres declararam professar essa religião”. Vale ressaltar que ainda hoje, segundo o censo de 2017, o número de homens, 4.784, continua maior que o número de mulheres 4.528.

Em se tratando da mesorregião Norte Maranhense podemos dizer que é comum a devoção pelos santos, a começar pela capital, que traz em seu nome, o nome do santo padroeiro da cidade, São Luís Rei de França. E tem como padroeira, Nossa Senhora da Vitória, santa essa que teria aparecido e ajudado os portugueses contra os franceses na batalha de Guaxenduba ocorrida em 1914, no atual povoado de Santa Maria, no município de Icatu.

Outo santo de devoção no estado é São José de Ribamar, no município que é batizado com o nome do santo, considerado o padroeiro do estado, São José foi

clamado por tripulantes de uma embarcação portuguesa que veio a naufragar na costa maranhense, salvos, os tripulantes trouxeram de Portugal uma imagem de São José e fundaram o município, que no período de agosto a setembro recebe muitos peregrinos em sua devoção.

Um outro santo que atrai fiéis pela fé e devoção é São Raimundo Nonato dos Mulundus, na cidade de Vargem Grande, mesmo ele não sendo o santo padroeiro da cidade. De acordo com narrativas de fiéis obtidas na comunidade, Raimundo Nonato tinha 32 anos, era trabalhador, vaqueiro e morava na comunidade Mulundus. Ele sofreu um acidente junto a um pé de carnaúba e faleceu, causando muita comoção na comunidade. Seu corpo foi encontrado somente alguns dias depois de sua morte, no entanto estava em perfeito estado e ainda cheirava a flor. Assim, desde de sua morte de Raimundo Nonato, em 1732, até hoje, os fiéis peregrinações em louvor ao santo no mês de agosto.

Convém lembrar que, além desses santos, como tradição no Nordeste, no Maranhão também é marcante a devoção aos santos do ciclo simbólico sagrado dos festejos juninos, assim no Estado, também são louvados São João, São Antônio e São Pedro. Vale destacar que no Estado, além desses três santos, no período junino também é louvado São Marçal, considerado como o padroeiro dos grupos de bumba-meu

### 3 Análise dos dados

O *corpus* da pesquisa é constituído pelos nomes atuais dos elementos hidrográficos maranhenses que foram coletados em mapas com escalas de 1: 50.000 e 1: 100.000, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2010). Foram coletados os topônimos dos seguintes elementos físicos: *lagos, lagoas, rios, riachos* e *igarapés*. Vale ratificar que, segundo o *Glossário dos termos genéricos dos nomes*

*geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil*<sup>2</sup>, todos esses elementos são considerados hidrônimos, de acordo com as definições retiradas do Glossário:

- ✓ “Igarapé – Canal natural estreito e navegável por pequenas embarcações, que se forma entre duas ilhas fluviais ou entre uma ilha fluvial e a terra firme [...]. De *ygara* (canoa) – *apé* (caminho), o caminho das canoas, o canal também dito furo, no Amazonas [...]” (p.18).
- ✓ “Lago – Depressões do solo produzidas por causas diversas e cheias de águas confinadas, mais ou menos tranquilas, pois dependem da área ocupada pelas mesmas. As formas, as profundidades e as extensões dos lagos são muito variáveis. Geralmente, são alimentados por um ou mais rios afluentes. Possuem também rios emissários, o que evita o seu transbordamento [...]” (p.20).
- ✓ “Lagoa – Depressão de formas variadas – principalmente tendendo a circulares – de profundidades pequenas e cheia de água doce ou salgada. As lagoas podem ser definidas como lagos de pequena extensão e profundidade [...]” (p.20).
- ✓ “Riacho – Termo regional de ocorrência na Região Nordeste do Brasil e que se traduz num curso de água ou corrente de água, que flui ou desemboca no oceano, num lago ou noutro curso de água.” (p.26).
- ✓ “Rio – Corrente líquida resultante da concentração do lençol de água num vale. Um curso de água pode, em toda sua extensão, ser dividido em três partes: 1– curso superior; 2– curso médio; e 3 – curso inferior [...]” (p.26).

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88835\\_v1.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88835_v1.pdf). Acesso em: 20 jun. 2020.

Esses elementos físicos apareceram na Mesorregião Norte Maranhense, que compreende seis microrregiões e 60 municípios. Vale ressaltar que os hagiotopônimos ocorreram em apenas 28 municípios, distribuídos conforme o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Topônimos coletados.

<b>Microrregião</b>	<b>Município</b>	<b>Elemento físico</b>	<b>Topônimo</b>
Lençóis Maranhenses	Tutóia	riacho	da Santa Clara
Baixada Maranhense	Cajari	lagoa	da Santa Maria
Baixada Maranhense	Cajari	lago	da Santa Rosa
Itapecuru Mirim	Nina Rodrigues	riacho	da Santa Rosa
Itapecuru Mirim	Presidente Vargas	riacho	da Santa Rosa
Lençóis Maranhenses	Tutóia	riacho	do Santo Hilário
Lençóis Maranhenses	Barreirinhas	rio	do Santo Inácio
Baixada Maranhense	Igarapé do Meio	igarapé	do São Benedito
Lençóis Maranhenses	Paulino Neves	riacho	do São José
Itapecuru Mirim	Vargem Grande	rio	Santa Barbara
Lençóis Maranhenses	Tutóia	riacho	Santa Luzia
Baixada Maranhense	Cajari	lago	Santa Maria
Baixada Maranhense	Monção	rio	Santa Rita
Litoral Ocidental Maranhense	Alcântara	igarapé	Santa Rita
Baixada Maranhense	Viana	rio	Santa Rosa
Baixada Maranhense	Vitória do Mearim	Lago	Santa Rosa
Litoral Ocidental Maranhense	Cajapió	igarapé	Santa Rosa
Rosário	Icatu	igarapé	Santana
Aglomeração Urbana de São Luís	São José de Ribamar	rio	Santo Antônio
Baixada Maranhense	Pinheiro	rio	Santo Antônio
Lençóis Maranhenses	Humberto de Campo	riacho	Santo Antônio
Rosário	Morros	igarapé	São Benedito
Lençóis Maranhenses	Humberto de Campo	igarapé	São Bento
Lençóis Maranhenses	Humberto de Campo	riacho	São Bento
Lençóis Maranhenses	Primeira Cruz	riacho	São Bento
Rosário	Morros	igarapé	São Bento
Lençóis Maranhenses	Humberto de Campo	rio	São Bernardo
Baixada Maranhense	São João Batista	rio	São Caetano

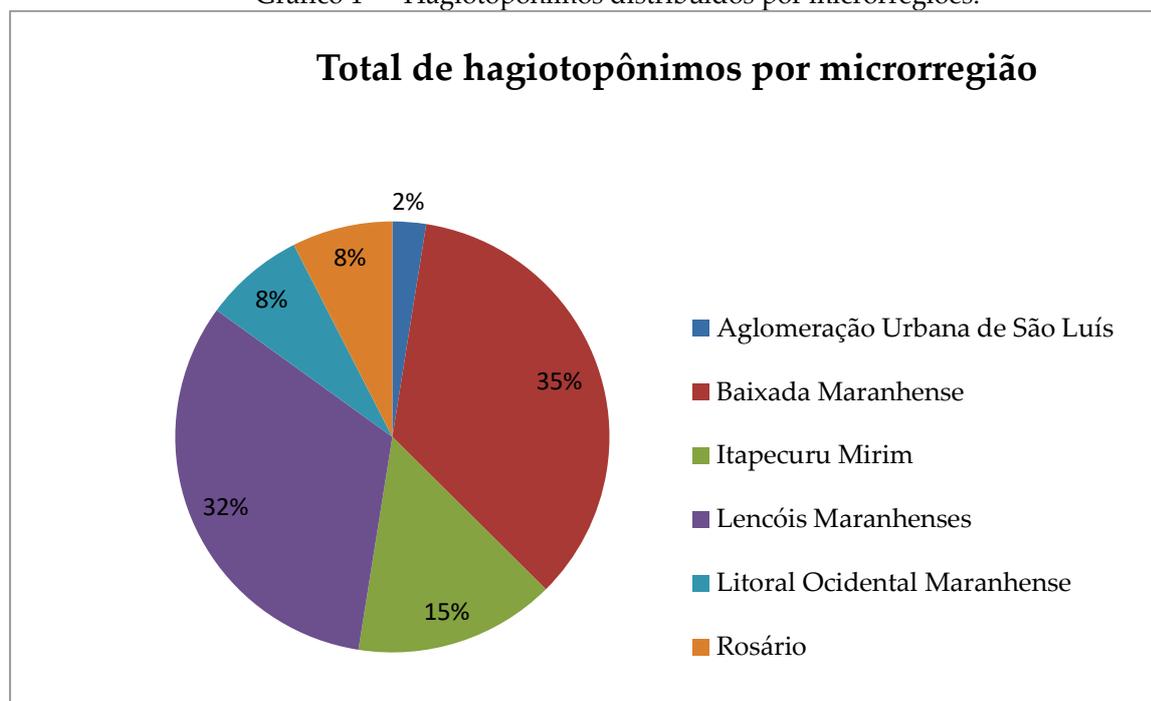
Lençóis Maranhenses	Tutóia	rio	São João
Litoral Ocidental Maranhense	Guimarães	igarapé	São João de Melo
Itapecuru Mirim	Itapecuru Mirim	riacho	São José
Itapecuru Mirim	Vargem Grande	riacho	São José
Lençóis Maranhenses	Barreirinhas	riacho	São José
Baixada Maranhense	Palmeirândia	rio	São Miguel
Lençóis Maranhenses	Humberto de Campo	rio	São Pedro
Itapecuru Mirim	Cantanhede	igarapé	São Raimundo

Fonte: elaborado pelos autores.

Com base no Quadro 1, percebemos a influência religiosa nos nomes dos elementos hidrográficos maranhenses. Vale ressaltar que no estudo de caso sobre a toponímia do Maranhão, em 1995, Dick já evidenciara o uso dos hagiotopônimos para a nomeação dos municípios no Estado.

Considerando essa realidade, fizemos uma análise quantitativa com referência às Microrregiões e aos topônimos recolhidos.

Gráfico 1 – Hagiotopônimos distribuídos por microrregiões.



Fonte: elaborado pelos autores.

Das seis microrregiões, que compõem a mesorregião estuda, a que mais teve ocorrência de hagiotopônimos foi a microrregião Lençóis Maranhense, com um total de 13 hagiotopônimos, com duas ocorrências de nomes de Santas e 11 com nome de Santos, com recorrência de São Bento em três denominações. Depois aparece a microrregião Baixada Maranhense com um total de 10 hagiotopônimos, dos quais seis dizem respeito a nomes de Santas e quatro, a nomes de Santos. Na microrregião Itapecuru Mirim somam-se o total de seis hagiotopônimos, divididos igualmente entre nomes de Santos e Santas, a exemplo de dois Riachos da Santa Rosa e dois Riachos São José.

Por fim, igualmente com três ocorrências, estão as Microrregiões Litoral Ocidental Maranhense e Rosário.

Vale ressaltar que, embora tenham sido registrados dentro nos 60 municípios um total de 147 paróquias que têm um santo ou santa como patrono, nenhum desses santos ou santas foi recorrente, no seu município, para nomear um dos acidentes hidrográficos pesquisados.

Gráfico 2 – Hagiotopônimos distribuídos por nomes de Santos e Santas.



Fonte: elaborado pelos autores.

Nos 34 hagiotopônimos coletados, observamos uma forte tendência para o uso de nomes de Santos, com um total de 22 ocorrências, sendo recorrentes os seguintes nomes: São José (quatro), São Bento (quatro) e Santo Antônio (três).

No que diz respeito às Santas, foi feita a recolha de 14 nomes, sendo o mais recorrente Santa Rosa, com seis nomeações.

Os dados evidenciam o que postula Sapir (1961) ao afirmar que muitos elementos da cultura humana influenciam o ambiente em que os praticantes dessa cultura se encontram. Em consonância com ideia de Sapir, Câmara Cascudo (2011, p. 22) assinala que “A toponímia testifica a devoção assinalada em milhares e milhares de acidentes geográficos, ilhas, enseadas e cabos, rios e serras, planícies ...) ficam o santoral católico (...) permanecem lembrado a imorredoura Fé ancestral.”, dessa forma demonstrando a relação entre cultura, ambiente e toponímia.

#### **4 Considerações Finais**

Este trabalho objetivou analisar os hagiotopônimos que dão nome aos hidrônimos da mesorregião Norte Maranhense. Embora contemple apenas uma das cinco mesorregiões do estado do Maranhão, os resultados obtidos nos possibilitam constatar que há uma forte tendência na toponímia maranhense a dar nome de Santos e Santas aos elementos físicos, confirmando desse modo a ação do ideal cristão no Maranhão e ratificando, portanto, a análise de Dick (1995) no estudo de caso que faz sobre a toponímia maranhense, ao evidenciar que a devoção pelos santos populares e os mais regionais podem constituir marca tipicamente local.

Apesar de nosso estudo ser um recorte de um trabalho mais amplo, percebemos que há muito por investigar no campo dos estudos sobre hagiotopônimos, e que há uma inter-relação língua/cultura/ambiente que deve orientar esses estudos. A percepção dessa relação nos leva ainda a fazer alguns questionamentos que, com certeza, ampliarão nossos conhecimentos nessa área, tais como: (i) por que a

distribuição desigual de hagiotopônimos entre as microrregiões? (ii) por que os nomes de Santos se sobrepõem aos de Santas?

Concluimos destacando, ainda, que trabalhos como este se tornam relevantes, uma vez que contribuem para novas pesquisas relacionadas com a toponímia brasileira e em especial com a maranhense.

## Referências

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. *In*: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. v. 1. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001. p. 13-22.

CHAVES, L. Influências religiosas na formação da antroponímia e da toponímia em Portugal. **O Archeólogo Português**, Lisboa, v. 3, p. 177-209, 1956.

D'ABBEVILLE, C. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. São Paulo: Siciliano, 2002.

D'EVREUX, Y. **Viagem ao norte do Brasil: feita no ano de 1613 a 1614**. São Paulo: Siciliano, 2002.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris: Librairie Delagrave, 1928.

DICK, M. V. de P. do A. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. **Revista Trama**, Paraná, v. 3, n. 5, p. 141-155, 2007a.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In*: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. da G. (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Editora. UFMS, 2004, v. 2, p. 121-130.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990a.

DICK, M. V. de P. do A. Os vocabulários toponímicos básicos no “vocabulário na língua brasílica” e sua relação geográfica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 31, p. 95-111, 1990b.

DICK, M. V. de P. do A. O léxico toponímico: marcadores e recorrências linguísticas (Um estudo de caso: a toponímia do Maranhão). **Revista Brasileira de Linguística**, São Paulo, v. 8, n. 1, p.69-67, 1995.

DICK, M. V. de P. do A; SEABRA, M. C. T. C. de. Caminho das águas, povos dos rios: uma visão etnolinguística da toponímia brasileira. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, 5., 2001, Rio de Janeiro. **Anais** [...]: Disponível em: [http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/cong\\_vcnlf06.html](http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/cong_vcnlf06.html). Acesso 28 ago 20.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Glossário dos termos genéricos dos nomes geográficos utilizados no mapeamento sistemático do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010, v. 1.

ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de. Apontamentos sobre hidronímia e hidrotoponímia na fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. *In*: ISQUERDO, A. N.; BARROS, L. A. (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. v. 5. Campo Grande: EDUFMS, 2010. p. 79-98.

MARQUES, C. A. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão/** Notas e apuração textual de Jomar Moraes. 3. ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MORALA, J. R. Toponímia y geografía lingüística. Sobre leonés y castellano. *In*: SOUSA FERNÁNDEZ, X. (ed.). **Toponímia e cartografía**. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega: Instituto da Lingua Galega, 2010. p. 103-128.

MUJICA ULAZIA, N. Bilingüismo, toponímia y cartografía en la Comunidad Autónoma del País Vasco. *In*: SOUSA FERNÁNDEZ, X. (ed.). **Toponímia e cartografía**. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega: Instituto da Lingua Galega, 2010. p. 73-102.

PEREIRA, E. L. **Pelos caminhos das águas: um estudo da hidronímia da Mesorregião Norte Maranhense**. 2017. 109f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2017.

ROSSELLÓ I VERGER, V. M., Toponímia, geografía y cartografía. *In*: SOUSA FERNÁNDEZ, X. (ed.). **Toponímia e cartografía**. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega: Instituto da Lingua Galega, 2010. p. 21-37.

SAPIR, E. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

VASCONCELOS, J. L. de. **Opúsculos**. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

Artigo recebido em: 30.09.2020

Artigo aprovado em: 26.03.2021